

**PARPÚBLICA**  
PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS) S.A.

DOCUMENTOS DE  
PRESTAÇÃO DE CONTAS

2013



# ÓRGÃOS SOCIAIS

## Mesa da Assembleia Geral

**Elsa Maria Roncon Santos**  
*Presidente*

**Bernardo Xavier Alabaça**  
*Vice-Presidente*

**Maria Luísa da Silva Rilho**  
*Secretário*

## Conselho de Administração

**Pedro Macedo Santos Ferreira Pinto**  
*Presidente (desde 06.01.2014)*

**Carlos Manuel Durães da Conceição**  
*Administrador Executivo*

**José Manuel Pereira Mendes de Barros**  
*Administrador Executivo*

**Fernanda Maria Mouro Pereira**  
*Administradora não Executiva, Presidente da Comissão de Auditoria  
e membro da Comissão de Avaliação*

**Maria João Dias Pessoa de Araújo**  
*Administradora não Executiva, Membro das Comissões  
de Auditoria e de Avaliação*

**Pedro Miguel Nascimento Ventura**  
*Administrador não Executivo, Membro das Comissões  
de Auditoria e de Avaliação*

## ROC

**Grant Thornton & Associados, SROC**  
**representada pelo Dr. Carlos António Lisboa Nunes**  
(ROC n.º 427)

*ROC Efetivo*

**Pedro Miguel Raposo Lisboa Nunes (ROC n.º 1202)**  
*ROC Suplente*



# **DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS**

**EXERCÍCIO DE 2013**

## **1.º CADERNO - RELATÓRIO FINANCEIRO**

- ANO 2013
- PARPÚBLICA
- PERSPETIVAS PARA 2014
  - Perspetivas Macro
  - Perspetivas de Evolução da PARPÚBLICA
- FINANCIAMENTO E GESTÃO DO RISCO
  - Estrutura e Maturidade do Financiamento
  - Gestão do Risco Financeiro
- POSIÇÃO FINANCEIRA E DESEMPENHO DA SGPS
  - Ativos e Rendibilidade
  - Estrutura e Custo dos Capitais
  - Fluxos de Caixa
- SITUAÇÃO FINANCEIRA E RESULTADOS CONSOLIDADOS DO GRUPO
  - Situação Financeira
  - Resultados Consolidados

➤ ANÁLISE POR SEGMENTOS

- **Introdução**
- **PARPÚBLICA**
- **Atividades Operativas**
  - **Gestão e Promoção Imobiliária**
  - **Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal**
  - **Produção de Moeda, Publicações e Produtos de Segurança**
  - **Transporte aéreo e atividades relacionadas**
  - **Águas e Resíduos**
  - **Mercados Abastecedores**
  - **Diversos**

➤ EVENTOS SUPERVENIENTES

➤ SÍNTESE E AGRADECIMENTOS

➤ PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

**2.º Caderno - CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES  
LEGAIS**

➤ CUMPRIMENTO DE OBJETIVOS DE GESTÃO

➤ GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO E ENDIVIDAMENTO

➤ PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

➤ DIVULGAÇÃO DOS ATRASOS NOS PAGAMENTOS

➤ RESULTADOS OBTIDOS FACE ÀS RECOMENDAÇÕES DO  
ACIONISTA

➤ REMUNERAÇÕES

- **Dos Órgãos Sociais, do Auditor Externo e dos Restantes Trabalhadores**
- **Cumprimento do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público**

- **CONTRATAÇÃO PÚBLICA**
  - **Cumprimento das normas de Contratação Pública pela PARPÚBLICA**
  - **Procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços**
  - **Cumprimento das normas de Contratação Pública pelas empresas participadas**
  - **Atos ou contratos celebrados com valor superior a 5 milhões €**
- **ADESÃO AO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS E PARQUE DE VEÍCULOS DO ESTADO**
- **REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS**
  - **Plano de Redução de Custos**
  - **Redução de gastos com comunicações**
  - **Redução de ajudas de custo e deslocações**
  - **Redução do número de efectivos e de cargos dirigentes**
- **PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO**
- **AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS**
- **INFORMAÇÃO CONSTANTE NO SITE DO SEE**
- **SISTEMATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO QUANTO AO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS**

### **3.º Caderno - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

**DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
(NOS TERMOS DO ARTº 245 DO CÓDIGO DE VALORES  
MOBILIÁRIOS)**

**DOCUMENTOS DE CERTIFICAÇÃO E AUDITORIA**

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE  
AUDITORIA DAS CONTAS SEPARADAS**

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE  
AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS**

**PARECER E RELATÓRIO DA COMISSÃO DE AUDITORIA**

# **1.º Caderno**

## **Relatório Financeiro**



➤ ANO 2013

▪ **Envolvente Macroeconómica**

A economia mundial continuou a registar em 2013 um crescimento ainda em desaceleração – uma variação de 3% que compara com 3,2 e 2,8% nos anos imediatamente precedentes<sup>1</sup>, embora manifestando já sintomas de algum otimismo após o longo período recessivo iniciado em 2007-2008.

A economia dos países desenvolvidos deu mostras de maior dinamismo, com realce para a americana a reagir aos estímulos subjacentes à política monetária de *quantitative easing* levada a cabo pela FED desde o início da crise financeira. De acordo com a mesma fonte, no conjunto destes países o crescimento do produto passou de 1,4% em 2012 para 1,3% em 2013, verificando-se no caso particular dos EUA ainda alguma desaceleração com o crescimento a passar de 2,8% para 1,9%.

As preocupações centraram-se ultimamente nos países emergentes onde a instabilidade dos mercados financeiros pode vir a ter um forte impacto sobre estruturas económicas mais frágeis, criando uma maior perceção de risco e um potencial de mudança de paradigma por parte dos agentes financeiros, o que aliás tem vindo localizadamente a acontecer, até por força da alteração da política financeira americana. O crescimento dos países da América Latina e Caraíbas quedou-se em 2,7%. A China manteve o nível de crescimento de 2012 (7,7%), após a quebra face a 2011 (9,3%), enquanto na Índia a desaceleração do ritmo de crescimento se revelou ligeira (de 4,7% para 4,4%). A África do Sul e o Brasil continuaram a revelar alguma pujança mantendo-se os ritmos das suas economias em 2,7% e 2,3%, respetivamente<sup>2</sup>. No entanto, esta instabilidade teve efeitos positivos sobre os designados países periféricos do Euro com o dinheiro a afluir para estes quadrantes na busca ativos aproveitando, o diferencial de *yields* ainda existente ao nível da dívida pública e privada, embora com risco acrescido face aos países core do Euro.

Na Europa, a recuperação da atividade económica na segunda metade de 2013 evoluiu de forma positiva, ainda que contida, na generalidade dos estados-membros e na UE no

<sup>1</sup> Fonte: *World Economic Outlook: recovery strengthens, remains uneven* - FMI, abril 2014

<sup>2</sup> Fonte: *World Economic Outlook: recovery strengthens, remains uneven* - FMI abril 2014

seu conjunto, com uma taxa de variação do produto de -0,4% na zona euro e +0,1% na UE.

A economia portuguesa caiu 1,4% em 2013 mas tirou benefício do dinamismo verificado na Europa e noutros mercados externos, por um lado, e por outro, de uma procura interna mais intensa na ponta final do ano, registando-se a modificação do padrão recessivo do período 2010-2012 com o produto a crescer 1,6% após onze trimestres consecutivos de variações homólogas negativas.

Em 2013 o *deficit* orçamental reduziu-se substancialmente, ficando em 4,4% (comparado com os 6,4% de 2012), a taxa de desemprego, apesar de ter ficado abaixo do esperado, cresceu para 16,3%, enquanto o índice de preços no consumidor prosseguiu uma trajetória de queda, fixando-se em 0,4%, uma das taxas mais baixas da zona euro.

#### ▪ **PARPÚBLICA**

No contexto da sua atividade de sociedade gestora de participações sociais, o ano de 2013 corresponde a um período de significativas alterações na composição da carteira de participações da PARPÚBLICA.

Com efeito, logo no início do ano a PARPÚBLICA adquiriu ao Estado um lote de participações cujo valor global ultrapassou os 1,2 mil milhões €, transação que teve como contrapartida a redução da dívida do Estado à sociedade constituída na sequência da entrega de receitas de reprivatização anteriores. Neste lote de participações destacam-se as relativas à totalidade do capital social da sociedade CTT, SA e a 31,44% do capital social da ANA, SA – o que tornou então a PARPÚBLICA detentora de 100% do capital da sociedade –, sendo ainda de referir as participações de 100% na SIMAB – Sociedade Instaladora dos Mercados Abastecedores, SA e a correspondente a 8,82% do capital da AdP, SGPS, SA, para além de outras participações de valor residual.

Em sentido inverso, em 2013 procedeu-se à concretização da venda da totalidade do capital da ANA, SA, operação que havia sido lançada e desenvolvida no ano anterior mas que viria a ter a sua concretização concluída apenas no segundo semestre de 2013. Também em 2013 foi lançada e concretizada a privatização de 70% do capital social dos CTT, através de uma operação de mercado (IPO) que admitiu a totalidade das ações da

empresa à negociação na Euronext Lisbon. A transação mereceu um acolhimento muito favorável do mercado, traduzido quer no facto de mais de 25 mil investidores se terem tornado acionistas da empresa, quer na evolução sustentada que a cotação das ações tem apresentado. Sem dúvida com um contributo apreciável para a bolsa nacional.

No âmbito destas operações de privatização, a PARPÚBLICA entregou ao Estado durante o ano de 2013 um montante de 1,4 mil milhões €.

Em 2013 a PARPÚBLICA procedeu ainda à venda, através de colocação em mercado junto de investidores institucionais, de ações EDP correspondentes a 4,144% do capital daquela sociedade as quais constituíam ativo subjacente a obrigações permutáveis emitidas em 2007 e que foram amortizadas em 2012, pelo que as referidas ações ficaram disponíveis para venda.

Sem impacto em termos patrimoniais mas relevante no contexto da operação de reprivatização dos estaleiros de Viana do Castelo, é ainda de referir a venda ao Tesouro da totalidade do capital da ENVC – Sociedade Imobiliária, SA, sociedade que viria posteriormente a ser liquidada permitindo a construção de uma solução global para a totalidade do património afeto àquela atividade.

Dando cumprimento às decisões do Governo no quadro do programa de privatizações, foi também lançado em 2013 o processo de alienação do capital da EGF, empresa do Grupo AdP, processo no qual a PARPÚBLICA tem estado envolvida e que se espera concretizar nos próximos meses.

Relativamente ao endividamento, é de sublinhar que durante o ano de 2013 foi possível reduzir o valor em dívida em cerca de 560 milhões €, o que representa uma diminuição de aproximadamente 12% face a 2012. Esta redução verifica-se quer no que respeita ao endividamento de curto prazo (que diminui cerca de 720 milhões €, ou seja 45%) por terem sido parcialmente amortizados e por substituição por maturidades mais longas, quer em relação aos empréstimos obrigacionistas de médio e longo prazo cujo valor em dívida baixou para 1,9 mil milhões € face aos 2,3 mil milhões existentes no final de 2012, traduzindo no essencial a amortização do empréstimo EMTN de 800 milhões € em Julho.

**➤ PERSPETIVAS PARA 2014**

O quadro de previsões para 2014 antevê uma recuperação económica em toda Zona Euro, em linha com as perspetivas atuais de crescimento da economia portuguesa, da ordem de 1,2%<sup>3</sup>, facto que traduz uma melhoria relevante do contexto económico e financeiro recente, e que se perspetiva irá estender-se para 2014-2015. Ainda assim, as cautelas são grandes, não apenas pelo facto de no grupo de países com economias sujeitas a ajustamento o processo de recuperação se manter débil e frágil, mas também por estarem reconhecidos os riscos associados aos reduzidos níveis de inflação, já há algum tempo abaixo do objetivo de estabilidade de preços do BCE, com a manutenção de pressões deflacionistas nalguns Estados Membros.

A queda dos preços na Zona Euro é um dos pontos de referência fundamentais da política monetária prosseguida pelo BCE, uma política que mantendo-se ainda instável, conduziu à aceleração da tomada de decisões, entre outras, o saneamento do setor bancário, atento o programa de reavaliação de ativos e da realização de testes de *stress*, e em particular, a implementação da união bancária. No essencial, trata-se de aspetos centrais tendentes a reduzir a fragmentação financeira do sistema, devolver a confiança, e aumentar o crédito ao sector privado não financeiro. Sendo expetável a continuação em queda das taxas de juro de longo prazo nos países com dívida elevada, uma situação consistente com a diminuição do risco soberano, também é certo que a disponibilidade de intervenção do BCE se alterou, incluindo a possibilidade de utilização de medidas não convencionais, com evidentes efeitos nos mercados. Contudo, é de admitir que quer as condições quer a quantidade de crédito se mantenham restritivas por mais algum tempo.

Foi neste contexto que o país regressou ainda em 2013 aos mercados, com emissões de dívida para prazos mais longos e programas de troca de dívida, garantindo uma maior autonomia financeira e a condução das suas políticas em matéria de finanças públicas e, no plano económico, com reflexos sobre o crescimento da economia do país e a redução dos níveis de desemprego para 2014.

---

<sup>3</sup> Fonte: Previsões macroeconómicas do Banco de Portugal, março 2014

Relativamente à PARPÚBLICA, é de salientar que em 2014 deverão ainda ocorrer diversas e significativas alterações ao nível da sua carteira, já que está prevista a realização das operações de privatização das participações remanescentes nos CTT, correspondente a 31,5% do capital, e na REN, relativa a 11%. Admite-se ainda que venha a haver condições para que o Governo decida relançar o processo de privatização da TAP ainda no decorrer do presente ano. Para além destas, a PARPÚBLICA deverá acompanhar o processo de privatização da EGF sendo que, nos termos do respetivo diploma de reprivatização, a receita obtida será utilizada pela AdP, SGPS, SA de acordo com as finalidades previstas no artigo 16.º da Lei n.º 11/90, ou seja, com impacto ao nível do Grupo PARPÚBLICA em termos consolidados.

No que respeita ao endividamento, uma vez obtidas as competentes autorizações, prevê-se vir a emitir no mercado obrigacionista, a par de outros empréstimos bilaterais, nomeadamente para garantir o financiamento parcial do reembolso de empréstimos que se vencem em 2014, encontrando-se os mesmos em negociação por forma a garantir o aproveitamento das melhores condições de mercado e, em particular, a tirar partido da evolução favorável das taxas de juro.

O acompanhamento da atividade das participadas continuará a merecer uma parte substancial da atenção da empresa, seja relativamente a novas alienações, ou que respeitem à respetiva vida empresarial, podendo aqui englobar-se decisões quanto a orientações acionistas, a processos de reestruturação de capital ou mesmo de liquidação de sociedades.

Merece ainda destaque, sobretudo pelos seus efeitos ao nível da empresa, a mais que provável inclusão da PARPÚBLICA no perímetro das contas públicas em 2015, iniciando-se o processo com a contribuição para a elaboração do Orçamento de Estado para aquele exercício já no segundo semestre de 2014.

➤ FINANCIAMENTO E GESTÃO DO RISCO

▪ **Estrutura e maturidade do financiamento**

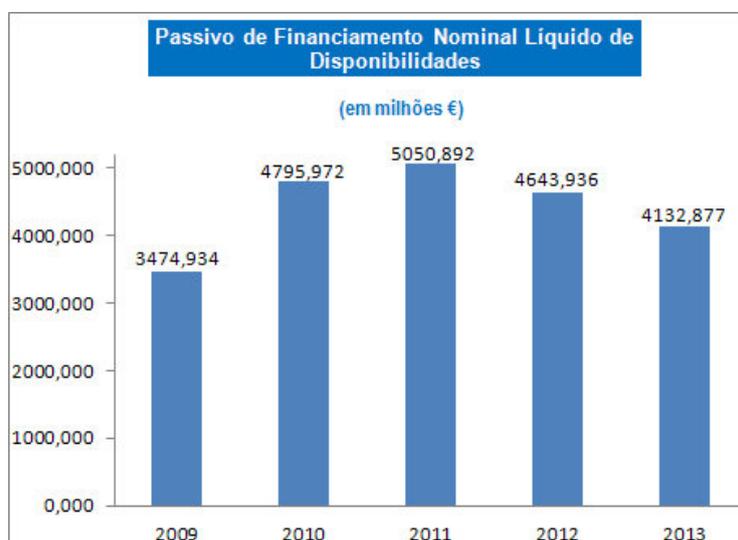
No final do ano de 2013, o passivo de financiamento da PARPÚBLICA situava-se, a valores nominais, em 4.279 milhões €. O passivo de financiamento atingia no final do exercício de 2012 o valor de 4.838 milhões €, o que significa uma redução do mesmo em 559 milhões €, que em termos relativos representa um decréscimo de cerca de 12%.

Nos últimos cinco anos, o passivo de financiamento, em termos nominais, apresentou a seguinte evolução:

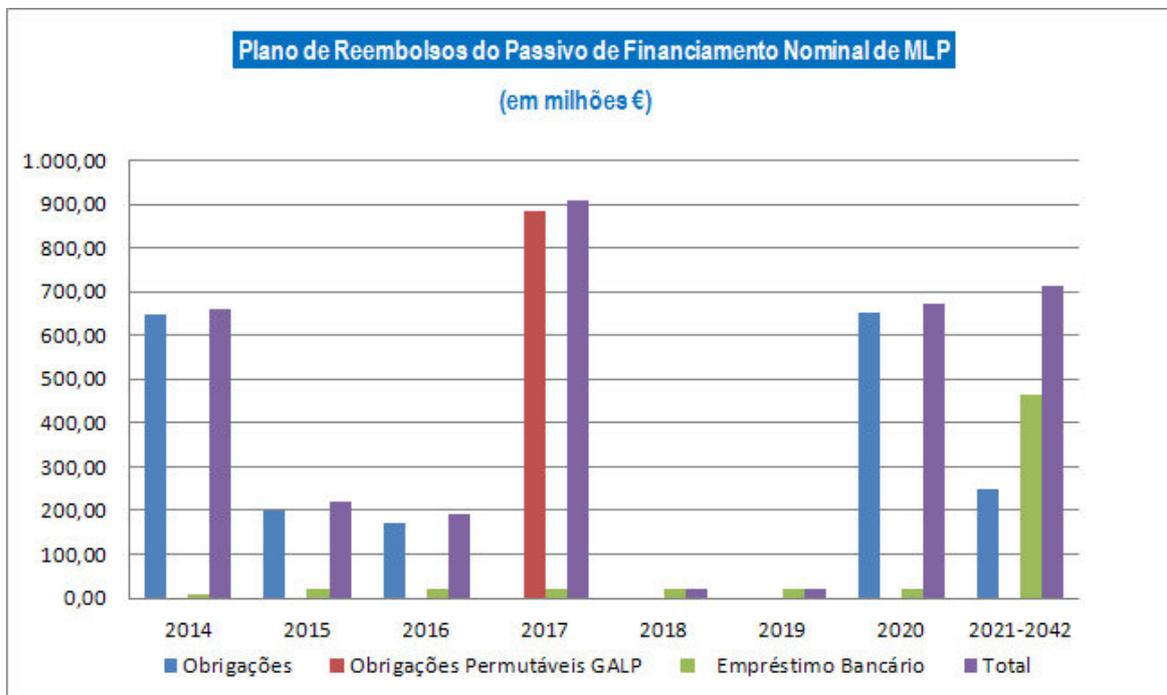
**Passivo de Financiamento Nominal**  
(em milhões €)

	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Curto Prazo</b>		710	1.050	1.595	875
<b>Obrigações</b>	2.200	2.200	2.199	2.349	1.919
<b>Obrigações Permutáveis EDP</b>	1.530	1.015	1.015	8	0
<b>Obrigações Permutáveis GALP</b>		886	886	886	886
<b>Empréstimo Bancário</b>					599
<b>Total</b>	<b>3.730</b>	<b>4.811</b>	<b>5.150</b>	<b>4.838</b>	<b>4.279</b>

Considerando as disponibilidades existentes no final de cada exercício, o passivo de financiamento líquido de disponibilidades, em termos nominais, apresentava no final de 2013 um valor de 4.133 milhões €, comparando com o valor de 4.644 milhões € no final de 2012, refletindo um decréscimo de 511 milhões €, equivalente em termos relativos a cerca de 11 %.



No final do exercício em análise, a maturidade do passivo de financiamento da PARPÚBLICA, em termos nominais, apresentava o seguinte calendário:



O passivo de financiamento de médio e longo prazo tem, em termos nominais, uma maturidade média ponderada de 6,2 anos. As obrigações apresentam uma maturidade média ponderada de 4,7 anos, as obrigações permutáveis apresentam uma maturidade de 3,7 anos e o financiamento bancário atinge uma maturidade média ponderada de 15,0 anos.

### **Evolução da taxa média ponderada do custo do passivo de financiamento**

Para efeitos do cálculo da taxa média ponderada do custo do financiamento consideraram-se os juros suportados, as comissões financeiras, os fluxos associados das operações de *swap* e a amortização das despesas na montagem das operações de financiamento.

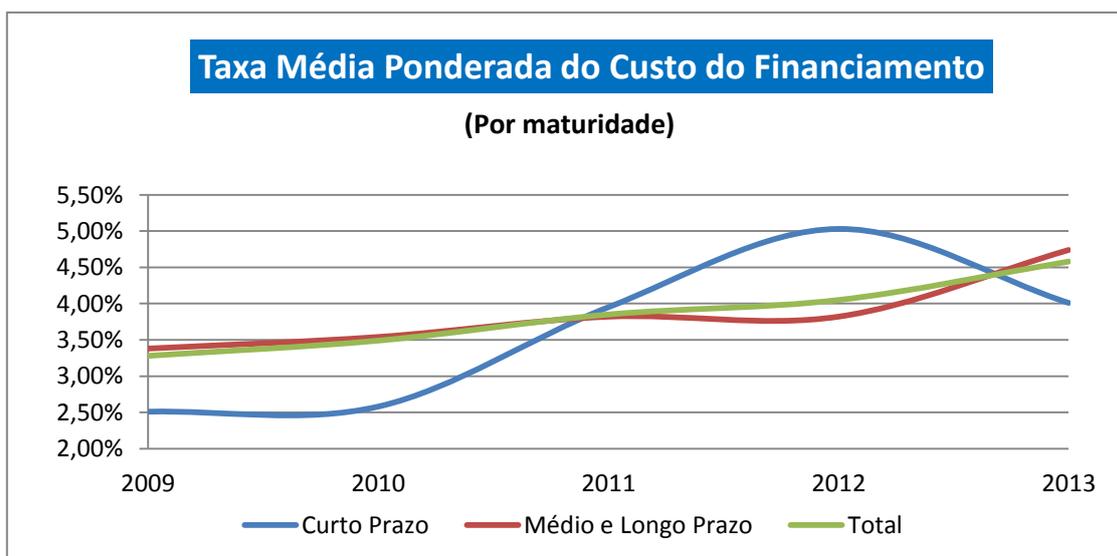
Neste enquadramento, a taxa média ponderada do custo do passivo de financiamento da PARPÚBLICA situou-se no exercício de 2013 em cerca de 4,58%. A taxa média verificada no exercício de 2012 havia-se situado em 4,05%, refletindo um agravamento de cerca de 43 b.p..

Na maturidade de médio e longo prazo, o custo médio do passivo de financiamento foi de 4,74% em 2013, contra 3,82%, verificado em 2012.

Na maturidade de curto prazo, o custo médio do passivo de financiamento situou-se em 2013 em cerca de 4,01%, quando no ano anterior tinha atingido os 5,03%, acompanhando de alguma forma o mercado e, em particular, o esforço de encurtamento dos *spreads*.

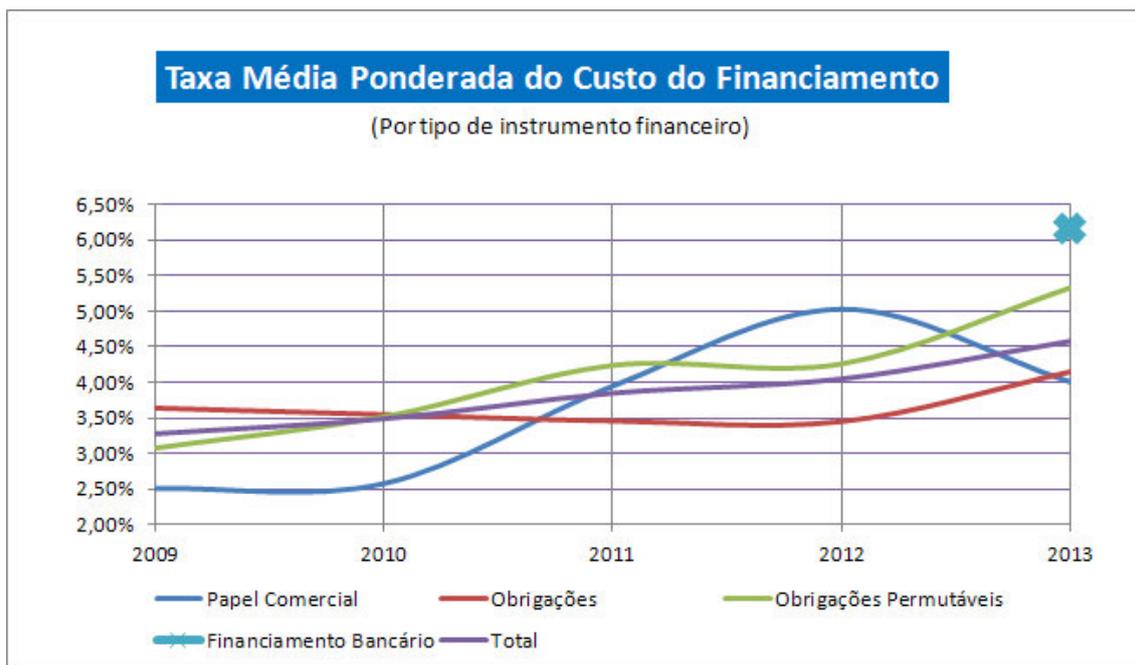
Verifica-se assim que a subida do custo médio do passivo de financiamento se deveu sobretudo à componente de médio e longo prazo.

A taxa média ponderada de custo do passivo de financiamento, por maturidade apresenta a seguinte evolução desde 2009:



No exercício de 2013 a taxa média ponderada verificada nos empréstimos obrigacionista foi de 4,15%, nas obrigações permutáveis de 5,33%, no financiamento bancário de 6,16% e no papel comercial de 4,01%.

Apresenta-se a evolução da taxa média ponderada do custo do passivo de financiamento, por instrumento, a partir de 2009:



No final do exercício de 2013 a PARPÚBLICA tinha três *swaps* de taxa de juro, associados a um financiamento bancário cujo *notional* total era de 465 milhões €.

No exercício foram ainda cancelados outros dois *swaps* com o *notional* de 300 milhões €, que geraram um *cash inflow* positivo de cerca de 10 milhões € para a PARPÚBLICA.

Em 2013, os *cash-flows* totais líquidos dos *swaps* situaram-se em 0,2 milhões € favoráveis à PARPÚBLICA e a variação do justo valor atingiu os 107 milhões €, desfavoráveis à PARPÚBLICA, decorrentes do reconhecimento inicial do financiamento bancário anteriormente negociado para o projeto ELOS e ao qual os mesmos se encontravam acoplados.

### **Evolução dos fluxos associados na ótica financeira**

Os encargos com financiamentos, pagos e corridos, os quais incluem os juros e comissões pagas, a amortização de despesas ocorridas na montagem de operações de financiamento e os fluxos de *swaps* associados, situavam-se no ano de 2013 em cerca de 205 milhões €.

Este valor é ligeiramente superior ao valor verificado no ano anterior, quando atingiu 203 milhões €, equivalente em termos relativos a um acréscimo de 1,00%.

Em termos do passivo médio anual ponderado de financiamento o seu valor, no exercício de 2013, situou-se em 4.485 milhões €, valor inferior em 10,5% ao verificado no ano anterior, quando atingiu 5.011 milhões €.

Apresenta-se a evolução do passivo de financiamento médio ponderado e os respetivos encargos:

**Evolução do Passivo Médio Ponderado de Financiamento e Encargos**  
**[em milhões € e em percentagem (base 2012)]**

	2012	2013
Passivo Médio de Financiamento (valor)	5.011,3	4.485,4
Passivo Médio de Financiamento (evolução)	100,00%	89,50%
Juros e Encargos (valor)	202,97	205,25
Juros e Encargos (evolução)	100,00%	101,12%

A PARPÚBLICA, sendo uma sociedade gestora de participações sociais, tem como principais fontes de rendimento os dividendos recebidos das empresas suas participadas e dos juros dos suprimentos concedidos às mesmas.

Durante o ano de 2013, a comparação entre os fluxos financeiros associados ao financiamento e à carteira de participações, revela a geração de fluxos apreciáveis, tendo em consideração as responsabilidades existentes.

No exercício de 2013, os fluxos positivos no montante total de 172,25 milhões de euros resultam, fundamentalmente do recebimento de dividendos, cerca de 136 milhões de euros, ou 79% do total, e do reconhecimento de juros de empréstimos concedidos no valor de 31,80 milhões €, correspondentes a 18% do total. Os fluxos negativos, essencialmente associados ao financiamento, situaram-se em cerca de 205 milhões €.

Em 2012, os fluxos positivos associados fundamentalmente à carteira de participações atingiu cerca de 365,6 milhões €, enquanto os fluxos negativos associados ao financiamento se situaram nos 203 milhões €.

Apresenta-se quadro com a evolução dos fluxos financeiros associados à carteira de participações e ao financiamento em 2012 e 2013:

**Fluxos Financeiros Associados ao Financiamento e à Carteira**  
(em milhões €)

	2012	2013	Variação
Dividendos	296,60	136,09	-54%
Juros de Empréstimos Concedidos	68,14	31,8	-53%
Juros de Aplicações	0,84	4,36	418%
<b>Total</b>	<b>365,58</b>	<b>172,25</b>	<b>-53%</b>
Juros e Encargos <sup>(1)</sup>	202,97	205,25	1%
<b>Saldo</b>	<b>162,61</b>	<b>-32,99</b>	<b>-120%</b>

(1) Juros pagos e corridos e outros encargos suportados anualizados

**Custo Líquido dos Instrumentos de Dívida e Subjacentes**

Na perspetiva económica, o custo líquido dos instrumentos financeiros de dívida e dos ativos subjacentes contempla, para além dos fluxos financeiros, as suas variações de justo valor, nomeadamente associados às obrigações permutáveis GALP.

Desta forma, o custo total líquido da dívida apurado na ótica económica, apresenta uma componente significativa de variações, que se encontram fora do controlo da PARPÚBLICA, estando relacionadas com a valorização do ativo subjacente das obrigações permutáveis.

▪ **Gestão do Risco Financeiro**

No âmbito da sua atividade, são identificadas pela PARPÚBLICA as seguintes áreas de riscos financeiros suscetíveis de afetar o seu valor patrimonial: (i) risco de crédito, (ii) risco de liquidez, e (iii) risco de mercado.

No risco de mercado identificam-se o risco associado às alterações de *spreads*, o risco de variação da taxa de juro, o risco de capital e o risco inerente aos *swaps* existentes e ao derivado embutido nas obrigações permutáveis.

**(i) Risco de crédito**

O Risco de Crédito a que a PARPÚBLICA está exposta está relacionado com as aplicações financeiras dos seus excedentes de tesouraria, com as contrapartes dos *swaps*

contratados e com os suprimentos concedidos às suas participadas. Os suprimentos são por norma concedidos a favor de participadas cuja gestão é por si controlada e em que a aplicação dos fundos é orientada para investimentos que demonstrem um retorno potencial adequado. A remuneração dos suprimentos reflete o custo médio da dívida da PARPÚBLICA para os respetivos prazos. A aprovação dos suprimentos é da responsabilidade da Comissão Executiva da PARPÚBLICA, podendo esta igualmente decidir em função das orientações que pontualmente possa vir a ter do seu acionista único. As aplicações de liquidez são maioritariamente efetuadas junto do IGCP em respeito pelo Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado e residualmente junto da CGD.

**(ii) Risco de Liquidez**

O Risco de Liquidez da PARPÚBLICA está coberto com a existência de três programas de Papel Comercial no montante global de 1.825 milhões €, os quais estão contratados com instituições financeiras de reconhecida solidez. As atribuições de *rating* das agências internacionais Moody's e Standard & Poor's poderão colocar mais restrições ao pleno cumprimento dos programas contratados, refletindo-se em condições tendencialmente mais exigentes no seu *roll over*. Ademais, não se antevêem riscos maiores neste campo, na medida em que a disponibilidade de *funding* à PARPÚBLICA tem-se mostrado resiliente mesmo nos piores momentos de mercado, não obstante o ligeiro agravamento do custo associado, aliás tal como anteriormente se referiu.

**(iii) Risco de Mercado**

**Risco de Margem (*spread*)**

O risco de aumento dos *spreads*, que resulta fundamentalmente da perceção pelos agentes financiadores do risco de crédito associado à PARPÚBLICA e ao Estado Português, coloca-se fundamentalmente na negociação das emissões de papel comercial e, sobretudo, no seu *roll over*. Os programas de papel comercial contratualizados tinham fixado, em final de 2012, até ao limite de 875 milhões €, um *spread* fixo que vigora até à data da sua renovação. No entanto, as negociações relativas à renovação destas linhas tem vindo a ser alvo de negociações bastante incisivas por parte da PARPÚBLICA junto das suas contrapartes, de modo a refletirem sempre a evolução do mercado e o estreitar das margens entre a PARPÚBLICA e o Estado Português.

### **Risco de Taxa de Juro**

O risco de taxa de juro consiste no risco do custo de financiamento aumentar significativamente devido à variação adversa das taxas de juro de referência no mercado relativamente à dívida contratada a taxa variável. Em relação aos financiamentos a taxa fixa existentes, uma redução das taxas de juro de médio e longo significa que os financiamentos vivos ficam mais caros quando comparados com as taxas exigidas pelo mercado, o que embora favoreça os investidores, prejudica o emitente na medida em que encontraria alternativas de financiamento mais baratas. Porém, em matéria de passivo de financiamento, estas flutuações de valor não apresentam reflexos em resultados. No entanto, os financiamentos obtidos são mensurados inicialmente pelo justo valor resultante da transação que os origina e, subsequentemente, pelo custo amortizado pelo método do juro efetivo. A PARPÚBLICA tem maioritariamente emitido a dívida a taxa fixa.

A dívida de médio e longo prazo da PARPÚBLICA, no que respeita ao tipo de taxa de juro contratada, era representada em cerca de 67% por taxa fixa e em cerca de 33% por taxa variável. Esta estrutura do financiamento incorporando uma grande percentagem de dívida emitida a taxa fixa confere à PARPÚBLICA uma reduzida exposição à flutuação de taxa de juro, em termos de *cash flow*:



No entanto, as variações da taxa de juro apresentam impactos positivos e negativos em resultados da empresa relativamente a instrumentos, passivos ou ativos, mensurados ao justo valor, como é o caso dos *swaps*.

A PARPÚBLICA tem ativas três estruturas de *swaps* de taxa de juro, com vista à contenção do risco de taxa de juro (*swaps* de taxa fixa/taxa variável) associadas ao financiamento de 599,2 milhões de €.

O *notional* total destas três estruturas ascendia no final de 2013 de 465 milhões €, representando cerca de 14 % do passivo de financiamento de médio e longo prazo.

No decurso do exercício foram cancelados outros dois *swaps*, um de taxa fixa/taxa variável e outro de taxa variável/taxa fixa, cujo *notional* ascendia no total de 300 milhões €.

As estruturas de *swap* registaram, nos exercícios de 2012 e 2013, os seguintes valores em termos de *cash flow* e de variação do justo valor:

**Swaps - Cash Flow e Variação do Justo Valor**  
(em milhões de Euros)

	2012	2013
Cash Flow do Exercício	2,7	0,2
Variação do Justo Valor do Exercício	7,5	-111,2

Em 2013, o valor apresentado decorre do reconhecimento inicial das estruturas de *swap* relacionadas com o aludido financiamento, tendo todavia apresentado uma evolução favorável até ao final do ano em cerca de 23,5 milhões €.

Relativamente aos fluxos previsionais, não descontados, do passivo de financiamento de médio e longo prazo e dos *swaps*, os seus valores eram os seguintes no final de 2013 e no final de 2012:

**Fluxos Previsionais**

31 de dezembro de 2013 (em milhões €)				
Fluxos Previsionais, não descontados	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Juros da Dívida de M. L.P. a Pagar	-152,5	-418,0	-589,5	-1.159,9
Fluxos dos Swaps	-11,8	-50,3	-62,5	-124,7

31 de dezembro de 2012 (em milhões €)				
Fluxos Previsionais, não descontados	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Juros da Dívida de M. L.P. a Pagar	-134,9	-353,7	-166,5	-655,0
Fluxos dos Swaps	0,0	3,0	-0,4	2,6

**Risco de Capital**

Com exceção das emissões de obrigações permutáveis realizadas no âmbito de operações de reprivatização, modalidade cuja decisão pertenceu ao Estado, a contratação de dívida em termos gerais depende da Comissão Executiva e apresentada a aprovação dos órgãos competentes do Acionista, com parecer prévio vinculativo da Comissão de Auditoria e do ICGP, este último na decorrência do diploma que rege o Setor Empresarial do Estado<sup>4</sup>.

A decisão de contratação da dívida tem como base as políticas e decisões de investimento e de desinvestimento adotadas em linha com os objetivos e as orientações definidas pela tutela, as previsões de dividendos a receber e a pagar e a otimização do custo do capital.

A estrutura de capitais apresentada pela PARPÚBLICA, considerando o peso do capital alheio no total do capital utilizado pela empresa no decurso da sua atividade, tem-se mantido em níveis adequados de exposição ao risco financeiro, de forma a não comprometer nem a sua atividade, nem a capacidade de cumprimento do serviço da dívida.

Apresentamos seguidamente a evolução entre 2012 e 2013 do *Gearing Ratio*, normalmente utilizado para medir o peso relativo dos capitais próprios face aos capitais totais utilizados.

<sup>4</sup> Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro

**Gearing Ratio**  
(em milhares €)

		2012	2013
Divida Remunerada (contabilística)	(1)	4.955,1	4.221,20
Caixa e Equivalentes	(2)	193,8	146
Passivo de Financiamento Líquido	(3)=(1)-(2)	4.761,2	4.075,20
Capitais Próprios	(4)	2.511,4	3.046,10
Capital Total	(5)=(3)+(4)	7.272,7	7.121,20
<b>Gearing Ratio</b>	<b>(6)=(4)/(5)</b>	<b>35%</b>	<b>43%</b>

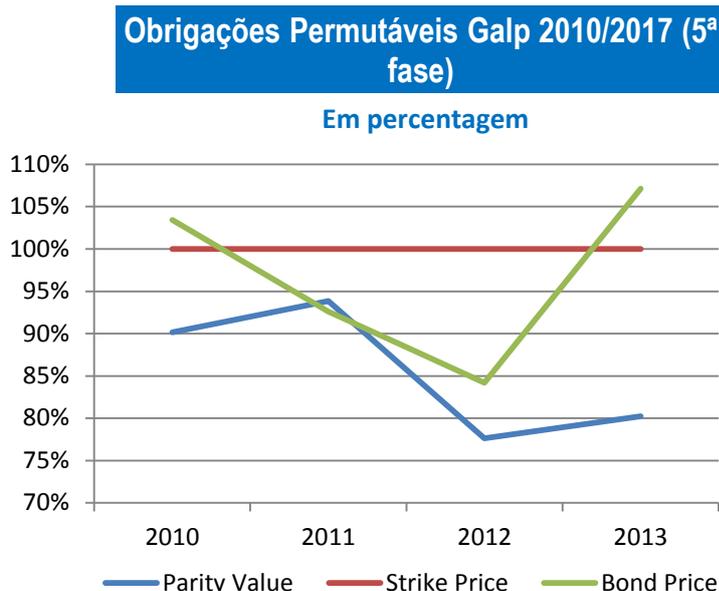
Verifica-se que entre os dois exercícios houve uma subida do *Gearing Ratio* de 35% para 43%, refletindo não apenas a descida do endividamento, como o aumento dos capitais próprio decorrentes dos resultados do exercício.

**Risco Específico da Dívida Titulada por Obrigações Permutáveis**

Enquadrada na 5ª fase de reprivatização da Galp, a PARPÚBLICA realizou uma emissão de obrigações permutáveis, tendo como ativo subjacente as ações da empresa objeto de reprivatização.

Os detentores destas obrigações têm o direito de receber o reembolso das mesmas ao valor nominal na data da sua maturidade ou, caso seja essa a sua opção, em data definida para reembolso antecipado. Podem ainda optar por exercer a troca das obrigações pelas ações que constituem o respetivo ativo subjacente, tendo neste caso a PARPÚBLICA a possibilidade optar pela entrega em dinheiro do valor apurado das ações.

Apresenta-se a evolução da paridade do valor das obrigações permutáveis Galp 2010/2017 (*parity value*), determinado pela evolução das cotações da ação e pelo ativo subjacente associado, comparativamente com o valor nominal da emissão (*strike price*) e a evolução do preço médio anual das obrigações no mercado (*bond price*), verificando que a emissão tem estado sempre *out-of-the money*.



De acordo com as normas contabilísticas em vigor, a opção embutida nesta emissão obrigacionista e os respetivos ativos subjacentes são mensurados ao justo valor com impacto em resultados, assegurando-se o *matching* na mensuração.

A evolução conjugada do justo valor das opções e do justo valor dos ativos subjacentes determina os ganhos e perdas reconhecidos no final de cada exercício. O aumento do valor da opção representa uma perda para a PARPÚBLICA, enquanto o aumento de valor do ativo subjacente representa um ganho.

Apresentamos de seguida a variação do valor das opções e do ativo subjacente das obrigações permutáveis Galp 2010/2017, para os anos de 2013 e de 2012.

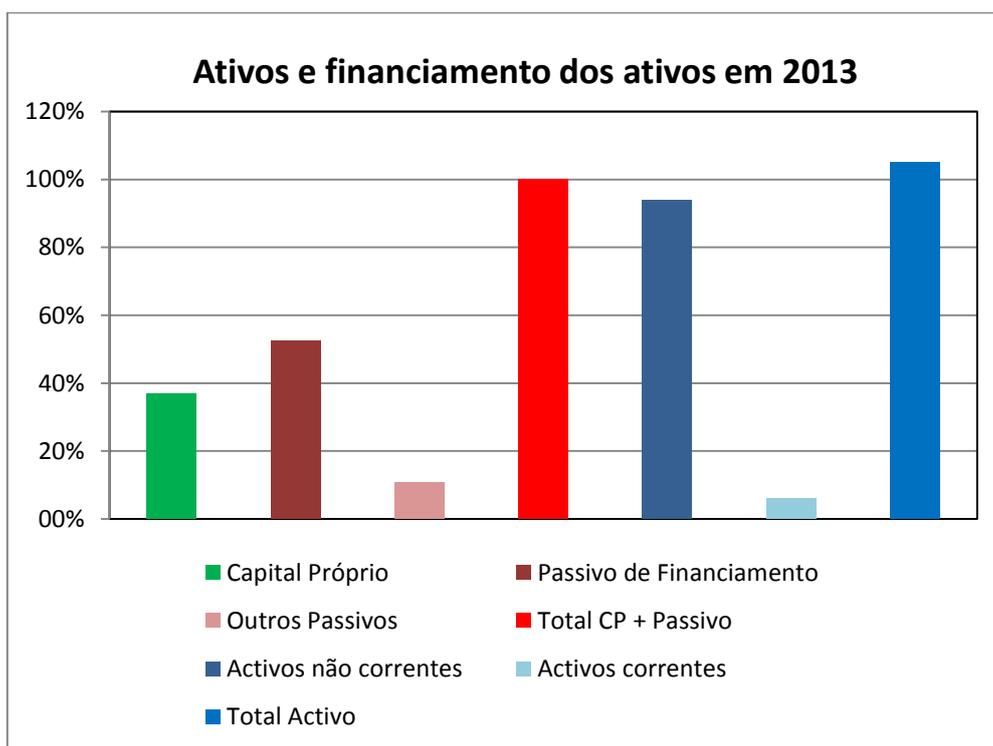
**Variação do Valor das Opções e do Ativo Subjacente**  
(em milhões €)

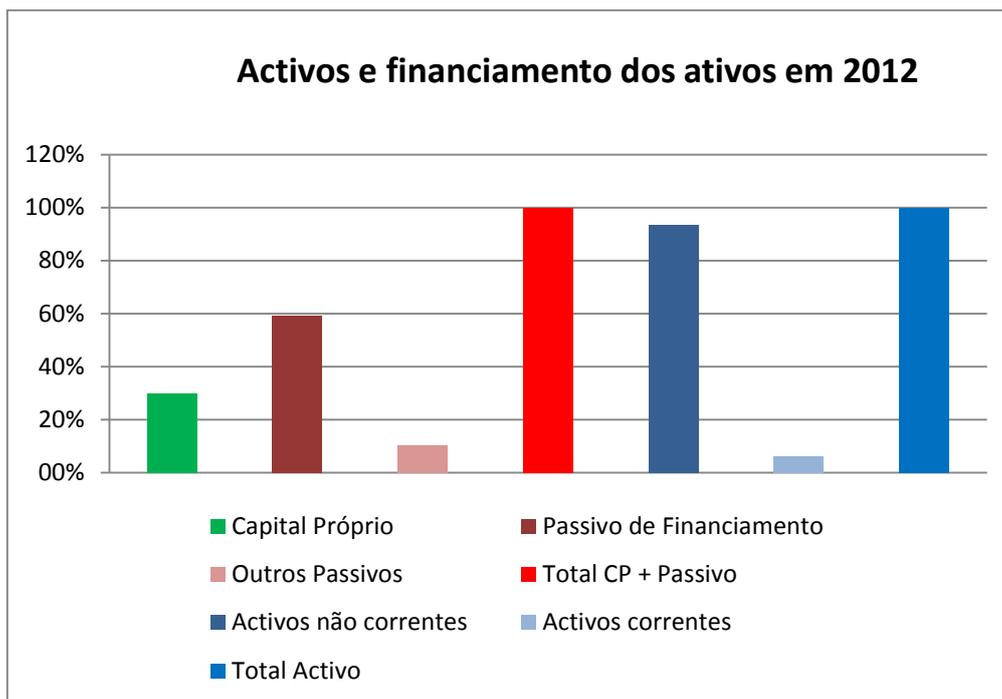
	2012	2013
Variação do Valor das Opções	-114,2	101,1
Variação do Valor do Ativo Subjacente	6,7	11,3
<b>Efeito Líquido</b>	<b>-107,5</b>	<b>112,4</b>

A variação do valor das opções pode-se justificar pela redução das *yields*, do tempo para a maturidade e da volatilidade.

➤ **POSIÇÃO FINANCEIRA E DESEMPENHO DA SGPS**

A análise é efetuada tendo por base as demonstrações financeiras separadas que integram os presentes documentos de prestação de contas, nas quais estão mensurados ao justo valor, além dos derivados, os passivos relativos a opções embutidas em empréstimos obrigacionistas, os ativos respeitantes a ações subjacentes a tais opções e outras opções que não respeitem a associadas ou subsidiárias. As participações em subsidiárias e associadas estão mensuradas pelo custo deduzido de perdas de imparidade acumuladas, quando existam. Os empréstimos obrigacionistas estão mensurados pelo custo amortizado, com quantia inferior ao valor nominal pela parte das despesas com a emissão ainda não imputadas com base no juro efetivo.





▪ **Ativos e Rendibilidade**

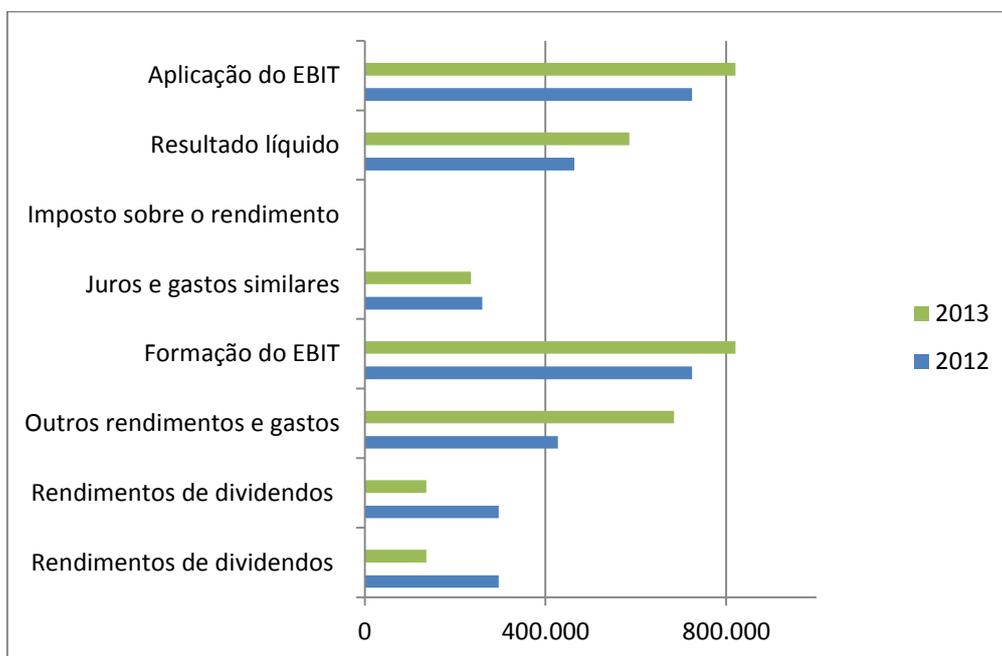
No final de 2013, o ativo era de 8.255 milhões € face aos 8.347 milhões € em final de 2012 sendo maioritariamente representado por ativos não correntes relacionados com atividades fundamentais da empresa na gestão e privatização/reprivatização de participações sociais.

Os ativos não correntes de 7.754 milhões € são constituídos essencialmente por participações em subsidiárias, associadas e outras empresas, por suprimentos a subsidiárias e por adiantamentos por conta da aquisição de novas participações, que constituem um crédito sobre o Estado. Os saldos de 4.205 milhões € em 2013 e de 4.040 milhões € em 2012 decorrem de entregas de receitas de privatizações e de reprivatizações ao Estado por força, respetivamente da Lei 71/88, de 24 de maio e da Lei n.º 11/90 de 14 de abril, a compensar nos termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2000, de 2 de setembro e a quantias não compensadas pelo Estado em resultado da intervenção da PARPÚBLICA na liquidação da ex-IPE.

Os ativos correntes situam-se em 501 milhões €, essencialmente compostos pela rubrica ativos não correntes detidos para venda (CTT, no valor de 248 milhões €) e pela rubrica caixa e depósitos bancários no valor de 146 milhões €.

Importa ainda realçar que a empresa em que a PARPÚBLICA detém participação no capital e que se qualifica como ativo não corrente detido para venda por estar em

processo de privatização com perspectiva de conclusão prevista dentro de um ano, é a CTT.



#### ▪ Estrutura e Custo dos Capitais

O capital da PARPÚBLICA é de 2.000 milhões €, composto por 400 milhões de ações nominativas de 5 euros, detido pela Estado Português e está parcialmente realizado em 1.027 milhões €.

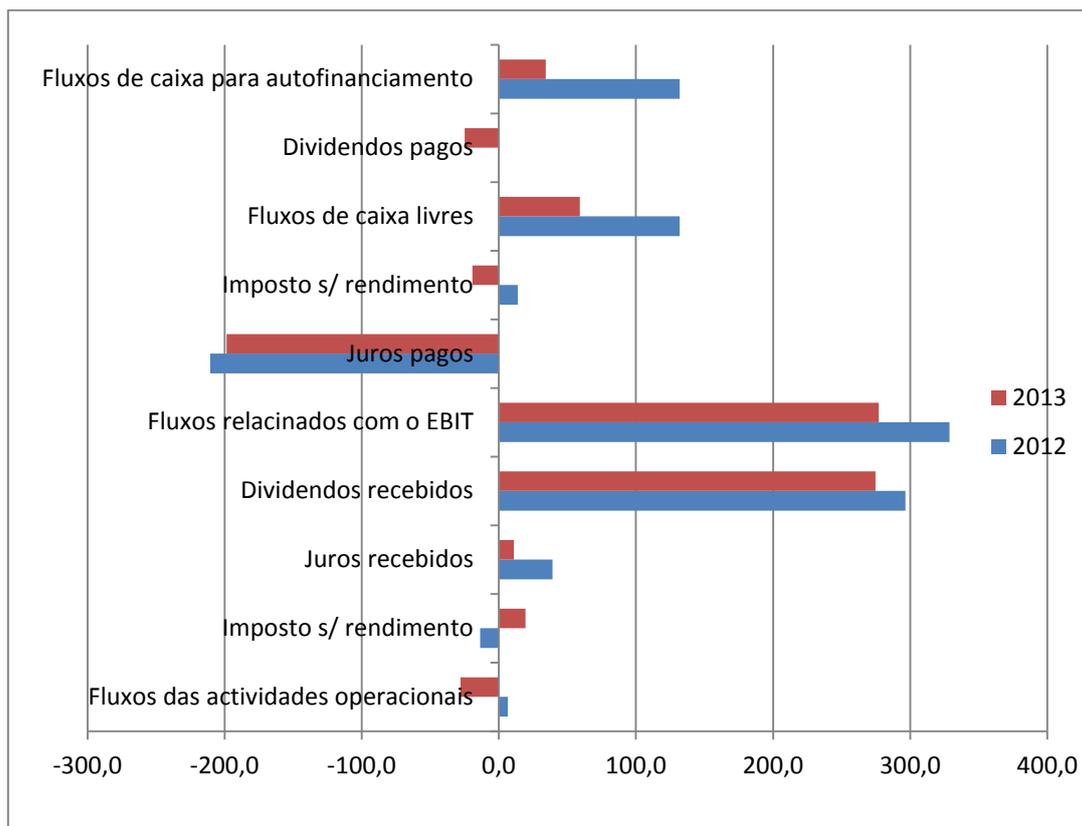
O capital próprio da PARPÚBLICA é de 3.046 milhões € face aos 2.510 milhões € de 2012, refletindo um resultado líquido de 585 milhões € face aos 463 milhões do ano transato.

No final de 2013 o passivo de financiamento da PARPÚBLICA apresentava uma redução de 12% face ao ano de 2012.

Outros passivos financeiros dizem respeito a três *swaps* associados ao empréstimo obrigacionista de 599 milhões €, sendo o valor inicial destes *swaps* de 133 milhões € e de 110 milhões € em 2013.

#### ▪ Fluxos de Caixa

Os fluxos de caixa relacionados com o EBIT, os fluxos de caixa livres para decisão do acionista e os fluxos de caixa após dividendos pagos ao acionista, têm a seguinte composição, em milhões €, nos exercícios de 2013 e 2012:



## ➤ SITUAÇÃO FINANCEIRA E RESULTADOS CONSOLIDADOS DO GRUPO

A condução dos negócios pelas empresas do Grupo continuou a ser decisivamente condicionada pelas orientações de contenção definidas pelo Governo para todo o setor empresarial público, nomeadamente ao nível do aumento do endividamento, o que naturalmente se reflete numa redução dos níveis de investimento. Apesar do enquadramento geral continuar a ser caracterizado por restrições várias, a situação financeira e os resultados consolidados do Grupo PARPÚBLICA registaram em 2013 uma evolução positiva.

- **Situação financeira**

Os capitais próprios consolidados das empresas que integram o universo PARPÚBLICA, que em 2012 já haviam crescido 14%, voltaram a crescer em 2013 cerca de 11%. Mas se atendermos aos capitais próprios afetos ao Grupo PARPÚBLICA, ou seja, não considerando interesses minoritários, o crescimento foi bem mais acentuado tendo ascendido aos 18,5%. Como em anos anteriores, todos os segmentos apresentam capitais próprios positivos com exceção do segmento do “transporte aéreo e atividades relacionadas”, embora se registre como positiva a inversão na evolução que se vinha desenhando nos últimos anos decorrente da crescente degradação dos capitais próprios do Grupo TAP. Mas onde se verificou o maior aumento foi precisamente na holding que é também onde se concentram os capitais próprios consolidados.

Quanto aos passivos totais, assinala-se a sua redução de 16,1 mil milhões € para 13,5 mil milhões, o que representa uma redução de 16%. Esta redução, para além de estar associada à saída da ANA do universo de consolidação, traduz também uma expressiva diminuição dos níveis de endividamento do Grupo. Em termos consolidados o endividamento do Grupo passou de 9,1 mil milhões € para 8,4 mil milhões €, evolução determinada pela redução do endividamento da holding já que nos segmentos das atividades operativas não se verificou alteração significativa, com exceção para o segmento do “transporte aéreo e atividades relacionadas” onde ocorreu um ligeiro aumento.

No que se refere aos ativos consolidados, que ascendem aos 17,6 mil milhões €, há a registar uma redução na ordem dos 2,2 mil milhões €, dos quais quase 2 mil milhões respeitam aos ativos da ANA que saíram em função da venda da empresa. Por outro lado verifica-se que em 2013, cerca de 23% dos ativos consolidados está financiada por capitais próprios, percentagem superior aos 19% de 2012.

- **Resultados Consolidados**

Os resultados consolidados cresceram de forma expressiva, muito em consequência dos resultados obtidos pela holding no âmbito dos processos de privatização. Com efeito, as atividades da *holding* permitiram em 2013 apresentar um lucro superior a 596,4 milhões €, sendo assim a PARPÚBLICA a principal responsável pela formação do resultado consolidado que ultrapassou os 800 milhões €, muito superior, portanto, ao de 2012 que se situou em 430,8 milhões €. De salientar ainda o contributo das unidades operacionais descontinuadas que geraram quase 140 milhões € de lucro, representando mais de 17% do resultado consolidado do Grupo PARPÚBLICA.

É ainda de assinalar que, em 2013, apenas o segmento da gestão e promoção imobiliária apresenta resultados negativos, embora pouco significativos, para além do segmento diversos, que inclui atividades com reduzido peso ao nível do Grupo.

Tal como em anos anteriores, também o segmento de “águas e resíduos” continua a ser relevante para a formação do resultado, agora ainda de forma mais expressiva dado o aumento da participação que é objeto de consolidação, após a aquisição da participação anteriormente detida pelo Tesouro.

O volume de negócios, que apresenta um crescimento de 6%, continua a ter origem essencialmente no segmento do “transporte aéreo e atividades relacionadas” e das “águas e resíduos”, os quais em conjunto representam quase 90% do total consolidado do Grupo.

Mas as principais justificações para o aumento do resultado consolidado estão associadas aos ganhos obtidos em 2013 em alienação de participações, concentrados naturalmente na holding, e nas variações de justo valor, as quais, em 2012, haviam sido negativas (- 166,7 milhões €) e em 2013 se apresentam positivas, ultrapassando os 118,5 milhões €.

## ➤ ANÁLISE POR SEGMENTOS

O Grupo PARPÚBLICA apresenta características particulares, decorrentes da própria natureza da PARPÚBLICA, que é uma sociedade gestora de participações públicas. Esta situação determina não só a composição do Grupo, que integra atividades económicas em setores de atividade muito distintos, mas também a sua própria dinâmica, com entradas e saídas significativas refletindo em particular o papel instrumental da PARPÚBLICA na execução do programa de privatizações.

O ano de 2013 é precisamente um bom exemplo do que fica dito, já que, com as aquisições efetuadas no início do ano o Grupo PARPÚBLICA passou a integrar empresas com negócios em novos setores de atividade, como os CTT e a SIMAB o que significou a entrada do Grupo PARPÚBLICA nos novos negócios “serviços postais” e “mercados abastecedores”. Por seu lado, a concretização das operações de privatização da ANA e da maioria do capital dos CTT, implicaram a alteração do perfil de negócios do Grupo, com a eliminação dos segmentos das “atividades aeronáuticas”, esta agora reduzida ao “transporte aéreo e atividades relacionadas” e também dos “serviços postais”. Para além dos já referidos segmentos “mercados abastecedores” e “transporte aéreo e atividades relacionadas”, permanece o segmento da “gestão e promoção imobiliária”, que é um dos principais negócios do Grupo PARPÚBLICA quer em termos estratégicos, quer em termos patrimoniais, e os segmentos da “exploração agrícola, pecuária e florestal” e da “produção de moeda, publicações e produtos de segurança”, bem como o segmento “águas e resíduos”, que continua também a ser um dos mais significativos do Grupo.

No relato por segmentos, apresenta-se a atividade da SGPS de forma separada das atividades operativas que correspondem aos diversos negócios prosseguidos pelas empresas do Grupo. Apresenta-se ainda, em coluna autónoma, informação relativa às atividades descontinuadas que correspondem aos negócios prosseguidos pelas empresas cuja maioria ou totalidade do capital foi alienado em 2013, CTT e ANA, respetivamente. Por forma a permitir comparações com 2012 a informação referente a este exercício foi re-expressa.

Importa salientar que a informação financeira relativa à generalidade das empresas objeto de consolidação foi, à semelhança do ocorrido no ano anterior, objeto de ajustamento no que respeita aos gastos com pessoal. Esta situação decorre do facto de no ano anterior a PARPÚBLICA ter considerado nas demonstrações financeiras de 2012 o impacto da decisão do Tribunal Constitucional relativa ao pagamento do subsídio de férias, efeito que as empresas participadas, por na data da referida decisão terem já encerrado o seu processo de prestação de contas, apenas vieram a considerar nas demonstrações financeiras delativas a 2013. Para não duplicar o correspondente efeito, este ano os resultados objeto de consolidação foram, face aos apresentados nas demonstrações financeiras das participadas, corrigidos em alta no montante dos encargos em causa.

#### ○ **PARPÚBLICA**

A PARPÚBLICA, vista de forma autónoma no contexto do Grupo, assume uma importância primordial quer em termos patrimoniais quer em termos de resultados, importância que se acentuou no ano de 2013, em grande medida como resultado das operações de privatização realizadas no ano, sobretudo os 100% do capital da ANA.

A análise da atividade da holding foi já objeto de análise detalhada no presente Relatório pelo que aqui se fará essencialmente o seu enquadramento no contexto do Grupo.

#### **Situação financeira**

A situação financeira da holding apresenta uma evolução positiva em 2013 beneficiando dos resultados positivos alcançados no âmbito das operações de privatização levadas a cabo em 2013, apresentando capitais próprios que ultrapassam os 3 mil milhões € e que representam mais de 85% do valor consolidado do capital próprio do Grupo.

Também ao nível dos passivos, a holding assume um peso expressivo já que é responsável por cerca de 38% das responsabilidades consolidadas. Refira-se no entanto a redução do passivo da holding em cerca de 627 milhões €, justificada pela diminuição

dos passivos correntes de financiamento em 876 milhões €, essencialmente associada à amortização do empréstimo EMTN no montante de 800 milhões €. No final de 2013, o endividamento total da PARPÚBLICA ascendia aos 4,2 mil milhões € quando no final do ano anterior era de 4,9 mil milhões €.

Por seu lado os ativos da PARPÚBLICA, que agora representam quase metade dos ativos totais consolidados refletindo a saída dos ativos da ANA, registaram uma ligeira redução de 1,2%, essencialmente justificada pela diminuição das disponibilidades de caixa.

### **Resultados da atividade**

O resultado obtido em 2013 atingiu um valor muito significativo tendo alcançado os 596,7 milhões €. Deste montante, 543,7 milhões € tiveram origem em ganhos obtidos em alienações de participadas, ou seja, estão associados essencialmente à mais valia obtida na venda da ANA, e, de forma mais modesta, também na venda das ações EDP representativas de 4,144% do capital desta sociedade. Já a privatização dos CTT não gerou resultados significativos ao nível da PARPÚBLICA, na medida em que o preço de compra da participação ao Tesouro foi coincidente com o preço de alienação.

Para a melhoria do resultado contribuiu também o aumento do justo valor dos instrumentos financeiros, que alcançaram os 92,5 milhões €, quando no ano anterior tinham representado uma perda de 150,6 milhões €. Os ganhos em 2013 estão associados essencialmente à evolução do valor da opção e das ações Galp subjacentes às obrigações permutáveis emitidas no âmbito da privatização desta empresa, bem como na mensuração do reconhecimento inicial do empréstimo bancário de 600 milhões de euros.

○ **ATIVIDADES OPERATIVAS**

• **Gestão e Promoção Imobiliária**

O imobiliário perdeu nos últimos anos alguns pontos na escala dos ativos reserva de valor, por via de um intenso desequilíbrio do mercado, enquadrado por uma oferta crescente e a queda da procura, com a inevitável redução das rendas e dos preços de venda que, associados à falta de liquidez geral, induziram alterações de comportamento assentes na procura de soluções mais económicas e minimalistas, com renegociação de rendas e redução de espaços, especialmente nos segmentos dos escritórios e áreas comerciais, enquanto os detentores de carteiras continuavam a registar imparidades como resultado das avaliações em baixa.

E apesar do ano findo ser considerado como um marco no percurso da recuperação do setor, é correntemente aceite que o clima dos negócios irá melhorar sim, mas de forma gradual, prevendo-se que alguns dos constrangimentos atuais se mantenham por mais algum tempo, ou seja, que 2014 será para o imobiliário um ano moderadamente favorável.

Em 2013 o volume dos negócios realizados pelo segmento imobiliário do Grupo PARPÚBLICA, assente operacionalmente nos Grupos Sagestamo e Baía do Tejo, e na sociedade Lazer e Floresta cresceu ligeiramente de importância, com uma variação próxima de 2,2%, e um valor de aproximadamente 109 milhões €.

Os ativos do segmento sofreram uma redução de 3,4%, função das variações de justo valor dos imóveis, enquanto o passivo regista uma diminuição superior a 9% em consequência da redução de 8,5% do endividamento das empresas que integram o segmento, passando o seu valor global a ser de 466,5 milhões €. Os capitais próprios, que vinham numa trajetória de degradação crescente, registam em 2013 uma quebra muito menos acentuada, refletindo a melhoria substancial dos resultados (-4,6 milhões €), quando comparados com os do exercício de 2012 (-57,7 milhões €), melhoria que se deve à evolução verificada na Estamo.

## Situação Financeira

O segmento de negócio Gestão e Promoção Imobiliária apresenta no ano vendas e serviços prestados na ordem dos 109 milhões € (+8,2%), integra 10,1% dos ativos do Grupo e o seu financiamento utiliza 20% dos fundos próprios totais, a que acrescem cerca de 466 milhões € de suprimentos concedidos, menos 8,5% do que no ano anterior. O segmento evidencia uma melhoria da estrutura financeira, especialmente por via da recuperação do Grupo Sagestamo, conduzindo a uma redução de cobertura das necessidades de capital do segmento pelos fundos do acionista.

O quadro macroeconómico não foi suscetível à alteração da postura de contenção dos níveis de investimento efetuado, a que voltou a não ser alheia a inexistência de aquisições de imóveis ao Estado, a par com uma continuada desvalorização dos ativos, que acabou por se refletir numa nova quebra, agora de 3,4%, do valor dos ativos deste segmento, para um total de 1.798 milhões €.

As alterações ocorridas na carteira do Grupo PARPÚBLICA não alteraram a importância relativa deste segmento de negócio no ativo consolidado global (10%), pelo que a exposição do Grupo ao risco imobiliário permanece moderada.

## Resultados da Atividade

No final do exercício regista-se que a carteira de imóveis apresenta uma redução acumulada nos três últimos anos superior a 14%, num ambiente de vendas que permanece minimalista, facto que tem reforçado a reorientação da carteira para o segmento de arrendamento.

### Evolução do Património Imobiliário

Unid: milhões €

	Para Venda (b)		Arrendado / Para Arrendamento		Reconversão Urbanística		Outras Situações		Total	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Grupo Sagestamo (a)	82,0	200,0	548,0	515,0	541,8	503,0	1,2	1,6	1173,0	1219,6
Baía do Tejo (b) (c) (d)	11,4	12,7	119,8	124,0	123,6	123,8	4,2	2,7	258,9	263,2
Lazer e Floresta	13,7	14,2	--	--	38,6	40,1	9,7	9,4	62,0	63,7
<b>TOTAL</b>	<b>107,1</b>	<b>226,9</b>	<b>667,8</b>	<b>639,0</b>	<b>704,0</b>	<b>666,9</b>	<b>15,1</b>	<b>13,7</b>	<b>1493,9</b>	<b>1546,5</b>

(a) Inclui os Fundos de Investimento; (b) Terrenos disponíveis para venda ou arrendamento; (c) Inclui os terrenos da Margueira adquiridos em 2010; (d) Inventários

Como se verifica, o valor dos imóveis disponíveis para venda em 2013 cai 53%, em níveis idênticos ao dos anos do início da crise financeira, enquanto o vetor dos imóveis destinados ao arrendamento cresce 4,5%, apesar de se manter muito pouco apelativo o vetor do aluguer de escritórios. A componente de imóveis orientados para reconversão urbanística e requalificação territorial cresce 5,5%, continuando a integrar este subconjunto os imóveis sujeitos a maiores períodos de permanência em carteira, dada a sua complexidade registral, técnica e financeira.

O quadro seguinte dá uma pequena imagem da evolução verificada pelos dois segmentos de negócio, tendo em atenção que se refere tão só aos valores dos dois últimos exercícios, reportados aliás, a um período manifestamente pouco dinâmico. De acordo com os elementos apresentados regista-se uma quebra muito ligeira das vendas (-2,4%), obviamente por via do comportamento dos valores provenientes da alienação de propriedades agroflorestais da Lazer e Floresta que passam a estar alinhados com os do passado recente, enquanto os rendimentos gerados pelos arrendamentos crescem 2,8%, com destaque para o Grupo Sagestamo. Contudo, numa análise de tendência em relação à média dos três últimos anos, constata-se que a situação em 2013 apresenta uma quebra das vendas superior a 32,5%, enquanto nas rendas se verifica um aumento de +41,7%. Note-se que as rendas provenientes dos parques empresariais a cargo da Baía do Tejo, apesar de uma redução de 5,7% no exercício, sofrem uma quebra de 9,1% em relação a média do mesmo período.

**Venda e Arrendamento de Imóveis**

Unid: milhões €

	Venda				Arrendamento			
	2013	2012	2011	2010	2013	2012	2011	2010
Grupo Sagestamo	40,80	34,70	78,40	68,20	54,00	51,80	44,20	18,30
Baía do Tejo	--	--	0,13	0,32	8,20	8,70	9,09	9,28
Lazer e Floresta	1,22	8,35	2,59	1,48	--	--	--	--
<b>TOTAL</b>	<b>42,02</b>	<b>43,05</b>	<b>81,12</b>	<b>70,00</b>	<b>62,20</b>	<b>60,50</b>	<b>53,29</b>	<b>27,58</b>

(\*) Escrituras outorgadas

Apresentam-se de seguida os principais pontos respeitantes à atividade dos três pilares que no Grupo PARPÚBLICA integram segmento Gestão e Promoção Imobiliária.

**GRUPO SAGESTAMO**

O Grupo Sagestamo que, para além da sociedade Sagestamo (SGPS), SA, engloba três subsidiárias, Estamo, Consest e Fundiestamo, manteve em 2013 as linhas gerais de ação do passado recente, ainda que num quadro de endividamento substancialmente mais favorável, e num contexto de desaceleração da reavaliação em baixa dos seus ativos imobiliários. A conjugação destes dois fatores conduziu a um EBIT de 28 milhões € positivos, que compara com os 6,39 milhões € negativos do exercício anterior, e a um resultado líquido positivo de 1,2 milhões €, por comparação com o valor negativo de 48,0 milhões € de 2012.

O Grupo possui ativos no valor de 1.173 milhões €, que registam uma redução de 3,8% face a 2012, parte da qual decorrente das imparidades em inventários e reduções de justo valor em propriedades de investimento (29,4 milhões €). Uma carteira que em face do comportamento do mercado tem vindo a ser reorientada para o arrendamento (segmento onde se encontram agora cerca de 47% dos imóveis), mantendo-se no segmento de promoção imobiliária perto de 46% do total, do qual alguns conjuntos estão envolvidos em ações de valorização, nomeadamente tendo em vista estudos de viabilidade da construção. Apenas 7% dos imóveis em carteira estão disponíveis para venda, embora na verdade, mais de 20% dos ativos não tem a situação documental regularizada, elemento que levanta constrangimentos evidentes à sua colocação no mercado. No ano de 2013 não foram registadas quaisquer novas aquisições ao Estado.

Compreende-se pois que os réditos com rendas e compensações por ocupação de espaço estejam a crescer gradualmente como fonte de receitas do Grupo tendo gerado um montante global de 54 milhões €, mais 4% que em 2012. Sublinhe-se entretanto, que apesar de terem sido recebidos 74% dos valores faturados em 2013, no final do exercício o valor em dívida por parte de entidades públicas era superior a 66 milhões €.

Tendo 2013 sido considerado pelo sector o pior ano de sempre para os fundos imobiliários, que registam pela primeira vez uma rentabilidade média negativa, um período em que os resgates vieram suplantar as novas subscrições, tal performance não foi contudo seguida pelos fundos sob gestão – Estamo, Fundiestamo I e Imopoupança -, com um valor líquido global aproximado de 185 milhões €, em relação aos quais no final do exercício foi apurado um resultado líquido de cerca de 4,7 milhões €.

Como ficou expresso, a grave situação do mercado foi em especial sentida no segmento das vendas cuja contratação, apesar do esforço realizado, registou uma quebra muito expressiva face ao exercício anterior, caindo de 25,6 milhões € para apenas 14,8 milhões €. Em contrapartida, as vendas escrituradas (40,8 milhões €), consequência de contratos celebrados em anos precedentes, deram nota de um aumento importante de quase 18%, comparando com os valores apurados em 2012 (34,7 milhões €).

A correção dos desequilíbrios financeiros do passado, ficou traduzida numa redução substancial dos juros suportados pelas empresas do Grupo, situando-se agora em 448,3 milhões € o montante total da dívida, registando-se assim de novo uma melhoria da solvabilidade e do endividamento das empresas envolvidas, uma situação de enquadramento importante para o desenvolvimento de projetos de promoção imobiliária e a realização de obras de reabilitação e reconversão de imóveis para venda e/ou arrendamento.

As expetativas para 2014 são de uma ligeira melhoria geral, em particular para um maior aumento das vendas, que se espera em resultado do esforço promocional adicional que se fará com o apoio de mediadoras nacionais e internacionais. Aguarda-se o incremento dos pagamentos das rendas e compensações por ocupação de espaço em dívida por parte de várias entidades públicas, bem como se esperam desenvolvimentos positivos nos processos de reconversão urbanística atualmente em análise, tal como nos que se espera iniciar. Não se prevê a aquisição de imóveis ao Estado e outros entes públicos.

## **GRUPO BAÍA DO TEJO**

O ano de 2013 voltou a ser fortemente penalizador das atividades correntes do Grupo Baía do Tejo, SA, nomeadamente ao nível da gestão dos parques empresariais do Barreiro, Seixal e Estarreja, com impacto na quebra das rendas e taxas de cedência cobradas, decorrentes da deslocalização, encerramento, e renegociação de contratos com as empresas cliente.

No caso da Baía do Tejo, apesar dos esforços de gestão do equilíbrio entre a abertura comercial e o reforço da atração de nova clientela, ampliando a vertente comercial e o

alargamento da oferta de soluções e tipologias de espaços, com reflexo positivo no número de clientes e de área ocupada, o volume de negócios caiu 6,5% face a 2012, para um valor próximo dos 8,6 milhões €. Dado o crescimento registado pelos custos operacionais, e sobretudo pelo aumento significativo das imparidades assumidas nos ativos da sociedade, foi de novo registado um resultado líquido negativo, cerca de 2 milhões €, em linha com o verificado no exercício de 2012.

Ao nível da requalificação territorial, continuaram a ser desenvolvidos trabalhos de aprofundamento e redefinição estratégica dos instrumentos de planeamento dos territórios da Quimiparque e Área Envolvente, no Barreiro, e da área da antiga Siderurgia Nacional, no Seixal, e realizado o acompanhamento do Projeto Arco Ribeirinho Sul, no âmbito do qual foi equacionada a reativação do cais da ex-Siderurgia Nacional. Em relação aos ativos respeitantes aos antigos estaleiros navais da Margueira, em Almada, continua a aguardar-se a sua transferência formal para a Baía do Tejo, de modo a efetivar a concentração de todos os ativos imobiliários detidos pelo Estado na margem Sul da AML, potenciando a condução integrada da requalificação da globalidade dos territórios em causa.

No domínio da resolução das questões ambientais destaque para as ações que se realizaram no Parque Empresarial do Seixal, envolvendo valores superiores a 6 milhões €, com participações do POVT/QREN na casa dos 70%. A PARPÚBLICA tem acompanhado o esforço financeiro da Baía do Tejo nos projetos de remediação ambiental, tendo no ano de 2013 realizado mais uma parcela de Capital da sociedade no valor de 3,7 milhões €.

A Baía do Tejo, SA continua detentora de participações sociais na Ambisider - Recuperações Ambientais, SA (sociedade detida a 100% que no exercício apresentou um volume de negócios de cerca de 2,1 milhões €, e um resultado líquido positivo de 7,8 mil €), e na Ecodetra – Sociedade de Tratamento e Deposição de Resíduos, SA (51%), empresa que se mantém desativada. Em ambos os casos, o processo de intenção de venda das participações não tem encontrado no mercado condições favoráveis à sua concretização.

De registar que, apesar da conjuntura e dos resultados obtidos, a empresa-mãe, e o Grupo, continuam a registar solidez financeira, e grau de endividamento nulo.

## **LAZER E FLORESTA**

No exercício de 2013, a Lazer e Floresta, SA que tem por objeto social o planeamento, a promoção e o desenvolvimento de projetos no âmbito das atividades agrícola e pecuária, florestal, imobiliária, turística e cinegética, gerou com a sua atividade corrente um volume de negócios de 3,2 milhões € (1,2 milhões € associados a vendas de propriedades, e o remanescente à exploração florestal), do qual foi obtido um resultado líquido positivo de cerca de 180 mil €. Este resultado deve ser contudo analisado em conjugação com os excedentes associados à valorização aos ativos, contabilizados no valor de 37,8 milhões €, e aos cash-flow gerados, que no período atingiram 1,4 milhões €, mantendo a empresa uma elevada solidez financeira e a financiar-se exclusivamente através de capitais próprios.

O património da sociedade era constituído por 17.717 hectares de propriedades próprias rústicas ou mistas, e 1.544 hectares arrendados com contratos de longa duração. O valor global das propriedades e ativos biológicos sob gestão ascendia a 84,4 milhões €, tendo registado uma quebra de 1,3% face a 2012, em face das vendas realizadas. A componente mais representativa continua a centrar-se no conjunto de herdades com potencial turístico-imobiliário às quais corresponde uma área de cerca de 8 mil hectares, estando os ativos biológicos avaliados em cerca de 22,4 milhões € (que registam uma variação positiva de 2,9%, em relação ao exercício anterior), neles predominando o eucalipto e o sobreiro.

Apesar do quadro económico recessivo e numa área de atividade em crescendo concorrencial, nomeadamente da Banca, a empresa deu continuidade aos trabalhos de valorização e desenvolvimento do potencial turístico de algumas propriedades, com destaque para a Herdade de Vale dos Reis em Alcácer do Sal, bem como noutras sitas nos concelhos de Castelo Branco, Alandroal e Reguengos de Monsaraz.

Para 2014, apesar das expetativas modestas quanto à abertura do mercado, a empresa propõe-se manter as principais linhas de ação adotadas no passado recente, ou seja, a venda de propriedades, a exploração dos recursos da fileira agro-florestal e cinegética,

bem como prosseguir a estratégia de valorização das propriedades identificadas com potencial turístico-imobiliário.

- **Exploração agrícola pecuária e florestal**

No Grupo PARPÚBLICA esta atividade continua a ser exclusivamente desenvolvida pela Companhia das Lezírias, SA, sociedade anónima de capitais públicos cujo capital social é integralmente detido pela PARPÚBLICA.

O ano de 2013 ficou marcado pela extinção da Fundação de Alter Real (FAR), através do Decreto-Lei n.º 109/2013, de 1 de agosto, e aí estabelecida a transferência para a Companhia das Lezírias do património mobiliário e imobiliário da Coudelaria de Alter, assim como a sua manutenção, preservação e exploração. Este quadro possibilitou a reunião numa única entidade das Coudelarias de Alter (AR), da Nacional (CN) e da Companhia das Lezírias (CL), agilizando a implementação e desenvolvimento de uma política única equina.

### **Situação Financeira**

Os ativos afetos a esta atividade representam menos de 1 % dos ativos, quer do conjunto das atividades operativas quer do Grupo PARPÚBLICA, percentagem ainda assim superior aos 0,1% que representa o peso relativo dos passivos. Ainda assim o seu contributo para a formação dos resultados consolidados foi positivo embora naturalmente muito reduzido dada a dimensão da sociedade.

Ao longo do tempo a sociedade tem apresentado uma situação financeira sólida e estável, sendo que o capital próprio cobre mais de 80% do ativo, e não possui passivo de financiamento.

Apesar dos impactos ocorridos no exercício, a atividade desenvolvida permitiu manter a tendência do passado recente já que o ativo continua financiado quase exclusivamente por capitais próprios e a sociedade continua a não registar nas suas contas anuais quaisquer dívidas bancárias. O crescimento do ativo para 108,9 milhões € (+10,5%) e a

estabilidade do passivo em 20,7 milhões €, dão nota geral do comportamento registado pelos grandes agregados.

### **Resultados da Atividade**

Com o maior nível de pluviosidade dos últimos 100 anos, o ano agrícola de 2013 não foi especialmente favorável a diversas culturas, nomeadamente arroz, milho e tomate, a primeira das quais seria também afetada pelas baixas temperaturas da primavera. Um ano marcado por condições pouco favoráveis de preços em relação a vários produtos como o milho silagem, milho grão, arroz, carne de bovino, e cortiça, afetando negativamente as rentabilidades das respetivas atividades.

A extinção da Fundação de Alter Real veio traduzir-se a partir de agosto do ano findo na transferência de um conjunto de atribuições relacionadas com a gestão dos efetivos equinos (no total de 518 animais, 20% dos quais cedidos, nomeadamente à Escola Portuguesa de Arte Equestre) e do património imobiliário anteriormente afeto àquela Fundação, bem como na integração de parte do pessoal (no final de 2013, após reestruturação, exerciam funções 28 elementos provenientes da FAR), situação cujos reflexos, numa base comparável, teve um impacto direto negativo nos resultados da Companhia.

O resultado obtido, cerca de 9,5 milhões € é substancialmente superior ao registado em 2012, muito por força do impacto da valorização das propriedades de investimento (cerca de 10 milhões €), decorrente do aumento do rédito obtido com o arrendamento de terras (cerca de 2,3 milhões €), por via da renegociação dos contratos existentes, mas também pelo contributo das atividades vitivinícola e florestal com registam um crescimento anual das vendas superior a 30%.

#### **Evolução das Vendas por Área de Negócio**

Unid: mil €

	2013	2012
Produtos Agrícolas	1.797	1.559
Área Vitivinícola e Oleícola	1.064	795
Produtos Florestais	864	622
Pecuária	893	854
<b>Vendas</b>	<b>4.618</b>	<b>3.830</b>
Caça	74	87
Agro-Turismo	132	72
Outros	12	8
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>218</b>	<b>167</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.836</b>	<b>3.997</b>

A atividade agrícola, apesar de negativamente influenciada pelas condições climáticas, apresentou ainda assim um crescimento muito positivo (15%), resultante do equilíbrio conseguido entre quantidades produzidas e variações de preços, mas especialmente por via do aumento das vendas de milho silagem. O crescimento da atividade vitivinícola foi conseguido num contexto de simplificação de marcas e referências em comercialização, assumindo especial significado o aumento das vendas do vinho em *bag-in-box*. A quantidade de cortiça tirada no ano foi muito superior à realizada em 2012 (cerca de mais 10.000 @ de cortiça amadia), facto que apesar da quebra do seu preço, se traduziu num crescimento significativo das vendas. O ligeiro aumento das vendas de “bovinos de carne”, cerca de 2%, ficou a dever-se especialmente ao maior número de cabeças vendidas, face à quebra do preço médio/cabeça. Relativamente à produção equina, a mesma continuou a refletir o quadro de estagnação do mercado, ainda que o valor apurado das vendas tivesse subido, de 29 mil € para os 52 mil.

As atividades não tradicionais continuaram a desenvolver-se num contexto desfavorável associado ao enquadramento económico geral, circunstância que apesar do crescimento das atividades de agro-turismo - cujo aumento de receita se fica a dever à conclusão do processo de licenciamento do EVOA, projeto aberto ao público no mês de abril -, manteve o impacto negativo deste segmento de negócio na formação dos resultados da sociedade.

Por força da integração de parte das atividades a cargo da extinta FAR a sociedade não conseguiu no exercício prosseguir o esforço de redução dos custos operacionais do passado recente, sendo contudo de salientar uma nova redução do prazo médio de pagamentos.

Relativamente às perspetivas de futuro a equipa de gestão prevê o aumento dos resultados operacionais a apurar em 2014 já no quadro do novo perímetro de negócio, apesar da significativa influência direta negativa que a integração das atividades coudélicas e turísticas da Fundação Alter Real continuará a exercer sobre os resultados da sociedade, cuja dimensão contudo, procurará gradualmente eliminar. No entanto, aguarda também com expectativa as definições finais sobre o novo Quadro Comunitário de Apoio (2015-2020), as quais terão naturalmente impacto nos resultados futuros da Companhia das Lezírias.

- **Produção de moeda, publicações e produtos de segurança**

Na última década a sociedade enfrentou significativos desafios decorrentes da redefinição do seu âmbito de atuação e do seu posicionamento face ao mercado. No novo enquadramento a empresa tem procurado ajustar-se quer em termos de dimensão quer de estrutura de oferta, tendo centrado a sua atividade em novos produtos, nomeadamente os que dão expressão às novas formas de relacionamento entre os cidadãos e as organizações e o Estado, como sejam os cartões bancários, o cartão do cidadão ou o passaporte eletrónico, produtos cuja característica essencial assenta na garantia de elevada segurança.

Em termos consolidados este segmento continua a ter uma expressão relativamente reduzida embora o seu contributo seja positivo, quer em termos de capital próprio quer em termos de resultados

### **Situação Financeira**

A INCM continua a apresentar uma situação financeira e patrimonial sólida a qual foi ainda reforçada com os resultados obtidos no exercício de 2013. Com efeito no final de 2013 mais de 75% do ativo estava financiado por capitais próprios (70% em 2012) e o passivo de financiamento encontrava-se integralmente amortizado. Também ao nível da liquidez é de realçar que a sociedade continua a acumular disponibilidades as quais no final do exercício atingiam já um montante próximo dos 68 milhões € (+7,6 milhões do que no final de 2012), o que corresponde a cerca de 40% do ativo total da sociedade e quase 90% das vendas e prestações de serviços de todo o ano de 2013.

### **Resultados da atividade**

No exercício em análise a sociedade apresentou um lucro de 15,3 milhões €. No entanto deve salientar-se que para este resultado concorreu a reversão de uma provisão de 5 milhões €, relativa a uma aplicação financeira que a sociedade tinha no BPN. Ainda assim, o lucro apurado foi ligeiramente inferior ao alcançado em 2012 (15,8

milhões €) tendo associada uma redução do nível de atividade visível no facto do volume de negócios ter ficado abaixo dos 76 milhões € quando em 2012 havia alcançado um valor próximo dos 80 milhões €.

Relativamente às atividades correntes a redução é em parte explicada pelo facto de 2012 ter sido o último ano de atribuição da indemnização compensatória associada à disponibilização gratuita do DR e à prestação do serviço de contrastarias. Em sentido inverso é de referir que, na sequência da Portaria nº 418-A/2012, em 2013 ocorreu a atualização dos valores cobrados na área das contrastarias, o que não acontecia há mais de duas décadas. Esta atualização justifica que, apesar de se ter reduzido, quer o número de entidades matriculadas quer a quantidade e o peso dos artefactos sujeitos a marcação, a receita cobrada pela área das *Contrastarias* cresceu 58% relativamente ao ano anterior.

	unid: milhares €			
	2013	2012	2011	2010
<b>Vendas e Prestações de Serviços</b>				
Gráfica	56.176	54.201	52.859	56.797
Moeda e Produtos Metálicos	6.261	11.619	11.277	15.038
Publicações	4.847	5.363	7.681	9.059
Contrastarias	1.839	1.162	1.313	1.748
<b>TOTAL</b>	<b>69.123</b>	<b>72.345</b>	<b>73.130</b>	<b>82.642</b>

Como se constata no quadro supra a atividade continua essencialmente centrada na área *Gráfica*, onde se verificou até um aumento das vendas e prestações de serviços, o que reforçou o seu peso relativo no conjunto da atividade da INCM representando agora mais de 80% do total das vendas e prestações de serviços. A atividade onde se verificou uma quebra mais expressiva (-46%) foi na *Moeda e Produtos Metálicos* o que está associado ao facto de em 2013 não ter havido produção de moeda corrente para pagamentos, por não ter havido pedido por parte do Banco de Portugal. A queda do preço do ouro nos mercados internacionais terá também afetado o volume de vendas das várias moedas que incorporam este metal. Também a área das *Publicações* regista uma quebra continuada representando agora cerca de 9% do total das vendas e prestações de serviços, percentagem que em 2010 era o dobro.

Relativamente aos gastos operacionais a empresa tem vindo a prosseguir, em linha com as orientações definidas para todo o setor empresarial público, uma estratégia de

redução dos gastos para o que também tem contribuído a redução do número de efetivos que no final de 2013 ascendia a 665 colaboradores, número significativamente inferior aos 973 existentes no final de 2005, quando se deu início a uma profunda alteração do contexto de funcionamento da empresa.

Verifica-se assim a consolidação de uma tendência de quebra das receitas e dos resultados da atividade corrente, o que justifica o enfoque que o acionista vem dando no sentido da empresa potenciar a sua capacidade de captar novos mercados e dirigir a sua atividade preferencialmente para os produtos de maior valor acrescentado, de modo a permitir o aumento da rentabilidade das operações.

- **Transporte aéreo e atividades relacionadas**

Com a privatização da ANA este segmento passou a integrar exclusivamente o Grupo TAP o qual é constituído pela TAP, SA cuja atividade se centra essencialmente no transporte aéreo, embora desenvolva também o negócio da manutenção, o qual é também prosseguido no Brasil por outra empresa do Grupo, a TAP Manutenção e Engenharia Brasil. O Grupo prossegue ainda outras atividades diretamente relacionadas como transporte aéreo como seja o handling, o *catering*, a gestão de lojas francas e atividades subsidiárias destas.

Enquanto o ano de 2012 ficou marcado pelo desenvolvimento do processo que visava a privatização do capital da SGPS do Grupo TAP, o qual viria a ser encerrado sem que tivesse ocorrido qualquer transação, o ano de 2013 foi um período essencialmente de consolidação da estratégia global do Grupo e de aprofundamento dos processos de reestruturação de algumas empresas participadas.

Em termos consolidados este segmento continua a ser expressivo na perspetiva patrimonial já que 9% dos ativos consolidados estão afetos a esta atividade, percentagem que é significativamente superior no que respeita aos passivos (15,2%) já que o segmento apresenta capitais próprios negativos. Por outro lado, agora que o segmento é apenas composto pelo Grupo TAP, a sua contribuição para a formação do resultado consolidado é menor, embora seja de salientar que em 2013 se apresenta

positiva. Esta situação reflete essencialmente a melhoria dos resultados divulgados pelo Grupo TAP, que apesar de tudo se mantiveram negativos, mas também os efeitos da correção associada ao tratamento dos gastos com o subsídio de férias dos trabalhadores, referente a 2012. Como já anteriormente mencionado estes gastos já haviam sido foram considerados nas DF's consolidadas do Grupo PARPÚBLICA relativas a 2012, pelo que devem agora ser abatidos aos gastos de 2013, o que torna o resultado do Grupo TAP, para efeitos de consolidação, positivo.

### **Situação financeira**

Apesar de nos últimos anos o negócio do transporte aéreo ter permitido alcançar resultados positivos, em termos consolidados o Grupo TAP tem apresentado sucessivos prejuízos que levaram à degradação do Balanço e à erosão dos capitais, tendo apresentado no final de 2012 capitais próprios negativos que se situavam próximo dos 400 milhões €.

Apesar de uma conjuntura internacional marcada por tímidos sinais de recuperação e da envolvente nacional estar ainda marcada por fatores que não são propícios ao crescimento da procura, o ano de 2013 corresponde a um período de melhoria dos resultados quer a nível consolidado quer ao nível das participadas com maior peso na formação dos resultados, o que permitiu que o Grupo TAP apresente um resultado consolidado que se aproxima do equilíbrio. Esta situação, a par da ocorrência de alguns fatores positivos com impacto sobre o capital, como seja o efeito positivo da variação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados (*swaps de jet fuel*), que ascenderam a 8 milhões €, permitiu uma subida do capital próprio, a qual se espera sinalize uma inversão da tendência de degradação desenhada nos últimos anos.

Quanto ao endividamento verifica-se que os financiamentos obtidos (incluindo a dívida bancária e a locação financeira) atingiram no final de 2013 os 1.050 milhões €, o que representa um ligeiro crescimento de 1,6% relativamente ao exercício anterior. No entanto, tendo em conta o expressivo aumento das disponibilidades (+185,3 M€), conclui-se que a dívida líquida, ao situar-se em 780 milhões €, caiu cerca de 17,8% relativamente ao ano anterior.

A atual situação financeira do Grupo TAP, nomeadamente o seu nível de endividamento, estão, em boa medida, relacionadas com o nível de desempenho da participada TAP ME Brasil e o financiamento das suas necessidades de tesouraria, razão pela qual as perspetivas de evolução do Grupo estão fortemente dependentes da capacidade de recuperação desta.

Ainda assim, dadas as regras comunitárias em matéria de concorrência, a recomposição dos capitais só poderá ser alcançada no quadro da privatização do capital do Grupo. Também neste sentido a evolução favorável que se verificou no período, se consolidada, é um fator facilitador de um eventual relançamento do processo de reprivatização, cuja decisão cabe ao Governo.

### **Resultados da atividade**

Ao nível do Grupo TAP o transporte aéreo, atividade essencial da TAP, SA, continua a ser o principal negócio e o que apresenta um desempenho mais favorável, permitindo que esta participada tenha encerrado o ano de 2012 com um resultado positivo e significativamente superior (+43%) ao apurado no ano anterior.

Em termos consolidados o volume de negócios manteve-se praticamente inalterado face a 2012, sendo, nesta perspetiva, este segmento o mais expressivo de todo o Grupo PARPÚBLICA já que é responsável por mais de 63% do volume de negócios consolidado.

Ainda assim o volume de negócios do Grupo TAP em 2013 apresentou um muito ligeiro crescimento de cerca de 2%, evolução que não foi uniforme ao nível dos diferentes negócios.

O transporte aéreo, responsável por quase 90% do total das vendas e prestações de serviços do Grupo TAP, apresenta um aumento das receitas de 4%. Este resultado é principalmente devido à evolução positiva verificada nas rotas do Atlântico Sul (+6,7%) as quais são já responsáveis por cerca de 35%, o que significa que este mercado apresenta no Grupo TAP um peso relativo praticamente igual ao mercado europeu.

Em sentido inverso há a assinalar a redução superior a 20% ocorrida no segmento de negócio da manutenção, quebra que se verificou exclusivamente na atividade em

Portugal que faturou menos 40 Milhões € (-35%) face ao ano anterior. Esta significativa quebra é particularmente relevante porque a mesma está associada a questões conjunturais, como sejam as fragilidades financeiras de alguns dos clientes, mas principalmente a alterações das regras do mercado promovidas pelos fabricantes com o objetivo de reforçarem a sua posição, das quais decorrem limitações e dificuldades acrescidas para as restantes organizações prestadoras de serviços de manutenção. Pelo contrário a atividade no Brasil apresentou uma ligeira melhoria tendo alcançado em 2012 um valor (72,5 Milhões €) praticamente igual ao registado em Portugal (74,2 Milhões €). A par deste aumento da atividade, e refletindo certamente o efeito do programa de reestruturação que vem sendo implementado nos últimos anos, o resultado alcançado pela TAP ME Brasil apresentou uma melhoria expressiva relativamente ao prejuízo apurado em 2012 (50,4 Milhões €), embora se mantenham em níveis fortemente negativos (- 41 Milhões €).

Com a redução das receitas do negócio da manutenção ocorrido em 2013 verifica-se que o segundo negócio com maior volume de vendas, naturalmente depois do transporte aéreo, passou a ser a gestão das lojas francas onde é gerado 6% do volume de negócios do Grupo TAP.

Ao nível dos custos operacionais os encargos com combustíveis continuam a ter um peso muito significativo representando cerca de 34% do total. Ainda assim, a fatura com combustíveis apresentou em 2013 uma redução de 5,4% relativamente ao ano anterior, redução que se ficou a dever à descida do preço médio do *jet fuel* no mercado e ao efeito positivo da valorização cambial do euro face ao dólar.

Apesar dos esforços feitos nos anos anteriores, dada a situação financeira do Grupo, e também atendendo à forte concorrência que caracteriza o setor, mantém-se a necessidade de aprofundar e desenvolver todas as ações de racionalização que possam contribuir para uma maior eficácia das operações e rentabilidade do negócio. Em particular no que respeita à TAP ME Brasil espera-se que se concretizem as perspetivas positivas quanto à melhoria do desempenho de modo a alcançar-se um novo patamar de rentabilidade que permita a recuperação dos investimentos efetuados.

- **Águas e Resíduos**

O Grupo AdP continua a integrar o universo PARPÚBLICA tendo inclusivamente aumentado a percentagem que é objeto de consolidação. Na sequência da aquisição ao Tesouro das ações representativas de 8,82% do capital social de que o Estado era titular, transação ocorrida no início de 2013, a participação da PARPÚBLICA no capital da AdP, SGPS, SA passou a ser de 81%. O restante capital encontra-se na carteira da Parcaixa, sociedade gestora de participações sociais cujo capital é maioritariamente detido pela CGD, e na qual a PARPÚBLICA participa em 49%.

O ano de 2013 fica marcado pelo início de processo de privatização do Grupo AdP com o lançamento dos trabalhos preparatórios da venda do capital da subholding para a área dos resíduos sólidos urbanos, a Empresa Geral de Fomento, SA (EGF). No quadro deste processo promoveu-se a alteração do regime regulatório por forma a adaptá-lo ao novo contexto decorrente da privatização por forma a preservar a sustentabilidade financeira da atividade em termos que salvaguardem o interesse público subjacente, em termos económicos e de prestação de serviço. A preocupação de definir de forma rigorosa e clara o enquadramento regulatório aplicável justificou o prolongamento da fase de preparação do processo de privatização pelo que o respetivo Decreto-Lei viria a ser publicado já em 2014, prevendo-se que a concretização da operação venha a ter lugar nos próximos meses.

Ao nível do Grupo PARPÚBLICA este segmento continua a ser, de entre as atividades operativas, um dos que utiliza maior fatia do capital próprio do Grupo já que lhe está afeta uma parcela superior a 20% do capital próprio consolidado do Grupo. E se considerarmos o valor dos subsídios ao investimento, então o seu peso nos capitais próprios e equiparados do Grupo PARPÚBLICA ultrapassa os 48%. Também em termos de contribuição para a formação do resultado consolidado o seu desempenho tem sido positivo. Em 2013 o valor objeto de consolidação aumentou, não só devido ao crescimento do resultado do Grupo AdP, mas também porque aumentou a participação que é objeto de consolidação, mais 8,82% do que nos exercícios anteriores

correspondendo à aquisição pela PARPÚBLICA da participação que era detida diretamente pelo Estado.

### **Situação financeira**

Em termos consolidados a situação financeira do Grupo AdP no final do ano de 2013 traduz uma evolução positiva de acordo com a trajetória que vem sendo observada nos últimos anos, e que tem permitido um crescimento consistente do nível dos capitais próprios. Estes, acrescidos nos subsídios ao investimento que correspondem a passivo não exigível, financiam cerca de 42% dos ativos totais, percentagem ligeiramente superior à do ano anterior. Esta evolução, uma vez que o ativo se manteve praticamente no mesmo nível do ano anterior, foi suportada por uma redução do passivo, em particular do endividamento e das dívidas a fornecedores, as quais se reduziram 43,8 milhões €, quase 17,5%. Diretamente sobre o capital próprio regista-se parte do efeito positivo do cancelamento de dois instrumentos financeiros de derivados, efetuado no quadro da negociação global conduzida pelo Estado, bem como de variações positivas do justo valor de instrumentos financeiros derivados (*swaps* de taxa de juro) cujos efeitos ascenderam aos 5,8 milhões €.

Aspeto relevante na estrutura do Balanço do Grupo AdP continua a ser o nível dos desvios tarifários e o facto de os mesmos continuarem a crescer, quer os ativos, que se aproximam dos 565 milhões €, quer os passivos (132,3 milhões €). Também como em anos anteriores continua a merecer referência o valor das dívidas de Clientes, em particular Municípios, cujo saldo em dívida no final de 2013 ascendia aos 520,3 milhões €, valor que representa praticamente 7% do ativo total do Grupo AdP pelo que a situação é naturalmente relevante para a rentabilidade do Grupo. Durante o ano de 2013 o montante das dívidas de Municípios objeto de celebração de acordo de pagamento (137,1 milhões €) aumentou mais de 30%, mas, ainda assim, estas correspondem apenas a cerca de ¼ do saldo global em dívida o que não se afigura favorável para as perspetivas de recuperação dos créditos envolvidos.

Esta situação, aliada às limitações ao endividamento decorrentes das orientações definidas para as empresas de capital público, tem contribuído para a sucessiva redução do nível de investimento realizado pelo Grupo verificada nos últimos anos. Em 2013 o

investimento realizado ascendeu aos 162 milhões €, o que se significou numa quebra de 33% relativamente ao ano anterior.

### **Resultados da atividade**

As empresas que integram o Grupo AdP geraram em 2013 resultados que, uma vez consolidados, alcançaram o valor de 133,5 milhões €, valor este que, como já anteriormente referido, é ligeiramente superior ao apresentado nas demonstrações financeiras do Grupo AdP relativas a 2013, devido ao ajustamento, para efeitos de consolidação, do pagamento do subsídio de férias de 2012, que nas contas da AdP aparece como gastos de 2013 e nas contas consolidadas do Grupo PARPÚBLICA já havia sido considerado no ano anterior.

Esta evolução foi possível essencialmente devido à melhoria dos resultados financeiros decorrente da redução dos gastos financeiros, beneficiando da redução das taxas de mercado face ao ano anterior, mas também da melhoria das condições subjacentes aos derivados financeiros de cobertura do risco de taxa de juro e ainda ao efeito positivo do cancelamento de duas destas operações, cujo efeito principal (cerca de 10 milhões €) se encontra nos resultados.

Ao nível dos negócios é de salientar o aumento do volume de negócios sem desvios tarifários em cerca de 3%, o que permitiu a sua recuperação parcial após a expressiva quebra registada em 2012, embora se mantenha ainda abaixo do nível de 2011. Já quanto aos desvios tarifários é de assinalar a redução do seu valor em 2013, em resultado da melhoria da rentabilidade das empresas multimunicipais, e do efeito da redução de 7,46% para 6,11% da taxa média das Obrigações do Tesouro, principal indexante relevante para o apuramento da remuneração acionista contratual.

A evolução verificada em 2013, que conduziu ao aumento dos resultados apurados, a par do aumento da participação que é objeto de consolidação, conduziu a que o contributo deste segmento para o resultado consolidado tenha aumento de 66,2 milhões €, em 2012, para os 87,8 milhões € no exercício em análise.

- **Mercados Abastecedores**

A SIMAB, SA - Sociedade Instaladora dos Mercados Abastecedores, SA, empresa criada em 1993 com o objetivo de instalar em Portugal um conjunto estratégico de mercados abastecedores de interesse público, atualmente com um capital social de 40,1 milhões €, passou a integrar o Grupo PARPÚBLICA a partir de janeiro de 2013, no seguimento das determinações constantes do Despacho n.º 2468/12-SET, de 28 de dezembro, na medida em que o Estado procedeu à transferência para a PARPÚBLICA (SGPS), S.A. da sua participação de 100% naquela sociedade.

O Grupo SIMAB, é composto pela holding e por quatro sociedades gestoras – a MARB, SA, a MARL, SA, a MARE, SA e a MARF, SA, respetivamente sediadas em Braga, Lisboa, Évora e Faro, competindo à primeira o apoio à gestão das subsidiárias e a prestação de assessoria técnica, jurídica, financeira, administrativa e comercial, que torna extensiva a todos os operadores presentes nos diferentes mercados abastecedores que a requeiram.

### **Situação Financeira**

O passivo bancário tem-se colocado como um ponto-chave da gestão do Grupo SIMAB, com o objetivo de consolidar esta rubrica no médio / longo prazo, que no final de 2012 estava perto de 83 milhões €, e se encontrava a renovar com elevada periodicidade, foi durante o exercício contratualizada pela SIMAB uma operação de Emissão de Papel Comercial pelo prazo de 5 anos, no valor de 29 milhões €, a qual permitirá assegurar nos próximos tempos as necessidades de refinanciamento da atividade, eliminando as pressões sobre a tesouraria e colocando o custo médio ponderado do passivo bancário do Grupo em 1,9%.

Como se pode verificar, aparte a redução do endividamento bancário operada entre 2012 e 2013, a maturidade da dívida alterou-se também significativamente.

**Maturidades dos Financiamentos obtidos**

	mil €	
	2013	2012
Até 1 ano	5.609	34.044
De 4 a 5 anos	29.346	546
Superior a 5 anos	43.527	48.097
Total	78.501	82.710

Sublinhe-se no entanto que uma parcela importante do passivo bancário indicado respeita aos empréstimos contratados junto do BEI, destinados ao financiamento da construção dos mercados de Lisboa, Faro e Braga, que no final de 2013 atingiam o montante global de 44.722 mil €.

Contudo, importa registar que a operação de recapitalização efetuada em 2012 pelo anterior acionista (o Estado), e a diminuição do passivo bancário operada em 2013, estiveram na origem de uma redução substancial dos juros de financiamento, apurados essencialmente na SIMAB e no MARL, no valor de 2,7 milhões € no final do exercício.

Em termos dos grandes agregados, os ativos totais e os passivos totais do Grupo SIMAB representam menos de 1% dos respetivos agregados consolidados do Grupo PARPÚBLICA. Do lado do passivo, é de referir que a dívida financeira apurada regista uma redução de 5,1% face ao exercício de 2012, como acima se apresenta.

**Resultados da Atividade**

Com um volume de vendas e serviços prestados de 15,3 milhões €, na maior parte composto por taxas de utilização mensais, a atividade do Grupo SIMAB gerou um EDITDA de aproximadamente 11 milhões €, dando nota de forte redução dos gastos, e de uma melhoria da sua rentabilidade operacional. De facto, a estratégia de contenção traduziu-se numa diminuição de custos com os fornecimentos de bens e serviços e gastos com pessoal, e a este esforço de redução associou-se ainda a melhoria dos resultados financeiros em cerca de 1,5 milhões €.

Em 2014, a estratégia projetada pelo Grupo SIMAB assenta basicamente na continuidade de consolidação da atividade das participadas, e do plano de recuperação financeira, o que permitirá racionalizar custos financeiros e operacionais, e potenciar a melhoria da performance económica face a 2013.

- **Diversos**

Este segmento integra as participações detidas pela PARPÚBLICA nas sociedades que desenvolvem atividades diversas e com menor expressão, como sejam a SAGESECUR – Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projetos, SA, a SPE – Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, SA, e a CE – Circuito do Estoril, SA.

### **Situação financeira**

Este segmento tem uma expressão relativa pouco expressiva no Grupo PARPÚBLICA, quer em termos patrimoniais, quer em termos de resultados, sendo de destacar ainda assim a situação individual da Sage secur, que gere ativos no montante de aproximadamente 108 milhões €, apresentando um capital próprio de 34,7 milhões €. No entanto, os capitais próprios do segmento são apenas de 32,9 milhões € dado o facto de a SPE apresentar capitais próprios negativos de aproximadamente 9,5 milhões €, decorrente do registo de imparidades correspondentes à depreciação do valor da sua participação na Sociedade Mineira do Lucapa.

### **Resultados da Atividade**

As empresas deste segmento apresentam um resultado negativo global de aproximadamente 4 milhões €, originado essencialmente na SPE (-2,5 milhões €), por ausência de receita, e na CE (-2,8 milhões €) justificado pela assunção de fortes ajustamentos do justo valor dos ativos.

A Sage secur é a única empresa do segmento que apresenta resultados positivos, no valor de cerca de 1,1 milhões €.

### **➤ EVENTOS SUPERVENIENTES**

Após o encerramento do exercício há a registar como relevante a decisão do Governo constante da através da RCM nº32/2014, de 24 de abril, de proceder à privatização das ações REN ainda detidas pela PARPÚBLICA, até ao limite correspondente a 11% do capital daquela sociedade, operação que deverá concretizar-se nos próximos meses.

Também já em 2014 foi publicado o Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de março, que autoriza a privatização da EGF – Empresa Geral de Fomento, SA, subholding do Grupo AdP para a área dos resíduos sólidos urbanos, operação que deverá também estar concluída em breve.

No âmbito da privatização de 70% do capital dos CTT há ainda a referir que, no início de 2014, da parte alienada, foram recompradas ações correspondentes a 1,5% do capital ao abrigo de uma put option até 6,364% das ações exercível pelas instituições financeiras intervenientes na colocação das ações no âmbito da privatização.

De referir ainda que a sociedade tomou conhecimento de que, em consequência da aplicação das regras do novo sistema de contas europeu SEC2010, a PARPÚBLICA deverá passar a integrar o perímetro de consolidação orçamental, o que implicará alterações ao nível do modelo de financiamento, para além de impor a adoção, em paralelo com os que atualmente se encontram em utilização, de novos procedimentos compatíveis com as regras e sistemas da contabilidade pública, Em 2014 prevê-se que este novo enquadramento venha já a ter implicações no processo de elaboração do orçamento para 2015.

### ➤ **SÍNTESE E AGRADECIMENTOS**

Os resultados alcançados pela PARPÚBLICA, em contas separadas, atingiram em 2013 os 585,3 milhões €, superiores portanto aos registados no ano anterior que foram de 463,3 milhões €. Para este resultado contribuíram as mais valias obtidas no âmbito da venda de participações, muito em particular a alienação da ANA cuja liquidação financeira se concluiu durante o exercício.

Em termos consolidados a melhoria do resultado, que ascendeu aos 801 milhões € está também muito associada às mais valias obtidas com as privatizações realizadas pela holding, embora seja igualmente de salientar a evolução positiva verificada em vários dos segmentos de negócios, nomeadamente os desenvolvidos pelos Grupos Sagestamo, AdP e TAP.

Paralelamente foi possível reduzir o endividamento do Grupo e da holding, reforçando assim a solidez financeira do Grupo visível no aumento do financiamento dos ativos por capitais próprios.

Conclui-se assim que a atividade desenvolvida pelo Grupo em 2013, apesar de alguns dos constrangimentos económicos e financeiros que têm caracterizado a envolvente macro nos últimos anos se terem mantido, traduziu-se em resultados globalmente positivos. Assim, as perspetivas para o futuro, ainda que encaradas de forma cautelosa, permitem encarar com confiança os desafios já conhecidos e os que se vierem a colocar entretanto.

Ao encerrar a análise do ano de 2013 o Conselho de Administração considera merecida uma palavra de agradecimento ao Dr. Joaquim Pais Jorge, que exerceu com competência e dedicação o cargo de Presidente do Conselho de Administração da PARPÚBLICA até à data da sua renúncia, em 2 de julho, assim como ao ex-administrador da PARPÚBLICA, Dr. Mário Alberto Duarte Donas, pela forma como exerceu, até dezembro de 2013, as suas funções, reconhecendo que o cumprimento da missão e dos objetivos da PARPÚBLICA muito beneficiaram do seu entusiasmo, experiência e saber.

O Conselho de Administração manifesta ainda o profundo agradecimento a todos os gabinetes ministeriais, serviços Públicos e empresas do Grupo, em particular aqueles com uma relação profissional mais intensa como foi o caso no Ministério das Finanças a Secretaria de Estado do Tesouro, a Secretaria de Estado das Finanças e a DGTF, bem como no Ministério da Economia a Secretaria de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Realce particular também para as entidades de supervisão e controlo, ao ROC e Auditor Externo pelo aconselhamento profissional e rigoroso com que acompanharam a atividade desenvolvida pela sociedade.

Finalmente, o Conselho de Administração reconhece o empenho, o profissionalismo e a dedicação demonstrada pelos quadros e trabalhadores no desenvolvimento e exercício das suas funções.

➤ **PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS**

As demonstrações financeiras separadas relativas ao exercício concluído em 31 de dezembro de 2013 apresentam um resultado líquido positivo de 585.350.685,51 €.

Considerando que o lucro apurado no exercício foi essencialmente determinado pelas mais-valias obtidas no âmbito das operações de reprivatização concretizadas no exercício, no âmbito das quais foi entregue ao Estado, logo no decurso do exercício de 2013, o montante de 1.459,4 milhões €, correspondente praticamente à totalidade da receita obtida nessas operações, o Conselho de Administração, nos termos da alínea f) do nº 5 do artigo 66º e para efeitos da alínea b) do nº 1 do artigo 376º, ambos do Código das Sociedades Comerciais, propõe que o valor do resultado apurado seja mantido na totalidade em resultados transitados, atendendo a que se encontra integralmente constituída a reserva legal.

Lisboa, em 30 de abril de 2014

O Conselho de Administração

Pedro Macedo Santos Ferreira Pinto

Presidente

Carlos Manuel Durães da Conceição

Administrador

José Manuel Pereira Mendes de Barros

Administrador

Fernanda Maria Mouro Pereira

Administradora

Pedro Miguel Nascimento Ventura

Administrador

Maria João Dias Pessoa Araújo

Administradora



# **2.º Caderno**

## **Cumprimento das Orientações Legais**



## ➤ INTRODUÇÃO

O Despacho n.º 832/2014-DGTF, de 14 de fevereiro estabelece que o Relatório de Gestão deve integrar um capítulo autonomizado com a divulgação das orientações legais, pelo que se procede no presente capítulo à referida divulgação.

## ➤ CUMPRIMENTO DE OBJETIVOS DE GESTÃO

Conforme previsto no artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que aprova o regime jurídico aplicável ao sector público empresarial, o acionista tem o poder/dever de definir quer os objetivos e resultados a alcançar em cada ano e triénio, em especial, os económicos e financeiros, quer as orientações a aplicar no desenvolvimento da atividade empresarial reportada a cada triénio.

Desta forma, os ministérios sectorialmente responsáveis (no caso da PARPÚBLICA, o Ministério das Finanças) emitem as orientações específicas de cariz sectorial aplicáveis a cada empresa e definem os objetivos a alcançar pelas empresas públicas no exercício da respetiva atividade operacional. Foi com base nestes parâmetros que a PARPÚBLICA elaborou o Plano de Atividades e o Orçamento para 2013.

Quanto aos objetivos gerais de índole económico-financeira traçados, é de referir que foi possível prosseguir com a estratégia geral de redução de custos operacionais inerentes à atividade da empresa, reduzir o prazo médio de pagamentos (PMP) e, bem assim, reduzir o seu nível de endividamento em 15% face ao ano anterior.

Em sede de objetivos específicos fixados para 2013, foi estipulado o prosseguimento pela PARPÚBLICA do programa de reprivatizações previsto no PAEF e, bem assim, no programa de privatizações traçado pelo Governo. Em particular, foi prevista a privatização da totalidade do capital social da TAP – Aeroportos de Portugal, S.A., processo que acabou por não ser concluído, por ter sido entendido que o interesse público, pilar orientador e fundamental no programa de privatizações, não estava devidamente salvaguardado através da única proposta de aquisição submetida.

Outro dos objetivos fixados neste âmbito foi o da privatização da ANA – Aeroportos de Portugal, S.A., tendo sido alienada a totalidade do capital social daquela empresa, operação que gerou uma receita líquida provisória de 1.105.223.241,12 €<sup>5</sup>, a que acresce o *fee* da concessão pago pela concessionária diretamente ao Concedente, o Estado português, no valor de 1.200.000.000 de €.

Na senda da concretização do programa de privatizações, decorreu também em 2013, o processo de privatização de 70% do capital social da CTT – Correios de Portugal, S.A., operação que gerou uma receita líquida provisória de 519.530.983,60 €<sup>6</sup>.

Em 2013, a PARPÚBLICA procedeu ainda, conforme os objetivos traçados no plano de atividades anual, à venda, através de colocação em mercado junto de investidores institucionais, de ações EDP correspondentes a 4,144% do capital daquela sociedade, as quais constituíam ativo subjacente a obrigações permutáveis emitidas em 2007 e que foram amortizadas antecipadamente em 2012, tendo as referidas ações ficado disponíveis para venda.

Tendo sido projetada no orçamento para 2013 a reprivatização da Lazer & Floresta, S.A. e a alienação da Circuito Estoril, S.A., tais processos não foram iniciados até à presente data.

Já no que respeita à reprivatização da participação remanescente na REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S. A., relativa a 9,9% do capital social da empresa, objetivo inicialmente fixado para 2013, apenas foi recentemente iniciado o correspondente processo por indicação do Governo<sup>7</sup>.

## ➤ **GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO E ENDIVIDAMENTO**

O quadro seguinte aborda de forma detalhada e individualizada todas as questões previstas no Despacho n.º 101/2009-SETF, de 30 de janeiro:

---

<sup>5</sup> Cfr. Despacho n.º 358/2014, de 9 de janeiro

<sup>6</sup> Cfr. Despacho n.º 308/2014, de 8 de janeiro

<sup>7</sup> Tendo sido aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2014, de 24 de abril

Gestão do Risco Financeiro	Cumprido			Descrição das medidas adotadas
	Sim	Não	Não aplicável	
<b>Procedimentos adotados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respetiva</b>				
- Diversificação de instrumentos de financiamento	X			Embora com recurso a instrumentos e programas diversificados, em 2013 o financiamento só foi possível no curto prazo (papel comercial) ou com características de curto prazo.
- Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis	X			Diversificação dos indexantes e tipos de taxa
- Diversificação das entidades credoras	X			Entre mercados de capitais (obrigacionistas)
- Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado	X			Existência de 3 estruturas de <i>Interest Rate Swap</i> , acopladas a um financiamento transferido para a Parpública
<b>Adoção de política ativa de reforço de capitais permanentes</b>				
- Consolidação passivo remunerado: transformação passivo de curto em M/L prazo, em condições favoráveis	X			Negociações em curso no sentido do aumento substancial das maturidades associadas ao financiamento com a melhoria das condições de mercado
- Contratação da operação que minimiza o custo financeiro ( <i>all-in-cost</i> ) da operação	X			Este é sempre o critério de decisão
- Minimização da prestação de garantias reais			X	
- Minimização de cláusulas restritivas ( <i>covenants</i> )	X			Sempre que se mostra possível
<b>Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da empresa</b>				
- Adoção de política que minimize a afetação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos	X			Sempre que se mostra possível
- Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de Fund. Comum. e de cap. próprio	X			Nos investimentos efetuados e na atribuição de suprimentos às empresas do Grupo
- Utilização de auto-financiamento e de receitas de desinvestimento	X			Entrega de receitas de reprivatização e amortização do passivo
<b>Inclusão nos Relatórios e Contas</b>				
- Descrição da evolução da taxa média anual de financiamento nos últimos 5 anos	X			No Relatório de Gestão
- Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos suportados anualmente	X			Relatório de Gestão e Notas Anexas
- Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro	X			Relatório de Gestão e Notas Anexas
<b>Reflexão nas DF 2013 do efeito das variações de justo valor dos contratos de swap em carteira</b>	X			Nas Notas Anexas

Quanto ao limite ao crescimento de endividamento, fixado em 4% para 2013, nos termos do Despacho n.º 155/2011-MEF, de 28 de abril, a PARPÚBLICA conseguiu reduzir o seu nível de endividamento nominal em 12% face ao ano anterior.

Desde 2009 tem sido a seguinte a evolução quantitativa dos encargos financeiros da empresa:

Anos	2009	2010	2011	2012	2013
Encargos Financeiros (€)	136.062.486,50	154.103.901,67	215.489.106,67	260.483.295,80	235.269.812,36
Taxa Média de Financiamento (%)	3,28	3,49	3,85	4,05	4,58

Por outro lado, em 2013 o passivo não corrente aumentou em 24,5% relativamente ao exercício anterior, tendo no entanto decrescido para quase metade o valor do passivo corrente da empresa, precisamente em virtude da extensão das maturidades dos financiamentos:

Passivo Remunerado Contabilístico (€)	2012	2013	Var. Absol.	Var. %
Passivo não Corrente	2.928.001.535,58	3.646.387.331,72	718.385.796,14	24,5%
Financiamentos Obtidos	2.538.077.200,78	2.680.608.849,55	142.531.648,77	5,6%
Passivo Corrente	2.908.504.952,00	1.563.387.617,97	-1.345.117.334,03	-46,3%
Financiamentos Obtidos	2.416.986.504,92	1.540.583.321,07	-876.403.183,85	-36,2%
Total Passivo Remunerado	4.955.063.705,70	4.221.192.170,62	-733.871.535,08	-14,8%

#### ➤ PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

A evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) a fornecedores, em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, que aprovou o Programa Pagar a Tempo e Horas, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, do Ministério das Finanças e Administração Pública, de 13 de abril, foi a seguinte:

PMP	2013				2012				Var. (%) 4.ºT 2013 / 4.ºT 2012
	1.ºT	2.ºT	3.ºT	4.ºT	1.ºT	2.ºT	3.ºT	4.ºT	
Prazo	21	22	23	29	9	30	29	37	-21,62%

A PARPÚBLICA tem vindo a reduzir substancialmente o hiato entre a prestação do serviço e o pagamento aos fornecedores de serviços, tendo estabilizado o PMP em torno dos 20 dias. De assinalar que a PARPÚBLICA tem implementado os mecanismos necessários tendentes a prevenir tais ocorrências, nomeadamente contratualizando os serviços para os quais dispõe de dotação financeira.

### ➤ DIVULGAÇÃO DE ATRASOS NOS PAGAMENTOS (“ARREARS”)

Dívidas Vencidas	0-90 dias	Dívidas vencidas, de acordo com o Art. 1.º DL 65-A/2011				TOTAL
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias	
Aq. Bens e Serviços	11.329.684,62	30.864,20	300.416,12	0,00	0,00	11.660.964,94
Aq. de Capital						
<b>Total</b>	11.329.684,62	30.864,20	300.416,12	0,00	0,00	11.660.964,94

\* Mapa da posição a 31/12/2013 dos Pagamentos em Atraso, nos termos do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio

«Atraso no pagamento», o não pagamento de fatura correspondente ao fornecimento dos bens e serviços referidos no artigo seguinte após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma.

Em sede de controlo dos atrasos nos pagamentos, é de assinalar que a PARPÚBLICA tem implementado os mecanismos necessários tendentes a prevenir tais ocorrências, nomeadamente contratualizando os serviços para os quais dispõe de dotação financeira.

### ➤ RESULTADOS OBTIDOS FACE ÀS RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA

Não foram emitidas quaisquer recomendações pelo acionista único para o exercício a que se refere o presente relatório.

➤ **REMUNERAÇÕES**

○ **Dos Órgãos Sociais**

**- Mesa da Assembleia Geral**

Em 2013 procedeu-se, no que se refere às remunerações dos membros da mesa da Assembleia Geral, às reduções remuneratórias previstas no artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Estatuto Remuneratório Fixado (€) <sup>(1)</sup>	Remuneração Anual (€)		
				Bruta <sup>(2)</sup>	Reduções (Lei OE)	Bruta após Reduções
2013-2015	PMAG	Elsa Maria Roncon Santos	650	650	65	585
2013-2015	VPMAG	Bernardo Xavier Alabaça	525	525	53	473
2013-2015	SMAG	Maria Luisa da Silva Rilho	400	400	40	360

Legenda: (1) Valor da senha de presença fixada; (2) Antes de reduções remuneratórias.  
PMAG – Presidente da Mesa da Assembleia Geral  
VPMAG - Vice- Presidente da Mesa da Assembleia Geral  
SMAG – Secretário da Mesa da Assembleia Geral

**- Conselho de Administração**

Tendo em conta a alteração de mandato dos órgãos sociais no decurso do ano, foi a seguinte a composição do Conselho de Administração durante o ano de 2013:

**Mandato 2010-2012**

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Doc.	Data
2010-2012	PCA	Joaquim António Pais e Jorge	DUE	15-10-2012
2010-2012	Vogal Executivo	Carlos Manuel Durães da Conceição	AG	17-05-2010
2010-2012	Vogal Executivo	José Manuel Pereira Mendes de Barros	AG	17-05-2010
2010-2012	Vogal não Executivo, PCAud e MCAval	Fernanda Mouro Pereira	AG	17-05-2010
2010-2012	Vogal não Executivo, MCAud e Aval	Pedro Miguel Rodrigues Soares Vasquez	AG	17-05-2010
2010-2012	Vogal não Executivo, MCAud e Aval	Pedro Miguel Nascimento Ventura	DUE	28-11-2011
2010-2012	Vogal não Executivo e PAval	Mário Alberto Duarte Donas	AG	17-05-2010

Legenda: AG – Assembleia Geral; DUE – Deliberação Unânime por Escrito

**Mandato 2013-2015**

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Doc.	Data
2013-2015	PCA	Joaquim António Pais e Jorge*	AG	29-05-2013
2013-2015	Vogal Executivo	Carlos Manuel Durães da Conceição	AG	29-05-2013
2013-2015	Vogal Executivo	José Manuel Pereira Mendes de Barros	AG	29-05-2013
2013-2015	Vogal não Executivo, PCAud e MCAval	Fernanda Mouro Pereira	AG	29-05-2013
2013-2015	Vogal não Executivo, MCAud e Aval	Maria João Dias Pessoa de Araújo	AG	29-05-2013
2013-2015	Vogal não Executivo, MCAud e Aval	Pedro Miguel Nascimento Ventura	AG	29-05-2013
2013-2015	Vogal não Executivo e PAval	Mário Alberto Duarte Donas	AG	29-05-2013

Legenda: AG – Assembleia Geral;

\*Até 02/07/2013

Os administradores da PARPÚBLICA estão abrangidos pelo Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, quanto a questões de remuneração, contratos de gestão e outros benefícios.

Assim, nos termos do n.º 6 do artigo 28.º do Estatuto do Gestor Público<sup>8</sup>, as remunerações auferidas pelos membros dos órgãos sociais durante o ano de 2013 foram aprovadas pelo acionista único na reunião da assembleia geral de 29 de maio de 2013, que procedeu à eleição dos membros dos órgãos sociais, dentro das regras aplicáveis às empresas públicas e tendo em conta os critérios legalmente estabelecidos<sup>9</sup>. Neste contexto é de referir que à PARPÚBLICA foi atribuída a classificação de “A”, para efeitos da fixação do vencimento mensal dos gestores públicos.

<sup>8</sup> Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro

<sup>9</sup> Na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 9 de fevereiro e à Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012 de 26 de março

**Mandato 2010-2012**

Nome	EGP				OPRLO
	Fixado	Classificação	Vencimento Mensal	Despesas Representação	Identificar Entidade Pagadora
Joaquim António Pais e Jorge	EGP	A	5.723	2.289	n.a
Carlos Manuel Durães da Conceição	EGP	A	4.578	1.831	n.a
José Manuel Pereira Mendes de Barros	EGP	A	4.578	1.831	n.a
Fernanda Mouro Pereira	EGP	A	1.526	0	n.a
Pedro Miguel Rodrigues Soares Vasquez	EGP	A	1.526	0	n.a
Pedro Miguel Nascimento Ventura	EGP	A	1.526	0	n.a
Mário Alberto Duarte Donas*	EGP	A	0	0	n.a

Nota: EGP - Estatuto do Gestor Público; OPRLO - Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D - Origem/ Destino

\*Auferiu remuneração como Presidente do Conselho de Administração da Margueira, S.A..

**Mandato 2013-2015**

Nome	EGP				OPRLO
	Fixado	Classificação	Vencimento Mensal	Despesas Representação	Identificar Entidade Pagadora
Joaquim António Pais e Jorge*1	EGP	A	5.723	2.289	n.a
Carlos Manuel Durães da Conceição	EGP	A	4.578	1.831	n.a
José Manuel Pereira Mendes de Barros	EGP	A	4.578	1.831	n.a
Fernanda Mouro Pereira	EGP	A	1.526	0	n.a
Maria João Dias Pessoa de Araújo	EGP	A	1.526	0	n.a
Pedro Miguel Nascimento Ventura	EGP	A	1.526	0	n.a
Mário Alberto Duarte Donas*2	EGP	A	0	0	n.a

Nota: EGP - Estatuto do Gestor Público; OPRLO - Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D - Origem/ Destino

\*1Em funções até 02/07/2013

\*2Auferiu remuneração como Presidente do Conselho de Administração da Margueira, S.A..

Pelo exposto, refere-se neste contexto que, em conformidade com o artigo 37.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para 2013, não foram atribuídos prémios de gestão.

Da mesma forma, e relativamente à remuneração dos membros do Conselho de Administração, foram cumpridas as reduções remuneratórias legalmente estabelecidas no artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro e, por outro

lado, foi mantida a aplicação da redução de 5% prevista no artigo 12.º da Lei 12-A/2010, de 30 de junho.

**Mandato 2010-2012**

Nome	Remuneração Jan-Mai (€)						
	Variável	Fixa **	Outra	Redução Lei 12-A/2010	Redução (Lei OE)	Redução anos anteriores*	Bruta após reduções
Joaquim António Pais e Jorge	0	40.059	0	2.003	3.806	0	34.251
Carlos Manuel Durães da Conceição	0	32.047	0	1.602	3.045	0	27.401
José Manuel Pereira Mendes de Barros	0	32.047	0	1.602	3.045	0	27.401
Fernanda Mouro Pereira	0	7.630	0	382	725	0	6.524
Pedro Miguel Rodrigues Soares Vasquez	0	10.431	0	522	991	0	8.918
Pedro Miguel Nascimento Ventura	0	7.630	0	382	725	0	6.524
Mário Alberto Duarte Donas	0	0	0	0	0	0	0

Nota: Redução de anos anteriores: refere a remunerações regularizadas no ano em referência pertencentes a anos anteriores;  
\* indicar os motivos subjacentes a este procedimento; \*\* inclui a remuneração + as despesas de representação

**Mandato 2013-2015**

Nome	Remuneração Jun-Dez (€)						
	Variável	Fixa **	Outra	Redução Lei 12-A/2010	Redução (Lei OE)	Redução anos anteriores*	Bruta após reduções
Joaquim António Pais e Jorge	0	18.024	0	901	1.712	0	15.410
Carlos Manuel Durães da Conceição	0	54.023	0	2.701	5.132	0	46.189
José Manuel Pereira Mendes de Barros	0	54.023	0	2.701	5.132	0	46.189
Fernanda Mouro Pereira	0	13.735	0	687	1.305	0	11.743
Maria João Dias Pessoa de Araújo	0	12.018	0	601	1.142	0	10.276
Pedro Miguel Nascimento Ventura	0	13.735	0	687	1.305	0	11.743
Mário Alberto Duarte Donas	0	0	0	0	0	0	0

Nota: Redução de anos anteriores: refere a remunerações regularizadas no ano em referência pertencentes a anos anteriores;  
\* indicar os motivos subjacentes a este procedimento; \*\* inclui a remuneração + as despesas de representação

Os valores correspondentes aos benefícios sociais atribuídos aos membros do Conselho de Administração nos termos do artigo 34.º do Estatuto do Gestor Público, foram os seguintes ambos os mandatos que vigoraram em 2013:

**Mandato 2010-2012**

Nome	Sub. Refeição	Benefícios Sociais Jan-Mai (€)						
		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Seguro de acidentes pessoais	Outros	
		Identificação	Valor				Identificação	Valor
Joaquim António Pais e Jorge	0	SS	6.472	1.415	n.a	73	n.a	n.a
Carlos Manuel Durães da Conceição	0	CGA+ADSE	3.222	403	n.a	82	n.a	n.a
José Manuel Pereira Mendes de Barros	0	CGA+ADSE	5.779	527	n.a	82	Fundo de Pensões	2.163
Fernanda Mouro Pereira	0	SS	1.985	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
Pedro Miguel Rodrigues Soares Vasquez	0	SS	2.658	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
Pedro Miguel Nascimento Ventura	0	SS	1.679	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
Mário Alberto Duarte Donas	0	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a

**Mandato 2013-2015**

Nome	Sub. Refeição	Benefícios Sociais Jun-Dez (€)						
		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Seguro de acidentes pessoais	Outros	
		Identificação	Valor				Identificação	Valor
Joaquim António Pais e Jorge	0	SS	2.789	325	n.a	17	n.a	n.a
Carlos Manuel Durães da Conceição	0	CGA+ADSE	4.893	588	n.a	120	n.a	n.a
José Manuel Pereira Mendes de Barros	0	CGA+ADSE	8.778	770	n.a	120	Fundo de Pensões	3.028
Fernanda Mouro Pereira	0	SS	3.146	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
Maria João Dias Pessoa de Araújo	0	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
Pedro Miguel Nascimento Ventura	0	SS	2.660	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
Mário Alberto Duarte Donas	0	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a

Em cumprimento do artigo 31.º do Estatuto do Gestor Público foram as seguintes as remunerações atribuídas aos administradores no contexto da acumulação de funções noutras empresas do Grupo, em ambos os mandatos que vigoraram em 2013:

**Mandato 2010-2012**

Nome	Acumulação de Funções - valores anuais (€)					
	Entidade	Função	Regime	Bruta	Redução (lei OE)	Bruta após Reduções
Joaquim António Pais e Jorge	CE - Circuito Estoril, SA	PCA não executivo	Público	0	n.a	n.a
Joaquim António Pais e Jorge	Parcaixa, SGPS, SA	Vogal não executivo	Público	0	n.a	n.a
Joaquim António Pais e Jorge	AdP	Vogal não executivo	Público	0	n.a	n.a
Carlos Manuel Durães da Conceição	CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar	Vogal não executivo	Público/Privado	0	n.a	n.a
José Manuel Pereira Mendes de Barros	Sagesecur, SA	PCA	Público	0	n.a	n.a
José Manuel Pereira Mendes de Barros	CREDIP, S.A.*	Liquidatário	Público	0	n.a	n.a
José Manuel Pereira Mendes de Barros	CE - Circuito Estoril, SA	Vogal	Público	0	n.a	n.a

\*O processo de liquidação do Credip foi concluído em 2013

**Mandato 2013-2015**

Nome	Acumulação de Funções - valores anuais (€)					
	Entidade	Função	Regime	Bruta	Redução (lei OE)	Bruta após Reduções
Joaquim António Pais e Jorge	CE - Circuito Estoril, SA	PCA não executivo	Público	0	n.a	n.a
Joaquim António Pais e Jorge	Parcaixa, SGPS, SA	Vogal não executivo	Público	0	n.a	n.a
Joaquim António Pais e Jorge	AdP, SGPS, SA	Vogal não executivo	Público	0	n.a	n.a
Carlos Manuel Durães da Conceição	CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar	Vogal não executivo	Público/Privado	0	n.a	n.a
José Manuel Pereira Mendes de Barros	Sagesecur, SA	PCA	Público	0	n.a	n.a
José Manuel Pereira Mendes de Barros	CREDIP, S.A.*	Liquidatário	Público	0	n.a	n.a
José Manuel Pereira Mendes de Barros	CE - Circuito Estoril, SA	Vogal	Público	0	n.a	n.a
José Manuel Pereira Mendes de Barros	AdP, SGPS, SA	Vogal não executivo	Público	0	n.a	n.a

\*O processo de liquidação do Credip foi concluído em 2013

O valor máximo das despesas associadas a comunicações, fixado por deliberação em assembleia geral nos termos do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, bem como o valor anual dessas despesas foram os seguintes em 2013:

**Mandato 2010-2012**

Nome	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond mensal definido	Valor	Observações
Joaquim António Pais e Jorge	80	101	Valores de janeiro a maio
Carlos Manuel Durães da Conceição	80	246	Valores de janeiro a maio
José Manuel Pereira Mendes de Barros	80	184	Valores de janeiro a maio
Fernanda Mouro Pereira	0	0	-
Pedro Miguel Rodrigues Soares Vasquez	0	0	-
Pedro Miguel Nascimento Ventura	0	0	-
Mário Alberto Duarte Donas	0	0	-

**Mandato 2013-2015**

Nome	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond mensal definido	Valor	Observações
Joaquim António Pais e Jorge	80	34	Valores de junho
Carlos Manuel Durães da Conceição	80	357	Valores de junho a dezembro
José Manuel Pereira Mendes de Barros	80	245	Valores de junho a dezembro
Fernanda Mouro Pereira	0	0	-
Maria João Dias Pessoa de Araújo	0	0	-
Pedro Miguel Nascimento Ventura	0	0	-
Mário Alberto Duarte Donas	0	0	-

No que se refere aos montantes referentes a encargos com viaturas atribuídas aos administradores executivos da sociedade, nos termos do artigo 33.º do Estatuto do Gestor Público, os mesmos fixaram-se em 2013 em:

**Mandato 2010-2012**

Encargos com Viaturas (Jan-Mai)									
Nome	Viatura atribuída (S/N)	Celebração de contrato (S/N)	Valor de referência da viatura (€)	Modalidade <sup>(1)</sup>	Ano Início	Ano Termo	N.º Prestações	Valor da Renda Mensal (€)	Valor Anual (€)
Joaquim António Pais e Jorge***	S	S	40.000	ALD	2013	2017	48	417	417
Carlos Manuel Durães da Conceição	S	S	49.961	Aquisição	2005	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
José Manuel Pereira Mendes de Barros	S	S	44.219	ALD	2012	2016	48	436	2.178
Fernanda Mouro Pereira	N	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pedro Miguel Rodrigues Soares Vasquez	N	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pedro Miguel Nascimento Ventura	N	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Mário Alberto Duarte Donas	N	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Legenda: (1) aquisição / ALD / Leasing ou outra

\*\*\* ALD efectuado a partir de maio de 2013

**Mandato 2013-2015**

Encargos com Viaturas (Jun-Dez)									
Nome	Viatura atribuída (S/N)	Celebração de contrato (S/N)	Valor de referência da viatura (€)	Modalidade <sup>(1)</sup>	Ano Início	Ano Termo	N.º Prestações	Valor da Renda Mensal (€)	Valor Anual (€)
Joaquim António Pais e Jorge***	S	S	40.000	ALD	2013	2017	48	417	417
Carlos Manuel Durães da Conceição	S	S	49.961	Aquisição	2005	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
José Manuel Pereira Mendes de Barros	S	S	44.219	ALD	2012	2016	48	436	3.049
Fernanda Mouro Pereira	N	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Maria João Dias Pessoa de Araújo	N	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pedro Miguel Nascimento Ventura	N	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Mário Alberto Duarte Donas	N	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Legenda: (1) aquisição / ALD / Leasing ou outra

\*\*\* ALD efectuado a partir de maio de 2013

Em 2013, os montantes associados a gastos com as viaturas, mencionadas no item anterior, atribuídas aos administradores executivos da sociedade cumpriram o disposto no artigo 33.º do Estatuto do Gestor Público, e foram os seguintes:

**Mandato 2010-2012**

Nome	Plafond mensal definido	Gastos associados a Viaturas (€)				Observações
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	
Joaquim António Pais e Jorge***	489	851	77	0	65	Valores de maio
Carlos Manuel Durães da Conceição	391	621	94	526	227	Valores de janeiro a maio
José Manuel Pereira Mendes de Barros	391	802	297	0	331	Valores de janeiro a maio
Fernanda Mouro Pereira	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pedro Miguel Rodrigues Soares Vasquez	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pedro Miguel Nascimento Ventura	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Mário Alberto Duarte Donas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

\*\*\*ALD efectuado a partir de maio de 2013

**Mandato 2013-2015**

Nome	Plafond mensal definido	Gastos associados a Viaturas (€)				Observações
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	
Joaquim António Pais e Jorge***	489	209	47	0	65	Valores de junho
Carlos Manuel Durães da Conceição	391	652	61	775	331	Valores de junho a dezembro
José Manuel Pereira Mendes de Barros	391	1.003	344	0	463	Valores de junho a dezembro
Fernanda Mouro Pereira	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Maria João Dias Pessoa de Araújo	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pedro Miguel Nascimento Ventura	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Mário Alberto Duarte Donas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

\*\*\*ALD efectuado a partir de maio de 2013

Os gastos anuais associados a deslocações de serviço dos administradores executivos da empresa foram os seguintes em 2013:

**Mandato 2010-2012**

Nome	Gastos associados a deslocações em Serviço Jan-Mai (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Joaquim António Pais e Jorge	351	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	351
Carlos Manuel Durães da Conceição	345	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	345
José Manuel Pereira Mendes de Barros	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Fernanda Mouro Pereira	678	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	678
Pedro Miguel Rodrigues Soares Vasquez	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pedro Miguel Nascimento Ventura	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Mário Alberto Duarte Donas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

**Mandato 2013-2015**

Nome	Gastos associados a deslocações em Serviço Jun-Dez (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Joaquim António Pais e Jorge	0	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	0
Carlos Manuel Durães da Conceição	678	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	678
José Manuel Pereira Mendes de Barros	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Fernanda Mouro Pereira	853	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	853
Maria João Dias Pessoa de Araújo	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pedro Miguel Nascimento Ventura	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Mário Alberto Duarte Donas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

**- Revisor Oficial de Contas**

À remuneração do Revisor Oficial de Contas foram aplicadas as reduções remuneratórias previstas no artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

**Mandato 2010-2012**

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação		Remuneração (€)		N.º de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	N.º	Doc. (1)	Data	Limite Fixado	Contratada	
2010-2012	SROC	Grant Thornton & Associados, SROC, representada por Prof. Doutor Vítor Domingos Seabra Franco (ROC n.º 432)	67	DUE	30-07-2010	-	75.000	2
2010-2012	SROC Suplente	Leopoldo Alves & Associados, SROC, representada por Dr. Leopoldo Assunção Alves (ROC n.º 319)	15	DUE	30-07-2010		0	2

**Mandato 2013-2015**

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação		Remuneração (€)		N.º de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	N.º	Doc. (1)	Data	Limite Fixado	Contratada	
2013-2015	SROC	Grant Thornton & Associados, SROC, representada pelo Dr. Carlos António Lisboa Nunes (ROC n.º 427)	67	DUE	25-11-2013	-	67.500	3
2013-2015	ROC Suplente	Pedro Miguel Raposo Lisboa Nunes (ROC n.º 1202)	1202	DUE	25-11-2013		0	1

**Mandato 2010-2012**

Nome	Remuneração Anual (€)*		
	Bruta	Reduções (Lei OE)	Bruta após Reduções
Grant Thornton & Associados, SROC, representada pelo Prof. Doutor Vítor Domingos Seabra Franco (ROC n.º 432)	75.000	7.500	67.500

\*A remuneração engloba os serviços prestados enquanto ROC e Auditor Externo

**Mandato 2013-2015**

Nome	Remuneração Anual (€)*		
	Bruta	Reduções (Lei OE)	Bruta após Reduções
Grant Thornton & Associados, SROC, representada pelo Dr. Carlos António Lisboa Nunes (ROC nº 427)	67.500	0	67.500

\*A remuneração engloba os serviços prestados enquanto ROC e Auditor Externo

**- Auditor Externo**

A remuneração atribuída ao Auditor Externo da sociedade contemplou as reduções remuneratórias previstas no artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

Nome			Data da Contratação		Remuneração Anual [€]*		
Nome	N.º de inscrição na OROC	N.º de Registo na CMVM	Data	Período	Valor da Prestação de Serviços	Redução (Lei OE)	Bruta após reduções
Grant Thornton & Associados, SROC, representada pelo Dr. Carlos António Lisboa Nunes (ROC nº 427)	67	314	25-11-2013	2013 -2015	67.500	0	67.500

\*A remuneração engloba os serviços prestados enquanto ROC e Auditor Externo

**- Restantes Trabalhadores**

No que se refere às remunerações dos restantes trabalhadores da empresa, foi aplicada a redução remuneratória prevista no artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, diploma que aprovou o Orçamento de Estado para 2013.

○ **Cumprimento do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público**

A empresa cumpre o disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público relativamente à não utilização de cartões de crédito da empresa e/ou de outros instrumentos de pagamento por parte dos gestores públicos e, bem assim, relativamente ao não reembolso aos mesmos de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

➤ **CONTRATAÇÃO PÚBLICA**

○ **Cumprimento das normas de contratação pública pela PARPÚBLICA**

É entendimento da PARPÚBLICA, suportado em parecer jurídico, a não aplicação das normas de contratação pública. Neste âmbito, é aplicado um Regulamento Interno, designado *Regulamento para a aquisição de bens e serviços, locação de bens e contratação de empreitadas pela PARPÚBLICA*, e que se encontra divulgado no site da empresa.

○ **Procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços**

A PARPÚBLICA possui procedimentos transparentes relativos à aquisição de bens e serviços, sendo que todas as compras efetuadas ocorreram em condições de mercado e respeitaram todos os procedimentos e princípios definidos no *Regulamento para a aquisição de bens e serviços, locação de bens e contratação de empreitadas pela PARPÚBLICA*, o qual reflete todas as boas práticas estabelecidas para esta matéria.

Assim, os procedimentos previstos pelo referido Regulamento variam conforme o objeto do contrato, sendo este que define se pode haver um convite ou se tem de haver mais de um, com consequente seleção.

Em formas mais simples de contratação, o contrato formal poderá ser dispensado, bastando a mera aceitação da proposta para a formalização daquele e, até, em alguns casos, adjudicar-se e, portanto, contratar-se com base numa simples fatura ou proposta.

Noutros contratos – aquisições de serviços não especializados, aquisições de bens sem recurso a *benchmarking* e empreitadas que não sejam a repetição de outras, designadamente – deverá proceder-se a consultas a várias entidades que se repute habilitadas para o efeito, ou, em caso de dúvida sobre esta qualificação, que se habilitem para o efeito com precedência de anúncio prévio.

Nestes casos, conseqüentemente, será necessário proceder-se, em seguida, à selecção.

Esta poderá realizar-se pelo critério da proposta economicamente mais vantajosa ou da do mais baixo preço, dela sendo incumbido um júri ou uma pessoa em quem se consideram delegados os poderes deste.

A selecção, para efeitos de adjudicação, poderá ser feita de imediato, com base no texto das propostas ou ser precedida de:

- negociações com o proponente cuja proposta se seleccionou e aqueles cujas propostas se aproximam da sua;

- de leilão por via electrónica, normalmente se forem muitos os candidatos e houver necessidade de que uns não conheçam os preços oferecidos pelos outros, mas saibam que só vencem se licitarem, “na hora”, o preço mais baixo; - ou de diálogo com todos os proponentes, forma de negociação dirigida a escolhas complexas e que, por isso, tem de ser realizada em separado com cada proponente, a fim de manter a confidencialidade da solução proposta por cada um durante as negociações.

Em caso de urgência, as formalidades do processo de selecção poderão ser abreviadas.

○ **Cumprimento das normas de contratação pública pelas empresas participadas maioritariamente pela PARPÚBLICA**

- Contratação Pública – Empresas detidas maioritariamente pela PARPÚBLICA*	Cumprido			Quantificação	Justificação
	Sim	Não	Não aplicável		
Sagestamo, SA			X		É aplicado o Regulamento Interno na matéria
Baía do Tejo, SA	X				
Lazer&Floresta SA			X		É aplicado o Regulamento Interno sobre aquisição e contratação de bens e serviços, locação de bens e contratação de empreitadas.
TAP, SGPS, SA	X				
INCM, S.A.	X				
Companhia das Lezírias, SA	X				
CE - Circuito Estoril, SA			X		
SPE - Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, SA			X		
Sagesecur, SA			X		É aplicado o Regulamento Interno na matéria
ADP - Águas de Portugal, SGPS, SA			X		Não constituindo a AdP SGPS uma entidade adjudicante, conforme previsto no Código dos Contratos Públicos, e não estando, portanto, submetida aos procedimentos pré-contratuais nele estabelecidos, tem implementadas boas práticas com vista ao cumprimento dos Princípios do Bom Governo e à salvaguarda da transparência, publicidade e concorrência.
Margueira - Sociedade de Gestão de Fundos Invest. Imob., SA			X		Os procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços passam pelas seguintes fases: requisição; consulta de mercado; encomenda; receção; fatura; pagamento e contabilização.
SIMAB – Soc. Instaladora dos Mercados Abastecedores, S.A.	X				

\* Fonte: R&C 2013 de cada uma das empresas participadas

○ **Atos ou contratos celebrados com valor superior a 5 milhões €**

Não aplicável.

➤ **ADESÃO AO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS E PARQUE DE VEÍCULOS DO ESTADO**

A empresa não se encontra abrangida pelo Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).

Por outro lado, a PARPÚBLICA não exerceu, até ao exercício a que reporta o presente relatório, o seu direito de, enquanto empresa pública, aderir aos serviços prestados pela Agência Nacional de Compras Públicas, E. P. E. (ANCP) no âmbito da gestão do parque de veículos do Estado. Pelo exposto, não se encontra sujeita ao disposto no Decreto-Lei n.º 170/2008, de 26 de agosto, que aprovou o regime jurídico do parque de veículos do Estado (PVE).

## ➤ REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS

### ○ Plano de Redução de Custos

Em 2013 ocorreu uma descida generalizada e assinalável de gastos com FSE incorridos pela sociedade face a 2012, numa lógica de redução de gastos operacionais que tem vindo a ser implementada na empresa, em conformidade com o artigo 64.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2013. Assim, no exercício de 2013 foram respeitadas todas as disposições e orientações de racionalização e adequação da estrutura de custos previstas na Lei, em especial em matérias de custos operacionais (FSE e remunerações).

Neste sentido, o Plano de Redução de Custos definido para 2013 pelo Despacho n.º 155/2011, de 28 de abril, foi cumprido, nos termos seguintes:

Plano de Redução de Custos	2009	2010	2011	2012	2013	Variação 2013/2010		Cumprimento
						Absoluta	%	
<b>CMVMC (m€)</b>								
<b>FSE (m€)<sup>1</sup></b>	5.250.674,30	3.401.338,89	2.118.566,15	3.022.515,89	2.832.114,26	-569.224,63	-16,74%	
<b>Deslocações / Estadas</b>	13.450,89	7.985,25	2.150,32	8.353,68	7.824,01	-161,24	-2,02%	[S/N]
<b>Ajudas de Custo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		[S/N]
<b>Comunicações</b>	34.238,50	34.216,70	41.914,85	37.560,69	34.786,65	569,95	1,67%	[S/N]
<b>Gastos com o pessoal (m€)</b>	2.347.575,12	3.459.023,00	2.158.353,81	1.608.831,60	2.200.491,39	-1.258.531,61	-36,38%	
<b>Total</b>	7.598.249,42	6.860.361,89	4.276.919,96	4.631.347,49	5.032.605,65	-1.827.756,24		[S/N]
<b>Volume de Negócios (m€)</b>	764.494,84	721.585,84	0,00	0,00	0,00			

<sup>1</sup>Os valores relativos a 2012 e 2013 de FSE para efeitos da aferição da redução destes gastos são, na verdade, significativamente inferiores.

○ **Redução de gastos com comunicações**

Em 2013 foi possível diminuir o nível de gastos associados a comunicações em 6% relativamente ao ano de 2012.

○ **Redução de ajudas de custo e deslocações**

Conforme consta do quadro acima, referente ao Plano de Redução de Custos, inexistiu a atribuição de ajudas de custo aos administradores da sociedade, em conformidade com o disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, que proíbe o reembolso de despesas de representação pessoal.

No que se refere aos gastos associados a deslocações, foi possível em 2013 reduzi-los em 5,5% em relação a 2012.

○ **Redução do número de efectivos e de cargos dirigentes**

Em sede de redução do número de efectivos e de cargos dirigentes, foram tomadas pela PARPÚBLICA em consideração as orientações constantes no artigo 63.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro<sup>10</sup> assim como o Documento de Estratégia Orçamental 2011-2015 e o Memorando de Entendimento (MoU) celebrado com Troika internacional (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional).

A PARPÚBLICA tem uma estrutura de meios reduzida, sendo que as cessações de relações contratuais ocorridas em 2013 foram motivadas quer por passagem à situação de reforma, quer por rescisão contratual ou fim de cedência por interesse público.

Quadro de Pessoal	2010	2011	2012	2013
N.º de RH sem órgãos sociais	26	25	26	22
N.º de cargos dirigentes sem órgãos sociais	3	4	4	3
N.º de órgãos sociais	6	6	6	6
Gastos totais com pessoal	[€]	[€]	[€]	[€]
Gastos com órgãos sociais	451.585	424.826	334.756	304.519
Gastos com dirigentes	380.440	381.082	290.274	233.341
Gastos com RH sem O.S. e sem dirigentes	1.375.308	1.426.352	1.169.303	1.280.991
Rescisões / Indemnizações (€)	10.080	[€]	[€]	[€]

<sup>10</sup> Que aprovou o Orçamento do Estado para 2013.

➤ **PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO**

A PARPÚBLICA encontra-se excepcionada do cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, conforme Despacho n.º 2438/13-SET, de 19 de dezembro.

No entanto, dado que o referido Despacho apenas foi emitido em 19 de dezembro de 2013, no ano de 2013 a PARPÚBLICA entregou à Direção-Geral do Tesouro e Finanças, em sede de juros líquidos auferidos em 2012 em resultado de aplicações fora do IGCP, I.P., o montante de 2.115.424,49 €. Entretanto, através de Despacho da Senhora Secretária de Estado do Tesouro, a Parpública obteve isenção do cumprimento deste princípio relativamente a 2013.

➤ **AUDITORIAS TRIBUNAL DE CONTAS**

A empresa foi objeto de Auditoria conduzidas pelo Tribunal de Contas aos processos de privatização conduzidos entre 2011 e 2013.

➤ **INFORMAÇÃO CONSTANTE NO SITE DO SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO (SEE)**

O *site* [www.dgtf.pt](http://www.dgtf.pt), da Direção-Geral do Tesouro e Finanças possui uma área dedicada ao sector empresarial do Estado, onde é divulgada informação sobre, entre outros, os objetivos e políticas relativas às empresas que integram o sector e às suas participadas, indicadores e informação financeira histórica e atual da empresa, bem como a identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais.

Neste âmbito, a PARPÚBLICA divulga e atualiza regularmente informação no *site* do SEE sobre o conjunto de matérias constantes do seguinte quadro. A 31 de dezembro de 2013 encontrava-se divulgada no site do SEE a seguinte informação:

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos atualizados (PDF)	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Ficha-síntese da empresa	X			
<b>Identificação da Empresa:</b>				
Missão, objetivos, políticas, obrig. serv. público e modelo de financiamento	X			
<b>Modelo Governo / Ident. Órgãos Sociais:</b>				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
<b>Regulamentos e Transações:</b>				
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transações Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)		X		Consiste, essencialmente, em transações com o acionista, na concessão de apoio financeiro e na prestação de serviços a subsidiárias
Outras transações			X	
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de Ética	X			
Informação Financeira histórica e atual	X			
Esforço Financeiro do Estado	X			

## ➤ SISTEMATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO QUANTO AO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprido			Quantificação / Identificação	Justificação
	Sim	Não	Não aplicável		
<b>Objetivos de Gestão:</b>					
<u>Gerais</u>					
Redução de custos operacionais	X			100%	Ver item correspondente
Aumento máximo do endividamento	X			100%	Ver item correspondente
PMP	X				Ver item correspondente
<u>Específicos</u>					
Execução do plano de Reprivatizações	X			100%	Do que foi estipulado pela Tutela
Acompanhamento de participadas					
Gestão do Risco Financeiro	X			Taxa média de financiamento – 4,58%	Ver item correspondente
Limites de Crescimento do Endividamento	X			Var. absoluta 2013/2012: (-733.871.535,08); Variação %: -15%	Ver item correspondente

Evolução do PMP a fornecedores	X			Variação em 2013 do PMP a fornecedores: -8 dias	Ver item correspondente
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X			Total de "Arrears" a 31.12.2013:11.660.964,94 €	Ver item correspondente
<b>Recomendações do acionista na última aprovação de contas:</b>			X		
<b>Remunerações:</b>					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 37.º da Lei 66-B/2012	X				Ver item correspondente
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 27.º da Lei 66-B/2012	X				Ver item correspondente
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010	X				Ver item correspondente
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 75.º da Lei 66-B/2012	X				Ver item correspondente
Restantes trabalhadores - redução remuneratória, nos termos do art.º 27º da Lei 66-B/2012	X				Ver item correspondente
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 35.º da Lei 66-B/2012	X				Ver item correspondente
<b>Artigo 32º do EGP</b>					
Utilização de cartões de crédito	X				Ver item correspondente
Reembolso de despesas de representação pessoal	X				
<b>Contratação Pública</b>					
Aplicação das normas de contratação pública		X			
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	X				Ver item correspondente
Contratos submetidos a visto prévio do TC			X		
<b>Auditorias do Tribunal de Contas</b>			X		
<b>Parque Automóvel</b>			X		Ver item correspondente
<b>Gastos Operacionais das Empresas Públicas (art. 64.º da Lei 66-B/2012)</b>					Ver item correspondente
<b>Redução de Trabalhadores (art. 63.º da Lei 66-B/2012)</b>					
N.º de trabalhadores					Ver item correspondente
N.º de cargos dirigentes					
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria (art. 124.º da Lei 66-B/2012)</b>	X			90% disponibilidades depositadas no IGCP em 31.12.2013	Ver item correspondente

**3.º Caderno**  
**Demonstrações**  
**Financeiras**



Demonstrações  
Financeiras  
Consolidadas



## ÍNDICE

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013.....	3
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013.....	4
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013.....	5
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013.....	6
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013.....	7
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	8
1 - Atividade económica do Grupo PARPÚBLICA.....	8
2 – Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas.....	13
3 - Reexpressões e reclassificações.....	44
4 – Fluxos de caixa.....	45
5 - Ativos fixos tangíveis.....	46
6 - Propriedades de investimento.....	50
7 - <i>Goodwill</i> .....	52
8 - Ativos intangíveis.....	54
9 - Ativos biológicos.....	55
10 - Participações financeiras em associadas.....	56
11 – Outras participações financeiras.....	57
12 - Outros ativos financeiros.....	58
13 - Ativos e Passivos por impostos diferidos.....	59
14 - Clientes.....	60
15 - Adiantamentos a fornecedores.....	61
16 - Estado e outros entes públicos.....	61
17 - Outras contas a receber.....	62
18 - Diferimentos.....	64
19 - Inventários.....	66
20 - Caixa e depósitos bancários.....	67
21 - Ativos não correntes detidos para venda e passivos relacionados.....	68
22 - Capital próprio.....	69
23 - Interesses que não controlam – Balanço.....	70
24 - Provisões.....	70
25 – Financiamentos obtidos.....	73
26 – Responsabilidades por benefícios pós-emprego.....	78
27 - Adiantamentos de clientes.....	81
28 - Fornecedores.....	82
29 – Outras contas a pagar.....	82
30 – Outros passivos financeiros.....	84
31 - Vendas e serviços prestados.....	84
32 - Subsídios à exploração.....	85
33 - Ganhos e perdas imputados de associadas.....	85
34 – Dividendos de participações ao custo e ao justo valor.....	86
35 – Ganhos/Perdas em alienações de participações.....	86

36 - Variação nos inventários da produção .....	87
37 - Trabalhos para a própria entidade .....	87
38 - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	88
39 - Fornecimentos e serviços externos .....	89
40 - Gastos com o pessoal.....	89
41 - Ajustamentos de inventários (perdas / reversões) .....	90
42 - Imparidade de dívidas a receber .....	91
43 - Provisões .....	91
44 - Imparidade de investimentos .....	92
45 - Aumentos / reduções de justo valor .....	93
46 - Outros rendimentos e ganhos .....	95
47 - Outros gastos e perdas .....	96
48 - Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	97
49 – Subsídios ao investimento .....	97
50 - Juros e rendimentos e gastos similares obtidos / suportados .....	97
51 - Imposto sobre o rendimento do período .....	98
52 - Interesses que não controlam – Resultado Líquido .....	100
53 - Unidades operacionais descontinuadas .....	100
54 - Entidades Relacionadas .....	101
55 – Ativos e passivos financeiros.....	102
56 – Perspetiva sobre os riscos em instrumentos financeiros .....	105
57 - Ativos e passivos contingentes e acontecimentos subsequentes.....	122
58 – Divulgações de natureza não contabilística.....	138

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

RUBRICAS	Notas	31-Dez-13	31-Dez-12 (Reexpresso)
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	1 914 974	1 925 721
Propriedades de investimento	6	545 833	440 836
Goodwill	7	297 530	299 638
Ativos intangíveis	8	4 688 575	4 722 248
Ativos biológicos	9	18 564	17 613
Participações financeiras em associadas	10	485 821	468 863
Outras participações financeiras	11	817 871	1 142 325
Outros ativos financeiros	12	4 350 415	4 166 856
Ativos por impostos diferidos	13	368 332	356 985
Outras contas a receber	17	281 084	262 955
Diferimentos	18	564 509	511 933
		<b>14 333 509</b>	<b>14 315 974</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	19	1 062 225	1 227 997
Ativos biológicos	9	2 797	2 849
Clientes	14	734 100	783 198
Adiantamentos a fornecedores	15	18 328	7 088
Estado e outros entes públicos	16	61 868	51 714
Accionistas / sócios		54	-
Outras contas a receber	17	271 071	239 654
Diferimentos	18	32 773	28 455
Outros ativos financeiros	12	6 495	17 265
Caixa e depósitos bancários	20	926 643	770 007
		<b>3 116 353</b>	<b>3 128 227</b>
Ativos não correntes detidos para venda	21	249 217	2 453 854
		<b>3 365 570</b>	<b>5 582 080</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>17 699 079</b>	<b>19 898 054</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital realizado		1 027 151	1 027 151
Reservas legais		725 556	730 231
Outras reservas		9 609	86 795
Ajustamentos em ativos financeiros		22 445	(323 862)
Resultados transitados		1 000 228	1 075 583
Resultado líquido do período atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe		801 214	430 954
<b>Total do capital próprio atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe</b>	22	<b>3 586 203</b>	<b>3 026 852</b>
Interesses que não controlam	23	514 512	682 783
<b>Total do capital próprio</b>		<b>4 100 715</b>	<b>3 709 635</b>
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	24	48 957	56 137
Financiamentos obtidos	25	5 868 721	5 824 821
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	26	77 097	104 871
Passivos por impostos diferidos	13	382 613	395 053
Estado e outros entes públicos	16	59 898	76 557
Outras contas a pagar	29	618 523	150 581
Outros passivos financeiros	30	125 869	59 680
Diferimentos	18	2 612 384	2 507 576
		<b>9 794 062</b>	<b>9 175 276</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Provisões		63	63
Fornecedores	28	184 055	172 022
Adiantamentos de clientes	27	1 722	1 151
Estado e outros entes públicos	16	79 761	74 637
Acionistas / sócios		18	18
Financiamentos obtidos	25	2 564 167	3 315 829
Outras contas a pagar	29	880 377	1 317 069
Diferimentos	18	94 138	91 831
		<b>3 804 302</b>	<b>4 972 621</b>
Passivos relacionados com ativos não correntes detidos para venda	21	0	2 040 521
		<b>3 804 302</b>	<b>7 013 142</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>13 598 364</b>	<b>16 188 418</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>17 699 079</b>	<b>19 898 054</b>

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

RUBRICAS	Notas	2013	2012 (Reexpresso)
Vendas e serviços prestados	31	4 222 465	3 985 442
Subsídios à exploração	32	5 509	8 795
Ganhos e perdas imputados de associadas	33	8 229	(35 933)
Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	34	24 794	240 730
Ganhos/ perdas em alienações de participações	35	683 241	572 961
Variação nos inventários da produção	36	(9 403)	(9 643)
Trabalhos para a própria entidade	37	18 130	26 897
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	38	(316 279)	(300 201)
Fornecimentos e serviços externos	39	(2 125 799)	(2 125 235)
Gastos com o pessoal	40	(933 911)	(803 850)
Ajustamentos de inventários	41	(30 264)	(50 852)
Imparidade de dívidas a receber	42	(4 394)	144
Provisões	43	(382)	5 920
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis	44	13 320	(5 404)
Aumentos / reduções de justo valor	45	118 551	(166 776)
Outros rendimentos e ganhos	46	133 691	154 790
Outros gastos e perdas	47	(108 307)	(101 867)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>1 699 192</b>	<b>1 395 920</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	48	(421 907)	(449 761)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis	44	(4 749)	(2 321)
Subsídios ao investimento	49	86 576	71 739
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>1 359 112</b>	<b>1 015 578</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	50	10 528	10 516
Juros e gastos similares suportados	50	(437 841)	(461 295)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>931 798</b>	<b>564 799</b>
Imposto sobre o rendimento do período	51	(77 723)	(53 547)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>854 075</b>	<b>511 251</b>
Resultado líquido dos interesses que não controlam	52	52 860	80 297
<b>Resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe</b>		<b>801 214</b>	<b>430 954</b>
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido do período	53	729 995	668 716
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	53	729 701	650 049
Resultado básico e diluído por ação (euros):			
Proveniente de unidades operacionais em continuação e de unidades operacionais descontinuadas		2,00	1,08
Proveniente de unidades operacionais descontinuadas		1,82	1,63

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

RUBRICAS	2013	2012
<b>Resultado líquido</b>	854 075	511 251
<b>Outro rendimento integral</b>		
Rubricas que não irão ser posteriormente reclassificadas nos resultados		
Remensuração de responsabilidades com planos de benefícios definidos	11 527	(6 477)
Outro rendimento integral imputado de associadas e empreendimentos conjuntos	35 475	(16 699)
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos (só de rubricas do CP)	1 025	1 688
Outros ganhos / perdas reconhecidos diretamente no capital próprio	3 419	-
Outros ganhos e perdas	(479)	(1 309)
	50 966	(22 798)
Rubricas que poderão ser posteriormente reclassificadas nos resultados		
Diferenças de conversão de balanços expressos em moeda diferente	(6 446)	(6 569)
Aumentos / diminuições de valor de activos disponíveis para venda	(94)	235
Variação na valorização pelo justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura (só fluxos de caixa)	14 619	(8 309)
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos (só de rubricas do CP)	(1 901)	-
	6 183	- 14 643
<b>Total de Outro rendimento integral para o período, líquido de imposto sobre o rendimento</b>	57 149	(37 441)
<b>Total Rendimento Integral</b>	911 224	473 811
Rendimento integral		
Atribuível aos proprietários da empresa-mãe	868 380	396 517
Atribuível aos interesses que não controlam	42 843	77 293

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Demonstração de Alterações no Capital Próprio	TOTAL	Capital	Reservas legais	Outras reservas	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultados transitados	Resultado Líquido do Período	Subtotal (antes de I.M.)	Interesses que não Controlam
<b>Posição financeira em 01-01-2012</b>	3 252 144	1 027 151	724 491	94 717	(479 642)	1 199 306	60 662	2 626 684	625 460
Ajustamentos e correções com efeitos retrospectivos	1 109	-	-	1 282	-	(173)	-	1 109	-
<b>Posição em 01-01-2012</b>	3 253 253	1 027 151	724 491	95 999	(479 642)	1 199 133	60 662	2 627 793	625 460
<b>Transações com proprietários em 2012</b>	(17 428)	-	-	2 541	-	60 662	(60 662)	2 541	(19 969)
Aplicação de resultados e distribuição de lucros e reservas	(17 213)	-	-	-	-	60 662	(60 662)	(0)	(17 213)
Outras transações	(2 756)	-	-	-	-	-	-	-	(2 756)
<b>Rendimento integral em 2012</b>	473 811	-	5 740	(11 744)	155 780	(184 213)	430 954	396 517	77 293
Resultado líquido do período	511 252	-	-	-	-	-	430 954	430 954	80 297
Outro rendimento integral	(37 442)	-	5 740	(11 744)	155 780	(184 213)	0	(34 437)	(3 005)
<b>Posição financeira em 31-12-2012</b>	3 709 635	1 027 151	730 231	86 795	(323 862)	1 075 583	430 954	3 026 852	682 783
<b>Transações com proprietários em 2013</b>	(520 143)	-	5 594	(10 376)	(259 028)	385 736	(430 953)	(309 028)	(211 115)
Aplicação de resultados e distribuição de lucros e reservas	(61 446)	-	5 594	(10 376)	-	385 736	(430 954)	(50 000)	(11 445)
Outras transações	0	-	-	-	(0)	0	0	(0)	0
Aquisição (31,44%) de ações da ANA	(376 651)	-	-	-	(249 930)	-	-	(249 930)	(126 721)
Aquisição (8,82%) de ações da AdP	(82 047)	-	-	-	(9 098)	-	-	(9 098)	(72 949)
<b>Rendimento integral em 2013</b>	911 223	(0)	(10 269)	(66 810)	605 335	(461 090)	801 214	868 380	42 843
Resultado líquido do período	854 074	-	-	-	-	-	801 214	801 214	52 861
Outro rendimento integral	57 149	(0)	(10 269)	(66 810)	605 335	(461 090)	1	67 167	(10 017)
<b>Posição financeira em 31-12-2013</b>	4 100 715	1 027 151	725 556	9 609	22 445	1 000 228	801 214	3 586 203	514 511
<b>Dividendos distribuídos em 2013 (a acionistas da empresa-mãe)</b>	50 000								
<b>N.º de ações do capital</b>	400 000 000								
<b>Dividendos por ação (euros)</b>	0,13								

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

RUBRICAS	2013	2012
<b>Atividades operacionais:</b>		
Recebimentos de clientes	4 733 098	4 049 894
Pagamentos a fornecedores	(2 725 378)	(2 552 739)
Pagamentos ao pessoal	(788 341)	(627 148)
<i>Caixa gerada pelas operações</i>	1 219 379	870 007
Pagamento / recebimento de imposto sobre o rendimento	(94 593)	(118 306)
Outros recebimentos / pagamentos relativos à actividade operacional	(225 176)	(213 884)
<i>Fluxos de caixa das atividades operacionais</i>	899 610	537 818
<b>Atividades de investimento:</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Outros ativos fixos tangíveis	711	48 395
Propriedades de investimento	-	15 004
Ativos fixos intangíveis	1 004	163
Investimentos financeiros	2 034 689	2 583 062
Subsídios ao investimento	131 273	114 897
Juros e rendimentos similares	24 287	24 505
Empréstimos concedidos	227	2 500
Dividendos	37 297	254 114
Outros activos	254	63
	2 229 742	3 042 702
Pagamentos respeitantes a:		
Outros ativos fixos tangíveis	(42 477)	(130 872)
Propriedades de investimento	(274)	(1 026)
Outros ativos intangíveis	(175 992)	(208 257)
Investimentos financeiros	(1 512 569)	(2 268 785)
Juros e gastos similares	(12)	(166)
Empréstimos concedidos	(3 100)	(7 819)
Outros activos	(890)	(538)
Direito de concessão	(800 000)	(756)
	(2 535 314)	(2 618 219)
<i>Fluxos de caixa das atividades de investimento</i>	(305 571)	424 483
<b>Atividades de financiamento:</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	4 406	4 509
Financiamentos obtidos	2 426 101	1 442 697
Subsídios e doações	-	1 000
Juros e rendimentos similares	1 733	2 544
Outras operações de financiamento	-	109
	2 432 239	1 450 858
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(2 107 705)	(1 677 434)
Contratos de locação financeira	(107 792)	(132 506)
Juros e gastos similares	(400 621)	(391 635)
Dividendos	(70 569)	(20 762)
Outras operações de financiamento	(364)	(56)
	(2 687 054)	(2 222 393)
<i>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</i>	(254 815)	(771 535)
Variações de caixa e seus equivalentes	339 224	190 766
Das quais provenientes de unidades operacionais descontinuadas (Nota 53)	2 663 920	2 642 187
Efeito das diferenças de câmbio	(20 318)	(3 298)
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>659 562</b>	<b>471 180</b>
Descobertos bancários	168 520	205 596
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>978 469</b>	<b>658 648</b>

Reconciliação da Caixa e seus equivalentes

RUBRICAS	2013	2012
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>978 469</b>	<b>658 648</b>
Descobertos bancários	168 520	205 595
Variações de caixa por concentrações	489 111	-
Outros	-	1 463
Caixa e seus equivalentes classificados como ativos não correntes detidos para venda	(709 457)	(95 699)
<b>Caixa e depósitos bancários constantes do balanço</b>	<b>926 643</b>	<b>770 007</b>

## **NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **1 - Atividade económica do Grupo PARPÚBLICA**

A PARPÚBLICA – Participações Públicas, SGPS, SA (abreviadamente designada por Empresa ou PARPÚBLICA) é uma Sociedade Gestora de Participações Sociais de capitais exclusivamente públicos, criada pelo Decreto-Lei n.º 209/2000, de 2 de setembro, constituindo um instrumento empresarial do Estado para atuação nos seguintes domínios:

- a) Gestão de participações em empresas em processo de privatização ou privatizáveis a prazo;
- b) Desenvolvimento dos processos de privatização, no quadro determinado pelo governo;
- c) Reestruturação de empresas transferidas para a sua carteira para o efeito;
- d) Acompanhamento de participações em empresas privatizadas que conferem direitos especiais ao Estado;
- e) Gestão de património imobiliário público excedentário, através de empresas subsidiárias de objeto especializado;
- f) Apoio ao exercício pelo Ministro das Finanças na tutela financeira sobre empresas do Estado e empresas concessionárias de serviços de interesse económico geral;
- g) Promoção da utilização das parcerias público-privadas para o desenvolvimento de serviços públicos em condições de maior qualidade e eficiência.

Considerando as atividades desenvolvidas pelas entidades cujas demonstrações financeiras foram incluídas na consolidação do Grupo PARPÚBLICA e a forma de reporte da informação, foram identificados nove segmentos de negócio: (i) PARPÚBLICA; (ii) Gestão e Promoção Imobiliária; (iii) Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal; (iv) Produção de Moeda, Publicações e Produtos de Segurança; (v) Transporte Aéreo e Atividades Relacionadas; (vi) Águas e Resíduos; (vii) Mercados abastecedores; (viii) Serviços Postais (descontinuado) e (ix) Diversos.

Relato por segmentos

2013												
Rubricas	SGPS		Atividades Operativas								Eliminações Inter-Segmentos	Consolidado
	Parpública	Gestão e Promoção Imobiliária	Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal	Produção de Moeda, Publicações e Produtos de Segurança	Transporte aéreo e atividades relacionadas	Águas e Resíduos	Mercados Abastecedores	Unidades operacionais descontinuadas	Diversos	Total		
<b>Ativos</b>												
Ativos Não Correntes	7 767 094	716 589	97 119	71 308	1 007 696	6 606 423	143 789	0	117 127	8 760 052	(2 193 636)	14 333 510
Ativos Correntes	502 627	1 081 466	11 780	97 375	694 546	990 103	4 016	0	13 204	2 892 490	(29 548)	3 365 570
<i>(dos quais detidos para venda)</i>	248 400	0	0	0	0	0	817	0	0	817	-	249 217
<b>Ativos totais</b>	<b>8 269 721</b>	<b>1 798 055</b>	<b>108 900</b>	<b>168 682</b>	<b>1 702 242</b>	<b>7 596 526</b>	<b>147 805</b>	<b>0</b>	<b>130 331</b>	<b>11 652 542</b>	<b>(2 223 184)</b>	<b>17 699 079</b>
<b>Passivos</b>												
Passivos Não Correntes	3 646 177	441 264	17 962	27 742	820 276	5 462 652	116 872	0	82 050	6 968 818	(820 933)	9 794 062
<i>(dos quais de financiamento obtido)</i>	2 680 609	397 524	-	-	660 131	2 423 506	72 892	0	81 679	3 635 732	(447 620)	5 868 721
<i>(dos quais Subsídios para Activos)</i>	-	-	-	14	-	1 943 203	15 718	0	-	1 958 935	-	1 958 935
Passivos Correntes	1 563 388	137 996	2 828	10 896	1 247 595	889 667	12 764	0	15 350	2 317 096	(76 182)	3 804 302
<i>(dos quais detidos para venda)</i>	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-
<i>(dos quais de financiamento obtido)</i>	1 540 583	69 083	-	0	390 512	616 695	5 609	0	11 001	1 092 900	(69 317)	2 564 167
<i>(dos quais Subsídios para Activos)</i>	-	-	1 252	-	-	-	771	-	-	2 024	-	2 024
<b>Passivos totais</b>	<b>5 209 565</b>	<b>579 259</b>	<b>20 791</b>	<b>38 638</b>	<b>2 067 871</b>	<b>6 352 319</b>	<b>129 637</b>	<b>0</b>	<b>97 400</b>	<b>9 285 914</b>	<b>(897 116)</b>	<b>13 598 364</b>
<b>Capital Próprio do Grupo</b>	<b>3 060 156</b>	<b>1 217 388</b>	<b>88 109</b>	<b>130 045</b>	<b>-374 137</b>	<b>744 307</b>	<b>18 447</b>	<b>0</b>	<b>27 956</b>	<b>1 852 116</b>	<b>(1 326 068)</b>	<b>3 586 203</b>
<b>Interesses que não controlam</b>	<b>0</b>	<b>1 408</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8 508</b>	<b>499 900</b>	<b>-278</b>	<b>0</b>	<b>4 975</b>	<b>514 512</b>	<b>-</b>	<b>514 512</b>
<b>Capital Próprio</b>	<b>3 060 156</b>	<b>1 218 796</b>	<b>88 109</b>	<b>130 045</b>	<b>-365 629</b>	<b>1 244 207</b>	<b>18 169</b>	<b>0</b>	<b>32 931</b>	<b>2 366 628</b>	<b>(1 326 068)</b>	<b>4 100 715</b>

Nota: As quantias relativas à SGPS diferem das constantes nas demonstrações financeiras separadas por serem diferentes os métodos de mensuração das participações financeiras.

# PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S. A.

2012											
Rubricas	SGPS	Atividades Operativas								Eliminações Inter-Segmentos	Consolidado
	Parpública	Gestão e Promoção Imobiliária	Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal	Produção de Moeda, Publicações e Produtos de Segurança	Atividades Aeronáuticas	Águas e Resíduos	Unidades operacionais descontinuadas	Diversos	Total		
<b>Ativos</b>											
Ativos Não Correntes	7 838 587	616 910	86 436	77 234	1 119 280	6 594 061	-	96 432	8 590 353	(2 112 967)	14 315 974
Ativos Correntes	535 639	1 244 803	12 112	98 942	538 486	1 002 982	2 448 704	15 940	5 361 969	(315 528)	5 582 080
<i>(dos quais detidos para venda)</i>	<i>200 604</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>2 448 704</i>	<i>0</i>	<i>2 448 704</i>	<i>(195 455)</i>	<i>2 453 854</i>
<b>Ativos totais</b>	<b>8 374 226</b>	<b>1 861 714</b>	<b>98 547</b>	<b>176 176</b>	<b>1 657 766</b>	<b>7 597 043</b>	<b>2 448 704</b>	<b>112 372</b>	<b>13 952 322</b>	<b>(2 428 495)</b>	<b>19 898 054</b>
<b>Passivos</b>											
Passivos Não Correntes	2 928 001	489 786	17 092	32 674	980 430	5 523 635	-	83 513	7 127 130	(879 855)	9 175 276
<i>(dos quais de financiamento obtidos)</i>	<i>2 538 077</i>	<i>442 694</i>	<i>-</i>	<i>0</i>	<i>775 390</i>	<i>2 476 131</i>	<i>-</i>	<i>82 980</i>	<i>3 777 195</i>	<i>(490 451)</i>	<i>5 824 821</i>
<i>(dos quais Subsídios para Activos)</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>17</i>	<i>-</i>	<i>1 925 338</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>1 925 355</i>	<i>-</i>	<i>1 925 355</i>
Passivos Correntes	2 908 505	149 672	2 903	19 849	1 075 017	937 006	2 041 456	16 809	4 242 713	(138 076)	7 013 142
<i>(dos quais detidos para venda)</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>0</i>	<i>-</i>	<i>2 041 456</i>	<i>-</i>	<i>2 041 456</i>	<i>(935)</i>	<i>2 040 521</i>
<i>(dos quais de financiamento obtidos)</i>	<i>2 416 987</i>	<i>67 239</i>	<i>-</i>	<i>10 196</i>	<i>258 674</i>	<i>619 911</i>	<i>-</i>	<i>7 128</i>	<i>963 148</i>	<i>(64 305)</i>	<i>3 315 829</i>
<i>(dos quais Subsídios para Activos)</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>1 332</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>0</i>	<i>1 332</i>	<i>-</i>	<i>1 332</i>
<b>Passivos totais</b>	<b>5 836 506</b>	<b>639 459</b>	<b>19 995</b>	<b>52 523</b>	<b>2 055 447</b>	<b>6 460 641</b>	<b>2 041 456</b>	<b>100 322</b>	<b>11 369 843</b>	<b>(1 017 931)</b>	<b>16 188 418</b>
<b>Capital Próprio do Grupo</b>	<b>2 537 720</b>	<b>1 220 821</b>	<b>78 553</b>	<b>123 652</b>	<b>-533 001</b>	<b>599 242</b>	<b>403 057</b>	<b>7 372</b>	<b>1 899 696</b>	<b>(1 410 564)</b>	<b>3 026 852</b>
<b>Interesses que não controlam</b>	<b>0</b>	<b>1 435</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>135 320</b>	<b>537 160</b>	<b>4 191</b>	<b>4 678</b>	<b>682 783</b>	<b>-</b>	<b>682 783</b>
<b>Capital Próprio</b>	<b>2 537 720</b>	<b>1 222 255</b>	<b>78 553</b>	<b>123 652</b>	<b>-397 681</b>	<b>1 136 402</b>	<b>407 248</b>	<b>12 050</b>	<b>2 582 479</b>	<b>(1 410 564)</b>	<b>3 709 635</b>

Nota: As quantias relativas à SGPS diferem das constantes nas demonstrações financeiras separadas por serem diferentes os métodos de mensuração das participações financeiras.

# PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S. A.

Rubricas	Ano 2013											
	SGPS		Atividades Operativas							Eliminações Inter-Segmentos	Consolidado	
	Parpública	Gestão e Promoção Imobiliária	Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal	Produção de Moeda, Publicações e Produtos de Segurança	Transporte aéreo e atividades relacionadas	Águas e Resíduos	Mercados Abastecedores	Unidades operacionais descontinuadas	Diversos			Total
Vendas e serviços prestados	-	109 124	4 835	75 900	2 669 027	809 400	15 340	568 925	9 857	4 262 408	(39 943)	4 222 465
Subsídios à exploração	-	6	1 823	1	3 852	-	-	-	-	5 682	(173)	5 509
Ganhos e perdas imputados de associadas	7 557	-	179	(215)	707	-	-	-	-	671	-	8 229
Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	136 086	-	-	-	-	-	-	14	-	14	(111 306)	24 794
Ganhos em alienações de participações	543 770	-	-	-	-	-	-	139 471	-	139 471	-	683 241
Variação nos inventários da produção + Trabalhos para a própria entidade	-	(360)	(2 018)	(2 117)	(3 479)	15 680	-	1 023	-	8 728	-	8 727
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	(41 610)	(2 941)	(15 957)	(214 811)	(31 982)	-	(8 977)	(1)	(316 279)	-	(316 279)
Fornecimentos e serviços externos	(2 832)	(11 442)	(2 764)	(12 882)	(1 705 328)	(230 691)	(3 303)	(194 231)	(2 287)	(2 162 929)	39 962	(2 125 799)
Gastos com o pessoal	(2 200)	(6 215)	(2 416)	(20 630)	(547 296)	(141 448)	(1 633)	(211 417)	(732)	(931 787)	77	(933 911)
Ajustamentos de inventários	-	(23 780)	-	(387)	(5 908)	-	-	(188)	-	(30 264)	-	(30 264)
Provisões	16 092	(926)	-	98	3 623	348	(2)	(3 520)	(4)	(382)	(16 092)	(382)
Imparidade (reversão) de activos não depreciáveis / amortizáveis	5 018	(151)	126	5 327	(366)	(342)	(548)	(3 470)	3 330	3 907	-	8 925
Aumentos / reduções de justo valor	92 576	(732)	12 906	-	(410)	13 681	690	-	(160)	25 975	-	118 551
Outros rendimentos e ganhos	36 670	2 681	2 768	2 763	49 359	53 909	1 039	15 127	1 252	128 899	(31 878)	133 691
Outros gastos e perdas	(1 000)	(5 462)	(543)	(6 174)	(64 598)	(13 516)	(621)	(15 667)	(887)	(107 469)	162	(108 307)
<b>e impostos</b>	<b>831 736</b>	<b>21 134</b>	<b>11 955</b>	<b>25 727</b>	<b>184 372</b>	<b>475 039</b>	<b>10 961</b>	<b>287 089</b>	<b>10 368</b>	<b>1 026 647</b>	<b>(159 190)</b>	<b>1 699 192</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(41)	(925)	(1 258)	(5 174)	(115 751)	(246 230)	(6 731)	(40 292)	(5 506)	(421 866)	-	(421 907)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis	-	218	-	-	-	-	-	(1 031)	(3 936)	(4 749)	-	(4 749)
Subsídios ao investimento	-	-	173	-	-	74 092	12 200	111	-	86 576	-	86 576
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>831 695</b>	<b>20 428</b>	<b>10 870</b>	<b>20 553</b>	<b>68 621</b>	<b>302 901</b>	<b>16 430</b>	<b>245 877</b>	<b>927</b>	<b>686 607</b>	<b>(159 190)</b>	<b>1 359 112</b>
Juros suportados	(215 139)	(25 283)	-	(220)	(46 993)	(113 769)	(2 742)	-	(5 174)	(194 181)	(1)	(409 320)
Outros ganhos e perdas de financiamento	(20 131)	3 148	-	-	2 492	727	(274)	(35 750)	1	(29 656)	31 793	(17 993)
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>596 425</b>	<b>(1 707)</b>	<b>10 870</b>	<b>20 333</b>	<b>24 120</b>	<b>189 859</b>	<b>13 415</b>	<b>210 127</b>	<b>(4 247)</b>	<b>462 771</b>	<b>(127 398)</b>	<b>931 798</b>
Imposto sobre o rendimento do período	(22)	(2 934)	(1 337)	(5 041)	(475)	(56 265)	10 339	(21 964)	(24)	(77 701)	-	(77 723)
Resultado líquido do período	596 403	(4 641)	9 533	15 293	23 645	133 594	23 754	188 163	(4 271)	385 070	(127 398)	854 075
Resultado líquido dos Interesses que não controlam	0	53	-	-	4 953	45 811	2 018	294	-269	52 860	-	52 860
<b>Resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe</b>	<b>596 403</b>	<b>(4 694)</b>	<b>9 533</b>	<b>15 293</b>	<b>18 692</b>	<b>87 783</b>	<b>21 736</b>	<b>187 869</b>	<b>(4 002)</b>	<b>332 210</b>	<b>(127 399)</b>	<b>801 214</b>
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido do período	683 241	-	-	-	0	-	-	46 754	-	46 754	-	729 995
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	683 241	-	-	-	0	-	-	46 460	-	46 460	-	729 701

Nota: As quantias relativas à SGPS diferem das constantes nas demonstrações financeiras separadas por serem diferentes os métodos de mensuração das participações financeiras.

# PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S. A.

Rubricas	Ano 2012										Eliminações Inter-Segmentos	Consolidado
	SGPS	Atividades Operativas								Total		
	Parpública	Gestão e Promoção Imobiliária	Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal	Produção de Moeda, Publicações e Produtos de Segurança	Transporte aéreo e atividades relacionadas	Águas e Resíduos	Unidades operacionais descontinuadas	Diversos				
Vendas e serviços prestados	-	100 823	3 996	79 945	2 464 454	798 512	449 864	11 185	3 458 915	76 664	3 985 442	
Subsídios à exploração	-	-	1 935	2 656	3 194	279	173	-	8 063	559	8 795	
Ganhos e perdas imputados de associadas	(40 255)	6	123	83	4 110	-	-	-	(35 933)	-	(35 933)	
Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	99 189	-	-	-	-	-	184 605	-	99 189	(43 064)	240 730	
Ganhos em alienações de participações	-	-	-	-	-	-	572 961	-	-	-	572 961	
<b>Variação nos inventários da produção + Trabalhos para a própr</b>	-	(3 255)	(1 633)	3 196	(6 743)	24 437	1 252	-	16 002	-	17 254	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	(36 467)	(2 566)	(20 747)	(205 028)	(33 223)	(2 166)	(5)	(298 035)	-	(300 201)	
Fornecimentos e serviços externos	(3 023)	(12 803)	(2 544)	(12 731)	(1 614 753)	(226 703)	(173 101)	(2 981)	(1 875 537)	(76 597)	(2 125 235)	
Gastos com o pessoal	(1 609)	(6 123)	(2 282)	(21 332)	(530 576)	(134 913)	(105 969)	(911)	(697 746)	(135)	(803 850)	
Ajustamentos de inventários	-	(48 246)	-	(656)	(1 964)	14	-	-	(50 852)	-	(50 852)	
Provisões	(38 358)	(82)	-	439	3 687	1 882	-	(6)	(32 438)	38 358	5 920	
Imparidade (reversão) de activos não depreciables / amortizáveis	(72 795)	(532)	68	1 900	3 311	(6 067)	12 989	(2 323)	(76 438)	58 189	(5 260)	
Aumentos / reduções de justo valor	(150 658)	(7 685)	2 440	-	2 210	(14 694)	11	1 600	(166 787)	-	(166 776)	
Outros rendimentos e ganhos	73 390	11 248	2 480	4 880	55 653	64 090	8 317	2 579	214 320	(67 847)	154 790	
Outros gastos e perdas	(2 638)	(11 034)	(446)	(7 982)	(40 719)	(15 327)	(22 809)	(298)	(78 444)	(614)	(101 867)	
<b>impostos</b>	<b>(136 756)</b>	<b>(14 151)</b>	<b>1 572</b>	<b>29 651</b>	<b>136 837</b>	<b>458 287</b>	<b>926 127</b>	<b>8 840</b>	<b>484 280</b>	<b>(14 487)</b>	<b>1 395 920</b>	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(56)	(1 152)	(1 219)	(5 561)	(119 797)	(235 612)	(80 965)	(5 399)	(368 796)	-	(449 761)	
Imparidade de investimentos depreciables / amortizáveis	-	(120)	-	-	-	(1 541)	-	(660)	(2 321)	-	(2 321)	
Subsídios ao investimento	-	-	145	-	-	67 641	3 953	-	67 786	-	71 739	
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>(136 812)</b>	<b>(15 422)</b>	<b>499</b>	<b>24 090</b>	<b>17 040</b>	<b>288 775</b>	<b>849 115</b>	<b>2 781</b>	<b>180 949</b>	<b>(14 487)</b>	<b>1 015 578</b>	
Juros suportados	(252 350)	(66 782)	(25)	(397)	(72 044)	(113 751)	862	(4 881)	(510 229)	68 054	(441 313)	
Outros ganhos e perdas de financiamento	(8 134)	84	-	-	20 369	(3 350)	(18 428)	(7)	8 962	-	(9 466)	
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>(397 295)</b>	<b>(82 120)</b>	<b>474</b>	<b>23 693</b>	<b>(34 635)</b>	<b>171 674</b>	<b>831 549</b>	<b>(2 107)</b>	<b>(320 317)</b>	<b>53 567</b>	<b>564 799</b>	
Imposto sobre o rendimento do período	(2)	24 455	89	(7 858)	(2 082)	(49 342)	(18 649)	(139)	(34 898)	-	(53 547)	
Resultado líquido do período	(397 317)	(57 665)	563	15 835	(36 717)	122 332	812 900	(2 246)	(355 216)	53 567	511 251	
Resultado líquido dos Interesses que não controlam	0	62	-	-	22 050	56 146	1 997	42	78 299	-	80 297	
<b>Resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe</b>	<b>(397 317)</b>	<b>(57 727)</b>	<b>563</b>	<b>15 835</b>	<b>(58 767)</b>	<b>66 186</b>	<b>810 903</b>	<b>(2 288)</b>	<b>(433 515)</b>	<b>53 567</b>	<b>430 954</b>	
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido do período	613 105	-	-	-	0	-	55 611	-	613 105	-	668 716	
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	613 105	-	-	-	0	-	36 943	-	613 105	-	650 049	

Nota: As quantias relativas à SGPS diferem das constantes nas demonstrações financeiras separadas por serem diferentes os métodos de mensuração das participações financeiras.

## 2 – Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas

### 2a - Introdução

As presentes demonstrações financeiras consolidadas respeitam ao período anual findo em 31 de dezembro de 2013, foram preparadas a partir dos registos contabilísticos das empresas do Grupo efetuados no pressuposto da continuidade das operações e do regime de acréscimo e estão apresentadas em milhares de euros, salvo quando referida outra unidade.

As principais políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo PARPÚBLICA na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas são expostas nas notas seguintes. Excetuando as situações descritas na nota 2b, estas políticas foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), Normas Internacionais de Contabilidade e Interpretações (International Accounting Standards and Interpretations), coletivamente denominadas IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), tal como adotadas na União Europeia (UE).

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de determinadas estimativas contabilísticas críticas. Requer igualmente que a Administração exerça juízos de valor ao aplicar as políticas contabilísticas do Grupo PARPÚBLICA da forma mais apropriada. As áreas onde foram feitas as estimativas e os juízos de valor mais significativos encontram-se apresentadas na nota 2ab.

### 2b – Alterações nas políticas contabilísticas

*2bi Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir 01 de Janeiro de 2013*

- **Alterações à IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras (Regulamento n.º 475/2012, de 5 de junho) – Apresentação de rubricas de Outro rendimento integral** > (i) As alterações introduzem nova terminologia para o título da “Demonstração de rendimento integral”, que na norma passa a ser redenominada como “Demonstração dos resultados e de outro rendimento integral”. Contudo, a aplicação e uso do título redenominado não é de aplicação obrigatória, podendo as entidades continuar a usar para as suas demonstrações financeiras títulos que não sejam usados na norma.

(ii) As alterações da IAS 1 mantêm a possibilidade de apresentar os resultados e o outro rendimento integral quer numa única demonstração quer em duas demonstrações separadas (opção seguida pelo Grupo PARPÚBLICA), desde que consecutivas. Contudo, as alterações à IAS 1 requerem que as rubricas de outro rendimento integral sejam agrupadas em duas categorias: a) rubricas que não irão ser posteriormente reclassificadas nos resultados, e b) rubricas que poderão ser posteriormente reclassificadas nos resultados, logo que estejam preenchidas determinadas condições. As alterações à IAS 1 devem ser aplicadas retrospectivamente, pelo que a apresentação (grupos separados) das rubricas de outro rendimento integral deve ser modificada para refletir estas alterações também no período comparativo.

- **Alterações à IAS 19 Benefícios dos empregados (Regulamento n.º 475/2012, de 5 de junho)** > As alterações mais significativas nesta nova versão da IAS 19 relacionam-se com a contabilização de alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano. As alterações na nova versão da IAS 19 requerem que as alterações nas obrigações de benefícios definidos e as alterações no justo valor dos ativos do plano sejam reconhecidas no momento em que ocorrem, eliminando assim a abordagem de “corridor” permitida pela versão anterior da IAS 19 e acelerando assim o reconhecimento dos custos com serviços passados. Com esta nova versão da IAS 19, todos os ganhos e perdas atuariais deverão ser reconhecidos imediatamente em outro rendimento integral. Além disso, o custo de juros e retorno esperado dos ativos do plano, usados na versão anterior da IAS 19 são substituídos, nesta nova versão, por um montante de “juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefícios definidos”, que é calculado mediante a aplicação da taxa de desconto ao passivo (ativo) líquido de benefícios definidos. Em adição, esta nova versão da IAS 19 introduz determinadas alterações na apresentação dos custos de benefícios definidos, incluindo divulgações mais extensivas. A nova versão da IAS 19 deverá ter aplicação retrospectiva.
- **Adoção da IFRS 13 Mensuração pelo justo valor (Regulamento n.º 1255/2012, de 11 de dezembro)** > A IFRS 13 estabelece um quadro único para o cálculo do justo valor de acordo com as IFRS (exceto para pagamentos com base em ações no âmbito da IFRS 2, transações de locação no âmbito da IAS 17 e mensurações que têm algumas semelhanças com o justo valor, mas que não são justo valor, como por exemplo o valor realizável líquido na mensuração de inventários, ou como por exemplo o valor de uso para aferição de imparidades) e fornece orientações abrangentes sobre a forma de calcular o justo valor de ativos e passivos, tanto financeiros como não financeiros. A IFRS 13 define justo valor como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração. O justo valor na IFRS 13 consiste num “preço de saída”, independente de esse preço ser diretamente observável ou estimado por recurso a outra técnica de avaliação. A IFRS 13 inclui requisitos extensos de divulgações adicionais. A IFRS 13 requer apenas uma aplicação prospetiva, a partir de 1 de janeiro de 2013, pelo que os requisitos de divulgação não são exigidos para a informação comparativa de períodos anteriores antes da aplicação inicial da norma.
- **Alterações à IAS 12 Impostos sobre o rendimento (Regulamento n.º 1255/2012, de 11 de dezembro) – Imposto diferido: recuperação de ativos subjacentes** > O objetivo das alterações consiste em introduzir uma exceção ao princípio de mensuração contido na IAS 12, sob a forma de uma presunção refutável de que o montante escriturado de um bem de investimento mensurado pelo justo valor será recuperado através da venda e que uma entidade será obrigada a utilizar a taxa de imposto aplicável à venda do ativo subjacente. Estas alterações à IAS 12 vêm suprimir a SIC 21 Impostos sobre o Rendimento — Recuperação de Ativos Não Depreciáveis Revalorizados, cujo teor passa a estar incluído na própria norma que passa a incluir mais exemplos ilustrativos de aplicação.
- **Alterações à IFRS 1 Adoção pela primeira vez**
  - (i) **Hiperinflação grave e supressão de datas fixas para os adotantes pela primeira vez: (Regulamento n.º 1255/2012, de 11 de dezembro)** > O objetivo destas emendas à IFRS 1 consiste em introduzir uma nova isenção, designadamente, as entidades que foram sujeitas a uma hiperinflação grave são autorizadas a utilizar o justo valor como custo considerado para os seus ativos e passivos na

demonstração financeira de abertura de acordo com as IFRS. As emendas substituem ainda as referências a datas fixas, na IFRS 1, por referências à data de transição.

**(ii) Empréstimos governamentais (Regulamento n.º 183/2013, de 4 de março)** > As emendas à IFRS 1 tratam os empréstimos recebidos de Governos a uma taxa de juro inferior à do mercado e têm por objetivo conceder aos adotantes pela primeira vez das IFRS uma dispensa da aplicação total e retrospectiva na transição para as IFRS.

- **IFRIC 20 Custos de descobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto (Regulamento n.º 1255/2012, de 11 de dezembro)** > O objetivo da IFRIC 20 consiste em fornecer orientações sobre o reconhecimento dos custos de produção relacionados com a descobertura como um ativo e sobre a mensuração inicial e subsequente do ativo correspondente às atividades de descobertura, de forma a reduzir a diversidade, na prática, quanto à forma como as entidades contabilizam os custos de descobertura incorridos na fase de produção de uma mina a céu aberto.
- **Alterações à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações e à IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação (Regulamento n.º 1256/2012, de 13 de dezembro)** > O objetivo da emenda à IFRS 7 é exigir a apresentação de informação quantitativa adicional sobre compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros, de maneira a que os utentes possam comparar e conciliar melhor as divulgações de acordo com as IFRS e as divulgações de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites (GAAP) dos EUA. Por outro lado, o IASB emendou a IAS 32 por forma a fornecer orientações adicionais para reduzir as incoerências na aplicação prática da norma> Regulamento 1256/2012, de 13 de dezembro.
- **Melhoramentos anuais: ciclo de 2009-2011 (Regulamento n.º 301/2013, de 27 de março)** > Os melhoramentos incluem emendas a cinco IFRS, que se sumarizam de seguida:
  - **IFRS 1 Adoção pela primeira vez - Aplicação repetida da IFRS 1** > As emendas clarificam que uma entidade pode aplicar a IFRS 1 se as mais recentes demonstrações financeiras não continham uma declaração de conformidade, explícita e sem reservas, com as IFRS, mesmo se já tivesse aplicado a IFRS 1 no passado.
  - **IFRS 1 Adoção pela primeira vez - Custos de empréstimos obtidos** > As emendas clarificam que custos de empréstimos obtidos capitalizados de acordo com PCGA anteriores antes da data de transição para as IFRS poderão ser usados sem ajustamento no montante previamente capitalizado à data de transição.
  - **IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras - Clarificação dos requisitos para informação comparativa** > As emendas especificam que uma terceira demonstração da posição financeira é requerida quando: a) uma entidade aplica uma política contabilística retrospectivamente, ou efetua uma reexpressão ou reclassificação retrospectiva de itens nas suas demonstrações financeiras, e b) a aplicação retrospectiva, reexpressão ou reclassificação tem um efeito material na informação na terceira demonstração da posição financeira. As emendas especificam que não é requerido que sejam apresentadas as notas conexas acompanhem a terceira demonstração da posição financeira.
  - **IAS 16 Ativos fixos tangíveis - Classificação de equipamentos de serviço (peças sobressalentes, equipamentos de reserva e de manutenção)** > As emendas clarificam que as peças

sobressalentes, equipamento de reserva e de manutenção devem ser classificados como ativos fixos tangíveis quando cumprem a definição de ativos fixos tangíveis estabelecida na IAS 16 e como inventários nas outras situações.

- **IAS 32 Instrumentos financeiros: Apresentação – Efeito fiscal da distribuição aos detentores de instrumentos de capital próprio** > As emendas clarificam que o imposto sobre o rendimento nas distribuições aos detentores de instrumentos de capital próprio devem ser contabilizados de acordo com a IAS 12 Impostos sobre o rendimento.
- **IAS 34 Relato financeiro intercalar** > As emendas clarificam que o total de ativos e total de passivos de um determinado segmento de relato deverão ser divulgados separadamente se esses montantes forem apresentados regularmente ao principal responsável pela tomada de decisões operacionais e se se tiver verificado uma alteração substancial do valor divulgado nas últimas demonstrações financeiras anuais para esse segmento de relato.

Os principais impactos das alterações nas normas atrás descritos prendem-se com:

- (i) Nova versão da IAS 19: todos os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente (sem recurso ao método do *corridor*) em outro rendimento integral quando até 2012 eram reconhecidos no resultado do período, o que implicou a reexpressão do comparativo (ver Nota 3);
- (ii) Alterações à IAS 1: as rubricas de outro rendimento integral na face da Demonstração do Rendimento Integral passam a ser agrupadas em duas categorias: a) rubricas que não irão ser posteriormente reclassificadas nos resultados, e b) rubricas que poderão ser posteriormente reclassificadas nos resultados, logo que estejam preenchidas determinadas condições;
- (ii) Adoção da IFRS 13: divulgações adicionais de justo valor, conforme nota 58.2 Mensurações pelo justo valor.

As restantes alterações nas normas não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.

*2bii Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor em exercícios com início em ou após 01 de Janeiro de 2014*

- **Adoção da IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas, da IFRS 11 Acordos conjuntos e da IFRS 12 Divulgação de interesses noutras entidades, bem como das versões alteradas da IAS 27 Demonstrações financeiras separadas e da IAS 28 Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos** (Regulamento n.º 1254/2012, de 11 de dezembro)> O objetivo da IFRS 10 é fornecer um modelo de consolidação único, que identifica a relação de controlo como base para a consolidação de todos os tipos de entidades. A IFRS 10 substitui a IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas e a SIC 12 Consolidação — Entidades com finalidade especial. A IFRS 11 estabelece princípios para o relato financeiro pelas partes em acordos conjuntos e substitui a IAS 31 Interesses em empreendimentos conjuntos e a SIC 13 Entidades conjuntamente controladas – Contribuições não monetárias por empreendedores. A IFRS 12 combina, reforça e substitui os requisitos de divulgação para as filiais, acordos conjuntos, associadas e entidades estruturadas não consolidadas. Em consequência destas novas IFRS, o IASB emitiu igualmente uma versão alterada da IAS 27 e da IAS 28.
- **Emendas à IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, à IFRS 11 Acordos Conjuntos e à IFRS 12 Divulgação de Interesses Noutras Entidades** (Regulamento n.º 313/2013, de 4 de abril)> O objetivo das

emendas consiste em clarificar a intenção do IASB quando emitiu pela primeira vez as orientações de transição relativas à IFRS 10. As emendas proporcionam também uma flexibilidade de transição suplementar relativamente à IFRS 10, à IFRS 11 e à IFRS 12, limitando o requisito de prestação de informações comparativas ajustadas apenas ao período comparativo precedente. Além disso, para as divulgações relativas a entidades estruturadas não consolidadas, as emendas suprimem a obrigação de apresentar informações comparativas para os períodos anteriores à aplicação pela primeira vez da IFRS 12.

- **Alterações à IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 Divulgação de Interesses Noutras Entidades e IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas** (Regulamento n.º 1174/2013, de 20 de novembro)> A IFRS 10 é emendada a fim de refletir melhor o modelo de negócio das entidades de investimento. Exige que essas entidades mensurem as suas filiais pelo justo valor através dos resultados, em vez de procederem à respetiva consolidação. A IFRS 12 é emendada a fim de exigir uma divulgação específica sobre essas filiais das entidades de investimento. As emendas à IAS 27 eliminaram ainda a opção que era dada às entidades de investimento no sentido de mensurarem os seus investimentos em determinadas filiais pelo custo ou pelo justo valor nas suas demonstrações financeiras separadas. As emendas à IFRS 10, à IFRS 12 e à IAS 27 implicam, por conseguinte, emendas à IFRS 1, IFRS 3, IFRS 7, IAS 7, IAS 12, IAS 24, IAS 32, IAS 34 e IAS 39, a fim de assegurar a coerência entre as normas internacionais de contabilidade.
- **Alterações à IAS 36 Imparidade de ativos** (Regulamento n.º 1374/2013, de 19 de dezembro)> As principais alterações envolvem: (i) a remoção do requisito de divulgação da quantia recuperável das unidades geradoras de caixa relativamente às quais não foi reconhecida qualquer imparidade; (ii) introdução do requisito de divulgar informação acerca dos pressupostos-chave, técnicas de avaliação e nível aplicável da hierarquia de justo valor para qualquer ativo individual (incluindo o goodwill) ou para qualquer unidade geradora de caixa relativamente aos quais foi reconhecidas ou revertidas perdas de imparidade durante o período, e para as quais o valor recuperável consiste no justo valor menos custos de vender; (iii) introdução do requisito de divulgação das taxas de desconto que foram usadas no período corrente e em mensurações anteriores das quantias recuperáveis dos ativos em imparidade que tenham sido baseadas no justo valor menos custos de vender usando a técnica do valor presente; (iv) remoção do termo “material”, por se ter considerado desnecessária a referência explícita quando a norma faz referência aos requisitos de divulgações para os ativos (incluindo goodwill) ou unidades geradoras de caixa, para os quais uma perda ou reversão “material” de imparidade tenha sido incorrida durante o período.
- **Alterações à IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - Novação de Derivados e Continuação da Contabilidade de Cobertura** (Regulamento n.º 1375/2013, de 19 de dezembro)> O objetivo das alterações é o de resolver as situações em que um derivado designado como instrumento de cobertura é objeto de novação entre uma contraparte e uma contraparte central por razões legais ou regulamentares. A solução prevista permitirá a continuação da contabilidade de cobertura independentemente da novação, o que não seria permitido na ausência destas emendas.

Não se prevê que estas alterações venham a ter impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

## 2c - Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas das entidades integradas no Grupo PARPÚBLICA são apresentadas como as de uma única entidade económica. As transações e balanço intra-grupo são eliminados integralmente.

As subsidiárias incluídas nas demonstrações financeiras encontram-se listadas na nota 2e.

## 2d - Concentrações de atividades empresariais

As presentes demonstrações financeiras consolidadas incorporam os resultados de concentrações de atividades empresariais usando o método de compra. Os resultados das operações das adquiridas são incluídos na demonstração consolidada dos resultados a partir da data em que o controlo é obtido.

## 2e - Subsidiárias

Foram consideradas como subsidiárias todas as entidades controladas pelo Grupo PARPÚBLICA, considerando-se controlo como o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade de forma a obter benefícios das suas atividades. Presumiu-se a existência de controlo quando a PARPÚBLICA possui direta ou indiretamente através de subsidiárias, de mais de metade do poder de voto de uma entidade.

As entidades que se qualificam como subsidiárias são as seguintes:

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detenção do Capital		
			Entidade	% do capital detido pela detentora direta	
				31 Dez 2013	31 Dez 2012
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	80,99%	72,17%
ANA - Aeroportos de Portugal, S.A. (a)	Lisboa	Exploração do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil em Portugal	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	-	68,56%
CE – Circuito do Estoril, SA	Alcabideche	Organização de eventos desportivos	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
Companhia das Lezírias, S.A.	Samora Correia	Produção agrícola e animal	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
ENVC – Sociedade Imobiliária, S.A.	Viana do Castelo	Desenvolvimento e projetos imobiliários	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.		99,80%
INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A.	Lisboa	Produção de moeda, impressos e publicações	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
MARGUEIRA - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	Almada	Gestora do fundo de investimento imobiliário Margueira Capital	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detenção do Capital		
			Entidade	% do capital detido pela detentora direta	
				31 Dez 2013	31 Dez 2012
SAGESECUR - Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projetos, S.A.	Lisboa	Est., desenv. E participação em investimentos mobiliários	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	80,50%	80,50%
SAGESTAMO - Sociedade Gestora de Participações Sociais Imobiliárias, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais e prestação de serviços	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
SIMAB – Sociedade Instaladora de Mercados abastecedores, S.A.	S. Julião do Tojal	Promoção, construção, instalação, exploração e gestão de mercados destinados ao comércio grossista	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	-
TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A.	Lisboa	Gestão das participações sociais	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços técnicos	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
Aquasis, S.A.	Lisboa	Sistemas de Informação Geográfica	AdP - Águas de Portugal Serviços, S.A. EGF AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.	54,98% 0,01% 0,01%	54,98% 0,01% 0,01%
Águas de Santo André, S.A.	V.N. Santo André	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.	Lisboa	Distribuição de água	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
Empresa Geral do Fomento, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
AdP Energias, S.A. (Reciclamos – Multigestão Ambiental, S.A.)	Lisboa	Gestão ambiental	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
AdP – Águas de Portugal Internacional, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
Aquatec, Lda	Maputo	Prestação de serviços técnicos	AdP - Águas de Portugal Internacional, S.A.	100,00%	100,00%
Águas do Brasil, S.A.	Rio de Janeiro	Distribuição de água	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
Águas do Algarve, S.A.	Faro	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	54,44%	54,44%
Águas do Centro Alentejo, S.A.	Évora	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detenção do Capital		
			Entidade	% do capital detido pela detentora direta	
				31 Dez 2013	31 Dez 2012
Águas do Centro, S.A.	Castelo Branco	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	70,00%	70,00%
Águas do Douro e Paiva, S.A.	Porto	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
Águas do Noroeste, S.A.	Barcelos	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	56,66%	56,66%
Águas do Mondego, S.A.	Taveiro	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
Águas do Norte Alentejano, S.A.	Portalegre	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
Águas do Oeste, S.A.	Óbidos	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
Águas de Trás-os-Montes, S.A.	Vila Real	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	70,54%	70,54%
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	Guarda	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	87,46%	87,46%
AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.	Aveiro	Gestão integrada dos serviços municipais de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais urbanas	AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	51,00%	51,00%
AGDA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.	Beja	Exploração e gestão Concessionária do Sistema de exploração e gestão dos serviços de água "em alta"	AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	51,00%	51,00%
Sanest, S,A	Cascais	Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
Simarsul, S.A.	Setúbal	Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
Simlis, S.A.	Leria	Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	70,16%	70,16%
Simria, S.A.	Aveiro	Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	67,72%	67,72%

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detenção do Capital		
			Entidade	% do capital detido pela detentora direta	
				31 Dez 2013	31 Dez 2012
Simtejo S.A.	Lisboa	Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	50,50%	50,50%
Simdouro S.A.	Vila Nova de Gaia	Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
Algar, S.A.	Faro	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	56,00%	56,00%
Amarsul, S.A.	Palmela	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	51,00%	51,00%
Ersuc, S.A.	Coimbra	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	51,46%	51,46%
Resiestrela, S.A.	Serra da Estrela	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	62,95%	62,95%
Resinorte, S.A.	Celorico de Basto	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	51,00%	51,00%
Resulima, S.A.	Viana do Castelo	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	51,00%	51,00%
Suldouro, S.A.	Sermonde	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	60,00%	60,00%
Valnor, S.A.	Avis	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	53,33%	53,33%
Valorlis, S.A.	Leria	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	51,00%	51,00%
Valorminho, S.A.	Valença	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	51,00%	51,00%
Valorsul, S.A.	São João da Talha	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	56,17%	56,17%
ANAM – Aerop. Navegação Aérea da Madeira, S.A. (a)	Funchal	Gestão de infraestruturas aeroportuárias	ANA, SA	-	70,00%
Portway- Handling de Portugal, SA. (a)	Lisboa	Handling	ANA, S.A.	-	100,00%

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detenção do Capital		
			Entidade	% do capital detido pela detentora direta	
				31 Dez 2013	31 Dez 2012
Lazer e Floresta - Empresa de Desenvolvimento Agro-Florestal Imobiliário Turístico e Cinegético, SA	Lisboa	Desenvolvimento agro-florestal	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
SPE – Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, S.A.	Lisboa	Minas / minérios	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	81,13%	81,13%
BAÍA DO TEJO, S.A. (ex-QUIMIPARQUE – Parques Empresariais, S.A.	Barreiro	Desenvolvimento e gestão de parques empresariais	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
AMBISIDER - Recuperações Ambientais, S.A.	Paio Pires	Desmantelamento de inst. industriais e recup. Ambiental	BAÍA DO TEJO, S.A. (em 2008 SNESGES, S.A.)	100,00%	100,00%
ECODETRA - Sociedade de Tratamento e Deposição de Resíduos, S.A.	Paio Pires	Aterro de resíduos industriais especiais	BAÍA DO TEJO, S.A. (em 2008) URBINDÚSTRIA, S.A.	51,00%	51,00%
APIS – Associação Parque Industrial do Seixal	Lisboa	Parques tecnológicos e industriais	BAÍA DO TEJO, S.A.	93,88%	93,77%
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Estamo	Lisboa	Fundo Imobiliário	SAGESECUR, S.A. ESTAMO, SGPS, S.A.	99,97% 0,03%	99,97% 0,03%
CONSEST – Promoção Imobiliária, S.A.	Lisboa	Compra, venda e administração de imóveis	SAGESTAMO, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
ESTAMO – Participações Imobiliárias, S.A.	Lisboa	Compra, venda e administração de imóveis	SAGESTAMO, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
FUNDIESTAMO - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	Lisboa	Administração de Fundos de Investimento Imobiliário	SAGESTAMO, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
TAP - Transportes Aéreos Portugueses, S.A.	Lisboa	Atividades Aeronáuticas	TAP, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
TAPGER - Sociedade de Gestão e Serviços, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços de gestão	TAP, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
CATERINGPOR - Catering de Portugal, S.A.	Lisboa	Catering	TAPGER, S.A.	51,00%	51,00%
L.F.P. - Lojas Francas de Portugal, S.A.	Lisboa	Exploração de “free shop”	TAPGER, S.A.	51,00%	51,00%
MEGASIS - Soc. de Serviços e Engenharia Informática, S.A.	Lisboa	Engenharia e prestação de serviços informáticos	TAPGER, S.A.	100,00%	100,00%
U.C.S. - Cuidados Integrados de Saúde, S.A.	Lisboa	Prestação de cuidados de saúde	TAPGER, S.A.	100,00%	100,00%
Aeropar Participações, S.A.	Brasil	Atividades Aeronáuticas	TAP, SGPS, S.A. PORTUGÁLIA	99,00% 1,00%	99,00% 1,00%

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detenção do Capital		
			Entidade	% do capital detido pela detentora direta	
				31 Dez 2013	31 Dez 2012
PORTUGÁLIA – Companhia Portuguesa de Transportes Aéreos, S.A. (“PORTUGÁLIA”)	Lisboa	Atividades Aeronáuticas	TAP, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
TAP – Manutenção e Engenharia Brasil, S.A. (ex-VEM)	Brasil	Manutenção e engenharia aeronáutica	Aeropar Participações TAP, SGPS, S.A.	47,64% 51,00%	47,64% 51,00%
MARL – Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, S.A.	Lisboa	Promoção, construção, exploração e gestão direta ou indireta do MARL	SIMAB, S.A.	87,87%	-
MARB – Mercado Abastecedor da Região de Braga, S.A.	Braga	Promoção, construção, exploração e gestão direta ou indireta do MARB	SIMAB, S.A.	83,35%	-
MARF – Mercado Abastecedor da Região de Faro, S.A.	Faro	Promoção, construção, exploração e gestão direta ou indireta do MARF	SIMAB, S.A.	74,68%	-
MARE – Mercado Abastecedor da Região de Évora, S.A.	Évora	Promoção, construção, exploração e gestão direta ou indireta do MARE	SIMAB, S.A.	68,85%	-

(a) Entidade alienada em 2013

(b) Entidade com liquidação concluída em outubro de 2013

Em janeiro de 2013 foi transferido para a PARPÚBLICA um conjunto de participações pelo Estado como forma de compensação pela entrega das receitas de reprivatizações através do Despacho 2468/12-SET, de 28 de dezembro, destacando-se 100% do capital dos CTT – Correios de Portugal, SA (CTT) e da SIMAB – Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, SA, 31,44% da ANA -Aeroportos de Portugal, SA e 8,82% da AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA.

O Grupo CTT foi parcialmente privatizado (70%) em 5 de dezembro de 2013. Não foram preparadas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CTT a essa data, pelo que os rendimentos e gastos estão reconhecidos nas contas consolidadas da PARPÚBLICA com base em valores consolidados reportados a 30 de junho de 2013.

A restante participação de 30% da PARPÚBLICA no Grupo CTT encontra-se incluída num grupo para alienação classificado como detido para venda de acordo com a IFRS 5, conforme descrito na nota 21.

Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo EGF, incluído no Grupo AdP, não foi ainda classificado como ativo não corrente detido para venda por não estarem ainda aprovados pelo Governo todos os instrumentos legislativos tendentes à respetiva privatização.

Relativamente ao Grupo ANA, a sua privatização total foi concluída em 22 de outubro de 2013. Não foram preparadas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo ANA a essa data, pelo que os rendimentos e gastos estão reconhecidos nas contas consolidadas do Grupo PARPÚBLICA com base em valores consolidados reportados a 30 de junho de 2013.

## 2f - Associadas

Foram consideradas associadas todas as entidades sobre as quais o Grupo PARPÚBLICA tenha influência significativa e que não sejam subsidiárias nem interesses em empreendimentos conjuntos. Influência significativa foi considerada como sendo o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais das investidas mas que não constitui controlo nem controlo conjunto sobre essas políticas. Considerou-se a existência de influência significativa quando a PARPÚBLICA detém, direta ou indiretamente, 20% ou mais do poder de voto da investida, ou quando detém direitos especiais de voto.

As entidades que se qualificam como associadas, excluindo aquelas cujas participações estão classificadas nos ativos não correntes detidos para venda (vide nota 21), são as seguintes:

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detenção do Capital		
			Entidade	% do capital detido pela detentora direta	
				31 Dez 2013	31 Dez 2012
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A.	Lisboa	Administrações de unidades de cuidados de saúde	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	45,00%	45,00%
Parcaixa, SGPS, SA	Lisboa	Gestão de participações sociais	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	49,00%	49,00%
INAPA – Investimentos Participações e Gestão, SA	Lisboa	Gestão de participações sociais	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	24,04%	24,04%
ISOTAL - Imobiliário do Sotavento Algarvio, S.A.	Faro	Desenvolvimento de empreendimentos turísticos	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	31,05%	31,05%
CREDIP - Instituição Financeira de Crédito, SA (b)	Lisboa	Exercício de atividade bancária	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	-	20,00%
Aguas de Timor, S.A. (a)	Timor	Exploração de serviço de abastecimento de água	AdP - Águas de Portugal Internacional, S.A.	100,00%	100,00%
Clube de Golf das Amoreiras, S.A. (a)	Lisboa	Promoção, construção, exploração e funcionamento de um estabelecimento destinado ao treino e ensino de golfe.	EPAL, S.A.	100,00%	100,00%
ORIVÁRZEA, S.A.	Benavente	Produção e comercialização de arroz	COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, S.A.	27,12%	26,81%
CRL – Companhia das Lezírias e Associados Renováveis, Lda	Benavente	Receção, triagem e primeira transformação de madeira, biomassa e produtos e subprodutos florestais	COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, S.A.	20,00%	20,00%
Multicert - Serviços de Certificação Eletrónica	Lisboa	Serviços de Certificação Eletrónica	INCM	20,00%	20,00%
Trevoeste	Alcobaça	Saneamento de águas residuais.	AdP, SGPS	43,24%	43,24%
Miese	Vila Real		AdP Energias, S.A.	40,00%	40,00%
SML – Sociedade Mineira do Lucapa, Lda	Angola	Exploração, prospeção e extração de diamantes.	SPE, S.A.	49,00%	49,00%
SPdH – Serviços Portugueses de	Lisboa	Handling	TAPGER, SA PORTUGÁLIA	43,90% 6,00%	43,90% 6,00%

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detenção do Capital		
			Entidade	% do capital detido pela detentora direta	
				31 Dez 2013	31 Dez 2012
Handling, S.A. ("SPdH")					
Propnery – Propriedade e Equipamentos, S.A.	Castelo Branco	Gestão de investimentos imobiliários	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	41,82%	-
CTT – Correios de Portugal, S.A. (b)	Lisboa	Serviços Postais	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	30%	-

- (a) Entidade sem atividade em 2013, em fase de liquidação.  
 (b) Entidade adquirida em 2013 e em parte alienada no decorrer de 2013.  
 (c) Entidade com liquidação concluída em outubro de 2013.

#### Informação financeira resumida das associadas:

Empresas Participadas	Ativo total 2013	Ativo total 2012	Passivo 2013	Passivo 2012	Total rendimentos e ganhos 2013	Total rendimentos e ganhos 2012	RL 2013	RL 2012
Águas de Timor (i)	N.d.	N.d.	N.d.	N.d.	N.d.	N.d.	N.d.	N.d.
Clube Golf das Amoreiras (i)	1 366	1 388	1 399	1 393	N.d.	N.d.	-28	-16
CREDIP - Instituição Financeira de Crédito, S.A. (ii)	-	11 796	-	348	-	N.d.	-	N.d.
CLR – Companhia das Lezírias e Associados Renováveis, Lda	3	3	3	3	0	0	0	-2
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A.	38 150	43 431	27 290	33 149	37 481	35 461	579	-1 637
INAPA – Investimentos Participações e Gestão, S.A.	676 399	677 239	482 540	486 328	921 261	963 994	1 353	-5 770
ISOTAL - Imobiliário do Sotavento Algarvio, S.A.	203	207	3	1	4	5	-6	-7
Miese	11	32	13	13	N.d.	N.d.	-21	-4
Multicert - Serviços de Certificação Eletrónica	4 131	N.d.	2 853	N.d.	2 989	3 237	-1 077	415
ORIVÁRZEA, S.A.	15 382	15 325	8 636	9 226	20 427	17 137	662	444
Parcaixa, SGPS, S.A.	965 821	936 603	15 366	12 269	21 660	31 052	15 196	-76 097
SPdH – Serviços Portugueses de Handling, S.A. ("SPdH")	22 444	23 675	25 520	28 887	N.d.	50 667	2 126	-2 275
Propnery - Propriedades e Equipamentos, S.A.	3 543	3 814	629	649	181	183	-251	-244
CTT - Correios de Portugal, S.A. (iii)	1 100 134	1 063 180	824 200	789 699	717 369	740 195	61 016	35 735
Trevoeste, S.A. (ii)	3 201	3 201	787	787	N.d.	N.d.	-40	-18

- (i) - Empresa sem atividade  
 (ii) - Empresa em fase de liquidação  
 (iii) - Participação classificada como ativo não corrente detido para venda  
 N.d. - informação não disponível

Na aquisição dos investimentos em associadas, qualquer diferença entre o custo do investimento e a parte do Grupo no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada é incluída na quantia escriturada do investimento.

As associadas foram contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, pelo qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a parte da investidora nos lucros ou prejuízos da investida depois da data da aquisição. A parte da investidora nos lucros ou prejuízos da investida é reconhecida nos lucros ou prejuízos da investidora. As distribuições recebidas de uma investida reduzem a quantia escriturada do investimento. Podem também ser necessários ajustamentos na quantia escriturada para alterações no interesse proporcional da investidora na investida resultantes de alterações no capital próprio da investida que não tenham sido reconhecidas nos lucros ou prejuízos da investida. A parte da investidora nessas alterações é reconhecida diretamente no capital próprio da investidora.

Se a parte do Grupo nas perdas de uma associada igualar ou exceder o seu interesse, é descontinuado o reconhecimento de perdas adicionais; depois do interesse ser reduzido a zero, é reconhecido um passivo se o Grupo tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial são aplicados os requisitos da IAS 39 para determinar a necessidade de reconhecer qualquer perda por imparidade adicional com respeito ao interesse do Grupo em cada uma das associadas.

Os montantes resultantes de entregas de fundos ou de outras relações financeiras com as subsidiárias que tenham cariz de suprimentos e que não tenham reembolso previsto a menos de um ano são apresentados como empréstimos concedidos no ativo não corrente. Sobre estes empréstimos, são calculados juros a taxas que têm em atenção as condições de mercado.

## **2g – Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis do Grupo PARPÚBLICA encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

No reconhecimento inicial de um ativo, o Grupo PARPÚBLICA considera no respetivo custo: (i) o seu preço de compra; (ii) quaisquer gastos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condições necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração; e (iii) a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Os gastos diretos relacionados com as áreas técnicas envolvidas na construção de ativos do Grupo PARPÚBLICA são capitalizados no ativo tangível. Esta capitalização é efetuada em função dos recursos internos utilizados e dos tempos despendidos, por contrapartida de trabalhos para a própria empresa.

Os gastos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos como tal apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com a manutenção e reparação dos ativos são reconhecidas como gasto, de acordo com o pressuposto do acréscimo.

O Grupo PARPÚBLICA calcula as depreciações dos seus ativos tangíveis de acordo com o método de linha reta, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperados dos bens (em anos):

Ativos fixos tangíveis	Vida útil
Edifícios e outras construções	4 a 50
Equipamento básico	3 a 25
Equipamento de transporte	4 a 10
Equipamento administrativo	3 a 16
Ferramentas e utensílios	4 a 16
Outros ativos tangíveis	4 a 10

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que a quantia escriturada exceda o seu valor recuperável. O Grupo PARPÚBLICA reconhece as perdas por imparidade em resultados do período.

A quantia recuperável é determinada como a mais elevada entre o justo valor menos os custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

A quantia escriturada de um item do ativo fixo tangível é desreconhecida pelo Grupo nas seguintes situações: (i) no momento da alienação; e (ii) quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. O ganho ou perda decorrente do desreconhecimento de um item do ativo fixo tangível: (i) é incluído nos resultados quando o item é desreconhecido; e (ii) é determinado como a diferença entre o produto líquido da alienação, se o houver, e a quantia escriturada do item.

## **2h – Propriedades de investimento**

As propriedades de investimento do Grupo PARPÚBLICA provêm dos imóveis detidos com o objetivo de obter rendas, de valorização do capital ou de ambas.

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo, incluindo os custos de transação que lhes sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas ao justo valor, o qual reflete as condições de mercado. As mensurações do justo valor têm por base avaliações independentes realizadas no final de cada exercício.

Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no justo valor de propriedades de investimento são reconhecidos nos resultados do período em que ocorram.

As propriedades de investimento são desreconhecidas na alienação ou quando forem permanentemente retiradas de uso e nenhuns benefícios económicos forem esperados da sua alienação.

## **2i - Goodwill**

O *goodwill* representa o excesso do custo de uma concentração de atividades empresariais sobre os interesses no justo valor de ativos identificáveis, passivos e passivos contingentes da adquirida. O custo inclui as quantias tidas como justos valores, à data de aquisição, dos ativos cedidos, dos passivos incorridos ou assumidos, e dos instrumentos de capital próprio emitidos, em troca do controlo sobre a adquirida, mais quaisquer custos diretamente atribuíveis à concentração de atividades empresariais.

O *goodwill* de aquisições de subsidiárias é incluído nos ativos intangíveis e o de aquisições de associadas é incluído em investimentos em associadas.

O *goodwill* é sujeito a testes de imparidade, numa base anual e é apresentado ao custo, deduzido de perdas de imparidade acumuladas.

Ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o efeito do *goodwill* referente à mesma.

## **2j – Outros ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis do Grupo PARPÚBLICA encontram-se escriturados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

O Grupo PARPÚBLICA calcula as amortizações dos seus ativos intangíveis de acordo com o método de linha reta, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperados dos bens (em anos):

Outros ativos intangíveis	Vida útil
Despesas de desenvolvimento	3
Propriedade Industrial e Outros Direitos	3 a 10
Software	3
Direito de concessão	50

## 2k – Imparidade de ativos em geral

Os ativos intangíveis que não têm uma vida útil definida e os ativos intangíveis em curso não estão sujeitos a amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais a exemplo do que acontece com o *goodwill*. Os ativos sujeitos a amortização são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras consolidadas possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo excesso da quantia escriturada do ativo face à sua quantia recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Na impossibilidade de atribuir uma quantia recuperável a um determinado ativo, o mesmo deverá ser agregado com outros ativos, de forma que conjuntamente gerem fluxos de caixa independentes e, dessa forma, constituam uma UGC (unidade geradora de caixa). Sempre que se verifique uma perda por imparidade numa UGC à qual tenha sido alocado *goodwill*, a perda será imputada em primeiro lugar ao *goodwill* sendo o remanescente rateado por entre os ativos que a compõem com base na quantia escriturada dos mesmos. Nesta repartição pelos ativos, o valor ajustado de cada um não poderá ficar inferior ao maior de entre o justo valor deduzido dos custos de venda, o seu valor de uso e zero.

A perda por imparidade é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados. A amortização do bem será ajustada prospectivamente de acordo com o valor amortizável ajustado pela imparidade registada.

## 2l – Ativos biológicos e produtos agrícolas

Os ativos biológicos são mensurados pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda. Nas situações em que não é possível este tratamento, os mesmos são mensurados pelo custo depreciado.

Os produtos agrícolas são mensurados pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda no momento da colheita. A quantia escriturada na data da colheita, constitui o montante a registar em inventários.

Um ganho ou uma perda proveniente do reconhecimento inicial de um ativo biológico pelo justo valor menos os custos estimados no ponto-de-venda e de uma alteração de justo valor menos os custos estimados no ponto-de-venda de um ativo biológico são incluídos no resultado líquido do exercício do período em que surgem.

Um ganho ou perda que surja no reconhecimento inicial do produto agrícola pelo justo valor menos custos estimados no ponto-de-venda são incluídos no resultado líquido do período em que surgem.

Um subsídio do Governo não condicional que se relacione com um ativo biológico ou produto agrícola mensurado pelo seu justo valor menos custos no ponto-de-venda estimados é reconhecido como rendimento quando o subsídio do Governo se torne recebível.

Se um subsídio do Governo relacionado com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos no ponto-de-venda estimados for condicional, o Grupo PARPÚBLICA reconhece o subsídio como rendimento apenas quando sejam satisfeitas as condições a ele associadas.

## **2m – Outros ativos financeiros**

Os ativos financeiros enquadráveis na IAS 39 são classificados de acordo com cada uma das seguintes categorias, dependendo do objetivo para o qual esse ativo foi adquirido:

- Ativos financeiros pelo justo valor por via dos resultados são ativos financeiros que foram designados como tal ou estão classificados como detidos para negociação, pelo que são detidos pelo Grupo PARPÚBLICA com o objetivo principal de gerar lucro a curto prazo e incluem derivados não designados como instrumentos de cobertura. São mensurados inicialmente no balanço pelos seus justos valores e quaisquer alterações subsequentes aos seus justos valores são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados.
- Investimentos detidos até à maturidade são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade fixada que o Grupo PARPÚBLICA tem a intenção positiva e a capacidade de deter até à maturidade. Estes ativos são mensurados inicialmente pelos seus justos valores acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado através do método do juro efetivo.
- Empréstimos concedidos e contas a receber são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis que não estão cotados num mercado ativo. Estes ativos são mensurados inicialmente pelos seus justos valores acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado através do método do juro efetivo.
- Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que sejam designados como disponíveis para venda ou que não sejam classificados em cada uma das categorias anteriores. São mensurados inicialmente pelos seus justos valores acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição e quaisquer alterações subsequentes aos seus justos valores são reconhecidas diretamente no capital próprio, exceto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais, até que o ativo financeiro seja desreconhecido, momento em que o ganho ou perda cumulativa anteriormente reconhecido no capital próprio deverá ser reconhecido nos resultados. Os dividendos resultantes de um instrumento de capital próprio disponível para venda são reconhecidos nos resultados quando o direito da entidade de receber pagamento for estabelecido.

Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não tenham um preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado (bem como os derivados que

estejam ligados a esses instrumentos de capital próprio e que devam ser liquidados pela entrega dos mesmos) são mensurados pelo custo.

Um ativo financeiro é desreconhecido quando (i) os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes desse ativo expiram; (ii) tenham sido transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção desse ativo; ou (iii) apesar dos riscos e benefícios não terem sido substancialmente transferidos, o Grupo não reteve o controlo sobre esse ativo.

O Grupo PARPÚBLICA avalia regularmente se existem sinais de imparidade para os ativos financeiros, ou grupos de ativos financeiros que não sejam mensurados pelo justo valor via resultados, e em caso afirmativo, determina os fluxos de caixa futuros descontados e reconhece a perda.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada registada no capital próprio (correspondente às variações negativas no justo valor) é transferida para resultados. Para as categorias de ativos financeiros mensurados pelo custo ou custo amortizado (incluindo investimentos em instrumentos de capital próprio mensurados pelo custo), as perdas por imparidade reconhecidas são registadas diretamente nos resultados.

Se num período subsequente a quantia da perda por imparidade diminuir e tal facto for objetivamente relacionado com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da perda, esta é revertida, até ao ponto em que não exceda o custo ou o custo amortizado que resultaria caso a imparidade não tivesse sido reconhecida.

No caso de investimentos em instrumentos de capital próprio que sejam mensurados pelo custo, bem como, de investimentos em instrumentos de capital próprio classificados como disponíveis para venda, as perdas de imparidade reconhecidas não são reversíveis. No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a reversão dessas perdas é efetuada por via dos resultados.

## **2n – Inventários**

Os Inventários são mensurados ao menor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

As diferenças entre o valor de custo e o valor realizável líquido, quando mais baixo, bem como o valor dos materiais potencialmente obsoletos, encontram-se registadas na rubrica perdas de imparidade em existências.

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

Os inventários relativos aos ativos biológicos relacionados com a atividade agrícola e os produtos agrícolas na altura das colheitas são tratados previamente de acordo com a IAS 41, conforme referido na nota 2I.

## **2o – Caixa e depósitos bancários**

Caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Equivalentes de caixa consistem em investimentos a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

#### **2p – Ativos não correntes detidos para venda e passivos relacionados**

O Grupo PARPÚBLICA classifica um ativo não corrente ou um grupo para alienação como detido para venda se a sua quantia escriturada vai ser recuperada principalmente através de uma transação de venda em vez de através de uso continuado e se estiverem em condições para venda imediata e esta seja altamente provável e concretizável dentro de um ano após a classificação.

Espera-se que as vendas dos ativos não correntes ou dos grupos para alienação sejam concluídas até um ano a partir da data da respetiva classificação como detidos para venda. Podem existir acontecimentos e circunstâncias fora do controlo do Grupo PARPÚBLICA que obrigam a estender o período para concluir as vendas para lá de um ano, apesar de se manter comprometimento com a venda dos ativos ou dos grupos para alienação; nestes casos, é mantida a classificação como detidos para venda.

Os ativos não correntes ou grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados pelo menor valor entre as respetivas quantias escrituradas e os respetivos justos valores menos os custos de venda. Antes da classificação inicial dos ativos ou grupos para alienação como detidos para venda, as respetivas quantias escrituradas foram mensuradas de acordo com as IFRS aplicáveis. Por outro lado, são reconhecidas perdas por imparidade relativamente a reduções do ativo ou grupo do ativo para alienação para o justo valor menos os custos de vender e são reconhecidos ganhos para qualquer aumento no justo valor menos os custos de vender dos ativos até à quantia inicial.

A participação financeira no Grupo CTT foi classificada como detida para venda, conforme se evidencia na nota 21 (vide nota 2e).

#### **2q – Instrumentos de capital próprio da entidade**

Um instrumento financeiro é classificado como sendo um instrumento de capital próprio, quando o mesmo evidencia um interesse residual nos ativos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital próprio são registados como dedução ao valor da emissão.

As distribuições aos detentores dos instrumentos de capital próprio do Grupo PARPÚBLICA apenas são reconhecidas (como passivo ou pagamento) e debitadas diretamente no capital próprio da entidade, no exercício em que essas distribuições são aprovadas pelo acionista do Grupo PARPÚBLICA.

#### **2r – Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes**

As provisões são reconhecidas para passivos de tempestividade ou quantia incerta sendo que como resultado de acontecimentos passados e são reconhecidas pelo seu valor descontado quando o efeito do valor temporal do dinheiro for material.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas. Nos casos em que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios

económicos for remota ou se for pouco provável que ocorra o influxo de benefícios económicos, os respetivos passivos contingentes ou ativos contingentes não são divulgados.

## **2s – Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura**

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é apurado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes registados diretamente em resultados do período, exceto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, em resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou na sua ausência é determinado por entidades externas tendo por base técnicas de valorização, incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa e modelos de avaliação de opções conforme seja apropriado.

O Grupo PARPÚBLICA utiliza instrumentos financeiros derivados para cobertura de riscos. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Um relacionamento de cobertura qualifica-se para contabilidade de cobertura quando forem satisfeitas todas as seguintes condições:

- No início da cobertura, existir designação e documentação formais do relacionamento de cobertura e do objetivo e estratégia da gestão de risco para levar a efeito a cobertura. Essa documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item ou transação coberto, a natureza do risco a ser coberto e a forma como vai ser avaliada a eficácia do instrumento de cobertura na compensação da exposição a alterações no justo valor ou fluxos de caixa do item coberto atribuíveis ao risco coberto.
- Existir a expectativa que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir alterações de compensação no justo valor ou fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para esse relacionamento de cobertura em particular.
- Quanto a coberturas de fluxos de caixa, uma transação prevista que seja o objeto da cobertura tem de ser altamente provável e apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afetar os resultados.
- A eficácia da cobertura poder ser fiavelmente mensurada, isto é, o justo valor ou os fluxos de caixa do item coberto que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao justo valor do instrumento de cobertura poderem ser fiavelmente mensurados.
- A cobertura ser avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente eficaz durante todo o período de relato financeiro para o qual a cobertura foi designada.

Numa operação de cobertura de justo valor de um ativo ou passivo, a quantia escriturada desse ativo ou passivo, determinada com base na respetiva política contabilística, é ajustada por forma a refletir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de

cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos ativos e passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto. Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é classificado como instrumento de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente e o ativo ou passivo coberto passam a ser mensurados em conformidade com a categoria onde se enquadram.

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade, a parte efetiva das variações de justo valor do derivado de cobertura é reconhecida no capital próprio, sendo transferida para resultados nos períodos em que o respetivo item coberto afeta resultados. A parte não efetiva da cobertura é registada em resultados do período. Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afetar resultados. No caso de a cobertura estar associada a uma operação futura, se for previsível que a operação futura não se efetuará, os montantes registados no capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados no período.

As operações de cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira, incluindo uma cobertura de um item monetário que seja contabilizada como parte do investimento líquido, são contabilizadas de forma semelhante às coberturas de fluxo de caixa.

## **2t – Outros passivos financeiros**

Um instrumento é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Estes passivos financeiros são mensurados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo.

## **2u – Benefícios dos empregados**

O Grupo PARPÚBLICA atribui benefícios pós-emprego a parte dos seus colaboradores, através de planos de benefícios definidos, nomeadamente planos de pensões que garantem complementos de reforma por idade, invalidez e sobrevivência, pensões de reforma antecipada e cuidados de saúde durante o período de reforma e de reforma antecipada. Porém, além dos planos de benefícios definidos, algumas subsidiárias do Grupo PARPÚBLICA atribuem benefícios pós-emprego aos seus colaboradores, através de planos de contribuição definida.

Os planos de benefícios definidos são financiados através de fundos de pensões complementados por provisões específicas quando necessário.

Neste contexto, o Grupo PARPÚBLICA determina o deficit ou excedente (o valor atual da obrigação de benefícios definidos, menos o justo valor dos ativos do plano (caso existam), (i) usando uma técnica atuarial, o método da unidade de crédito projetada, para fazer uma estimativa fiável do custo final que representa para a entidade o benefício que os empregados obtiveram em troca do seu serviço no período em curso e em períodos anteriores; (ii) descontando esse benefício de modo a determinar o valor presente

da obrigação de benefícios definidos e do custo corrente do serviço, e (iii) deduzindo o justo valor de quaisquer ativos do plano do valor presente da obrigação de benefícios definidos.

Anualmente, na data de fecho de contas, as responsabilidades do Grupo PARPÚBLICA são calculadas por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no método da Unidade de Crédito Projetada, sendo assim determinado o valor presente das suas obrigações de benefícios definidos e respetivo custo do serviço corrente.

Custos de serviços passados são reconhecidos nos resultados no período de alterações no plano. O montante de juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefícios definidos é calculado mediante a aplicação da taxa de desconto ao passivo (ativo) líquido de benefícios definidos.

Custos de benefícios definidos compreendem:

- Custo do serviço (incluindo custo de serviço corrente, custo de serviço passado e ganhos e perdas aquando da liquidação), a reconhecer em resultados na linha gastos com o pessoal
- Juro líquido sobre o passivo (ativo) líquidos de benefícios definidos, a reconhecer em resultados na linha gastos com o pessoal
- Remensuração do passivo (ativo) líquido de benefícios definidos, a reconhecer (ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano, excluindo as quantias incluídas no juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefícios definidos, e qualquer variação do efeito do limite máximo dos ativos, excluindo as quantias incluídas no juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefícios definidos), a reconhecer em outro rendimento integral

Na determinação das responsabilidades, são usados determinados pressupostos atuariais. Os pressupostos atuariais são as melhores estimativas da entidade das variáveis que determinarão o custo final de proporcionar benefícios pós-emprego. Os pressupostos atuariais compreendem:

- pressupostos demográficos acerca das características futuras de empregados (e seus dependentes) correntes e antigos que sejam elegíveis para os benefícios. Os pressupostos demográficos tratam matérias tais como:
  - (i) mortalidade, tanto durante como após o emprego;
  - (ii) taxas de rotação, de incapacidade e de reforma antecipada dos empregados;
  - (iii) a proporção dos membros do plano quando dependentes que sejam elegíveis para os benefícios; e
  - (iv) taxas de reivindicação segundo os planos médicos.
- pressupostos financeiros, tratando de itens tais como:
  - (i) a taxa de desconto;
  - (ii) níveis de ordenados futuros e de benefícios;
  - (iii) no caso de benefícios médicos, custos médicos futuros incluindo, quando material, o custo de administrar reivindicações e pagamentos de benefícios; e

(iv) taxa esperada de retorno dos ativos do plano.

## **2v – Locações**

O Grupo PARPÚBLICA classifica as operações de locações como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, dando cumprimento aos critérios estabelecidos na IAS 17.

Os contratos de locação financeira são registados, na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, ou pelo montante atual das rendas de locação vincendas, se menor. As rendas são constituídas: (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados; e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como gastos ao longo do período de locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Os pagamentos de locação ao abrigo de contratos de locação operacional são registados como um gasto no período em que ocorrem, numa base de linha reta durante o período de locação.

O Grupo PARPÚBLICA apresenta no balanço os ativos locados a terceiros (locação operacional) de acordo com a natureza do ativo.

Os rendimentos provenientes de contratos de locação operacional são reconhecidos no rendimento numa base de linha reta durante o prazo da locação.

Os custos diretos iniciais incorridos são adicionados à quantia escriturada do ativo locado e reconhecidos como um gasto durante o prazo da locação, na mesma base do rendimento da locação.

Por forma a determinar se o ativo locado ficou em imparidade, aplica-se o disposto na IAS 36.

## **2w – Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime contabilístico do acréscimo. As diferenças entre os montantes pagos e recebidos e os respetivos gastos e rendimentos são registados no passivo e no ativo respetivamente.

O Grupo PARPÚBLICA inclui na Demonstração dos Resultados de 2013, os resultados Grupo CTT e Grupo ANA até 30 de junho de 2013, tal como referido na nota 2e.

O rédito proveniente das vendas de bens é reconhecido quando forem satisfeitas todas as condições seguintes:

- O Grupo PARPÚBLICA tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- O Grupo PARPÚBLICA não retenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse nem o controlo efetivo dos bens vendidos;

- A quantia do rédito seja fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para o Grupo; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma transação que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transação possa ser fiavelmente estimado, isto é, quando:

- A quantia de rédito seja fiavelmente mensurada;
- Seja provável que benefícios económicos associados com a transação fluam para o Grupo;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço seja fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação sejam fiavelmente mensurados.

O rédito proveniente do uso de ativos do Grupo PARPÚBLICA que produzam juros, royalties e dividendos é reconhecido quando:

- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para o Grupo; e
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

O rédito proveniente do uso desses ativos é reconhecido nas seguintes bases:

- Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo;
- Os royalties são reconhecidos num regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante; e
- Os dividendos são reconhecidos quando for estabelecido o direito do Grupo PARPÚBLICA (enquanto acionista) de receber o pagamento, exceto nas associadas em que o rédito corresponde ao resultado atribuível à participação.

Os rendimentos e gastos dos contratos de construção são reconhecidos de acordo com o método da percentagem de acabamento.

Os trabalhos para a própria entidade correspondem essencialmente aos gastos associados à execução e reparação de equipamentos próprios e incluem gastos com materiais, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica como parte do custo desse ativo são objeto de capitalização. Os outros custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e em conformidade com o método da taxa de juro efetiva.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou quando a execução do projeto em causa se encontre suspensa ou substancialmente concluída.

Embora a taxa de juro das obrigações com opção embutida tenha sido fixada tendo em conta também as perspetivas de evolução do valor das ações subjacentes e logo do valor da opção, a diferença entre as variações de justo valor nas opções e nas ações são incluídas na rubrica “variações de justo valor” da demonstração dos resultados e não como complemento ou atenuação dos juros reconhecidos nos gastos de financiamento, por se considerar que tais variações têm relação próxima com as operações de reprivatização de ativos que suportam.

Os subsídios do Governo são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe segurança razoável de que serão recebidos e que o Grupo PARPÚBLICA cumprirá as condições inerentes aos mesmos. Os subsídios do Governo recebidos para financiamento de aquisições de ativos são registados como um rendimento diferido no passivo e reconhecidos em resultados, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados. Os subsídios do Governo relacionados com rendimentos, são reconhecidos como créditos na demonstração dos resultados pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar. Os subsídios do Governo relacionados com ativos biológicos têm o tratamento descrito na nota 21.

## **2x – Imposto sobre o rendimento**

Os impostos sobre o rendimento compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Imposto corrente é a quantia a pagar ou a recuperar de impostos sobre o rendimento respeitante ao lucro ou à perda tributável de um período. Os impostos diferidos são calculados para as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

São reconhecidos para todas as diferenças temporárias e reportes fiscais dedutíveis até ao ponto em que seja provável que exista um lucro tributável ao qual a diferença temporária dedutível possa ser usada, a não ser que o ativo por impostos diferidos resulte do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que:

- Não seja uma concentração de atividades empresariais; e
- No momento da transação, não afete o lucro contabilístico nem o lucro tributável.

São reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis exceto quando esse imposto diferido resultar de:

- Reconhecimento inicial do *goodwill*; ou
- Reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais e não afete, no momento dessa transação, nem o lucro contabilístico nem o lucro tributável.

Os Ativos por Impostos Diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto são reconhecidos quando exista uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza de

recuperabilidade de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de ativos por impostos diferidos.

## **2y – Transações em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor à data de transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados. Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As demonstrações financeiras das subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas cuja moeda funcional difere do euro são transpostas para euros da seguinte forma:

- Os ativos e passivos de cada balanço são transpostos à taxa de câmbio na data desse balanço;
- Os rendimentos, gastos e fluxos de caixa evidenciados em cada demonstração financeira são transpostos às taxas de câmbio nas datas das transações; e
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas no capital próprio.

## **2z – Atividade regulada – reconhecimento de ativos e passivos regulatórios**

As empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais) atuam no âmbito das atividades reguladas. O maior efeito da regulação sobre a atividade das empresas está no escrutínio que a entidade reguladora (ERSAR - DL 362/98, de 18 de Novembro, com as alterações introduzidas pelos DL 151/2002, de 23 de Maio, e DL 277/2009, de 2 de Outubro) faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores e bem como do respetivo orçamento anual.

Tendo em conta a hierarquia definida no IAS 8, as empresas do Grupo com atividades reguladas adotaram as regras internacionalmente aplicadas às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente o FAS 71, emitido pelo FASB e o novo IFRS emitido pelo IASB sobre atividades reguladas). Assim, são definidos um conjunto de critérios para o reconhecimento de ativos e passivos relacionados com regras regulatórias. Essas regras prescrevem que uma empresa deva reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua atividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

A atividade das empresas Multimunicipais do Grupo AdP é regulada, no sentido de que os preços são fixados por uma terceira entidade (Ministério do Ambiente) sob parecer do Regulador – ERSAR, I.P., Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, I.P., estando deste modo enquadrada no âmbito deste normativo.

Resumidamente, é requerido que uma empresa reconheça ativos regulatórios ou passivos regulatórios se o regulador permitir a recuperação de custos anteriormente incorridos ou reembolsar montantes anteriormente cobrados, e a ser remunerado sobre as suas atividades reguladas, através de ajustamentos ao preço cobrado aos seus clientes. Ou seja, quando existe o direito a aumentar ou a obrigação de diminuir

as tarifas em períodos futuros em resultado da prática atual ou expectável do regulador, (i) uma entidade deve reconhecer um ativo regulatório de modo a recuperar um custo anteriormente incorrido e obter uma determinada remuneração, ou; (ii) uma entidade deve reconhecer um passivo regulatório de modo a reembolsar valores previamente cobrados e a pagar uma determinada remuneração. O efeito de aplicar os requisitos referidos no parágrafo anterior corresponde ao reconhecimento inicial de um ativo (ou passivo), que de outro modo seriam reconhecidos em resultados, como um gasto (ou um rendimento).

É entendido que se encontram-se abrangidos nesta categoria os acréscimos de custos para investimento contratual, bem como o registo dos desvios tarifários. Assim, de acordo com a regra de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, estes ativos (e/ou passivos) deverão ser reconhecidos em balanço uma vez que a recuperação do seu custo (e/ou reembolso do passivo) é elegível para efeito da determinação da tarifa pelo regulador em períodos subsequentes.

*a) Desvio tarifário ativo e passivo*

Os contratos de concessão das empresas do Grupo AdP estabelecem os critérios para a fixação das tarifas ou valores garantidos, em termos anuais, baseados na completa recuperação dos custos de investimento, operacionais, financeiros e também a adequada remuneração dos capitais próprios das concessionárias. Potencialmente, a esta remuneração ainda pode acrescer uma remuneração relativa a ganhos de produtividade.

Assim, anualmente o Grupo AdP efetua o cálculo da diferença entre o resultado gerado pelas operações e a remuneração garantida ao capital acionista investido, sendo o valor bruto registado numa conta de rendimentos – desvios tarifários – e o imposto induzido por estes numa conta de imposto diferido, por contrapartida de balanço, à luz do reconhecimento de ativos e passivos regulatórios.

O valor do rédito do desvio tarifário corresponde ao crédito ou ao débito a fazer ao rédito das atividades reguladas por forma a que este revele os rendimentos necessários ao cumprimento do disposto contratualmente relativamente à recuperação integral dos custos, incluindo impostos sobre o rendimento (IRC) e remuneração anual garantida.

Se a diferença for positiva (tarifa praticada > tarifa necessária) gera-se um desvio tarifário negativo que deve ser levado a débito dos rendimentos. Este registo dá lugar ainda ao reconhecimento de um ativo por impostos diferidos, relativos à correção do imposto associada ao débito dos rendimentos. O efeito líquido corresponde à correção do resultado líquido para a recuperação integral dos custos e a remuneração acionista garantida anualmente.

Se a diferença for negativa (tarifa praticada < tarifa necessária) gera-se um desvio tarifário positivo que deve ser levado a crédito dos rendimentos. Este registo dá lugar ainda ao reconhecimento de um passivo por impostos diferidos, relativos à correção do imposto associada ao crédito dos rendimentos. O efeito líquido corresponde à correção do resultado líquido para a recuperação integral dos custos e a remuneração acionista garantida anualmente.

*b) Acréscimos de custos para investimentos contratuais e política de amortizações*

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos custos estimados para fazer face às despesas contratuais em investimentos ainda não realizados (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão e da parceria.

Para os bens (que se materializarão em direitos de utilização de infraestruturas – IFRIC 12) com vidas úteis superiores ao período da concessão, as amortizações de investimentos iniciais ou os que venham a ser posteriormente aprovados ou impostos pelo Concedente e que materializem em expansão ou modernização das obrigações iniciais, normalmente fazem-se pelo prazo da concessão. No entanto, os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, e que apresentam valor residual darão lugar a uma indemnização equivalente ao valor ainda não amortizado à data do fim da concessão.

Estas amortizações são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é pela amortização dos investimentos, iniciais e ainda por realizar, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade. São registadas nos resultados por contrapartida de amortizações acumuladas e de acréscimos de custos para investimentos contratuais regulados no passivo.

## 2aa – Serviços no âmbito de concessões de águas e resíduos

As empresas concessionárias do Grupo AdP exercem atividades que constituem serviços de interesse económico geral (30 concessões multimunicipais e parcerias – 11 de resíduos e 19 de água e saneamento).

Água e saneamento	Concessão/ Parceria	Prazo	Período	Remuneração acionista	
				Taxa	Incidência <sup>(1)</sup>
Águas do Algarve	Concessão	35 anos	2001-2037	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Centro	Concessão	30 anos	2001-2031	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Centro Alentejo	Concessão	30 anos	2003-2032	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Douro e Paiva	Concessão	30 anos	1996-2026	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Mondego	Concessão	35 anos	2004-2039	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Norte Alentejano	Concessão	30 anos	2001-2030	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Noroeste	Concessão	50 anos	2010-2060	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Oeste	Concessão	35 anos	2001-2035	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas da Região de Aveiro	Parceria	50 anos	2009-2059	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas de Santo André	Concessão	30 anos	2001-2030	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas de Trás-os-Montes	Concessão	30 anos	2001-2031	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Zêzere e Côa	Concessão	30 anos	2000-2030	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas Públicas do Alentejo	Parceria	50 anos	2009-2059	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Sanest	Concessão	25 anos	1995-2020	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Simarsul	Concessão	30 anos	2004-2034	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Simdouro	Concessão	50 anos	2009-2059	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Simlis	Concessão	30 anos	2000-2029	Euribor 6 meses + 3%	C.Social+ Res. Legal
Simria	Concessão	50 anos	2000-2049	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Simtejo	Concessão	43 anos	2001-2044	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal

Resíduos	Concessão/ Parceria	Prazo	Período	Remuneração acionista	
				Taxa	Incidência <sup>(1)</sup>
Algar	Concessão	25 anos	1996-2021	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Amarsul	Concessão	25 anos	1997-2022	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Ersuc	Concessão	33 anos	1997-2030	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Resiestrela	Concessão	25 anos	2003-2027	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Resinorte	Concessão	30 anos	2009-2039	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Resulima	Concessão	25 anos	1996-2021	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Suldouro	Concessão	25 anos	1996-2021	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Valorlis	Concessão	25 anos	1996-2021	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Valorminho	Concessão	25 anos	1996-2021	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Valorsul	Concessão	25 anos	2011-2034	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Valnor	Concessão	35 anos	2001-2036	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal

(1) A remuneração acionista incide, para além do capital social e da reserva legal, quando aplicável, sobre a remuneração e dívida (dividendos não distribuídos).

Das atividades exercidas pelo Grupo AdP são reguladas as atividades desenvolvidas em regime de concessão pelos sistemas multimunicipais de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e tratamento e valorização de resíduos (serviços em “alta”). Estas atividades são desenvolvidas num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrados com o Estado e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As concessões geridas pelo Grupo AdP são do tipo BOT (Built-Operate-Transfer), e genericamente incluem a receção de infraestruturas já edificadas pelos municípios (mediante o pagamento ou não de uma contrapartida), a construção de novas infraestruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo da concessão estas infraestruturas são transferidas de novo ao concedente em pleno estado de utilização. Por não deter o pleno usufruto das infraestruturas (por exemplo existem restrições no que concerne à sua venda, dação como garantia, etc.), estas são classificadas como ativo intangível ao abrigo da IFRIC 12 – Contratos de concessão de serviços.

Contratualmente, as concessões assentam em modelos tendentes à classificação da infraestrutura como ativo financeiro, uma vez que não apresentam risco, tendo direito a uma remuneração (mínima) anual garantida contratualmente, cujo recebimento pode ser diferido no tempo, mas que está assegurado. No entanto, a definição de ativo financeiro, estabelecida pelo IAS 32, não está associada ao risco mas ao direito presente e incondicional a receber dinheiro ou outro ativo financeiro. De entre os vários mecanismos de reequilíbrio dos contratos de concessão das empresas do Grupo AdP, aumento de tarifas, indemnização direta do concedente e/ou extensão do prazo de concessão, a extensão de prazo não cumpre com os requisitos previstos naquela norma (IAS 32), uma vez que constitui um direito futuro a cobrar aos utilizadores, inviabilizando a opção pelo reconhecimento do ativo financeiro. Deste modo, as empresas do Grupo AdP concessionárias de SMM ou gestoras de parcerias classificam as infraestruturas dos sistemas que exploram como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

De acordo com o IFRIC 12, o rédito dos serviços de construção deve ser reconhecido de acordo com o IAS 11 – Contratos de construção. Saliente-se ainda que o Grupo AdP, na fase de construção das infraestruturas atua como um “agente”/intermediário, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói),

sem apropriação de qualquer margem, no decurso da sua atividade operacional, pelo que o rédito e os encargos com a aquisição de infraestruturas apresentam igual montante. Assim, e tendo em conta a atividade regulada das empresas do Grupo AdP, o rédito reconhecido é aquele que resulta estritamente da aplicação das tarifas aprovadas pelo concedente e escrutinadas pelo regulador, mais ou menos o desvio tarifário subjacente, tal como previsto nos contratos de concessão, pelo que não é reconhecido o rédito de serviços de construção.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os custos e rendimentos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em imobilizações em curso. Os custos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os custos operacionais são afetos ao ativo intangível em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à sua disponibilização para uso.

As despesas que se materializem em expansão ou modernização das infraestruturas iniciais, por via da regulação económica das concessões, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem para a formação da tarifa (ou seja, têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), sendo desta forma contabilizadas como parte do ativo intangível. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em custos nos respetivos exercícios em que ocorrem.

Os investimentos adicionais de expansão ou modernização aprovados ou impostos pelo concedente, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, poderão apresentar valor residual que dará lugar a uma indemnização equivalente ao valor não amortizado a essa data, pelo que estes montantes são classificados como ativos financeiros (valor a receber, descontado).

O ativo intangível, direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações nas empresas da UNA-PD são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão. As amortizações nas empresas da UNR são calculadas tendo por base o prazo da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro.

## **2ab – Juízos de valor, estimativas e pressupostos críticos**

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS requer que o Grupo PARPÚBLICA efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impacto sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são as seguintes:

#### *Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis*

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação ou amortização, é essencial para determinar o montante de depreciações ou amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados consolidados. Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

#### *Justo valor de propriedades de investimentos e ativos biológicos*

As propriedades de investimento e os ativos biológicos mensurados pelo justo valor são objeto de avaliações por avaliadores independentes com adequada qualificação profissional, realizadas de forma regular. As referidas avaliações foram realizadas com base nos seguintes métodos: método do rendimento, método do valor residual, método do custo e método de comparação de mercado.

#### *Imparidade*

O Grupo testa a imparidade de acordo com a política contabilística indicada na nota 2k. As quantias recuperáveis dos ativos ou das unidades geradoras de caixa são determinados com base no cálculo de valores de uso ou de valores de mercado baseados nas melhores estimativas.

#### *Justo valor dos instrumentos financeiros*

O justo valor dos instrumentos financeiros que não têm mercado ativo é determinado com base em avaliações que refletem o “*mark-to-market*” desses instrumentos. São usadas técnicas de avaliação e pressupostos para a avaliação dos derivados contratados à data do reporte financeiro, com apoio de especialistas, tendo como *inputs* designadamente, curvas de taxas de juro, ativos subjacentes e volatilidades.

#### *Provisões*

As provisões são reconhecidas pelo Grupo para passivos de tempestividade ou quantia incerta como resultado de acontecimentos passados e são mensuradas pela melhor estimativa disponível no fim do período do relato. Sempre que a estimativa não seja possível ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o Grupo PARPÚBLICA divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões para processos judiciais em curso são constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas pelo Grupo e pelos seus consultores legais, baseados em taxas de sucesso históricas, por natureza de processo e probabilidade de desfecho desfavorável para o Grupo

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são revistas na data de relato e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

### Imposto sobre o rendimento

O Grupo reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam resultar de revisões pelas autoridades fiscais. Quando o resultado final destas situações é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nas provisões para impostos, no exercício em que tais diferenças se constatarem.

### 3 - Reexpressões e reclassificações

Foram reexpressas e reclassificadas quantias comparativas, tendo em conta as seguintes situações principais:

RUBRICAS	31-Dez-12 (Reexpresso)	Reexpressões	31-Dez-12
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	1 925 721	-	1 925 721
Propriedades de investimento	440 836	-	440 836
Goodwill	299 638	-	299 638
Ativos intangíveis	4 722 248	-	4 722 248
Ativos biológicos	17 613	-	17 613
Participações financeiras em associadas	468 863	-	468 863
Outras participações financeiras	1 142 325	-	1 142 325
Outros ativos financeiros	4 166 856	-	4 166 856
Ativos por impostos diferidos	356 985	(925)	357 910
Outras contas a receber	262 955	(406)	263 361
Diferimentos	511 933	-	511 933
	<b>14 315 974</b>	<b>(1 331)</b>	<b>14 317 305</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	1 227 997	-	1 227 997
Ativos biológicos	2 849	-	2 849
Clientes	783 198	-	783 198
Adiantamentos a fornecedores	7 088	-	7 088
Estado e outros entes públicos	51 714	-	51 714
Outras contas a receber	239 654	30	239 623
Diferimentos	28 455	-	28 455
Outros ativos financeiros	17 265	-	17 265
Caixa e depósitos bancários	770 007	-	770 007
	<b>3 128 227</b>	<b>30</b>	<b>3 128 196</b>
Ativos não correntes detidos para venda	2 453 854	-	2 453 854
	<b>5 582 080</b>	<b>(1 301)</b>	<b>8 710 246</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>19 898 054</b>	<b>(1 301)</b>	<b>19 899 354</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital realizado	1 027 151	-	1 027 151
Reservas legais	730 231	-	730 231
Outras reservas	86 795	2 541	84 254
Ajustamentos em ativos financeiros	(323 862)	-	(323 862)
Resultados transitados	1 075 583	(6 353)	1 081 936
Resultado líquido do período atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe	430 954	5 936	425 018
<b>Total do capital próprio atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe</b>	<b>3 026 852</b>	<b>2 125</b>	<b>3 024 727</b>
Interesses que não controlam	682 783	-	682 783
<b>Total do capital próprio</b>	<b>3 709 635</b>	<b>2 125</b>	<b>3 707 511</b>
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	56 137	-	56 137
Financiamentos obtidos	5 824 821	172 581	5 652 240
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	104 871	(3 598)	108 469
Passivos por impostos diferidos	395 053	-	395 053
Estado e outros entes públicos	76 557	-	76 557
Outras contas a pagar	150 581	-	150 581
Outros passivos financeiros	59 680	-	59 680
Diferimentos	2 507 576	-	2 507 576
	<b>9 175 276</b>	<b>168 983</b>	<b>9 006 293</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Provisões	63	-	63
Fornecedores	172 022	-	172 022
Adiantamentos de clientes	1 151	-	1 151
Estado e outros entes públicos	74 637	-	74 637
Acionistas / sócios	18	-	18
Financiamentos obtidos	3 315 829	(172 581)	3 488 410
Outras contas a pagar	1 317 069	173	1 316 896
Diferimentos	91 831	-	91 831
	<b>4 972 621</b>	<b>(172 408)</b>	<b>5 145 029</b>
Passivos relacionados com ativos não correntes detidos para venda	2 040 521	-	2 040 521
	<b>7 013 142</b>	<b>(172 408)</b>	<b>7 185 550</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>16 188 418</b>	<b>(3 425)</b>	<b>16 191 844</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>19 898 054</b>	<b>(1 300)</b>	<b>19 899 354</b>

RUBRICAS	2012 (Reexpresso)	Reexpressões	2012
Vendas e serviços prestados	3 985 442	-	3 985 442
Subsídios à exploração	8 795	-	8 795
Ganhos e perdas imputados de associadas	(35 933)	-	(35 933)
Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	240 730	-	240 730
Ganhos/ perdas em alienações de participações	572 961	-	572 961
Variação nos inventários da produção	(9 643)	-	(9 643)
Trabalhos para a própria entidade	26 897	-	26 897
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(300 201)	-	(300 201)
Fornecimentos e serviços externos	(2 125 235)	8	(2 125 243)
Gastos com o pessoal	(803 850)	6 953	(810 803)
Ajustamentos de inventários	(50 852)	-	(50 852)
Imparidade de dívidas a receber	144	-	144
Provisões	5 920	-	5 920
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis	(5 404)	-	(5 404)
Aumentos / reduções de justo valor	(166 776)	-	(166 776)
Outros rendimentos e ganhos	154 790	113	154 677
Outros gastos e perdas	(101 867)	-	(101 867)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>1 395 920</b>	<b>7 074</b>	<b>1 388 846</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(449 761)	-	(449 761)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis	(2 321)	-	(2 321)
Subsídios ao investimento	71 739	-	71 739
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>1 015 578</b>	<b>7 074</b>	<b>1 008 503</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	10 516	-	10 516
Juros e gastos similares suportados	(461 295)	-	(461 295)
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>564 799</b>	<b>7 074</b>	<b>557 724</b>
Imposto sobre o rendimento do período	(53 547)	(1 137)	(52 410)
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>511 251</b>	<b>5 937</b>	<b>505 314</b>
Resultado líquido dos interesses que não controlam	80 297	-	80 297
<b>Resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe</b>	<b>430 954</b>	<b>5 936</b>	<b>425 018</b>
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido do período	668 716	(143 849)	812 566
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	650 049	(143 849)	793 898
Resultado básico e diluído por ação (euros):			
Proveniente de unidades operacionais em continuação e de unidades operacionais descontinuadas	1,08	0,01	1,06
Proveniente de unidades operacionais descontinuadas	1,63	-0,36	1,98

As reexpressões e reclassificações efetuadas a 31 de dezembro de 2012, estão na sua maioria relacionadas com os efeitos retrospectivos das alterações à IAS 19 Benefícios dos Empregados, mediante a qual os ganhos/perdas de remensuração determinados anualmente são reconhecidos como outro rendimento integral (vide nota 2b).

A PARPÚBLICA procedeu à reclassificação da apresentação de Financiamentos obtidos de passivo corrente para passivo não corrente, incluindo os seguintes ajustamentos: (i) correção à apresentação de um empréstimo obrigacionista, no montante de 150 000 milhares de euros; e (ii) alteração da apresentação dos juros efetivos na mensuração do custo amortizado no montante de 22 581 milhares de euros.

#### 4 – Fluxos de caixa

Os fluxos de caixa relativos à atividade operacional respeitam essencialmente ao segmento das Transporte Aéreo e Atividades Relacionadas, traduzindo os recebimentos de clientes num peso de 70% (31DEZ12: 76%) sobre o total. Nos pagamentos a fornecedores e ao pessoal este segmento tem um peso de 81% (31DEZ12: 84%) e de 64% (31DEZ12: 81%), respetivamente.

As atividades de financiamento e de investimento respeitam essencialmente a operações do Grupo AdP, do Grupo TAP e do Grupo ANA, com exceção para os recebimentos e pagamentos provenientes de investimentos financeiros da atividade de investimento e os recebimentos e pagamentos provenientes de financiamentos obtidos da atividade de financiamento, que englobam na sua maioria operações da PARPÚBLICA.

Os fluxos de caixa das operações descontinuadas apresentam-se na nota 53.

## 5 - Ativos fixos tangíveis

Ativos fixos tangíveis	2013									Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	
<b>Ativo bruto</b>										
Saldo inicial	301 260	704 333	3 226 616	14 293	31 066	112 828	154 496	18 482	70 137	4 633 511
Aumentos por intermédio de concentrações de atividades empresariais	30 870	137 972	847	99	-	1 397	2 346	26	-	173 558
Adições	233	752	11 603	421	1 447	2 061	2 283	12 329	205	31 334
Alienações	(699)	(6)	(2 200)	(31)	(19)	(30)	(3)	(416)	(31)	(3 436)
Outras transferências/abates	(704)	1 844	(172)	(437)	1 101	(383)	(114)	(13 137)	(2 046)	(14 048)
Diferenças câmbio	(137)	(860)	(2 842)	(18)	(1 758)	(737)	(2)	(473)	-	(6 827)
Saldo final	330 822	844 036	3 233 852	14 327	31 837	115 136	159 006	16 813	68 265	4 814 093
<b>Depreciações acumuladas</b>										
Saldo inicial	878	422 552	2 035 884	13 216	19 311	104 142	70 608	1	-	2 666 592
Aumentos por intermédio de concentrações de atividades empresariais	-	40 787	722	98	-	1 373	968	-	-	43 949
Adições	175	21 706	125 350	595	1 866	3 709	7 415	-	-	160 816
Alienações	-	(5)	(640)	(31)	(15)	(1)	(2)	-	-	(694)
Outras transferências/abates	-	(35)	(5 984)	(425)	(19)	(1 894)	(246)	-	-	(8 603)
Diferenças câmbio	-	(263)	(2 477)	(16)	(949)	(673)	(2)	-	-	(4 380)
Saldo final	1 053	484 742	2 152 854	13 437	20 194	106 657	78 741	1	-	2 857 680
<b>Perdas de imparidade acumuladas</b>										
Saldo inicial	25 356	12 282	-	-	-	-	3 560	-	-	41 198
Perdas imparidade reconhecidas	1 135	6 407	-	-	-	-	-	386	-	7 928
Perdas imparidade revertidas	(5 168)	-	-	-	-	-	(2 470)	-	-	(7 638)
Alienações	(50)	-	-	-	-	-	-	-	-	(50)
Saldo final	21 273	18 689	-	-	-	-	1 090	386	-	41 438
<b>Valor líquido</b>	<b>308 496</b>	<b>340 604</b>	<b>1 080 997</b>	<b>890</b>	<b>11 643</b>	<b>8 479</b>	<b>79 175</b>	<b>16 426</b>	<b>68 265</b>	<b>1 914 974</b>

Ativos fixos tangíveis	2012									Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	
<b>Ativo bruto</b>										
Saldo inicial	262 276	354 636	1 112 809	9 342	73	45 795	129 836	13 307	63 957	1 992 032
Adições	-	252	33 209	541	1 031	2 998	4 540	20 386	40	62 998
Transferência de/ para Detidos para venda	42 179	349 831	2 127 791	5 172	32 683	66 680	22 688	8 753	7 140	2 662 917
Perdas Imparidade reconhecidas	-	130	(1 679)	-	-	-	-	-	-	(1 549)
Alienações	(2 769)	-	(50 596)	(80)	(1 714)	(17)	(5)	-	-	(55 182)
Outras transferências/abates	(331)	86	7 047	(670)	162	(2 114)	(2 558)	(23 678)	(1 000)	(23 057)
Diferenças câmbio	(95)	(602)	(1 966)	(12)	(1 169)	(513)	(5)	(286)	-	(4 648)
Saldo final	301 260	704 333	3 226 616	14 293	31 066	112 828	154 496	18 482	70 137	4 633 511
<b>Depreciações acumuladas</b>										
Saldo inicial	734	177 383	561 324	8 304	63	41 210	47 316	1	-	836 335
Adições	188	15 480	132 029	704	2 006	3 810	7 119	-	-	161 336
Transferência de/ para Detidos para venda	-	230 913	1 375 163	4 960	19 268	62 311	17 970	-	-	1 710 585
Alienações	-	-	(21 690)	(80)	(1 508)	(2)	(5)	-	-	(23 285)
Outras transferências/abates	(43)	(1 069)	(9 330)	(663)	(5)	(2 732)	(1 787)	-	-	(15 629)
Diferenças câmbio	-	(156)	(1 612)	(9)	(513)	(455)	(5)	-	-	(2 750)
Saldo final	878	422 552	2 035 884	13 216	19 311	104 142	70 608	1	-	2 666 592
<b>Perdas de Imparidade Acumuladas</b>										
Saldo inicial	25 405	12 282	-	-	-	-	2 900	-	-	40 587
Perdas Imparidade reconhecidas	252	-	-	-	-	-	660	-	-	912
Perdas Imparidade revertidas	(300)	-	-	-	-	-	-	-	-	(300)
Saldo final	25 356	12 282	-	-	-	-	3 560	-	-	41 198
<b>Valor líquido</b>	<b>275 025</b>	<b>269 499</b>	<b>1 190 732</b>	<b>1 077</b>	<b>11 755</b>	<b>8 686</b>	<b>80 328</b>	<b>18 481</b>	<b>70 137</b>	<b>1 925 721</b>

Os aumentos por intermédio de concentrações de atividades empresariais, correspondem aos montantes relativos ao Grupo SIMAB que, tal como referido na nota 2e, foi transferido para a PARPÚBLICA no 1º semestre de 2013.

Os Terrenos e edifícios (valores líquidos) a 31 de dezembro de 2013 incluem na sua maioria:

- 237 milhões de euros (31DEZ12: 242 milhões de euros) relativos a infraestruturas de produção, transporte e distribuição de água pertencentes ao Grupo AdP;
- 148 milhões de euros (31DEZ12: 155 milhões de euros) relativos essencialmente aos terrenos e edifícios do reduto TAP no aeroporto de Lisboa;
- 148 milhões de euros relativos às diversas tipologias de edificações afetas ao exercício da atividade dos mercados abastecedores do Grupo SIMAB (pavilhões hortofrutícolas, armazéns, entrepostos e outros); e
- 59 milhões de euros (31DEZ12: 60 milhões de euros) relativos ao Grupo Baía do Tejo.

O Equipamento básico (valores líquidos) a 31 de dezembro de 2013 inclui na sua maioria:

- 534 milhões de euros (31DEZ12: 625 milhões de euros) de equipamento de voo, dos quais 450 milhões de euros (31DEZ12: 529 milhões de euros) em regime de locação financeira provenientes do Grupo TAP;
- 522 milhões de euros (31DEZ12: 537 milhões de euros) respeitante a equipamento de produção, transporte e distribuição de água pertencentes ao Grupo AdP; e
- 21 milhões de euros (31DEZ12: 24 milhões de euros) de máquinas e aparelhagem diversa provenientes do Grupo TAP.

O aumento da rubrica Equipamento básico refere-se essencialmente às aquisições, pelo Grupo TAP, de reatores no montante de 2 075 milhares de euros, de sobressalentes em cerca de 4 228 milhares de euros e de modificações e simuladores no montante de 1 022 milhares de euros.

As alienações da rubrica de Equipamento básico são provenientes na sua maioria do Grupo TAP, com 2 196 milhares de euros, destacando-se as alienações de reatores.

O montante de Equipamento de transporte (valores líquidos) advém maioritariamente do Grupo AdP, com 408 milhares de euros (31DEZ12: 644 milhares de euros) e do Grupo TAP, com 272 milhares de euros (31DEZ12: 255 milhares de euros).

O montante de Ferramentas e utensílios (valores líquidos) advém maioritariamente do Grupo TAP, com 11,6 milhões de euros (31DEZ12: 11,7 milhões de euros).

O montante de Equipamento administrativo (valores líquidos) advém maioritariamente do Grupo TAP com 3,3 milhões de euros (31DEZ12: 4,2 milhões de euros) e do Grupo AdP, com 2,6 milhões de euros (31DEZ12: 2,5 milhões de euros).

A rubrica de Outras imobilizações corpóreas (valores líquidos) inclui essencialmente: (i) 63,6 milhões de euros (31DEZ12: 64,8 milhões de euros) de material circulante em operação no Eixo Ferroviário Norte-Sul respeitante à SAGESECUR; (ii) 8,7 milhões de euros (31DEZ12: 8,7 milhões de euros) referentes à INCM; (iii) 3,2 milhões de euros (31DEZ12: 4,3 milhões de euros) do Grupo TAP; e (iv) 2,1 milhões de euros (31DEZ12: 2,3 milhões de euros) do Grupo AdP. As adições verificadas nesta rubrica respeitam na sua maioria à SAGESECUR em 1,3 milhões de euros e ao Grupo TAP em 0,8 milhões de euros.

Na rubrica de Imobilizações em curso salienta-se as adições realizadas: (i) pelo Grupo AdP no montante de 6,2 milhões de euros, que respeitam essencialmente aos projetos de remodelação da captação de Valada-Tejo, ampliação da rede de distribuição e trabalhos de intervenção de condutas nos troços Barbadinhos – Penha de França, Rua Filipa de Vilhena e Rua Soldados da Índia; e (ii) pelo Grupo TAP no montante de 3 milhões de euros, que respeitam a modificações efetuadas na frota;

A redução desta rubrica essencialmente por via de transferência para equipamento básico inclui, o montante de 5,3 milhões de euros que advém do Grupo AdP e o montante de 3,9 milhões de euros que advém do Grupo TAP.

A rubrica de Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas (valores líquidos) refere-se a:

- adiantamentos efetuados pelo Grupo Baía do Tejo no montante de 56,8 milhões de euros (31DEZ12: 58,5 milhões de euros), relacionados com o valor do contrato promessa de compra e venda celebrado entre o Grupo Baía do Tejo com o Estado Português para a aquisição dos imóveis do complexo da Margueira;
- adiantamentos efetuados pelo Grupo TAP no montante de 6,9 milhões de euros (31DEZ12: 7,0 milhões de euros), relacionados com a aquisição futura de aeronaves; e
- adiantamentos efetuados pela Lazer e Floresta no montante de 4,6 milhões de euros (o mesmo valor em 31DEZ12), relacionados com a aquisição de propriedades, aguardando-se a efetivação da escritura.

O saldo inicial das perdas por imparidade acumuladas está maioritariamente relacionado com ativos da Companhia das Lezírias, SAGESECUR e Lazer e Floresta.

As perdas por imparidade reconhecidas respeitam a:

- 6 793 milhares de euros de imparidade do Circuito do Estoril em edifícios e outras construções e imobilizado em curso;
- 1 065 milhares de euros de imparidade relativa aos terrenos de montado de sobro da Companhia das Lezírias; e
- 71 milhares de euros de imparidade dos terrenos classificados como ativos fixos tangíveis da Lazer e Floresta.

As perdas por imparidade revertidas respeitam a:

- 3 727 milhares de euros relativos à reversão de imparidade nos terrenos do Circuito do Estoril;
- 2 470 milhares de euros relativos à reversão de imparidade de outras imobilizações corpóreas da SAGESECUR;
- 1 203 milhares de euros relativos à reversão de imparidade de terrenos do olival e milho da Companhia das Lezírias; e
- 230 milhares de euros relativos à reversão de imparidade de outros terrenos classificados como ativos fixos tangíveis da Lazer e Floresta.

O valor de 50 milhares de euros registados em alienações respeita à regularização da imparidade decorrente da alienação de 8 terrenos classificados como ativos fixos tangíveis da Lazer e Floresta.

Para o cálculo do teste de imparidade efetuado pela SAGESECUR, determinou-se o valor de uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados, dado que o justo valor menos os custos de alienação da UGC não é determinável por se tratar de ativos que servem e estão subordinados ao contrato de concessão de operação no eixo ferroviário norte-sul de que a SAGESECUR não é parte. Os fluxos de caixa ao longo dos anos de prorrogação do contrato, relativos a receitas dos alugueres e a despesas com as revisões, foram atualizados à taxa de juro dos suprimentos (4,506%), dado que esta UGC corresponde a uma atividade em que o Grupo entrou instrumentalmente e que está ligada a um contrato de concessão envolvendo o Estado.

Os montantes identificados como Transferências de/ para detidos para venda em 2012 correspondem ao Grupo TAP, que deixou de ser incluído num grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5.

Para o cálculo do teste de imparidade efetuado ao ativo fixo tangível da CE, foi solicitado a uma entidade independente uma avaliação com referência a 31 dezembro 2013, para determinação da quantia recuperável. A avaliação obtida permitiu concluir que a quantia recuperável dos Terrenos e Edifícios do Circuito do Estoril ascende a 9 112 milhares de euros, sendo considerado os custos de vender imateriais. O valor de uso foi determinado pelo método dos *discounted cash flows* utilizando uma taxa de atualização (WACC) de 6,34%.

O impacto no valor de terrenos e edifícios da CE a 31DEZ13 foi o seguinte:

	Terrenos	Edifícios	Total
Quantia escriturada antes de reconhecimento da imparidade	4 077	7 713	11 790
Imparidade (perda / reversão)	-3 727	6 406	2 679
Quantia escriturada após reconhecimento da imparidade	7 804	1 307	9 112

Para o apuramento do justo valor dos ativos e passivos do Grupo SIMAB adquiridos na data da concentração de atividades empresarias foi apurado o valor das unidades geradoras de caixa (UGC), aplicando o Método dos Cash Flows descontados. Para efeitos de cálculo do valor atual utilizou-se uma taxa de desconto de 9,53% durante o período previsional (2014/2017) e de 8,58% na perpetuidade.

A Lazer e Floresta na determinação das perdas por imparidade ocorridas em 2013, aplicou o método do rendimento com os seguintes principais princípios:

- a) Na avaliação dos terrenos que têm produção (Eucalipto, Pinho Bravo, Pinho Manso ou Sobro), efetuou-se a estimativa de valores separadamente a partir da respetiva produtividade anual média. Sempre que justificável, foi tido em consideração o investimento inicial preparatório para a atividade florestal do eucalipto, localização e acessibilidades.
- b) Se o solo é ocupado com várias espécies florestais (como por exemplo Olival ou Azinheira) ou com aptidões agrícolas, o valor atribuído ao terreno pondera a incorporação dessa realidade.
- c) Se a ocupação do solo não é nenhuma das anteriormente referidas optou-se por utilizar apenas o valor de mercado. Excetuam-se as ocupações/áreas identificadas como “matos”, “incultos”, “aflorentos rochosos” e “áreas de proteção”. Nestes casos específicos houve a necessidade de se ponderar em função de um valor de referência médio por hectare e atribuiu-se um valor unitário significativamente inferior ao valor médio do terreno.
- d) A taxa de atualização foi igualmente de 5,25%.

## 6 - Propriedades de investimento

Propriedades de investimento	31-Dez-13		31-Dez-12	
	Ao justo valor	Ao custo	Ao justo valor	Ao custo
<b>Saldo inicial</b>	<b>439 767</b>	<b>1 069</b>	<b>458 193</b>	<b>1 165</b>
Aumentos por intermédio de concentrações de atividades empresariais	1 148	-	-	-
Ajustamentos de justo valor - ganhos e perdas líquidos	9 100	-	(10 457)	-
Aumentos - aquisições	1 149	-	2 102	-
Alienações	-	-	(12 216)	-
Transferências para e de inventários e propriedade ocupada pelo dono	91 431	-	(803)	-
Transferências para ativos tangíveis	318	-	-	-
Depreciações	-	(96)	-	(96)
Transferência de/ para Detidos para venda	2 002	-	2 862	-
Outras variações	(53)	-	86	-
<b>Saldo final</b>	<b>544 860</b>	<b>973</b>	<b>439 767</b>	<b>1 069</b>
<b>Total</b>		<b>545 833</b>		<b>440 836</b>

Propriedades de investimento (por nível da hierarquia do justo valor)	31-Dez-13
Nível 1 (preços cotados)	-
Nível 2 (outras fontes que não sejam preços cotados, mas que sejam observáveis)	3 864
Nível 3 (fontes que não tenham por base o mercado observável)	502 357
	<b>506 221</b>

As Propriedades de investimento respeitam às seguintes entidades:

Propriedades de Investimento por entidade	31-Dez-13	31-Dez-12
Grupo Sagestamo	274 800	176 339
Grupo Baía do Tejo	128 009	131 007
Companhia das Lezírias	63 234	53 345
Fundo IIF Estamo	31 854	34 708
Lazer e Floresta	38 639	40 094
Grupo TAP	3 864	4 274
Grupo AdP	973	1 069
SIMAB	4 460	-
<b>Total</b>	<b>545 833</b>	<b>440 836</b>

O principal critério usado para distinguir Propriedades de investimento de Propriedades detidas para venda no curso ordinário dos negócios provém do arrendamento.

Os montantes identificados como Transferências de/ para detidos para venda em 2012 correspondem ao Grupo TAP, que deixou de ser incluído num grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5.

O valor de perdas líquidas em Ajustamentos de justo valor, no montante de 9,1 milhões de euros, corresponde essencialmente a:

- 10,0 milhões de euros de ganhos provenientes da Companhia das Lezírias, relativos a terrenos em carteira;
- 6,8 milhões de euros de ganhos provenientes do Grupo Sagestamo, relativos a imóveis e terrenos em carteira
- 1,3 milhões de euros de ganhos provenientes do SIMAB, relativos a imóveis em carteira;
- 3,9 milhões de euros de perdas provenientes do Grupo Baía do Tejo, relativos aos parques industriais em carteira;
- 2,9 milhões de euros de perdas provenientes do Fundo IIF Estamo, relativos a imóveis em carteira;
- 1,8 milhões de euros de perdas provenientes da Lazer e Floresta, relativos a terrenos em carteira.

O Grupo SIMAB (MARF) reclassificou, para a rubrica de propriedades de investimento, o terreno que se encontrava classificado como ativo não corrente detido para venda por 2 002 milhares de euros, por se ter verificado a rescisão do contrato de promessa de compra e venda e ter deixado de existir a expectativa de alienação do mesmo, no prazo de 12 meses. O terreno foi objeto de uma avaliação imobiliária com referência à data de 31 de dezembro de 2013, que lhe atribuiu o valor global de 2 720 milhares de euros. O valor de mercado do imóvel foi calculado através do método do valor residual.

Os aumentos do ano no montante de 1,1 milhões de euros referem-se essencialmente a aquisições do Grupo Baía do Tejo.

As transferências de inventários e propriedade ocupada pelo dono referem-se a propriedades do Grupo Sagestamo no montante de 91,4 milhões de euros, decorrentes de não ter sido possível revende-los, sendo que os mesmos são geradores de rendimentos por estarem arrendados e/ou encontram-se para valorização (PIP aprovado).

Os métodos significativos aplicados na determinação do justo valor de Propriedades de investimentos são descritos de seguida:

- Método de Comparação de Mercado – Consiste em relacionar o valor de um imóvel com os dados de mercado relativos às transações recentes de propriedades na mesma área de localização cujas características sejam comparáveis ou semelhantes.

- Método do Custo – Considera-se o somatório dos gastos necessários para reproduzir uma propriedade com as mesmas características da avaliada, de acordo com os preços vigentes no mercado.
- Método do Rendimento – Considera-se que o valor do imóvel é equivalente ao investimento necessário para obter o rendimento real gerado pela exploração do negócio, sendo calculado através do desconto desse rendimento por uma taxa *yield* (binómio risco/rendimento associado ao investimento) adequada às características do imóvel e ao nível de risco do investimento imobiliário. É um método indireto, comum na aferição do valor de mercado de ativos suscetíveis de gerar rendimento em função da utilização para a qual estarão mais vocacionados.
- Método do Valor Residual – Baseia-se no princípio da máxima e melhor utilização de um terreno urbano, segundo as premissas aprovadas pelas entidades com jurisdição sobre o imóvel e considerando que o mesmo se encontra expectante, isto é, livre de construções, salvaguardas e compromissos urbanísticos de carácter público. O valor do solo urbano determina-se deduzindo ao conjunto das receitas potencialmente geradas pelo empreendimento (apuradas através do Método de Comparação de Mercado e/ou do Rendimento), os gastos necessários à execução física do edificado, infraestruturas e obras de urbanização, bem como os gastos indiretos afetos, como projetos, taxas, encargos de gestão, fiscalização, promoção e comercialização (obtidos através do Método do Custo). Tendo em atenção o carácter temporal de desenvolvimento do empreendimento o estudo da rentabilidade global decorre de uma análise de fluxos de caixa (*cash flow*), sendo utilizada uma taxa de atualização correspondente à rentabilidade mínima exigida pelo investidor/promotor.

Os principais pressupostos assumidos na utilização do Método do Valor Residual e do Método do Rendimento são os seguintes:

Taxas de atualização por método/Subsidiária	Método do Rendimento	Método do Valor Residual
Grupo Sagestamo	Entre 6,5% e 9,75%	Entre 8% e 11%
Grupo Baía do Tejo	Entre 7% a 11%	n.a.
Companhia das Lezírias	5,25%	15%
Fundo IIF Estamo	n.a.	10%
Lazer e Floresta	5,25%	n.a.

## 7 - Goodwill

Goodwill	2013				2012			
	Saldo inicial	Aumentos	Outras variações	Saldo final	Saldo inicial	Transferência para Detidos para venda	Outras variações	Saldo final
Manutenção e Engenharia Brasil	137 796	-	(7 856)	129 940	-	143 296	(5 500)	137 796
Transporte Aereo	63 099	-	-	63 099	-	63 099	-	63 099
AdP	95 005	-	-	95 005	95 005	-	-	95 005
Valorsul	3 307	-	-	3 307	3 307	-	-	3 307
Algar	130	-	-	130	130	-	-	130
Aquasis	210	-	-	210	210	-	-	210
Baía do Tejo	91	-	-	91	91	-	-	91
Simab	0	5 748	-	5 748	-	-	-	-
	<b>299 638</b>	<b>5 749</b>	<b>(7 856)</b>	<b>297 531</b>	<b>98 743</b>	<b>206 395</b>	<b>(5 500)</b>	<b>299 638</b>

As outras variações no montante de 7 856 milhares de euros (31DEZ2012: 5 500 milhares de euros) referente à variação cambial do *goodwill* da Manutenção e Engenharia Brasil que se encontra denominado em Reais (124 880 960 Reais).

Os montantes identificados como Transferências de detidos para venda em 2012 correspondem ao Grupo TAP, que deixou de ser incluído num grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5.

#### *TAP Goodwill*

Para efeitos de testes de imparidade, o valor recuperável das unidades geradoras de caixa (UGCs), é determinado com base no valor em uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados. Os cálculos baseiam-se no desempenho histórico e nas expectativas de desenvolvimento do negócio com a atual estrutura produtiva, sendo, por norma, utilizado o orçamento para o ano seguinte e uma estimativa dos fluxos de caixa para um período subsequente de 4 anos.

No caso da unidade de negócio da Manutenção e Engenharia Brasil foi utilizado um orçamento para o ano seguinte e uma estimativa para o período subsequente de 8 anos que incorporou, nomeadamente, a recuperação dos prejuízos fiscais existentes na estimativa de fluxos de caixa.

Em resultado dos testes de imparidade efetuados a estas três empresas, não foram identificadas perdas por imparidade no *goodwill*. Os principais pressupostos utilizados para efeitos de testes de imparidade foram os seguintes, tendo em conta o país em que se inserem cada uma das UGCs:

<b>31 -Dez-2013</b>	<b>Portugal</b>	<b>Brasil</b>
Taxa de Desconto*	10,00%	14,50%
CAGR da receita **	6,50%	13,10%
Crescimento da perpetuidade	0,00%	4,00%
Taxa de Imposto	26,50%	34,00%

<b>31 -Dez-2012</b>	<b>Portugal</b>	<b>Brasil</b>
Taxa de Desconto*	10,00%	14,50%
CAGR da receita **	5,80%	13,60%
Crescimento da perpetuidade	0,00%	4,00%
Taxa de Imposto	29,50%	34,00%

\*Taxa de desconto líquida de impostos

\*\* *Compound Annual Growth Rate* da receita

#### *AdP Goodwill*

Foram efetuados testes à imparidade do *goodwill* da AdP, tendo como referencia o valor recuperável da unidade geradora de caixa que o gerou. A avaliação demonstrou que os valores excedem largamente a quantia escriturada dos ativos, incluindo o *goodwill*, não se registando qualquer imparidade.

Relativamente às empresas do Grupo AdP (Valorsul, Algar e Aquasis), foram igualmente efetuados testes a imparidade do *goodwill*, tendo como referencia o valor recuperável da unidade geradora de caixa que o gerou. O valor recuperável corresponde ao seu valor de uso, e este por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da concessão. Estes montantes fazem parte dos EVEF's (estudo de viabilidade económica e financeira) anexos aos contratos de concessão. A

remuneração garantida é calculada com base na taxa de juro sem risco que corresponde ao *yield* das obrigações de tesouro a 10 anos (7,46% 31 de dezembro de 2012; 6,29% em 31 de dezembro de 2013) acrescidas de um *spread* de 3% definido contratualmente, ou através da TBA e Euribor 6 meses acrescidas de um *spread* de 3%. Esta remuneração (paga sob a forma de dividendo; cash-flow gerado), é de valor consideravelmente superior ao valor da unidade geradora de caixa (neste caso, a empresa concessionária) mais o valor do goodwill, ou seja, o valor recuperável é maior que o valor corrente.

#### SIMAB Goodwill

O Goodwill registado na SIMAB advém da diferença entre o valor de aquisição de 17,560 milhões de euros e os capitais próprios da mesma a 31 de dezembro de 2012, incluindo o registo de imparidade das suas UGC's.

### 8 - Ativos intangíveis

Ativos intangíveis (valores líquidos)	31-Dez-13			31-Dez-12		
	Com vida útil indefinida	Com vida útil finita	Total	Com vida útil indefinida	Com vida útil finita	Total
Saldo inicial	3	4 722 245	4 722 248	3	4 792 294	4 792 297
Aumentos por intermédio de concentrações de atividades empresariais	-	847	847	-	-	-
Transferência de/ para Detidos para Venda	-	-	-	-	1 424	1 424
Adições	-	155 947	155 947	-	215 800	215 800
Outras transferências/ abates	-	(32 416)	(32 416)	-	(129 258)	(129 258)
Amortizações	-	(158 052)	(158 052)	-	(158 014)	(158 014)
Saldo final	3	4 688 572	4 688 575	3	4 722 245	4 722 248

Os ativos intangíveis advêm essencialmente do Grupo AdP num montante de 4,7 mil milhões de euros (31DEZ12: 4,7 mil milhões de euros). Estes ativos intangíveis correspondem maioritariamente a direitos de utilização de infraestruturas (IFRIC 12) das unidades de negócios UNA-PD (unidade de negócios de produção e depuração de água) e UNR (unidade de negócios de resíduos).

As adições (155,2 milhões de euros), as outras transferências / abates (32,5 milhões de euros) e as amortizações (157 milhões de euros) advêm essencialmente do Grupo AdP. As unidades de negócio que mais contribuíram para este volume de investimentos foram a UNA-PD e a UNR.

No período findo em 31 de dezembro de 2013, à semelhança do ano anterior, verifica-se uma redução significativa do nível de investimentos efetuados pelas empresas do Grupo AdP, face aos anos anteriores. Esta redução deve-se aos condicionantes económicos, financeiros e regulatórios atuais.

Os montantes identificados como Transferências de/ para detidos para venda em 2012 correspondem ao Grupo TAP, que deixou de ser incluído num grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5.

9 - Ativos biológicos

2013							
Ativos biológicos não correntes	Saldo inicial	Aumentos derivados de aquisições	Variações do exercício derivadas de alterações no JV menos custos estimados no ponto de venda	Alienações	Depreciações	Outras variações	Saldo final
<b>Ativos - mensurados ao JV</b>							
Floresta							
Pinhal	9 333	-	281	(37)		-	9 577
Eucaliptal	6 431	-	1 245	(395)		-	7 281
Bovinos reprodutores	736	-	(77)	-		-	659
	16 500	-	1 449	(432)	-	-	17 517
<b>Ativos - mensurados ao custo</b>							
Olival	381	-	-	-	(8)	(12)	361
Vinha	713	-	-	-	(51)	-	661
Outros	20	8	-	-	(2)	-	26
	1 114	8	-	-	(62)	(12)	1 048
<b>Total</b>	<b>17 613</b>	<b>8</b>	<b>1 449</b>	<b>(432)</b>	<b>(62)</b>	<b>(12)</b>	<b>18 564</b>

2012							
Ativos biológicos não correntes	Saldo inicial	Aumentos derivados de aquisições	Variações do exercício derivadas de alterações no JV menos custos estimados no ponto de venda	Alienações	Depreciações	Outras variações	Saldo final
<b>Ativos - mensurados ao JV</b>							
Floresta							
Pinhal	9 924	-	400	(435)	-	(557)	9 333
Eucaliptal	9 695	-	(400)	(2 707)	-	(156)	6 431
Bovinos reprodutores	772	-	(37)	-	-	-	736
	20 392	-	(37)	(3 142)	-	(713)	16 500
<b>Ativos - mensurados ao custo</b>							
Olival	376	14	-	-	(8)	-	381
Vinha	764	-	-	-	(51)	-	713
Outros	21	1	-	-	(2)	-	20
	1 160	15	-	-	(62)	-	1 114
<b>Total</b>	<b>21 552</b>	<b>15</b>	<b>(37)</b>	<b>(3 142)</b>	<b>(62)</b>	<b>(713)</b>	<b>17 613</b>

2013							
Ativos biológicos correntes	Saldo inicial	Aumentos derivados de aquisições	Variações do exercício derivadas de alterações no justo valor menos custos estimados no ponto de venda	Alienações	Depreciações	Outras variações	Saldo final
<b>Ativos - mensurados ao JV</b>							
Floresta							
Pinhal	0	-	-	-	-	-	0
Eucaliptal	2 000	-	-	-	-	-	2 000
Bovinos reprodutores	849	-	(52)	-	-	-	797
<b>Total</b>	<b>2 849</b>	<b>-</b>	<b>(52)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2 797</b>

2012							
Ativos biológicos correntes	Saldo inicial	Aumentos derivados de aquisições	Variações do exercício derivadas de alterações no justo valor menos custos estimados no ponto de venda	Alienações	Depreciações	Outras variações	Saldo final
<b>Ativos - mensurados ao JV</b>							
Floresta							
Pinhal	400	-	(400)	-	-	-	0
Eucaliptal	1 600	-	400	-	-	-	2 000
Bovinos reprodutores	859	-	(10)	-	-	-	849
<b>Total</b>	<b>2 859</b>	<b>-</b>	<b>(10)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2 849</b>

Os principais ativos biológicos são a floresta (sobretudo pinhal, eucaliptal e montado de sobro), o olival, a vinha e ainda os bovinos reprodutores.

A floresta encontra-se registada ao justo valor calculado através do método do valor atual dos fluxos de caixa descontados, conforme previsto na IAS 41. A área afeta é: (i) de Pinheiro e outras resinosas, 3 434 hectares (3 398 hectares em 31DEZ12); (ii) de Eucalipto, 5 669 hectares (5 916 hectares em 31DEZ12); (iii) de Sobreiros, 8 287 hectares (8 399 hectares em 31DEZ12).

Em virtude do montado de sobro ser um ativo sujeito a regime condicionante, o ativo montado de sobro encontra-se classificado como um ativo fixo tangível.

Os Ativos biológicos olival e vinha encontram-se valorizados ao custo depreciado (considerando uma vida útil de 20 e 25 anos, respetivamente), dado não ser possível estimar com fiabilidade o respetivo justo valor.

No que diz respeito aos animais de trabalho e bovinos reprodutores estes encontram-se valorizados ao justo valor.

O justo valor dos Ativos biológicos foi determinado por avaliadores independentes, adotando indicadores físicos, temporais e valorimétricos relevantes para os tipos de ativos. Para o apuramento do justo valor, foi utilizado o método dos fluxos de caixa descontados e uma taxa de atualização de 5,25%.

## 10 - Participações financeiras em associadas

Participações financeiras em associadas	2013							Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Alienações	Movimentos de equivalência patrimonial	Perdas imparidade reconhecidas	Perdas imparidade revertidas	Outras transferências	
Parcaixa, SGPS, SA	452 166	-	-	13 557	-	-	-	465 723
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A.	5 902	-	-	-	(88)	-	-	5 814
Credip - Instituição Financeira de Crédito	2 359	-	(2 359)	-	-	-	-	-
ISOTAL - Imobiliário do Sotavento Algarvio, S.A.	64	-	-	(2)	-	-	-	62
Multicert - Serviços de Certificação Electrónica	642	-	-	(150)	-	-	(236)	256
ORIVÁRZEA, S.A.	1 621	-	-	155	-	-	-	1 776
INAPA - Invest. Part. E Gestão, SA	5 890	-	-	(110)	-	5 018	-	10 799
Águas de Timor	5	-	-	-	-	-	-	5
Mieses	209	23	-	-	-	-	-	232
CLR - Comp. Lezírias e Associados Renováveis, Lda	1	-	-	-	-	-	-	1
Propnery - Propriedade e Equipamentos, SA	4	1 255	-	(105)	-	-	-	1 150
ACEs Quimiparque, Snesges Urbindustria, Portosider	4	-	-	-	-	-	-	4
	468 863	1 278	(2 359)	13 346	(88)	5 018	(236)	485 821

Participações financeiras em associadas	2012							Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Movimentos de equivalência patrimonial	Perdas imparidade reconhecidas	Perdas imparidade revertidas	Outras transferências		
Parcaixa, SGPS, SA	500 688	-	(48 522)	0	-	-	452 166	
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A.	10 280	-	(734)	(3 643)	-	-	5 902	
Credip - Instituição Financeira de Crédito	2 379	-	(20)	-	-	-	2 359	
ISOTAL - Imobiliário do Sotavento Algarvio, S.A.	66	-	(2)	-	-	-	64	
Multicert - Serviços de Certificação Electrónica	666	-	93	-	-	(117)	642	
ORIVÁRZEA, S.A.	1 467	-	154	-	-	-	1 621	
INAPA - Invest. Part. E Gestão, SA	6 872	-	(1 480)	-	499	-	5 890	
Águas de Timor	5	-	-	-	-	-	5	
Mieses	187	22	-	-	-	-	209	
CLR - Comp. Lezírias e Associados Renováveis, Lda	1	-	-	-	-	-	1	
ACEs Quimiparque, Snesges Urbindustria, Portosider	4	-	-	-	-	-	4	
	522 614	22	(50 512)	(3 643)	499	(117)	468 863	

Das principais variações verificadas em 2013, destacam-se:

- A aplicação do método de equivalência patrimonial;
- Reversão de perda por imparidade na participação da PARPÚBLICA na INAPA, no montante de 5 milhões de euros;
- Aquisição de participação na Propnery (41,82%), por via da transferência de um conjunto de participações pelo Estado como forma de compensação pela entrega das receitas de reprivatizações (vide nota 12).

### 11 – Outras participações financeiras

Outras participações financeiras	31-Dez-13	31-Dez-12
<b>Valorizadas ao justo valor</b>		
EDP - Energias de Portugal, S.A.	-	346 974
GALP	694 277	683 015
Portugal Telecom e ZON Multimédia	3 142	3 340
REN	118 326	108 915
Lisnave - Estaleiros Navais, S.A.	2 000	2
Outros	20	-
	<b>817 765</b>	<b>1 142 246</b>
<b>Valorizadas ao custo</b>		
Soc. Parque Industrial de Vendas Novas	36	10
P.I.S.	3	3
Outros	67	66
	<b>106</b>	<b>79</b>
	<b>817 871</b>	<b>1 142 325</b>

As ações da EDP foram totalmente alienadas no decorrer do ano de 2013.

As ações da GALP encontram-se, na quase totalidade, subjacentes à opção de permuta no reembolso de empréstimos obrigacionistas (vide nota 25).

As variações ocorridas no justo valor encontram-se registadas na rubrica de Aumentos/reduções de justo valor (vide nota 45), havendo ainda rendimentos com dividendos registados na rubrica de Dividendos de participações ao custo e ao justo valor (vide nota 34).

A estimativa utilizada para o cálculo do justo valor das Participações financeiras foi baseada nas referências de mercado (sempre que disponível cotação desses ativos), em transações recentes ou em avaliações técnicas.

## 12 - Outros ativos financeiros

Outros ativos financeiros	31-Dez-13		31-Dez-12	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Investimentos financeiros pelo justo valor através de resultados				
Detido para negociação				
<i>Swaps</i> de taxa de juro	-	-	11 064	-
Outros	6 459	-	6 152	-
Detidos até à maturidade				
Outros	-	6 158	-	5 560
Empréstimos correntes e contas a receber				
Adiantamentos relativos a privatizações	-	4 215 417	-	4 040 438
Fundo de renovação	-	2 678	-	2 678
Fundo de reconstituição	-	123 316	-	114 829
Outros	-	2 803	-	3 314
Disponíveis para venda				
Outros	36	9	49	9
Adiantamentos por conta de investimentos	-	34	-	28
	6 495	4 350 415	17 265	4 166 856

A rubrica de Outros investimentos financeiros pelo justo valor através de resultados – ativo corrente -, corresponde a unidades de participação detidas pela SAGESECUR no Fundo Fundiestamo I com 6 008 unidades de participação (31DEZ12: 5 332 unidades de participação) e no Fundo Imopoupança com 1 970 unidades de participação (31DEZ12: 1 970 unidades de participação), no montante global de 6 459 milhares de euros (31DEZ12: 6 152 milhares de euros).

O valor constante na rubrica Outros ativos financeiros – detidos até à maturidade, no montante de 6 158 milhares de euros (31DEZ12: 5 560 milhares de euros), refere-se essencialmente à aquisição, pela INCM, de obrigações do tesouro no montante de 5 679 milhares de euros.

A quantia de 4 215 milhões de euros respeita essencialmente a Adiantamentos relativos a privatizações (31DEZ12: 4 040 milhões de euros), de entregas de receitas de reprivatizações do Estado por força da Lei n.º 11/90, de 14 de abril, a compensar nos termos do art. 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2000, de 2 de setembro, e a quantias não compensadas pelo Estado em resultado da intervenção da PARPÚBLICA na liquidação da ex-IPE.

Os Fundos de renovação e reconstituição são constituídos ao abrigo dos contratos de concessão e correspondem a aplicações financeiras de médio e longo prazo.

O montante de 2 803 milhares de euros da rubrica Outros empréstimos correntes e contas a receber são provenientes do Grupo TAP com 2 220 milhares de euros (31DEZ12: 2 848 milhares de euros) e do Grupo AdP com 583 milhares de euros (31DEZ12: 466 milhares de euros).

### 13 - Ativos e Passivos por impostos diferidos

Impostos diferidos	2013					2012				
	Saldo inicial	Variações com efeitos em resultados	Variações com efeitos no capital próprio	Transferência de Detidos para venda	Saldo final	Saldo inicial	Variações com efeitos em resultados	Variações com efeitos no capital próprio	Transferência para Detidos para venda	Saldo final
<b>Ativos por impostos diferidos</b>										
<b>Não correntes</b>										
Prejuízos fiscais reportáveis	43 559	1 084	(49)	-	44 594	41 849	(372)	-	2 082	43 559
Responsabilidades com benefícios de reforma	30 359	(2 964)	(552)	960	27 803	14 971	(1 523)	1 455	15 456	30 359
Perdas de imparidade em existências	10 077	1 070	-	-	11 147	2 658	1 199	-	6 220	10 077
Ajustamentos de transição e variações de justo valor	7 588	(1 563)	9	-	6 034	2 169	5 372	47	-	7 588
Outras provisões e ajustamentos não aceites fiscalmente	5 651	355	(16)	-	5 990	4 170	2 053	(571)	-	5 651
Outros	259 750	12 751	263	-	272 764	228 146	31 351	253	-	259 750
	<b>356 985</b>	<b>10 733</b>	<b>(346)</b>	<b>960</b>	<b>368 332</b>	<b>293 963</b>	<b>38 080</b>	<b>1 183</b>	<b>23 758</b>	<b>356 985</b>
<b>Passivos por impostos diferidos</b>										
<b>Não correntes</b>										
Ajustamentos de transição e variações de justo valor	74 520	(1 601)	(937)	-	71 981	56 617	(6 527)	497	23 933	74 520
Reinvestimento de valores de realização	92	(36)	-	-	56	123	(31)	-	-	92
Anulação de provisões	-	-	-	-	-	20	(20)	-	-	-
Outros	320 441	(14 427)	4 562	-	310 576	308 515	11 926	-	-	320 441
	<b>395 053</b>	<b>(16 064)</b>	<b>3 625</b>	<b>-</b>	<b>382 614</b>	<b>365 275</b>	<b>5 348</b>	<b>497</b>	<b>23 933</b>	<b>395 053</b>

Os Ativos por impostos diferidos incluem 44,6 milhões de euros (31DEZ13: 43,6 milhões de euros) relativos ao reconhecimento de prejuízos fiscais reportáveis, provenientes na sua maioria do Grupo Sagestamo com 34,4 milhões de euros (31DEZ12: 37,5 milhões de euros), do Grupo TAP com 5,2 milhões de euros (31Dez12: 1,4 milhões de euros) e do Grupo AdP com 4,4 milhões de euros (31DEZ11: 3,7 milhões de euros).

A variação ocorrida com efeitos em resultados nos prejuízos fiscais reportáveis em ativos por impostos diferidos, no montante positivo de 1 084 milhares de euros, provém na sua maioria: do Grupo TAP com 3 835 milhares de euros positivos; do Grupo AdP com 612 milhares de euros positivos; e do Grupo Sagestamo com 3 128 milhares de euros negativos.

Os Ativos por impostos diferidos incluem 27,8 milhões de euros (31DEZ12: 30,4 milhões de euros) relativos ao reconhecimento de responsabilidades com benefícios de reforma não aceites fiscalmente, sendo que a variação positiva do período com efeitos no capital próprio provém do Grupo TAP (960 milhares de euros em transferência de detidos para venda) e a variação negativa do período com efeitos em resultados provém essencialmente do Grupo TAP (1 612 milhares de euros), da INCM (1 209 milhares de euros) e da Companhia das Lezírias (143 milhares de euros).

A variação ocorrida nos ativos por impostos diferidos por via de perdas de imparidade em existências, no montante de 1,1 milhões de euros, advém na sua totalidade do Grupo TAP, grupo que tem 8,5 milhões de euros (31DEZ12: 7,4 milhões de euros) de ativos por impostos diferidos de perdas por imparidade acumuladas em existências.

Os Ativos por impostos diferidos incluem 6,0 milhões de euros (31DEZ13: 7,6 milhões de euros) relativos ao reconhecimento de alterações do justo valor, sendo a variação negativa com efeitos em resultados no montante de 1,5 milhões de euros, proveniente do Grupo TAP e do Grupo Sagestamo, decorrente da perda do justo valor em propriedades de investimento e terrenos.

Os ativos por impostos diferidos incluem 6,0 milhões de euros relativos a ativos por impostos diferidos por via de outras provisões e ajustamentos não aceites fiscalmente, provenientes essencialmente do Grupo AdP (4,8 milhões de euros).

Os Ajustamentos de transição e variações de justo valor passivos no montante de 72 milhões de euros, respeita a reavaliações realizados aquando da transição para as IFRS, sendo 23, 5 milhões de euros da TAP, 20,8 milhões de euros da Baía do Tejo, 15,6 milhões de euros da Companhia das Lezírias, 6,2 milhões de euros da Lazer e Floresta, 3,6 milhões de euros da INCM e 2,3 milhões de euros da SAGESTAMO.

Os Outros ativos e Outros passivos por impostos diferidos, respetivamente de 272,8 milhões de euros e 310,6 milhões de euros, são provenientes na sua quase totalidade do Grupo AdP, com 253,2 milhões de euros em ativo não corrente e 305,1 milhões de euros em passivo não corrente, respeitando à aplicação da IFRIC 12 no Grupo AdP, onde existem diferenças temporais significativas, entre as amortizações contabilísticas e fiscais, e com impacto equivalente nos impostos diferidos associados aos subsídios ao investimento. De referir que, também nesta rubrica, se encontram registados os impostos diferidos ativos e passivos dos desvios tarifários.

O cálculo dos impostos diferidos ativos e passivos, foi ajustado de acordo com a alteração da taxa de imposto sobre o rendimento refletida na lei nº2/2014 de 16 de janeiro, a qual se reduz de 25% para 23%, cujos valores estão refletidos nas linhas de IRC e colunas de correções.

Os montantes em ativos e passivos identificados como Transferências de detidos para venda em 2013 correspondem ao Grupo TAP, que deixou de ser incluído num grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5.

## 14 - Clientes

Clientes	31-Dez-13	31-Dez-12
Clientes c/c	729 762	781 253
Clientes de cobrança duvidosa	57 563	60 062
"Água em contador" por facturar	25 669	26 049
Outros	6	-
Perdas de imparidade acumuladas	(78 900)	(84 166)
	<b>734 100</b>	<b>783 198</b>

A rubrica de Clientes c/c inclui dívidas provenientes de:

- Clientes do Grupo AdP no montante de 420,0 milhões de euros (31DEZ12: 446,7 milhões de euros), dos quais 383,2 milhões de euros (31DEZ12: 441,8 milhões de euros) estão relacionados com dívidas de municípios. Neste exercício verificou-se uma redução da rubrica de clientes correntes resultante do aumento do número de acordos de pagamento efetuados pelo Grupo AdP com os seus clientes Municípios, encontrando-se estes montantes classificados como clientes não correntes (nota 17);
- Clientes do Grupo TAP com um montante total de 228,8 milhões de euros (31DEZ12: 257,4 milhões de euros), que correspondem essencialmente a saldos ativos com entidades privadas no montante

de 91,7 milhões de euros (31DEZ12: 99,5 milhões de euros), com agências de viagem no montante de 91,7 milhões de euros (31DEZ12: 80,6 milhões de euros) e com companhias de aviação no montante de 29,7 milhões de euros (31DEZ12: 41,8 milhões de euros);

- Clientes do Grupo Sagestamo com um montante total de 68,5 milhões de euros (31DEZ12: 62,0 milhões de euros), respeitando essencialmente a arrendamentos a entidades do Estado Português.

O saldo de Clientes de cobrança duvidosa advém essencialmente do Grupo TAP com o montante de 36,7 milhões de euros (31DEZ12: 36,8 milhões de euros) e do Grupo AdP com o montante global de 18,4 milhões de euros (31DEZ12: 18,2 milhões de euros).

A água em contador por faturar corresponde à estimativa de água a 31 de dezembro de 2013 que só será faturada após essa data.

A evolução das Perdas por imparidade dos saldos de clientes apresenta-se na nota 42.

### 15 - Adiantamentos a fornecedores

Adiantamentos a fornecedores	Correntes	
	31-Dez-13	31-Dez-12
Adiantamentos a fornecedores		
Conta corrente	16 315	6 520
De imobilizado	2 013	568
	18 328	7 088

O saldo da rubrica Adiantamentos a fornecedores em 31 de dezembro de 2013 corresponde na sua maioria ao Grupo TAP com 8,9 milhões de euros (31DEZ12: 5,4 milhões de euros) e ao Grupo AdP com 9,4 milhões de euros (31DEZ12: 1,7 milhões de euros).

### 16 - Estado e outros entes públicos

Estado e outros entes públicos	31-Dez-13		31-Dez-12	
	Correntes	Não Correntes	Correntes	Não Correntes
<b>Ativo</b>				
Estado e outros entes públicos				
Imposto sobre o rendimento a receber	37 148	-	25 633	-
Outros	24 720	-	26 081	-
	61 868	-	51 714	-
<b>Passivo</b>				
Estado e outros entes públicos				
Imposto sobre o rendimento a pagar	16 234	-	15 085	-
Outros	63 527	59 898	59 552	76 557
	79 761	59 898	74 637	76 557

O montante registado na rubrica Outros – ativo corrente inclui na sua maioria: (i) 14,3 milhões de euros (31DEZ12: 17,5 milhões de euros) provenientes do Grupo TAP, dos quais 4,2 milhões de euros (31DEZ12: 6,6 milhões de euros) são referentes a indemnizações compensatórias e 5,6 milhões de euros (31DEZ12:

6,8 milhões de euros) são relativos a IVA a recuperar; e (ii) 8,8 milhões de euros (31DEZ12: 7,3 milhões de euros) provenientes do Grupo AdP, que correspondem na sua maioria a IVA a recuperar.

O montante registado na rubrica Outros – passivo corrente inclui na sua maioria:

- 30,4 milhões de euros (31DEZ12: 28,6 milhões de euros) relativos ao Grupo AdP, dos quais 22,7 milhões de euros referentes às Taxas de Recursos Hídricos e de Gestão de Resíduos (31DEZ12: 22,2 milhões de euros) cujo pagamento ocorrerá no início de 2014.
- 27,1 milhões de euros (31DEZ12: 26,4 milhões de euros) provenientes do Grupo TAP, dos quais: (i) 7,0 milhões de euros (31DEZ12: 8,0 milhões de euros) de dívidas ao Estado Brasileiro referentes ao processo REFIS; (ii) 8,9 milhões de euros (31DEZ12: 8,2 milhões de euros) de dívidas à Segurança Social; e (iii) 8,3 milhões de euros (31DEZ12: 5,8 milhões de euros) de dívidas de IRS.

O montante registado na rubrica Outros – passivo não corrente é proveniente na sua totalidade do Grupo TAP e corresponde a dívidas ao Estado Brasileiro. A TAP Manutenção e Engenharia Brasil, S.A. aderiu em 2009 ao programa de refinanciamento fiscal, denominado REFIS, pelo que compensou parte dos juros e multas de contingências com imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre a totalidade dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, tendo reduzido à sua dívida o montante de 49 448 milhares de euros. O Decreto-Lei n.º 258/98, de 17 de agosto, revogou as isenções fiscais de que a TAP S.A. havia vindo a beneficiar, e que tinham sido estabelecidas na base XII anexa ao Decreto-Lei nº 39 188, de 25 de abril de 1953, e nos Decretos-Lei nº 39 673, de 22 de maio de 1954, nº 41 000, de 12 de fevereiro de 1957 e nº 44 373, de 29 de maio de 1962, pelo que deixou de estar isenta do pagamento, ao Estado, de impostos e contribuições.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais das empresas, com sede em Portugal, incluídas na consolidação, estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. O Grupo PARPÚBLICA entende que, as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

## 17 - Outras contas a receber

Outras contas a receber	31-Dez-13		31-Dez-12	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Entidades participadas e participantes	4 856	3 700	6 471	3 700
Pessoal	12 145	-	9 287	-
Clientes	-	137 994	-	106 434
Fornecedores c/c	192	-	126	-
Outras despesas antecipadas	-	35	-	38
Ajustamentos por imparidade de outros devedores	(10 829)	(1 921)	(10 657)	(1 921)
Acréscimos de rendimentos	23 469	-	20 203	256
Subsídios ao investimento a receber	71 543	9 191	86 952	33 962
Venda de imóveis	6 759	47 336	7 758	32 113
Outros	162 936	84 749	119 512	88 373
	<b>271 071</b>	<b>281 084</b>	<b>239 654</b>	<b>262 955</b>

A rubrica de Pessoal – ativo corrente é proveniente na sua maioria do Grupo TAP com o montante global de 11,5 milhões de euros.

A rubrica de Clientes – ativo não corrente corresponde a saldos com clientes do Grupo AdP resultantes da assinatura de acordos de pagamentos, com 138 milhões de euros (31DEZ12: 106,4 milhões de euros).

O valor de 10,8 milhões de euros a 31 de dezembro de 2013 referente a Ajustamentos por imparidade de outros devedores – ativo corrente é proveniente na sua maioria do Grupo AdP, no montante total de 5,6 milhões de euros (31DEZ12: 6,5 milhões de euros), e do Grupo TAP, no montante total de 4,4 milhões de euros (31DEZ12: 4,1 milhões de euros).

A rubrica de Acréscimos de rendimentos – ativo corrente inclui maioritariamente 17,1 milhões de euros (31DEZ12: 14,7 milhões de euros) referentes ao Grupo TAP, respeitantes maioritariamente a *hedging* de combustível, trabalhos para companhias de aviação e venda de milhas a passageiros.

As rubricas de Subsídios ao investimento a receber, ativo corrente e ativo não corrente, são provenientes do Grupo AdP e estão relacionada com os subsídios a receber do Fundo de Coesão.

As rubricas de Venda de imóveis, ativo corrente e ativo não corrente, correspondem a quantias devidas à ESTAMO pela venda de imóveis que serão liquidadas em prestações.

A rubrica de Outros em Outras contas a receber – ativo não corrente inclui essencialmente:

- 38,9 milhões de euros (31DEZ12: 45,6 milhões de euros) provenientes do Grupo TAP, dos quais (i) 17,6 milhões de euros (31DEZ12: 20,4 milhões de euros) correspondem a depósitos judiciais no Brasil, (ii) 8,2 milhões de euros (31DEZ12: 8 milhões de euros) correspondem a depósitos de garantia no âmbito de contratos de locação operacional para aviões e reatores e (iii) 4,9 milhões de euros (31DEZ12: 5,6 milhões de euros) que respeitam a garantias no âmbito da prestação futura de serviços de manutenção aos aviões da Força Aérea Francesa; e
- 44,8 milhões de euros (31DEZ12: 43 milhões de euros) provenientes do Grupo AdP, sendo o principal valor referente ao valor residual a receber no final da concessão, relativos a bens de modernização e expansão.

A rubrica de Outros em Outras contas a receber – ativo corrente inclui essencialmente:

- 52,9 milhões de euros provenientes da PARPÚBLICA que advém essencialmente do montante a receber da venda direta de ações dos CTT.
- 38,7 milhões de euros (31DEZ12: 32,2 milhões de euros) provenientes do Grupo TAP, dos quais (i) 6,8 milhões de euros (31DEZ12: 8,7 milhões de euros) correspondem a valores a receber de fornecedores, (ii) 12,1 milhões de euros (31DEZ12: 8,4 milhões de euros) correspondem maioritariamente a faturação interline, e (iii) 7,9 milhões de euros (31DEZ12: 6,9 milhões de euros) que respeitam a devedores diversos provenientes do Brasil e da Itália; e
- 66,8 milhões de euros (31DEZ12: 81,4 milhões de euros) provenientes do Grupo AdP que incluem 29,7 milhões de euros de acréscimos de juros e 12,3 milhões de euros de multas a empreiteiros.

## 18 - Diferimentos

Diferimentos - ativo	31-Dez-13		31-Dez-12	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Ativo regulatório - desvio tarifário	-	564 509	-	511 933
Outros gastos diferidos	32 773	-	28 142	-
Excesso de cobertura de responsabilidades pós-emprego	-	-	313	-
	<b>32 773</b>	<b>564 509</b>	<b>28 455</b>	<b>511 933</b>

Diferimentos - passivo	31-Dez-13		31-Dez-12	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Rendimentos diferidos				
Subsídios relacionados com ativos	2 024	1 958 935	1 332	1 925 355
Outros	35 034	23 764	37 139	-
Passivo regulatório - desvio tarifário	-	132 441	-	116 772
Investimentos contratuais	-	497 244	-	465 449
Outros	57 081	-	53 360	-
	<b>94 138</b>	<b>2 612 384</b>	<b>91 831</b>	<b>2 507 576</b>

As rubricas de Ativo regulatório – desvio tarifário e Passivo regulatório – desvio tarifário, advêm na totalidade do Grupo AdP e detalham-se como se segue:

	ATIVO DIFERIDO		PASSIVO DIFERIDO		Efeito líquido balanço	Efeito em resultados
	Desvio ativo	Imposto diferido	Desvio passivo	Imposto diferido		
<b>Produção, Tratamento e Transporte</b>						
Águas do Algarve, S.A.	15 777	-	(409)	(4 044)	11 324	1 304
Águas do Centro Alentejo, S.A.	9 944	-	(183)	(2 527)	7 234	1 088
Águas do Centro, S.A.	69 012	-	(127)	(17 235)	51 649	9 122
Águas do Douro e Paiva, S.A.	827	(75)	-	(290)	462	(386)
Águas do Mondego, S.A.	11 430	-	(130)	(2 885)	8 416	1 208
Águas do Norte Alentejano, S.A.	33 919	-	(125)	(8 495)	25 299	3 148
Águas do Noroeste, S.A.	108 459	-	(488)	(27 172)	80 799	12 453
Águas do Oeste, S.A.	67 174	-	(244)	(16 798)	50 132	10 873
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	68 773	-	(389)	(17 292)	51 092	(1 362)
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	53 552	-	(157)	(13 405)	39 990	3 664
Águas Públicas Alentejo, S.A.	-	202	(971)	(35)	(804)	(576)
Sanest, S.A.	(206)	6 098	(24 608)	-	(18 716)	493
Simarsul, S.A.	39 515	-	(273)	(9 920)	29 322	5 323
Simdouro, S.A.	7 562	-	(36)	(1 892)	5 634	1 432
Simlis, S.A.	14 916	-	(78)	(3 756)	11 082	(1 577)
Simria, S.A.	34 806	-	(175)	(8 729)	25 903	3 096
Simtejo, S.A.	(436)	7 774	(31 590)	-	(24 251)	(1 087)
<b>Total Produção, Tratamento e Transporte</b>	<b>535 024</b>	<b>13 999</b>	<b>(59 984)</b>	<b>(134 475)</b>	<b>354 565</b>	<b>48 216</b>
<b>Resíduos Sólidos</b>						
Algar, S.A.	(323)	1 156	(4 968)	-	(4 135)	(337)
Amarsul, S.A.	(418)	1 885	(7 989)	-	(6 522)	(1 094)
Ersuc, S.A.	(102)	1 356	(5 549)	-	(4 295)	(865)
Resiestrela, S.A.	(31)	1 174	(4 768)	-	(3 624)	(1 704)
Resinorte, S.A.	(172)	169	(975)	(30)	(1 008)	(1 168)
Resulima, S.A.	(38)	763	(3 099)	-	(2 374)	(142)
Suldouro, S.A.	-	2 393	(9 743)	(29)	(7 379)	(1 964)
Valnor, S.A.	(80)	972	(3 961)	-	(3 068)	741

	ATIVO DIFERIDO		PASSIVO DIFERIDO		Efeito líquido balanço	Efeito em resultados
	Desvio ativo	Imposto diferido	Desvio passivo	Imposto diferido		
Valorlis, S.A.	(165)	612	(2 621)	-	(2 174)	(24)
Valorminho, S.A.	(28)	416	(1 701)	-	(1 313)	(300)
Valorsul, S.A.	(924)	6 413	(26 713)	-	(21 224)	(4 387)
<b>Total Resíduos Sólidos</b>	<b>(2 280)</b>	<b>17 309</b>	<b>(72 087)</b>	<b>(59)</b>	<b>(57 117)</b>	<b>(11 244)</b>
<b>Distribuição e Recolha</b>						
AdRA – Águas da Região de Aveiro, S.A.	31 765	-	(370)	(8 002)	23 394	6 724
<b>Total Distribuição e Recolha</b>	<b>31 765</b>	<b>-</b>	<b>(370)</b>	<b>(8 002)</b>	<b>23 394</b>	<b>6 724</b>
<b>Total</b>	<b>564 509</b>	<b>31 309</b>	<b>(132 441)</b>	<b>(142 536)</b>	<b>320 842</b>	<b>43 696</b>

A rubrica de Outros gastos diferidos correntes é proveniente, essencialmente, do Grupo AdP com o montante de 11,5 milhões de euros (31DEZ12: 9,9 milhões de euros) e do Grupo TAP com o montante de 12,6 milhões de euros (31DEZ12: 8,8 milhões de euros) relacionado na sua maioria com (i) comissões pagas a agentes por bilhetes vendidos mas ainda não voados e não caducados até 31 de dezembro de 2013, (ii) rendas de locação financeira pagas antecipadamente, e (iii) pagamentos antecipados de seguros e rendas.

Os Rendimentos diferidos não correntes correspondem na sua quase totalidade a subsídios de investimento registados pelo Grupo AdP, conforme se segue:

Subsídios para investimento – Grupo AdP	31-Dez-13	31-Dez-12
Subsídios ao Investimento – Fundo Coesão	1 663 124	1 643 519
Subsídios ao Investimentos – Outros	25 734	25 006
Integração de património	254 345	256 813
	<b>1 943 203</b>	<b>1 925 338</b>

Fundo de coesão – movimentos do período	31-Dez-13	31-Dez-12
Subsídios ao investimento (ano N-1)	1 643 519	1 659 095
Reconhecimento de direito ao subsídio	86 198	50 100
Reconhecimento de rendimentos	(61 309)	(54 666)
Correções a reconhecimentos	158	(549)
Correções a reconhecimentos de direito	(5 442)	(10 460)
Subsídios ao investimento (ano N)	1 663 124	1 643 519
<b>Recebimentos no período</b>	<b>130 776</b>	<b>110 209</b>

A rubrica de Rendimentos diferidos – Outros passivos correntes inclui:

- 28,2 milhões de euros (31DEZ12: 34 milhões de euros) provenientes do Grupo AdP;
- 2,0 milhões de euros provenientes de rendimentos a reconhecer, relativos a taxas de acesso pagas pelos operadores (clientes dos mercados abastecedores) no início do contrato de utilização dos espaços do Grupo SIMAB;
- 1,6 milhões de euros provenientes de rendas recebidas antecipadamente pela ESTAMO (31DEZ12: 1,5 milhões de euros).

A rubrica de Investimentos contratuais – passivo não corrente refere-se unicamente ao Grupo AdP e detalha-se como se segue:

Investimentos contratuais	31-Dez-13	31-Dez-12
Água – Produção, Tratamento e Transporte	299 474	286 196
Água – Distribuição e Recolha	23 197	16 891
Resíduos Sólidos	174 574	162 362
	<b>497 244</b>	<b>465 449</b>

A rubrica de Outros diferimentos – passivo corrente no montante de 57,1 milhões de euros (31DEZ12: 53,3 milhões de euros) é proveniente na sua totalidade do Grupo TAP, sendo referente na sua maioria (i) a faturação provisória de trabalhos de manutenção para companhias de aviação no montante de 34,1 milhões de euros (31DEZ12: 27,5 milhões de euros) e (ii) ao justo valor das milhas e pontos atribuídos ao clientes aderentes aos programas de fidelização denominados por TAP Victória, não utilizados nem caducados em 31 de dezembro de 2013, com expectativa de utilização, no montante de 21,9 milhões de euros (31DEZ12: 25,1 milhões de euros).

## 19 - Inventários

Inventários	31-Dez-13	31-Dez-12
Mercadorias	826 573	907 554
Produtos acabados e intermédios	10 218	10 227
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	2 040	3 400
Produtos e trabalhos em curso	22 138	28 139
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	159 353	170 325
Adiantamentos por conta de compras	238 828	278 122
Ajustamentos acumulados em inventários	(196 925)	(169 770)
<b>TOTAL</b>	<b>1 062 225</b>	<b>1 227 997</b>

As Mercadorias incluem, essencialmente, o montante de 798,1 milhões de euros de imóveis de propriedade da ESTAMO (31DEZ12: 879,4 milhões de euros), as mercadorias provenientes do Grupo TAP no montante de 14,8 milhões de euros (31DEZ12: 14,4 milhões de euros) e as propriedades da Lazer e Floresta no montante global de 13 milhões de euros (31DEZ12: 13,1 milhões de euros).

Os Produtos acabados e intermédios correspondem na sua maioria a 8,8 milhões de euros referentes à INCM (31DEZ12: 9,0 milhões de euros), dos quais 3,4 milhões de euros relativos a livros diversos (31DEZ12: 3,3 milhões de euros), 2,1 milhões de euros relativos a moeda comemorativa de coleção (31DEZ12: 1,8 milhões de euros) e 1,1 milhões de euros relativos a cartões em PVC (31DEZ12: 1,1 milhões de euros).

A rubrica de Produtos e trabalhos em curso compreende, essencialmente, (i) 16 milhões de euros (31DEZ12: 16,0 milhões de euros) de projetos de loteamento relacionados com o Grupo Baía do Tejo, dos quais 8,4 milhões de euros (31DEZ12: 8,4 milhões de euros) em projetos em fase de infraestruturização e 6,8 milhões de euros (31DEZ12: 6,8 milhões de euros) em terrenos com infraestruturas; e (ii) 5,3 milhões de euros (31DEZ12: 10,0 milhões de euros) provenientes do Grupo TAP que correspondem ao valor dos materiais e horas aplicados em obras de manutenção de aeronaves para terceiros que ainda se encontravam em curso a 31 de dezembro de 2013.

As Matérias-primas, subsidiárias e de consumo incluem essencialmente:

- material técnico, afeto ao Grupo TAP, para utilização na reparação de aeronaves próprias e nas obras realizadas para outras companhias de aviação, no montante de 138 milhões de euros (31DEZ12: 147,9 milhões de euros);

- moedas e outros bens afetos à INCM, no montante de 14,3 milhões de euros (31DEZ12: 14,8 milhões de euros); e
- reagentes e contadores provenientes do Grupo AdP, no montante global de 6,1 milhões de euros (31DEZ12: 6,7 milhões de euros).

Os Adiantamentos por conta de compras correspondem na sua totalidade a imóveis da ESTAMO.

Os Ajustamentos acumulados em inventários incluem maioritariamente 139,3 milhões de euros (31DEZ12: 114,2 milhões de euros) da ESTAMO e 49,2 milhões de euros (31DEZ12: 47,3 milhões de euros) do Grupo TAP.

## 20 - Caixa e depósitos bancários

Caixa e depósitos bancários	31-Dez-13	31-Dez-12
Aplicações financeiras	800	600
Depósitos a prazo	519 172	530 460
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	403 034	236 270
Numerário	3 637	2 677
Outros	-	-
	<b>926 643</b>	<b>770 007</b>

As disponibilidades apresentadas pelo Grupo PARPÚBLICA correspondem essencialmente a aplicações efetuadas em Depósitos a prazo e Depósitos bancários imediatamente disponibilizáveis, destacando-se os saldos do Grupo AdP com 369,4 milhões de euros (31DEZ12: 333,3 milhões de euros), do Grupo TAP com 270,6 milhões de euros (31DEZ12: 85,2 milhões de euros), da PARPÚBLICA com 146,0 milhões de euros (31DEZ12: 193,8 milhões de euros), da INCM com 67,7 milhões de euros (31DEZ12: 59,6 milhões de euros) e do Grupo Sagestamo com 34,7 milhões de euros (31DEZ12: 60,3 milhões de euros).

**21 - Ativos não correntes detidos para venda e passivos relacionados**

Ativos não correntes detidos para venda e passivos relacionados	31-Dez-13	31-Dez-12
<b>Ativos</b>		
CTT		
CTT - Participação financeira	248 400	
ANA		
ANA		
ANA - Activos fixos tangíveis	-	98 683
ANA - Goodwill	-	17 280
ANA - Outros activos intangíveis	-	2 146 227
ANA - Participações financeiras - outros métodos	-	777
ANA - Outros activos financeiros	-	108
ANA - Activos por impostos diferidos	-	26 931
ANA - Outras contas a receber (não corrente e corrente) e diferimentos	-	25 923
ANA - Inventários	-	505
ANA - Clientes e adiantamentos a fornecedores	-	29 581
ANA - Estado e outros entes públicos	-	12 140
ANA - Caixa e depósitos bancários	-	95 699
	-	2 453 854
Terreno MARF - SIMAB	110	
Terreno MARB - SIMAB	707	
	<b>249 217</b>	<b>2 453 854</b>
<b>Passivos</b>		
ANA		
ANA - Provisões, passivos por impostos diferidos, Estado e outros entes públicos, outros passivos financeiros e respons. por benefícios pós-emprego	-	11 172
ANA - Financiamentos obtidos (correntes e não correntes)	-	672 797
ANA - Fornecedores e adiantamento de clientes	-	24 010
ANA - Outras contas a pagar (não correntes e correntes) e diferimentos	-	1 328 325
ANA - Outros passivos financeiros	-	4 217
	-	2 040 521
	-	2 040 521
	-	<b>2 040 521</b>

A 31 de dezembro de 2012, no programa do Governo encontrava-se previsto reprivatizar a totalidade da participação da ANA. Em 31 de dezembro de 2013, espera-se alienar o restante capital dos CTT e ainda os terrenos da MARF e MARB do Grupo SIMAB.

No que respeita à ANA, no final de 2012 foram formalizados os instrumentos contratuais da venda da totalidade do capital da empresa, tendo sido adquirida em março de 2013 ao Tesouro a parte restante das ações para o efeito. A venda foi completada no decorrer do segundo semestre de 2013, com a alienação de todas as ações em carteira.

No que respeita aos CTT, está prevista a alienação do capital remanescente do Grupo CTT por estarem em processo de privatização com perspectivas de conclusão para reconhecimento dentro de um ano. Durante o ano de 2013 foi realizada uma venda parcial, com alienação de 70% do capital do Grupo. Da parte alienada, foram recompradas ações correspondentes a 1,5% já no início de 2014, ao abrigo de uma *put option* prevista no prospeto de privatização.

Considerando que o processo de privatização do capital dos CTT, e em particular os períodos de *lock-up* fixados no prospeto, refletem orientação do Governo, o avanço do programa para privatização da participação remanescente não depende do controlo da PARPÚBLICA, donde se considerar para essa participação a manutenção da classificação como ativo não corrente detido para venda.

Embora as ações privatizadas dos CTT estejam significativamente dispersas, considerou-se, pela declaração no prospeto da privatização de que a PARPÚBLICA não terá qualquer direito que lhe permita exercer influência dominante, nem o propósito de o fazer, pelo nível de participação de acionistas em assembleias gerais de empresas com ações admitidas a negociação e pelo tempo que se prevê para manutenção de posição acionista da PARPÚBLICA, que esta não exerça controlo de facto, não fazendo vencer as suas propostas unilateralmente e de forma continuada, pelo que a participada é tratada como associada

No que respeita aos terrenos MARF, foi decidido dar início ao processo de venda de um lote de imóveis, propriedade da MARF,SA constituído por um prédio urbano e 3 prédios rústicos, situados nas imediações do Mercado e que não se encontram afetos à exploração.

No que respeita aos terrenos da MARB, encontra-se classificada nesta rubrica um terreno não afeto à exploração, consubstanciado em contrato de promessa de compra e venda, cuja alienação estava prevista ocorrer durante o ano de 2013. No entanto, em dezembro de 2013 foi manifestado pelo comprador intenção de resolução do contrato, encontrando-se ainda em negociações.

As participações classificadas como ativo não corrente detido para venda são mensuradas pela menor entre a quantia no momento da classificação e a quantia correspondente ao justo valor menos custos de venda.

## **22 - Capital próprio**

O Capital nominal no montante de 2 000 000 milhares de euros é composto por 400 000 000 ações nominativas de 5 euros cada, está realizado em 1 027 151 milhares de euros e é detido pelo Estado Português.

A rubrica Reservas legais, reservas não distribuíveis, é composta essencialmente pela reserva legal constituída em conformidade com o artigo 295º do Código das Sociedades Comerciais, o qual prevê que esta seja dotada com um mínimo de 5% do resultado líquido do período até à concorrência de um valor correspondente à quinta parte do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

A rubrica Ajustamentos em ativos financeiros corresponde essencialmente a: (i) ajustamentos decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial previsto na IAS 28; (ii) ajustamentos ao justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda previstos na IAS 39; e (iii) ajustamentos ao justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura de fluxos de caixa, bem como as diferenças de câmbio resultantes da transposição de unidades operacionais em moeda estrangeira.

A rubrica resultados transitados corresponde aos resultados líquidos dos períodos anteriores, conforme deliberações efetuadas nas assembleias gerais. Encontram-se ainda registadas nesta rubrica as alterações decorrentes da aplicação pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

O outro rendimento integral respeita essencialmente ao reconhecimento de outro rendimento integral de associadas pela aplicação do método de equivalência patrimonial e de remensuração de responsabilidade com benefícios de plano definidos.

A 31 de dezembro de 2013 o outro rendimento integral incluía também ganhos e perdas de instrumentos de cobertura relativos a *swaps* de cobertura do preço de *jet fuel* e ganhos e perdas com conversão de Balanços expressos em moeda estrangeira.

## 23 - Interesses que não controlam – Balanço

Interesses que não controlam (balanço)	31-Dez-13	31-Dez-12
<b>Interesses minoritários de capital próprio</b>		
Grupo AdP	499 900	537 160
Cateringpor	-	2 840
LFP	2 650	5 759
APIS	94	96
ENVC	-	1
SAGESECUR	6 782	6 564
ECODETRA	890	982
Margueira	424	357
Grupo ANA	-	126 721
ANAM	-	4 191
SPE	(1 807)	(1 887)
MARL, SA	2 036	-
MARF, SA	(2 181)	-
MARE, SA	339	-
MARB, SA	(472)	-
	<b>514 512</b>	<b>682 783</b>

## 24 - Provisões

Provisões (balanço)	2013							
	Saldo inicial	Aumentos por intermédio de concentrações de atividades empresariais	Aumentos	Diminuições por utilização	Montantes não utilizados revertidos	Efeito da passagem do tempo e de alterações na taxa de desconto	Outros movimentos	Saldo final
<b>Provisões - não corrente</b>								
Provisão para processos judiciais em curso	24 139	27	2 612	(80)	(6 660)	(1 937)	841	18 942
Processos ambientais	6 112	-	-	(1 697)	-	-	-	4 415
Remoção de materiais	499	-	-	-	-	-	-	499
Benefícios de reforma e equivalentes / pensões	371	-	-	(43)	-	-	-	328
Provisões para investimentos financeiros	6 794	-	-	-	(706)	-	(355)	5 733
Impostos	409	-	-	(1)	(82)	-	82	408
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	147	-	-	(33)	-	-	-	114
Outras provisões	16 979	-	2 875	(338)	(1 882)	(175)	372	17 831
Provisão para contingências laborais	688	-	-	-	-	-	-	688
	<b>56 137</b>	<b>27</b>	<b>5 487</b>	<b>(2 192)</b>	<b>(9 330)</b>	<b>(2 112)</b>	<b>940</b>	<b>48 957</b>

Provisões (balanço)	2012							
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições por utilização	Montantes não utilizados revertidos	Efeito da passagem do tempo e de alterações na taxa de desconto	Outros movimentos	Transferência para Detidos para venda	Saldo final
<b>Provisões - não corrente</b>								
Provisão para processos judiciais em curso	5 656	2 289	(3 204)	(6 324)	(1 995)	1 893	25 824	24 139
Processos ambientais	6 730	-	(618)	-	-	-	-	6 112
Remoção de materiais	499	-	-	-	-	-	-	499
Benefícios de reforma e equivalentes / pensões	413	-	(43)	-	-	-	-	371
Provisões para investimentos financeiros	498	1 886	-	(2 996)	-	(119 379)	126 785	6 794
Impostos	474	32	-	(97)	-	-	-	409
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	155	-	-	(8)	-	-	-	147
Outras provisões	16 475	2 165	(2 929)	(4 000)	(278)	69	5 477	16 979
Provisão para contingências laborais	784	-	(96)	-	-	-	-	688
	<b>31 684</b>	<b>6 372</b>	<b>(6 890)</b>	<b>(13 425)</b>	<b>(2 273)</b>	<b>(117 417)</b>	<b>158 086</b>	<b>56 137</b>

#### *Processos judiciais em curso*

As Provisões para processos judiciais em curso são constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas pelas empresas do Grupo PARPÚBLICA e pelos seus consultores legais, baseadas em taxas de sucesso históricas por natureza de processo e probabilidade de desfecho desfavorável, destinando-se as provisões existentes em 31 de dezembro de 2013 a fazer face essencialmente a diversos processos judiciais intentados contra o Grupo TAP, no país e no estrangeiro, no montante de 16 766 milhares de euros.

#### *Processos ambientais*

As Provisões para responsabilidades ambientais e remoção de materiais advêm do Grupo Baía do Tejo e destinam-se a acautelar os encargos que poderão vir a ser suportados com a recuperação ambiental do território que lhe está afeto, incluindo igualmente os gastos com a demolição e desmantelamento de antigas instalações siderúrgicas e remoção de resíduos e escombros, com destino a aterro.

No âmbito do desenvolvimento do projeto de recuperação ambiental encontram-se em desenvolvimento, através de dois Agrupamentos Complementares de Empresas, constituídos entre a Baía do Tejo e a Empresa Geral de Fomento, processos de candidatura a apoios comunitários no âmbito do QREN. Em resultado dos trabalhos desenvolvidos até ao final do exercício de 2013, foi apurado que as responsabilidades a suportar pela Empresa, pelos trabalhos realizados pelos ACE's ascendem a 4 415 milhares de euros.

#### *Provisões para investimentos financeiros*

As provisões para investimentos financeiros incluem o montante de 5 235 milhares de euros do Grupo TAP. Em 2013 o Grupo TAP apropriou ganhos com a associada SPdH no montante de 706 milhares de euros, que foram registados na rubrica de ganhos e perdas em associadas. Adicionalmente, a rubrica Outros movimentos, no montante de 355 milhares de euros, corresponde à apropriação dos ganhos com remensurações dos benefícios pós-emprego da SPdH, que foram registados nos resultados transitados do Grupo.

Em 2012, o montante de 1 886 milhares de Euros, referente ao reforço da provisão para capitais próprios negativos da SPdH, bem como o montante de 2 966 milhares de Euros, referente à reversão de 50,1% da referida provisão, na sequência da alienação da participação na SPdH, foram registados na rubrica de ganhos e perdas em associadas. Ainda em 2012, o montante de 119 379 milhares de Euros, registado em Outros movimentos, diz respeito à utilização da provisão aquando da conversão de empréstimos em prestações acessórias, para cobertura de prejuízos, decorrente da decisão tomada em Assembleia Geral de 31 de janeiro de 2012, na sequência do acordo de venda de 50,1% do capital da SPdH.

Em março de 2009, um consórcio de três bancos (BIG, Banif e Banco Invest) transferiu para a TAP S.A. a participação detida na SPdH (50,1%) por 31,6 milhões de Euros. Na mesma data, e durante o período de pendência do processo de concentração na Autoridade da Concorrência ("AdC"), a TAP S.A. transferiu o exercício dos seus direitos de voto e supervisão, enquanto acionista maioritária da SPdH, para uma entidade independente do Grupo TAP. A AdC deliberou, em 19 de novembro de 2009, após uma investigação aprofundada, adotar uma decisão de proibição, relativamente à operação de concentração, que consistia na aquisição, pela TAP S.A., do controlo exclusivo da SPdH, mediante a aquisição de uma

participação de 50,1% do capital social da SPdH. A AdC, impôs, assim, a obrigação de separação da SPdH mediante a alienação, por parte do Grupo TAP, das ações referentes a, pelo menos, 50,1% do capital social da SPdH. Até à venda, o regulador impôs que a gestão da SPdH fosse efetuada por um mandatário de gestão, que agia em nome da AdC, gerindo a SPdH de forma independente do Grupo TAP.

Em 18 de junho de 2012, foi celebrado um contrato de compra e venda entre, por um lado, a TAP S.A., a TAP SGPS, a Portugália e a SPdH e, por outro, a Urbanos Grupo, SGPS, S.A. para aquisição, por parte desta, de 50,1% do capital da SPdH, o qual produz os seus efeitos a partir de 20 de julho de 2012, data da deliberação da AdC quanto à decisão de não oposição à referida operação. Entretanto, em 17 de outubro de 2012, a Pasogal SGPS, S.A. sucedeu à Urbanos Grupo, SGPS, S.A. em todos os direitos e obrigações que para esta emergiam do referido contrato e Acordo Parassocial.

As licenças de atividade da SPdH para prestação de serviços de handling a terceiros, em Lisboa e no Porto, nas categorias 3 (assistência a bagagem), 4 (assistência a carga e correio) e 5 (assistência de operações em pista), de acesso reservado, tinham data de termo de vigência inicial reportada a 31 de dezembro de 2011.

Considerando que o Instituto Nacional de Aviação Civil (“INAC”) ainda não concluíra, à data, os concursos públicos internacionais para emissão de novas licenças, e conseqüente seleção do segundo prestador de serviços nessas categorias de acesso reservado para os aeroportos de Lisboa e Porto, em que a SPdH era opositora, foi, entretanto, publicado o Decreto-Lei nº 19/2012, de 27 de janeiro.

O referido Decreto-Lei veio permitir a possibilidade de o INAC prorrogar, a título excecional, as licenças de acesso à atividade de prestador de serviços de assistência em escala, nas referidas categorias reservadas nos aeroportos de Lisboa e Porto, detidas pela SPdH à data de 31 de dezembro de 2011, até à data em que os prestadores de serviços de assistência em escala, a selecionar no âmbito dos concursos públicos em curso, iniciassem a sua atividade.

Porém, o INAC já fez saber que, na sequência e em cumprimento de Despacho do Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, publicado em 15 de novembro de 2013 na 2ª Série do Diário da República (que alterou as regras dos concursos públicos para prestadores de serviço de handling a terceiros nos aeroportos de Lisboa, Porto e Faro), procedeu ao cancelamento dos concursos públicos em curso e prepara a abertura de novos concursos públicos internacionais de acordo com as novas regras.

Salienta-se que, caso a SPdH não seja selecionada para prestadora dos serviços de handling a terceiros, nos futuros concursos públicos internacionais a abrir pelo INAC, a Pasogal SGPS, S.A. terá o direito de resolver o supra referido contrato de compra e venda.

### *Outras Provisões*

A rubrica de Outras provisões corresponde maioritariamente a provisões do Grupo AdP no montante de 11,7 milhões de euros (31DEZ12: 12,2 milhões de euros), essencialmente para fazer face: (i) às dívidas que se encontram em processo de injunção, (ii) aos gastos com tratamento de lamas das ETAR; (iii) a contingências fiscais.

As outras provisões do Grupo TAP no montante de 3 286 milhares de euros (31DEZ12: 2 306 milhares de euros), incluem 1 588 milhares de euros correspondentes a processos judiciais em que a subsidiária TAP ME Brasil é parte envolvida e 1 698 milhares de euros de outras provisões relacionadas com as restantes subsidiárias do grupo.

Estão ainda incluídas provisões do Grupo Sagestamo no montante de 2 576 milhares de euros (31DEZ12: 2 226 milhares de euros) que visam cobrir a responsabilidade assumida contratualmente, no momento da compra ao Estado, de partilhar com este a mais-valia obtida com a venda de alguns imóveis.

Os montantes identificados como Transferências de detidos para venda em 2012 correspondem ao Grupo TAP, que deixou de ser incluído num grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5.

## 25 – Financiamentos obtidos

Financiamentos obtidos	31-Dez-13		31-Dez-12	
	Passivo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente	Passivo não corrente
Empréstimos por obrigações	654 323	2 649 598	821 145	2 923 828
Empréstimos bancários	764 523	2 746 137	748 726	2 311 265
Passivos por locação financeira	99 561	416 560	111 768	460 459
Papel comercial	875 748	29 000	1 425 794	-
Descobertos bancários	169 191	-	208 396	-
Outros empréstimos obtidos	822	14 319	(0)	15 019
Derivados Embutidos	-	13 106	-	114 249
	<b>2 564 167</b>	<b>5 868 721</b>	<b>3 315 829</b>	<b>5 824 821</b>

Os empréstimos respeitam essencialmente a obrigações e financiamentos junto de instituições de crédito nacionais e estrangeiras.

A segmentação das quantias nominais da dívida por maturidades e tipos de taxa de juro é a seguinte:

Financiamentos obtidos	31-Dez-13	31-Dez-12
<b>Por maturidades</b>		
Até 1 ano	2 558 094	3 301 943
De 1 ano até 2 anos	648 985	923 853
De 2 anos até 3 anos	457 290	418 542
De 3 anos até 4 anos	1 183 118	260 499
De 4 anos até 5 anos	215 904	1 146 087
Superior a 5 anos	3 427 205	2 972 413
	<b>8 490 596</b>	<b>9 023 337</b>
<b>Por tipo de taxa de juro</b>		
Taxa variável		
Expira num ano	1 889 541	2 323 143
Expira entre 1 e 2 anos	322 828	272 638
Expira entre 2 e 3 anos	292 702	94 437
Mais de 3 anos	1 810 104	1 255 838
	4 315 175	3 946 056
Taxa fixa		
Expira num ano	668 553	978 800
Expira entre 1 e 2 anos	326 156	651 215
Expira entre 2 e 3 anos	164 588	324 105
Mais de 3 anos	3 016 124	3 123 161
	4 175 421	5 077 281
	<b>8 490 596</b>	<b>9 023 337</b>

Os Empréstimos por obrigações, contraídos na sua maioria pela PARPÚBLICA, são mensurados pelo custo amortizado e a opção embutida num desses empréstimos está mensurada pelo justo valor (vide nota 45). Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 eram os seguintes:

	31-dez-13	31-dez-12
PARPÚBLICA		
Empréstimo de 500,0 milhões de euros emitido em 2004	504 228	502 985
Empréstimo de 500,0 milhões de euros emitido em 2005	504 242	504 149
Empréstimo de 150,0 milhões de euros emitido em 2005	151 542	150 014
Empréstimo de 250,0 milhões de euros emitido em 2006	251 308	251 295
Empréstimo de 1 015,2 milhões de euros emitido em 2007	-	8 109
Empréstimo de 800,0 milhões de euros emitido em 2009		813 035
Empréstimo de 885,6 milhões de euros emitido em 2010 *	884 286	979 635
Empréstimo de mútuo de 170,0 milhões de euros contraído em 2012		170 047
Empréstimo de 150,0 milhões de euros emitido em 2012	150 060	150 000
Empréstimo de 599,2 milhões de euros emitido em 2013		-
Empréstimo de 200 milhões de euros emitido em 2013	200 168	-
Empréstimo de 170 milhões de euros emitido em 2013	171 157	-
Sub-total PARPÚBLICA	2 816 991	3 529 269
Grupo AdP	500 000	500 000
<b>Total</b>	<b>3 316 991</b>	<b>4 029 269</b>

\* Tem associada uma opção embutida com justo valor pelo *mark to market* de 13 106 milhares de euros (31DEZ12: 114 249 milhares de euros)

O empréstimo obrigacionista de 500 milhões de euros, emitido em outubro de 2004 pelo prazo de 10 anos vence juros a taxa de juro anual fixa de 4,191%. O empréstimo obrigacionista de 500 milhões de euros, emitido em setembro de 2005 pelo prazo de 15 anos vence juros à taxa de juro anual fixa de 3,567%. O empréstimo obrigacionista de 150 milhões de euros, emitido em dezembro de 2005 pelo prazo de 15 anos vence juros a uma taxa de juro anual variável indexada ao Euro *Mid Swap* a 10 anos. O empréstimo obrigacionista de 250 milhões de euros, emitido em novembro de 2006 pelo prazo de 20 anos vence juros a uma taxa de juro anual fixa de 4,2%. Estes empréstimos preveem a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se o Estado deixar de deter a totalidade do capital da PARPÚBLICA e/ou perder o controlo direto ou indireto da sociedade e/ou ainda se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o Estado e a sociedade. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

A emissão de Obrigações Permutáveis Galp de 885,65 milhões de euros de setembro de 2010 pelo prazo de 7 anos, enquadra-se na 5ª fase de reprivatização do capital social da Galp, nos termos do Decreto-Lei nº 185/2008, de 19 de setembro. Vence juros a uma taxa de juro anual fixa de 5,25%. Os obrigacionistas têm o direito de optar pelo reembolso das obrigações ao seu valor nominal na maturidade ou antecipadamente em 28 de setembro de 2015 ou pela troca das obrigações pelas ações Galp, que constituem o respetivo ativo subjacente, a partir de 28 de março de 2013. No caso de os obrigacionistas optarem pela troca das obrigações por ações Galp, a PARPÚBLICA poderá escolher entre a entrega das ações ou a entrega em dinheiro do respetivo valor, calculado de acordo com critérios de valorização definidos. A PARPÚBLICA tem a possibilidade de reembolsar as obrigações, se o valor do ativo subjacente for igual ou superior a 30%, em pelo menos 20 dias úteis durante 30 dias úteis consecutivos, a partir de 13 de outubro de 2013. Prevê a

possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se o Estado deixar de deter a totalidade do capital da PARPÚBLICA e/ou perder o controlo direto ou indireto da sociedade e/ou ainda se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o Estado e a sociedade ou da ocorrência de um evento de mudança do controlo da Galp. A PARPÚBLICA, enquanto se mantiver a emissão, não poderá prestar garantias sobre o seu património a outros credores. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

A emissão de Obrigações PARPÚBLICA 2012-2014 de 150 milhões de euros, em dezembro de 2012 pelo prazo de 2 anos, vence juros a uma taxa de juro semestral variável indexada à Euribor a 6 meses. Os obrigacionistas podem pedir o reembolso do empréstimo semestralmente, a partir de junho de 2013. Prevê a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se o Estado deixar de deter a totalidade do capital da PARPÚBLICA e/ou perder o controlo direto ou indireto da sociedade e/ou ainda se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o Estado e a sociedade. A PARPÚBLICA, enquanto se mantiver a emissão, não poderá prestar garantias sobre o seu património a outros credores. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

O financiamento de 599,238 milhões de euros é um empréstimo bancário sindicado com quatro bancos, no qual a PARPÚBLICA sucedeu ao consórcio ELOS. O financiamento tem uma maturidade de cerca de 30 anos, até 15 de dezembro de 2042, e será amortizado em 57 amortizações iguais, com início em 15 de dezembro de 2014 e final na maturidade. Vence juros a taxa variável, indexada à Euribor a 6 meses. Foi contratado tendo associados 4 *swaps* de taxa variável - taxa fixa, os quais permitem aos bancos a sua conversão em taxa fixa. Um dos Bancos já exerceu esse direito, pelo que presentemente o financiamento vence taxa variável para o montante de 465.069 milhares de euros e vence taxa fixa de 5,91% para o montante de 134.169 milhares de euros, mantendo os restantes 3 *swaps* taxa variável – taxa fixa associados.

O justo valor inicial do empréstimo baseado em atualização a taxa de mercado foi de 514 771 milhares de euros donde resultou o reconhecimento de um ganho inicial de 84 467 milhares de euros a reverter ao longo da vida do empréstimo pela mensuração ao custo amortizado. O *mark to market* negativo do conjunto dos três *swaps* existentes foi inicialmente de 133 648 milhares de euros, sendo de 110 122 milhares de euros também negativo em 31 de dezembro de 2013.

As Obrigações PARPÚBLICA 2013-2015 de 200 milhões de euros, emitidas em junho de 2013 pelo prazo de 2 anos, vencem juros a uma taxa de juro semestral variável indexada à Euribor a 6 meses. Prevê a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se o Estado deixar de deter a totalidade do capital da PARPÚBLICA e/ou perder o controlo direto ou indireto da sociedade e/ou ainda se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o Estado e a sociedade. A PARPÚBLICA, enquanto se mantiver a emissão, não poderá prestar garantias sobre o seu património a outros credores. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas

financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

A emissão de Obrigações PARPÚBLICA Taxa Variável 2013-2016 de 170 milhões de euros, em setembro de 2013 pelo prazo de 3 anos, vence juros a uma taxa de juro semestral variável indexada à Euribor a 6 meses. Prevê a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o Estado e a sociedade. A PARPÚBLICA, enquanto se mantiver a emissão, não poderá prestar garantias sobre o seu património a outros credores. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

O empréstimo obrigacionista do Grupo AdP encontra-se sujeito a cláusulas de ownership, que refere que eventuais alterações à estrutura acionista da empresa podem conduzir ao vencimento imediato da dívida. Relativamente aos contratos de financiamento celebrados com o Banco Europeu de Investimento o Grupo AdP, para além das condicionantes habituais (falta de pagamento, cumprimento da lei geral e ambiental, cross default, pari passu, negative pledge, falsas declarações, falência, insolvência, liquidação, alterações materiais) inclui ainda:

- Alterações na estrutura acionista das empresas do grupo AdP;
- Alterações decorrentes de cisão, fusão ou venda de empresas;
- Alterações no património das empresas;
- Alteração/cessação da atividade das empresas;
- Alterações na estrutura acionista da AdP/EGF;
- Operações serem realizadas com aval/garantia da AdP/EGF;
- Cumprimento de obrigações definidas nos Contratos de Concessão/Gestão;
- Alterações no volume de negócios das empresas.

Adicionalmente, e no âmbito dos referidos contratos de financiamento, a República Portuguesa constitui-se fiador do Grupo AdP face ao Banco Europeu de Investimento pela execução pontual e integral de todas as obrigações financeiras e pecuniárias.

A rubrica Empréstimos bancários – passivo não corrente, no valor de 2 746 137 milhares de euros, inclui:

- o montante de 1 906 599 milhares de euros (31DEZ12: 1 957 373 milhares de euros) provenientes do Grupo AdP, respeitantes na sua maioria a financiamentos do Banco Europeu de Investimento;
- o montante de 517 904 milhares de euros referentes a empréstimos obtidos pela PARPÚBLICA em instituições financeiras nacionais e estrangeiras; e
- o montante de 260 554 milhares de euros (31DEZ12: 334 014 milhares de euros) provenientes do Grupo TAP, respeitantes a quatro empréstimos bancários contraídos à taxa fixa e Euribor 3 meses. Estão incluídos 67 877 milhares de euros correspondentes a um passivo gerado no âmbito de uma operação de securitização de créditos futuros, realizada pela TAP S.A. em dezembro de 2006, ao abrigo do Decreto-Lei nº 453/99, de 5 de novembro, na qual o Deutsche Bank atuou como lead

manager, tendo os créditos futuros sido adquiridos pela Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Os passivos por locação financeira detalham-se como se segue:

Passivos por locação financeira	31-Dez-13	31-Dez-12
<b>Locações financeiras</b>		
<b>Dívidas respeitantes a locação financeira</b>		
Terrenos e recursos naturais	64	206
Edifícios e outras construções	18 500	20 391
Equipamento básico	497 079	550 875
Equipamento de transporte	307	622
Equipamento administrativo	-	1
Outras imobilizações corpóreas	170	133
	516 121	572 227
<b>Futuros pagamentos mínimos</b>		
Até 1 ano	99 691	111 992
De 1 ano até 5 anos	372 687	384 205
Mais de 5 anos	44 384	77 196
	516 762	573 393
<b>Juros</b>		
Até 1 ano	130	224
De 1 ano até 5 anos	337	596
Mais de 5 anos	174	347
	641	1 166
<b>Valor presente dos pagamentos mínimos</b>		
Até 1 ano	99 561	111 768
De 1 ano até 5 anos	372 350	383 610
Mais de 5 anos	44 210	76 849
	516 121	572 227

Os passivos por locação financeira, correntes e não correntes, respeitam basicamente ao Grupo TAP, decorrentes de contratos de locação financeira de 11 aviões Airbus A330, 15 aviões Airbus A319, 5 aviões Airbus A320, 2 aviões Airbus A321, 6 aviões Fokker 100, 8 aviões Embraer 145 e de outro imobilizado, como segue:

Passivos por Locação Financeira – Grupo TAP	31-dez-13	31-dez-12
<b>Dívidas respeitantes a locação financeira</b>		
Equipamento básico	496 692	549 649
Outras imobilizações corpóreas	170	133
	<b>496 862</b>	<b>549 782</b>
<b>Pagamentos de fundos de capital</b>		
Até 1 ano	97 285	108 406
De 1 ano até 5 anos	365 445	376 366
Mais de 5 anos	34 132	65 010
	<b>496 862</b>	<b>549 782</b>

As responsabilidades de locação operacional do Grupo TAP não se encontram registadas no Balanço. Estes contratos têm durações variáveis que podem ir até aos 8 anos, podendo ser prorrogados por vontade expressa das partes contraentes.

Em 31 de dezembro de 2013, existiam em regime de locação operacional, dezoito aeronaves e quatro reatores.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 existiam compromissos financeiros, assumidos pela subsidiária TAP S.A., relativos a rendas de locação operacional de aviões e reatores, no montante de 252 462 milhares de euros (328 200 milhares de USD) e 245 068 milhares de euros (318 588 milhares de USD), respetivamente.

Os planos de rendas das locações operacionais detalham-se como segue:

	<b>31-dez-13</b>	<b>31-dez-12</b>
Até 1 ano	49 556	50 799
De 1 a 2 anos	48 656	44 424
De 2 a 3 anos	47 254	39 030
De 3 a 4 anos	40 517	37 385
Mais de 4 anos	66 479	73 430
	<b>252 462</b>	<b>245 068</b>

Estes contratos obrigam à constituição de depósitos de garantia que, em 31 de dezembro de 2013 totalizavam 8 150 milhares de euros e em 31 de dezembro de 2012 totalizavam 8 043 milhares de euros. Estes depósitos serão devolvidos ao Grupo TAP à medida que os aviões são restituídos aos locadores.

## 26 – Responsabilidades por benefícios pós-emprego

<b>Responsabilidades por benefícios pós-emprego</b>	<b>31-Dez-13</b>	<b>31-Dez-12</b>
Responsabilidade por serviços passados no início do período	143 001	72 868
Custo de juros	5 316	5 816
Custo do serviço corrente	4 206	3 403
Contribuições para fundo de pensões - empregador	(8 207)	(13 079)
Ganhos e perdas atuariais	(16 845)	4 644
Alterações cambiais nos planos mensurados numa moeda diferente	(2 998)	(913)
Rendimento ativos do fundo	(224)	(247)
Benefícios pagos	(10 319)	(12 194)
Reconhecimento custo do serviço passado	(1 074)	(45)
Outros	2 517	4 209
Transferência para Detidos para venda		78 540
Responsabilidade por serviços passados no final do período	115 374	143 001
Excesso de cobertura (EGF)		
Valor no início do período	38 037	35 963
Retorno efetivo	1 390	1 493
Contribuição ao fundo	-	24
Benefícios pagos	2 031	(9 111)
Outros	(3 181)	9 668
	38 277	38 037
Excesso de cobertura	-	313
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	<b>77 097</b>	<b>104 871</b>

A evolução das Responsabilidades nos últimos 5 anos foi a seguinte:

	<b>31-Dez-13</b>	<b>31-Dez-12</b>	<b>31-Dez-11</b>	<b>31-Dez-10</b>	<b>31-Dez-09</b>
Valor presente das responsabilidades	252 797	285 220	87 631	289 840	267 939
Justo valor dos ativos dos fundos	176 282	180 662	46 188	160 597	139 306
Défices dos planos	77 097	104 558	41 443	129 243	128 633

O Justo valor dos ativos dos fundos eram os seguintes:

Justo valor por categoria dos ativos dos fundos	31-Dez-13	31-Dez-12
Instrumentos de capital próprio	37 423	38 384
Instrumentos de dívida	131 174	132 956
Propriedade	1 730	1 628
Outros ativos	5 955	7 693
	176 282	180 662

Por força do estipulado em acordos de empresa, o Grupo PARPÚBLICA mantém em algumas das empresas (PARPÚBLICA, por via da fusão com a Portucel, TAP, Companhia das Lezírias, Lazer e Floresta, EPAL, EGF, INCM) um conjunto de obrigações de benefícios definidos, para com os seus empregados, que são tratadas nos termos previstos na IAS 19.

Nos termos do Regulamento dos Benefícios Sociais em vigor, os empregados do quadro permanente da ex-Portucel, SGPS com mais de cinco anos de serviço têm direito após a passagem à reforma ou em situação de invalidez, a um complemento mensal de pensão de reforma ou de invalidez. Esse complemento está definido de acordo com uma fórmula que tem em consideração a remuneração mensal líquida atualizada para a categoria profissional do empregado à data da reforma e o número de anos de serviço, no máximo de 30, sendo ainda garantidas pensões de sobrevivência ao cônjuge e a descendentes diretos. Para cobrir esta responsabilidade existe um fundo de pensões autónomo, gerido por uma entidade externa.

Os planos de benefícios definidos contemplam não apenas benefícios de reforma mas, na TAP, também: (i) prémios de jubilação que consistem em prémios a serem pagos, de uma só vez, aos pilotos de avião na data da reforma e até aos 60 anos de idade, cuja garantia financeira advém dos capitais acumulados num seguro de capitalização coletiva constituído pelo Grupo; e (ii) cuidados de saúde que o Grupo assegura aos pré-reformados e reformados do segmento de Transporte Aéreo e Atividades Relacionadas.

O Acordo de Empresa da TAP S.A. celebrado com o Sindicato dos Pilotos de Aviação Civil (SPAC) prevê a garantia, por parte da TAP S.A., para além de um plano de pensões, de um prémio de jubilação a cada piloto, a ser pago de uma só vez no momento da reforma à data da formação da pensão completa, cuja garantia financeira advém dos capitais acumulados num seguro de capitalização coletiva constituído pela TAP S.A. em nome dos pilotos. Os princípios subjacentes à apólice de reforma coletiva celebrada com a companhia seguradora, que reproduzem este Plano de Benefícios de Reforma dos Pilotos, são como segue:

- (i) Condições de admissão: Pilotos que se encontrem em efetividade de serviço;
- (ii) Idade normal de reforma: 60 anos;
- (iii) Garantias: Cada participante terá direito, na idade normal de reforma, a um capital de 16 vezes o último salário mensal declarado.

O financiamento do plano de benefícios é efetuado através da apólice, que é reforçada pelas contribuições (prémios) efetuadas pela Empresa e pelo rendimento obtido a partir das aplicações financeiras realizadas pela companhia seguradora num Fundo Autónomo que suporta esta modalidade de seguro.

Após a alteração do acordo de empresa com o SPAC, em Outubro de 2008:

- (i) Pilotos admitidos até 31 de Maio de 2007: o jubileu é mantido, mas apenas será devido no caso de reforma à data da formação da pensão completa, podendo o capital ser aumentado por cada ano de prestação de serviço após a formação da pensão completa;
- (ii) Pilotos admitidos a partir de 1 de Junho de 2007: não existe jubileu.

A TAP S.A. assegura aos pré-reformados e reformados antecipadamente, que tenham idade inferior a 65 anos, um plano de saúde que lhes dá acesso a serviços médicos a uma taxa reduzida. Por outro lado, a TAP S.A. vem facultando aos reformados, a título de liberalidade, a possibilidade de acesso e de utilização dos serviços médicos da UCS, pelos quais pagarão, por cada ato clínico, uma parcela do custo do serviço, sendo a parte restante suportada pela TAP S.A..

A TAP S.A. entende que o facto de permitir aos seus ex-trabalhadores, reformados a utilização dos serviços de saúde prestados na UCS (uma empresa do Grupo TAP), não constitui uma obrigação, mas tão somente uma liberalidade em cada momento concedida, pelo que não terá que registar qualquer responsabilidade com a prestação de cuidados de saúde, relativamente aos trabalhadores presentemente no ativo, para o período após a cessação da sua atividade laboral na empresa. Desta forma, a esta data, a provisão existente cobre a totalidade das responsabilidades com atos médicos com pré-reformados, reformados antecipadamente, tendo a referida responsabilidade sido determinada com base em estudo atuarial calculado por entidade independente.

A EPAL dispõe de um plano de benefícios sociais para os seus trabalhadores, o qual tem inerente o compromisso do pagamento de um complemento da pensão de reforma (por idade e invalidez) atribuída pela Segurança Social. Adicionalmente, suporta ainda as responsabilidades decorrentes de situações de pré-reforma. As responsabilidades decorrentes do Plano de Pensões são financiadas através do Fundo de Pensões EPAL, constituído em novembro de 1990, sendo as pré-reformas suportadas diretamente pela empresa. As responsabilidades globais da empresa são cobertas através dos ativos do Fundo de Pensões e de uma provisão específica, registada no passivo da empresa. Em 22 de março de 2008, a EPAL alterou o plano de pensões de benefício definido para um plano misto de benefício definido e contribuição definida.

Relativamente às pré-reformas, no decurso do primeiro semestre de 2008, a EPAL alterou os critérios/pressupostos relacionados com contabilização das responsabilidades da empresa para com os pré-reformados. Até esse momento, era pressuposto que anualmente passaria à situação de pré-reforma um conjunto de colaboradores representativos de 10% da massa salarial elegível para pré-reforma, contribuindo esse pressuposto para o cálculo das respetivas responsabilidades. Como esta situação se mostra desajustada da realidade, apenas passaram a ser consideradas como provisão, as responsabilidades efetivas de pré-reforma, sendo que quando um colaborador entra em situação de pré-reforma, é reconhecida no ano a totalidade da responsabilidade correspondente.

Ainda durante o primeiro semestre do ano de 2008, foi alterado o Plano de Pensões, passando de um Plano de Benefício Definido, para um Plano Misto de Benefício Definido e Contribuição Definida. Nessa sequência, a porção das responsabilidades do Plano de Benefício Definido da empresa correspondente aos colaboradores atualmente em Contribuição Definida foi reduzida, bem como o correspondente valor do Fundo, pois o mesmo foi transferido para contas individuais dos colaboradores afetos ao Plano

Contribuição Definida, conforme acordo firmado entre a Empresa e Organizações Representativas do Trabalhadores da EPAL.

A INCM proporciona aos seus colaboradores, com carácter liberatório, determinados benefícios pós-reforma, nomeadamente cuidados médicos, subsídio pecuniário complementar de funeral e pensões especiais de sobrevivência. Existem outros benefícios pós-reforma mas de difícil previsão de utilização por parte dos colaboradores (refeitórios, etc). A INCM reconhece de imediato todos os ganhos e perdas atuariais do valor das responsabilidades por serviços passados com benefícios pós-emprego de saúde.

A Companhia das Lezírias atribui benefícios pós-emprego a parte dos seus colaboradores, através de planos de benefícios definidos, nomeadamente planos de pensões que garantem complementos de reforma por idade, invalidez e sobrevivência, pensões de reforma antecipada e cuidados de saúde durante o período de reforma e de reforma antecipada.

As responsabilidades das diversas empresas do Grupo PARPÚBLICA foram determinadas por estudos atuariais elaborados por entidades independentes, individualmente para cada uma das empresas, utilizando o método “Unidade de Crédito Projetado” e com os seguintes pressupostos dominantes:

	31-dez-13	31-dez-12
	Portugal	Portugal
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK80	EVK80
Taxa de rendimento	3,10%/3,75%	3,75%
Taxa de crescimento		
Salários	0% até 2014; depois 1,5% - 2,5%	0% até 2014; depois 1,5% - 2,5%
Pensões	0% até 2014; depois 1,0% - 1,5%	0% até 2014; depois 1,25% - 1,5%
Pensão de reforma da Segurança Social	2,5%	2,5%

## 27 - Adiantamentos de clientes

Adiantamentos de clientes	Correntes	
	31-Dez-13	31-Dez-12
Adiantamentos de clientes	1 722	1 151

Os Adiantamentos efetuados por clientes são de 1 722 milhares de euros (31DEZ12: 1 148 milhares de euros), corresponde na sua maioria ao Grupo TAP com 1 358 milhares de euros (31DEZ12: 1 047 milhares de euros).

## 28 - Fornecedores

Fornecedores	31-Dez-13	31-Dez-12
Fornecedores c/c	167 876	161 737
Fornecedores - facturas em recepção e conferência	13 515	10 285
Outros	2 664	-
	<b>184 055</b>	<b>172 022</b>

O montante em dívida a Fornecedores c/c resulta sobretudo de valores a pagar: (i) pelo Grupo TAP com 107 135 milhares de euros (31DEZ12: 99 922 milhares de euros); (ii) pelo Grupo AdP com 38 849 milhares de euros (31DEZ12: 50 602 milhares de euros); (iii) pela PARPÚBLICA com 11 661 milhares de euros (31DEZ12: 492 milhares de euros); (iv) pela INCM com 4 878 milhares de euros (31DEZ12: 4 869 milhares de euros); (v) pelo Grupo Sagestamo com 2 440 milhares de euros (31DEZ12: 1 207 milhares de euros); e (vi) pela Baía do Tejo com 1 434 milhares de euros (31DEZ12: 1 271 milhares de euros) no desenvolvimento da sua atividade operacional.

## 29 – Outras contas a pagar

Outras contas a pagar	31-Dez-13		31-Dez-12	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Adiantamentos por conta de vendas	39 264	-	53 309	-
Fornecedores de imobilizado	42 045	32 916	59 376	32 290
Entidades participantes e participadas	953	-	2 163	-
Pessoal	17 572	-	12 173	-
Documentos pendentes de voo	364 507	-	278 658	-
Acréscimos de gastos	248 907	-	275 291	-
Fornecedores de investimentos financeiros	-	481 456	481 456	-
Outros	167 129	104 150	154 643	118 291
	<b>880 377</b>	<b>618 523</b>	<b>1 317 069</b>	<b>150 581</b>

Os Adiantamentos por conta de vendas relacionam-se essencialmente com a venda de propriedades pelo Grupo Sagestamo, incluindo 26 milhões de euros (o mesmo montante em 31DEZ12) referente ao Imóvel do Pavilhão do Conhecimento.

As dívidas a Fornecedores de imobilizado advêm essencialmente do Grupo AdP com 35 835 milhares de euros em passivo corrente (31DEZ12: 55 730 milhares de euros) e 32 916 milhares de euros em passivo não corrente (31DEZ12: 32 290 milhares de euros).

O valor registado em documentos pendentes de voo, que provém da subsidiária TAP, corresponde ao valor de venda do transporte de passageiros e carga, que no momento de venda é registado como um passivo na rubrica “documentos pendentes de voo”. Durante os exercícios de 2013 e 2012, com base nas análises parciais e periódicas que são efetuadas a esta rubrica, resultaram ajustamentos às receitas de transporte de passageiros e de carga, respetivamente, nos montantes de 90 678 milhares de euros (4,4% da receita voada) e 85 871 milhares de euros (4,4% da receita voada), que foram reconhecidos na rubrica “Vendas e serviços prestados”.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a responsabilidade do Grupo TAP, relativamente a bilhetes emitidos e não utilizados, registada na rubrica “Documentos pendentes de voo”, era a seguinte:

	<b>31-Dez-2013</b>	<b>31-Dez-2012</b>
Passageiros	364 387	278 126
Carga	120	532
	<b>364 507</b>	<b>278 658</b>

A rubrica de Acréscimos de gastos – passivo corrente – inclui:

- 205 761 milhares de euros do Grupo TAP (31DEZ12: 219 978 milhares de euros) refere-se essencialmente a remunerações (61 232 milhares de euros), reservas de manutenção (45 686 milhares de euros), taxas de navegação aérea (12 442 milhares de euros), combustíveis de avião (11 578 milhares de euros) e encargos especiais da atividade de venda (11 449 milhares de euros);
- 34 992 milhares de euros referentes ao Grupo AdP (31DEZ12: 47 092 milhares de euros) respeitantes a acréscimos de juros, eletricidade, seguros, etc.
- 2 802 milhares de euros da INCM (31DEZ12: 3 009 milhares de euros); e
- 2 458 milhares de euros do Grupo Sagestamo (31DEZ12: 2 479 milhares de euros).

A rubrica Outros – passivo corrente inclui, essencialmente:

- 57 087 milhares de euros (31DEZ12: 59 379 milhares de euros) respeitantes a taxas e impostos do Grupo TAP;
- 71 764 milhares de euros (31DEZ12: 76 021 milhares de euros) respeitantes tarifas de saneamento, integração de património dos municípios e diferimentos do Grupo AdP;
- 14 379 milhares de euros (31DEZ12: 16 491 milhares de euros) referentes ao Grupo Sagestamo.

A rubrica Outros – passivo não corrente-, inclui essencialmente:

- 96 364 milhares de euros (31DEZ12: 111 084 milhares de euros) relativos ao Grupo AdP, respeitando a dívidas aos municípios pela integração do património nos sistemas Multimunicipais;
- 4 805 milhares de euros (o mesmo montante em 31DEZ12) correspondentes à dívida líquida do Grupo Baía do Tejo à Direção Geral do Tesouro; e
- 1 546 milhares de euros (31DEZ12: 2 380 milhares de euros) do Grupo TAP, resultantes do justo valor dos instrumentos financeiros derivados, nomeadamente *swaps* de taxa de juro.

O montante de 481 456 milhares de euros em passivo não corrente (o mesmo valor em 31DEZ12 no passivo corrente) é proveniente da PARPÚBLICA e respeita à parte em dívida por aquisições de ações em reforço de posições em associadas, tendo em vista a reprivatização.

### 30 – Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros	31-Dez-13		31-Dez-12	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
<i>Swaps</i>	-	125 869	-	59 680

A quantia registada em Outros passivos financeiros – passivo não corrente – inclui:

- 110 122 milhares de euros da PARPÚBLICA de *swaps* associados ao empréstimo bancário de 599 238 milhares de euros (vide nota 25). O valor inicial destes *swaps* foi de 133 648 milhares de euros, sendo o seu justo valor (*mark-to-market*) a 31 de dezembro de 2013 de 110 122 milhares de euros; e
- 15 747 milhares de euros relativos aos *swaps* de taxa de juro e de taxa de câmbio do Grupo AdP, não integrados na contabilidade de cobertura mensurados pelo justo valor à data de balanço, com base em valorizações indicadas por entidades independentes. Estes *swaps* estão associados a um montante nocional global de 395 milhões de euros.

### 31 - Vendas e serviços prestados

Rébito das vendas e dos serviços prestados	2013	2012
Vendas		
Mercado interno	584 186	544 805
Mercado externo	180 236	154 423
	<b>764 422</b>	<b>699 228</b>
Prestações de serviços		
Mercado interno	1 087 984	993 119
Das quais: rendas de propriedade de investimento	64 375	62 266
Mercado externo	2 370 059	2 293 095
	<b>3 458 043</b>	<b>3 286 215</b>
<b>Total</b>	<b>4 222 465</b>	<b>3 985 442</b>

Pelo relato por segmentos de negócio apresentado na nota 1, as Transporte Aéreo e Atividades Relacionadas evidenciam-se como o segmento mais significativo contribuindo com cerca de 2 857 milhões de euros (2012: 2 991 milhões de euros), correspondentes a 68% (2012: 75%) do total de Vendas e prestações de serviços. Do total deste segmento cerca de 188 milhões de euros respeitam a vendas e prestações de serviços do Grupo ANA até 30 de junho de 2013, cuja privatização total foi concluída em 22 de outubro de 2013 (vide nota 2e). O segundo segmento mais significativo é o de Águas e Resíduos contribuindo com cerca de 809 milhões de euros (2012: 799 milhões de euros), correspondentes a 19% (2012: 20%) do total de Vendas e prestações de serviços. Outro segmento significativo é o dos Serviços Postais que contribui com cerca de 343 milhões de euros (corresponde a Vendas e prestações de serviços gerados até 30jun13, tal como referido na nota 2e), correspondentes a 8% do total de Vendas e prestações de serviços. A participação no segmento de Serviços Postais, alienada em 70% em 5 de dezembro de 2013, está incluída num grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5 (vide nota 53).

### 32 - Subsídios à exploração

Subsídios à exploração	2013	2012
Relacionados com ativos biológicos	1 823	1 935
Outros	3 686	6 861
<b>Total</b>	<b>5 509</b>	<b>8 795</b>

Os subsídios à exploração relacionados com ativos biológicos dizem respeito à atividade operacional da Companhia das Lezírias.

A rubrica de Outros diz respeito aos Subsídios à exploração provenientes, essencialmente, do Grupo TAP – 3 679 milhares de euros (2012: 3 753 milhares de euros) de subsídios do Estado relativamente à comparticipação no preço de venda do bilhete para passageiros com destino ou origem na Região Autónoma dos Açores, quando os passageiros se enquadrem no regime legal aplicável. O montante reconhecido, em cada exercício, corresponde, à estimativa do Grupo TAP, do valor a receber, por bilhetes voados no próprio exercício, por passageiros abrangidos pelo benefício.

### 33 - Ganhos e perdas imputados de associadas

Ganhos/perdas imputados de associadas	2013	2012
<b><u>Ganhos pela aplicação do método de equivalência patrimonial</u></b>		
ECODETRA	-	6
Parcaixa, SGPS, SA	7 446	-
CVP	-	-
INAPA - Invest. Part. E Gestão, SA	306	-
SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.	706	4 110
ORIVÁRZEA, S.A.	179	123
Multicert - Serviços de Certificação Electrónica	-	83
<b>Subtotal</b>	<b>8 637</b>	<b>4 322</b>
<b><u>Perdas pela aplicação do método de equivalência patrimonial</u></b>		
INAPA - Invest. Part. E Gestão, SA	-	1 451
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A.	88	736
Credip - Instituição Financeira de Crédito	-	20
ISOTAL - Imobiliário do Sotavento Algarvio, S.A.	-	2
Parcaixa, SGPS, SA	-	38 046
Multicert - Serviços de Certificação Electrónica	215	-
Propnery - Propriedade e Equipamentos, SA	105	-
<b>Subtotal</b>	<b>408</b>	<b>40 255</b>
<b>TOTAL</b>	<b>8 229</b>	<b>(35 933)</b>

### 34 – Dividendos de participações ao custo e ao justo valor

Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	2013	2012
EDP - Energias de Portugal, SA	-	172 448
REN	8 988	45 034
GALP	15 360	18 585
HCB	-	4 044
PT - Portugal Telecom, SA	260	521
ZON Multimédia	14	18
Futuro SGFP	14	11
Lisnave	119	0
IHRV (ex-INH)	39	68
	<b>24 794</b>	<b>240 730</b>

As participações na EDP (21,35%), na REN (40%) e na HCB (15%) foram alienadas em 2012, pelo que a PARPÚBLICA deixou de receber dividendos destas participações. Em 2013 foram ainda recebidos dividendos da REN relativos à participação que 9,9% detida pela PARPÚBLICA.

### 35 – Ganhos/Perdas em alienações de participações

Ganhos/ perdas em alienações de participações	2013	2012
ANA	714 081	-
CTT	(36 565)	-
EDP	5 725	498 657
REN	-	74 113
HCB		191
	<b>683 241</b>	<b>572 961</b>

As mais-valias ocorridas em 2013 decorreram da alienação de 100% do Grupo ANA e de 4,14% da EDP, as quais foram alienadas por 1 127 073 milhares de euros e por 356 065 milhares de euros respetivamente, não contando com os dividendos recebidos pela PARPÚBLICA.

Ganhos/ perdas em alienações de participações	2013	2012
<b>ANA</b>		
Receita de venda	1 127 073	
Valorização da empresa pelo justo valor da perda de controlo (inclui despesas de venda)	412 992	-
Valor do ganho/ perda na alienação	714 081	
<b>CTT</b>		
Receita de venda	579 022	
Valorização da empresa pelo justo valor da perda de controlo (inclui despesas de venda)	615 587	
Valor do ganho/ perda na alienação	(36 565)	
<b>EDP</b>		
Receita de venda	356 065	2 548 769
Valorização da empresa pelo justo valor da perda de controlo (inclui despesas de venda)	350 340	2 050 112
Valor do ganho/ perda na alienação	5 725	498 657
<b>REN</b>		
Receita de venda		556 108
Valorização da empresa pelo justo valor da perda de controlo (inclui despesas de venda)	-	481 995
Valor do ganho/ perda na alienação		74 113
<b>HCB</b>		
Receita de venda		71 238
Valorização da empresa pelo justo valor da perda de controlo (inclui despesas de venda)	-	71 047
Valor do ganho/ perda na alienação		191

### 36 - Variação nos inventários da produção

Variação nos inventários da produção (variação da produção)	2013			2012		
	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e	Produtos e trabalhos em curso
Inventários iniciais <sup>1</sup>	(10 227)	(3 400)	(28 139)	(10 006)	(2 342)	(803)
Regularização de inventários <sup>1</sup>	(1 341)	0	(691)	(4 289)	0	(10 538)
Transferência de/para Detidos para venda			-			(23 431)
Existências finais <sup>1</sup>	10 218	2 040	22 138	10 227	3 400	28 139
<b>Variação da produção</b>	<b>(1 351)</b>	<b>(1 360)</b>	<b>(6 692)</b>	<b>(4 068)</b>	<b>1 059</b>	<b>(6 633)</b>
			<b>(9 403)</b>			<b>(9 643)</b>

<sup>1</sup> para efeitos de demonstração da variação dos inventários da produção inclui-se os inventários e suas variações relativas às entidades detidas para venda

### 37 - Trabalhos para a própria entidade

Trabalhos para a própria entidade	2013	2012
<b>Ativo não corrente</b>		
Ativos Intangíveis	146	-
Ativos fixos tangíveis	977	1 309
Propriedades de investimento	-	6
Outros ativos não correntes	15 414	24 438
	16 537	25 753
<b>Ativo corrente</b>		
Inventários	1 593	1 144
	1 593	1 144
<b>TOTAL</b>	<b>18 130</b>	<b>26 897</b>

Os Trabalhos para a própria entidade, relativos aos Ativos fixos tangíveis, incluem essencialmente a capitalização de gastos diretos relacionados com as áreas técnicas envolvidas na construção dos ativos do Grupo ANA, no montante de 877 milhares de euros (2012: 1 252 milhares de euros), assim decompostos:

- Outros gastos – 761 milhares de euros (2012: 1 008 milhares de euros);
- Fornecimentos e serviços externos – 111 milhares de euros (2012: 236 milhares de euros); e
- Mercadorias vendidas e matérias consumidas – 5 milhares de euros (2012: 7 milhares de euros).

Os Trabalhos para a própria entidade relativos aos Outros ativos não correntes, no montante de 15 414 milhares de euros (2012: 24 438 milhares de euros) respeitam à capitalização de gastos incorporados na formação do custo dos direitos de utilização de infraestruturas do Grupo AdP, assim decompostos:

- Gastos com o pessoal – 5 245 milhares de euros (2012: 6 235 milhares de euros);
- Fornecimentos e serviços externos – 3 789 milhares de euros (2012: 4 353 milhares de euros);
- Gastos financeiros – 6 315 milhares de euros (2012: 13 721 milhares de euros); e
- Outros gastos e ganhos capitalizados – 65 milhares de euros (2012: 129 milhares de euros).

Os Trabalhos para a própria entidade relativos a Inventários, no montante de 1 593 milhares de euros, dizem respeito a Gastos com o pessoal e Outros gastos incluídos no custo de aquisição / produção de inventários do Grupo TAP (2012: 1 144 milhares de euros).

### 38 - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC)	2013		2012	
	Merca dorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Merca dorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Inventários iniciais	907 554	170 325	836 542	26 845
Compras	180 964	163 114	214 877	152 413
Regularização de existências	(97 747)	(12 534)	(12 589)	(16 772)
Transferência de/para Detidos para venda	-	-	12 950	163 816
Inventários finais	(832 172)	(163 226)	(907 554)	(170 325)
<b>Inventários consumidos e vendidos</b>	<b>158 599</b>	<b>157 680</b>	<b>144 225</b>	<b>155 976</b>
		<b>316 279</b>		<b>300 201</b>

O Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas em 2013, no montante de 316 279 milhares de euros (2012: 300 201 milhares de euros), inclui, essencialmente:

- 214 811 milhares de euros (2012: 205 028 milhares de euros), maioritariamente relacionados com material técnico para utilização na reparação de aeronaves do Grupo TAP;
- 41 324 milhares de euros (2012: 35 842 milhares de euros) de imóveis do Grupo Sagestamo;
- 31 982 milhares de euros (2012: 33 223 milhares de euros) relativos a reagentes e contadores do Grupo AdP;
- 15 957 milhares de euros (2012: 20 747 milhares de euros) de moedas e outros bens relativos à INCM; e
- 7 760 milhares de euros de relativos à atividade operacional do Grupo CTT gerada até 30jun13, tal como referido na nota 2e.

Os movimentos de Regularização de existências de Mercadorias e de Matérias-primas, subsidiárias e de consumo, respeitam globalmente ao Grupo Sagestamo (96 429 milhares de euros de ajustamentos negativos em 2013), essencialmente decorrente da reclassificação de imóveis de Inventários para Propriedades de Investimento (vide nota 6), e ao Grupo TAP (13 582 milhares de euros de ajustamentos negativos em 2013).

### 39 - Fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos	2013	2012
Combustíveis	786 471	823 036
Outros materiais e serviços consumidos	335 100	324 113
Assistência por terceiros nos aeroportos	157 174	151 764
Trabalhos especializados	154 256	143 522
Taxas de navegação aérea	136 296	133 758
Conservação e reparação de equipamento de voo	79 622	93 022
Conservação e reparação de outros ativos	57 287	66 089
Subcontratos	61 592	65 349
Locação operacional de aviões	51 984	54 247
Comissões	41 217	47 746
Despesas a bordo	45 353	45 821
Encargos especiais da atividade de venda - atividade de transporte aéreo	38 238	36 955
Rendas e alugueres	70 691	31 582
Taxas de aterragem	45 492	29 796
Vigilância e segurança	19 599	28 281
Alojamento e alimentação nas escalas	21 161	21 610
Seguros	17 343	18 584
Honorários	6 923	9 960
	<b>2 125 799</b>	<b>2 125 235</b>

O segmento de atividade que mais contribuiu para esta rubrica da demonstração dos resultados foi o sector de Transporte Aéreo e Atividades Relacionadas, representando 82% (88% em 2012) dos gastos incorridos. Do total deste segmento cerca de 78 589 milhões de euros respeitam a fornecimentos e serviços externos do Grupo ANA até 30 de junho de 2013, cuja privatização total foi concluída em 22 de outubro de 2013 (vide nota 2e).

Os Combustíveis são o gasto mais representativo, 37% do total de Fornecimentos e serviços externos.

Os Outros materiais e serviços consumidos advêm essencialmente do Grupo TAP com 121 356 milhares de euros (2012: 120 857 milhares de euros), do Grupo AdP com 96 546 milhares de euros (2012: 97 890 milhares de euros) e do Grupo ANA com 42 818 milhares de euros (2012: 93 198 milhares de euros).

### 40 - Gastos com o pessoal

Gastos com o pessoal	2013	2012
Remunerações	706 253	597 515
Encargos sociais	146 358	124 486
Outros gastos com o pessoal	72 643	74 736
Gastos com benefícios de reforma	8 656	7 113
	<b>933 911</b>	<b>803 850</b>

As retribuições pagas aos membros dos órgãos sociais da PARPÚBLICA e das suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2013, foram:

Mesa da Assembleia Geral:	20,81 milhares de euros
Conselho de Administração:	5 238,40 milhares de euros
Revisor Oficial de Contas:	394,01 milhares de euros

Os outros gastos com o pessoal advêm essencialmente do Grupo TAP (42 006 milhares de euros), assim decompostos:

- Seguros – 16 801 milhares de euros (2012: 12 492 milhares de euros);
- Gastos de ação social – 11 127 milhares de euros (2012: 11 547 milhares de euros);
- Outros gastos com o pessoal – 9 092 milhares de euros (2012: 8 809 milhares de euros);
- Comparticipações de refeições – 4 851 milhares de euros (2012: 4 746 milhares de euros);
- Seguros de acidentes de trabalho – 135 milhares de euros (2012: 4 013 milhares de euros).

Por força do estipulado em acordos de empresa, o Grupo PARPÚBLICA mantém um conjunto de obrigações de benefícios definidos para com os seus empregados, que são tratadas nos termos previstos na IAS 19.

Gastos com benefícios de reforma	2013	2012
Custo do serviço corrente	5 530	3 482
Custo de juros	10 385	4 109
Custo do serviço passado	(1 074)	(1 039)
Outros	(6 185)	561
<b>TOTAL</b>	<b>8 656</b>	<b>7 113</b>

Os Gastos com benefícios de reforma advêm essencialmente do Grupo TAP com 7 107 milhares de euros. O movimento ocorrido no ano relativamente aos passivos de benefícios definidos, bem como os principais pressupostos atuariais utilizados na elaboração dos estudos, são apresentados na nota 26.

#### 41 - Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)

Ajustamentos em inventários	2013		2012	
	Perdas em inventários	Reversão de ajustamentos em inventários	Perdas em inventários	Reversão de ajustamentos em inventários
Mercadorias	26 380	4 298	50 584	5 525
Produtos acabados e intermédios	405	80	701	154
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	1	-	2
Produtos e trabalhos em curso	58	-	23	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	6 010	37	2 401	337
Adiantamentos por conta de compras	1 827	-	6 517	3 357
	<b>34 680</b>	<b>4 417</b>	<b>60 226</b>	<b>9 374</b>
		<b>(30 264)</b>		<b>(50 852)</b>

As quantias registadas na rubrica de Inventários (vide nota 19) encontram-se líquidas das perdas de imparidade acumuladas.

As perdas e reversões de ajustamentos em inventários de mercadorias referem-se aos imóveis do Grupo Sagestamo.

As perdas e reversões dos ajustamentos em inventários são registadas em função do valor realizável líquido estimado no final de cada período.

As perdas e reversões de ajustamentos em inventários de Matérias-primas, subsidiárias e de consumo referem-se essencialmente ao Grupo TAP relativamente a material técnico para utilização na reparação de aeronaves próprias e nas obras realizadas para outras companhias de aviação.

#### 42 - Imparidade de dívidas a receber

Imparidade de dívidas a receber	2013		2012	
	Ajustamentos em contas a receber	Reversão de ajustamentos em contas a receber	Ajustamentos em contas a receber	Reversão de ajustamentos em contas a receber
Cientes	9 895	6 691	7 382	2 057
Contas a receber - não corrente	-	-	3 553	9 226
Outras contas a receber - correntes	1 456	227	3 768	3 832
Outros ativos e passivos financeiros	-	39	268	0
	<b>11 351</b>	<b>6 957</b>	<b>14 971</b>	<b>15 115</b>
		<b>(4 394)</b>		<b>144</b>

As quantias registadas nas rubricas de Clientes e de Outras contas a receber (vide notas 14 e 17) encontram-se líquidas das perdas de imparidade acumuladas.

O reforço efetuado em Ajustamentos em contas a receber resulta essencialmente de: (i) 4 066 milhares efetuados pelo Grupo TAP; (ii) 2 557 milhares de euros efetuados pelo Grupo AdP; (iii) 2 089 milhares de euros efetuados pelo Grupo CTT; e (iv) 1 748 milhares de euros efetuados pelo Grupo ANA. Os ajustamentos efetuados pelo Grupo CTT e pelo Grupo ANA correspondem a movimentos gerados até 30jun13, tal como referido na nota 2e).

A Reversão de ajustamentos em contas a receber em 2013 respeita, essencialmente, a: (i) 3 700 milhares de euros do Grupo TAP; (ii) 2 215 milhares de euros do Grupo AdP; e (iii) 398 milhares de euros da INCM.

#### 43 - Provisões

Provisões (gastos / reversões)	2013	2012
Provisão para processos judiciais em curso	2 654	4 034
Impostos	82	65
Outras provisões	(3 118)	1 822
	<b>(382)</b>	<b>5 920</b>

As principais variações encontram-se discriminadas na nota 24, destacando-se os montantes mais significativos no Grupo TAP e no Grupo CTT, resultantes de Processos judiciais em curso e outras provisões.

Os ajustamentos efetuados pelo Grupo CTT correspondem aos movimentos gerados até 30jun13, tal como referido na nota 2e)

#### 44 - Imparidade de investimentos

##### Não depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)

Imparidade de investimentos não depreciables	2013		2012	
	Perdas por imparidade	Reversão das perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Reversão das perdas por imparidade
<b>Ativos fixos não depreciables</b>				
Terrenos e recursos naturais	1 065	4 930	-	-
Activos detidos para venda	68	-	-	-
Outros ativos financeiros				
INAPA - Invest. Part. E Gestão, SA	-	5 018	-	499
CVP	-	-	3 643	-
Ativos em curso da CE	386	-	-	-
IHRU	-	-	11 468	-
Ecodetra	109	-	-	-
NAER	-	-	-	9 252
Obrigações	-	5 000	-	-
Outros	-	-	19	-
Trevo Oeste	-	-	25	-
	1 628	14 948	15 155	9 751
		13 320		(5 404)

A reversão das perdas por imparidade relativas a terrenos e recursos naturais correspondem essencialmente à reversão efetuada pela CE relativamente à avaliação da quantia recuperável dos terrenos e edifícios do Circuito do Estoril (vide nota 5).

As perdas por imparidade em terrenos e recursos naturais respeitam à COMPANHIA DAS LEZÍRIAS.

A reversão da perda por imparidade referente à INAPA foi apurada após a aplicação do método de equivalência patrimonial nessa associada. Assim, o montante revertido de 5 018 milhares de euros referente à INAPA (2012: 499 milhares de euros de perdas por imparidade revertidas), corresponde à diferença entre a quantia escriturada após a aplicação do método de equivalência patrimonial e o justo valor (dado pela cotação das ações da INAPA), à data de 31 de dezembro de 2013, menos os custos estimados de vender (considerados imateriais).

A reversão da perda por imparidade no valor de 5 000 milhares de euros refere-se a obrigações do tesouro detidas pela INCM.

Depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)

Imparidade de investimentos depreciáveis	2013		2012	
	Perdas por imparidade	Reversão das perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Reversão das perdas por imparidade
<b>Ativos fixos tangíveis depreciáveis</b>				
Terrenos e recursos naturais	71	289	282	300
Edifícios e outras construções	7 437	-	138	-
Equipamento básico	-	-	1 541	-
Outras imobilizações corpóreas	-	2 470	660	-
	7 508	2 759	2 621	300
		(4 749)		(2 321)

As perdas por imparidade relativas a edifícios e outras construções, incluem:

- 6 406 milhares de euros relativos à avaliação da quantia recuperável dos terrenos e edifícios do Circuito do Estoril (vide nota 5); e
- 1 031 milhares de euros de perdas por imparidade registadas no primeiro semestre de 2013 (vide nota 2e)) pelo Grupo CTT.

A reversão das perdas por imparidade de outras imobilizações corpóreas, provenientes na sua totalidade da SAGESECUR, foram apuradas com base no teste de imparidade ao material circulante da empresa (vide nota 5).

**45 - Aumentos / reduções de justo valor**

Aumentos / reduções de justo valor	2013	2012
<b>Ajustamentos positivos</b>		
Propriedades de investimento	27 489	8 072
Ativos biológicos	5 897	4 728
Ganhos de participações valorizadas ao justo valor através de resultados e outros	204 234	34 418
Ganhos de outros investimentos financeiros	13 707	-
	251 328	47 218
<b>Ajustamentos negativos</b>		
Propriedades de investimento	18 997	12 729
Activos biológicos	1 962	3 106
Perdas de participações valorizadas ao justo valor através de resultados e outros	111 658	183 465
Perdas de Activos financeiros Disponíveis para Venda	-	-
Perdas de outros investimentos financeiros	160	-
Outros	-	14 694
	132 777	213 994
	118 551	(166 776)

Os ajustamentos positivos e negativos de justo valor em propriedades de investimento respeitam às seguintes entidades (valores líquidos):

- Companhia das Lezírias – 9 978 milhares de euros positivos;
- Grupo Sagestamo – 6 784 milhares de euros positivos;

- Baía do Tejo – 3 854 milhares de euros negativos;
- Fundo IIF Estamo – 2 886 milhares de euros negativos; e
- Lazer e Floresta – 1 808 milhares de euros negativos.

Os métodos utilizados para a determinação do justo valor encontram-se discriminados na nota 6 - Propriedades de Investimento.

Os ajustamentos positivos e negativos de justo valor em ativos biológicos respeitam a (valores líquidos):

- Companhia das Lezírias - 2 928 milhares de euros positivos; e
- Lazer e Floresta – 1 007 milhares de euros positivos.

Os métodos utilizados para a determinação do justo valor encontram-se discriminados na nota 9 – ativos Biológicos.

Em 2013, os Ganhos/perdas de outras participações valorizadas ao justo valor através de resultados (valores líquidos) decorrem da PARPÚBLICA no montante de 92 576 milhares de euros positivos (2012: 150 658 milhares de euros negativos).

	2013		2012	
	Ganhos	Perdas	Ganhos	Perdas
Opções e activos subjacentes				
Obrigações devidas em 2014				
Opção				
Acções da EDP				15 303
Obrigações devidas em 2017				
Opção	101 143			114 249
Acções da Galp	8 939		22 070	
Acções REN	9 411			
Swaps		1 064	7 491	
Swap ELOS		110 122		
Emprestimo ELOS	84 467			
Acções remanescentes da reprivatização da REN				
Mensuração pelo justo valor pela perda de influência significativa				53 352
Mensuração subsequente			3 172	
Outras Acções cotadas (a)	274	473	73	561
	204 234	111 658	32 807	183 465
Ganhos/Perdas líquidos	<b>92 576</b>		<b>-150 658</b>	

(a) Participações sociais em outras empresas que não se qualificam como subsidiárias ou associadas

O justo valor das ações é fundamentado na cotação na NYSE Euronext e o justo valor dos derivados é baseado no mark-to-market determinado por entidades financeiras internacionais.

Os outros aumentos de justo valor incluem também o montante de 13 681 milhares de euros, correspondem à variação ocorrida nos *swaps* detidos pelo Grupo AdP.

#### 46 - Outros rendimentos e ganhos

Outros rendimentos e ganhos operacionais	2013	2012
Rendimentos suplementares	57 464	65 456
Ganhos em existências	2 733	988
Ganhos em imobilizações	2 862	12 598
Outros rendimentos e ganhos de propriedades de investimento	2 505	2 511
Desc de pronto pagamento obtidos	332	366
Outros juros obtidos	54 928	51 755
Outros rendimentos e ganhos financeiros	11 110	20 940
Diferenças de câmbio favoráveis	1 757	86
<b>Total</b>	<b>133 691</b>	<b>154 699</b>

Os Rendimentos suplementares advêm, maioritariamente, do segmento de Transporte Aéreo e Atividades Relacionadas e referem-se, entre outros, à venda de milhas do programa TAP Victoria a parceiros de 19 239 milhares de euros (2012: 20 159 milhares de euros), rendimentos com publicidade de 9 758 milhares de euros (2012: 9 508 milhares de euros), a vendas de material de armazém recuperado de 8 893 milhares de euros (2012: 8 972 milhares de euros), rendas e sublocações de 1 912 milhares de euros (2012: 1 905 milhares de euros). Incluem ainda 5 977 milhares de euros referentes ao Grupo AdP (2012: 7 365 milhares de euros) e 2 795 milhares de euros relativos ao Grupo ANA (2012: 5 638 milhares de euros).

Os outros rendimentos e ganhos do Grupo CTT (10 997 milhares de euros) e do Grupo ANA (4 067 milhares de euros) correspondem a rendimentos gerados até 30jun13, tal como referido na nota 2e.

Os juros obtidos, no montante de 54 928 milhares de euros (2012: 51 755 milhares de euros) incluem essencialmente:

- 42 769 milhares de euros do Grupo AdP (2012: 41 784 milhares de euros);
- 6 210 milhares de euros do Grupo CTT (correspondem a rendimentos gerados até 30jun13); e
- 4 377 milhares de euros da PARPÚBLICA (2012: 1 341 milhares de euros).

A rubrica de outros rendimentos e ganhos financeiros, no montante de 11 110 milhares de euros é composta maioritariamente pelo Grupo AdP no montante de 4 156 milhares de euros (2012: 9 918 milhares de euros), pelo Grupo CTT com 1 550 milhares de euros (correspondem a rendimentos gerados até 30jun13), pelo Grupo Sagestamo em 1 228 milhares de euros (2012: 1 612 milhares de euros) e pelo Grupo TAP em 1 171 milhares de euros (2012: 1 178 milhares de euros).

#### 47 - Outros gastos e perdas

Outros gastos e perdas operacionais	2013	2012
Impostos	28 608	25 174
Perdas em imobilizações	2 716	3 804
Perdas em existências	1 864	6 533
Multas e penalidades	585	1 038
Diferenças de câmbio desfavoráveis	39 134	20 956
Gastos e perdas de serviços financeiros	6 055	5 276
Outros	29 346	39 086
	<b>108 307</b>	<b>101 867</b>

A rubrica de Impostos inclui, essencialmente, 10 573 milhares de euros do Grupo TAP (2012: 6 966 milhares de euros), 10 465 milhares de euros do Grupo AdP (2012: 10 081 milhares de euros), e 4 581 milhares de euros da INCM (2012: 4 848 milhares de euros).

As Perdas em imobilizações referem-se essencialmente ao Grupo ANA, com um total de perdas de 1 068 milhares de euros (2012: 150 milhares de euros) e ao Grupo TAP, com um total de perdas de 1 058 milhares de euros (2012: 1 650 milhares de euros).

Relativamente às Perdas em existências, estas referem-se na sua maioria ao Grupo TAP com um montante de 1 256 milhares de euros (2012: 5 838 milhares de euros).

As Diferenças de câmbio desfavoráveis são provenientes na sua quase totalidade do Grupo TAP.

Os Gastos e perdas de serviços financeiros respeitam essencialmente ao Grupo TAP, 4 306 milhares de euros (2012: 4 200 milhares de euros).

A rubrica de Outros inclui, essencialmente:

- 8 409 milhares de euros (2012: 3 051 milhares de euros) do Grupo TAP, relativos essencialmente a indemnizações por ação judicial;
- 7 395 milhares de euros (2012: 19 386 milhares de euros) do Grupo ANA, dos quais 7,1 milhões de euros (2012: 12,2 milhões de euros) dizem respeito a incentivos a companhias aéreas e que têm como objetivo a captação de tráfego, designadamente, formação de novas rotas e/ou frequências e a otimização da capacidade oferecida nos aeroportos do Grupo ANA. Os gastos e perdas do Grupo ANA correspondem a montantes gerados até 30jun13 (vide nota 2e);
- 4 595 milhares de euros (correspondem a gastos e perdas gerados até 30jun13) do Grupo CTT que contém diferenças de câmbio desfavoráveis de ativos e passivos diferentes de financiamento, quotizações, donativos, impostos, serviços bancários, dívidas incobráveis, juros de mora, perdas em inventários, gastos e perdas em investimentos não financeiros e outros gastos e perdas.
- 3 376 milhares de euros (2012: 7 893 milhares de euros) da Estamo;
- 2 417 milhares de euros (2012: 3 153 milhares de euros) do Grupo AdP;
- 1 121 milhares de euros (2012: 2 531 milhares de euros) referentes à INCM.

#### 48 - Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Gastos/reversões de depreciação e de amortização	2013	2012
<b>Ativos fixos tangíveis</b>		
Terrenos e recursos naturais	175	188
Edifícios e outras construções	30 082	46 191
Equipamento básico	129 404	164 702
Equipamento de transporte	1 022	2 843
Ferramentas e utensílios	1 866	2 240
Equipamento administrativo	5 895	7 320
Outras imobilizações corpóreas	8 137	7 135
	<b>176 581</b>	<b>230 619</b>
<b>Outros ativos intangíveis</b>		
Gerados internamente		
Com vida útil finita	1 806	-
Outros ativos fixos intangíveis		
Com vida útil indefinida	-	644
Com vida útil finita	243 362	218 341
	<b>245 169</b>	<b>218 985</b>
<b>Propriedades de investimento (método do custo)</b>	<b>96</b>	<b>96</b>
<b>Ativos biológicos (método do custo)</b>	<b>62</b>	<b>62</b>
<b>Total</b>	<b>421 907</b>	<b>449 761</b>

#### 49 – Subsídios ao investimento

Os Subsídios ao investimento no montante de 86 576 milhares de euros (2012: 71 739 milhares de euros) correspondem essencialmente ao Grupo AdP (2012: 67 641 milhares de euros).

#### 50 - Juros e rendimentos e gastos similares obtidos / suportados

Juros e outros rendimentos e gastos de financiamento	2013	2012
<b>Rendimentos e ganhos</b>		
Outros juros	6 554	4 329
Diferenças de câmbio favoráveis	3 247	2 363
Outros rendimentos e ganhos financeiros	727	3 824
	<b>10 528</b>	<b>10 516</b>
<b>Gastos e perdas</b>		
Juros suportados	405 531	441 313
Diferenças de câmbio desfavoráveis	33	0
Outros gastos e perdas financeiros	32 278	19 982
	<b>437 841</b>	<b>461 295</b>

Os Juros suportados de financiamentos no montante de 405 531 milhares de euros (2012: 441 313 milhares de euros) incluem:

- 215 139 milhares de euros da PARPÚBLICA (2012: 252 350 milhares de euros) referentes a juros dos instrumentos de dívida emitidos (obrigações, papel comercial) e de contratos de mútuos;
- 113 770 milhares de euros do Grupo AdP (2012: 113 753 milhares de euros);
- 42 995 milhares de euros do Grupo TAP (2012: 55 061 milhares de euros); e

- 27 864 milhares de euros do Grupo ANA (2012: 15 911 milhares de euros).

Os Outros gastos e perdas financeiros, no montante de 32 278 milhares de euros (2012: 19 982 milhares de euros), referem-se a:

- 20 131 milhares de euros da PARPÚBLICA (2012: 8 134 milhares de euros), dos quais 11 774 milhares de euros se referem a gastos/pagamentos efetivos nos contratos de *swaps* de taxa de juro e 8 357 milhares de euros se referem a comissões nos financiamentos;
- 8 206 milhares de euros do Grupo ANA (2012: 2 517 milhares de euros); e
- 3 663 milhares de euros ao Grupo TAP (2012: 2 100 milhares de euros).

Os rendimentos e ganhos com outros juros e outros rendimentos e ganhos financeiros advêm na sua quase totalidade do Grupo Sagemstamo, no montante de 3 068 milhares de euros, e do Grupo TAP, montante 2 908 milhares de euros (2012: 3 333 milhares de euros).

#### 51 - Imposto sobre o rendimento do período

Impostos sobre o rendimento (DR)	2013	2012
Gasto/rendimento por impostos correntes	101 408	90 110
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores	(1 627)	(620)
Gasto/rendimento relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias	(20 042)	(37 806)
Benefícios provenientes de diferença temporária de um período anterior que seja usada para reduzir gasto de impostos correntes	(7 258)	558
Gasto provenientes de redução ou reversão de um ativo por impostos diferidos	5 363	1 291
Outros	(121)	14
<b>TOTAL</b>	<b>77 723</b>	<b>53 547</b>

Impostos sobre o rendimento - relação entre o gasto de impostos e o lucro contabilístico	2013	2012
Resultado antes de imposto	932 147	564 799
Taxa	25,4%	29,4%
Produto	236 651	165 995
Rendimentos e gastos não dedutíveis ou não tributáveis	(171 510)	(144 123)
Gastos não dedutíveis	295	11 272
Ativos e passivos por impostos diferidos	(10 498)	(3 395)
Derrama	15 775	14 121
Tributações autónomas	4 052	4 124
Diferenças temporárias	(12 028)	(25 414)
Amortizações não aceites fiscalmente + taxa	239	67
Utilização de prejuízos fiscais não reconhecidos anteriormente	(8 187)	(7 738)
Atualização de encargos com explorações agrícolas (majoração encargos dedutíveis)	(208)	344
Outros		
<b>TOTAL</b>	<b>77 723</b>	<b>53 547</b>

Prejuízos fiscais não relevados como ativos por impostos diferidos (por data de extinção):	2013	2012
N	27 933	3 230
N+1	58 540	62 832
N+2	26 993	266 643
N+3	7 641	148 343
N+4	90 622	184
N+5	63 920	142 570
<b>TOTAL</b>	<b>275 650</b>	<b>623 802</b>

Os Impostos sobre o rendimento do período no montante de 81 740 milhares de euros (2012: 53 547 milhares de euros) correspondem na generalidade ao Grupo AdP (2013: 56 256 milhares de euros; 2012: 57 138 milhares de euros), ao Grupo CTT (2013: 14 405 milhares de euros) e ao Grupo ANA (2013: 7 559 milhares de euros; 2012: 18 410 milhares de euros).

A redução verificada nos prejuízos fiscais para os quais não haviam sido reconhecidos ativos por impostos diferidos, advém essencialmente do Grupo TAP. Face aos lucros tributados existentes nos últimos anos, o Grupo TAP considera existir, em 31 de dezembro de 2013, capacidade de dedução em lucros tributáveis futuros e, como tal, considerou o imposto diferido ativo correspondente na subsidiária TAP S.A.

O Grupo PARPÚBLICA está sujeito a tributação em sede de Impostos sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente Derrama Municipal e Derrama Estadual. O cálculo do Imposto corrente do exercício até 31 de dezembro de 2013 corresponde à taxa anual de 25%, acrescida de Derrama Municipal e acrescida de uma taxa da Derrama Estadual, calculada sobre o rendimento tributável de 1,5 milhões de euros a 7,5 milhões de euros 3% e superior a 7,5 milhões de euros aplica-se uma taxa de 5%. A partir do exercício de 2008 a Derrama Municipal passou a ser calculada até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável, podendo assim o imposto atingir a taxa máxima agregada de 31,5%.

As declarações de autoliquidação, do Grupo PARPÚBLICA ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. O Conselho de Administração do Grupo PARPÚBLICA entende que, as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras de 2013.

## 52 - Interesses que não controlam – Resultado Líquido

Interesses que não controlam (resultado líquido)	2013	2012
<b>Interesses que não controla (resultado líquido)</b>		
Grupo AdP	45 811	56 146
Cateringpor	233	758
LFP	4 720	4 621
APIS	(2)	(2)
SAGESECUR	218	44
ECODETRA	(14)	(6)
Margueira	67	68
ANA, SA	-	16 671
ANAM	120	1 997
SPE	(486)	-
Grupo CTT	174	-
MARL, SA	484	-
MARF, SA	724	-
MARE, SA	272	-
MARB, SA	538	-
	<b>52 860</b>	<b>80 297</b>

## 53 - Unidades operacionais descontinuadas

Os resultados e os fluxos de caixa em 2013 relativos às unidades operacionais descontinuadas têm correspondência nos ativos não correntes detidos para venda (30% dos CTT) e nas operações descontinuadas (ANA e CTT). Os resultados e os fluxos de caixa de 2012 relativos às unidades operacionais descontinuadas têm correspondência (i) nos ativos não correntes detidos para venda (Grupo ANA); (ii) nos dividendos obtidos da EDP, da REN e da HCB; e (iii) nas mais-valias obtidas com a EDP e a REN. Os resultados e os fluxos de caixa em 2013 e 2012 relacionados com unidades operacionais descontinuadas são os seguintes:

RUBRICAS	2013	2012 (Reexpresso)
Vendas e serviços prestados	528 826	372 508
Subsídios à exploração	-	173
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	14	40 155
Ganhos/ perdas em alienações de participações	683 241	572 961
Trabalhos para a própria entidade	1 023	1 252
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(8 977)	(2 166)
Fornecimentos e serviços externos	(156 223)	(96 522)
Gastos com o pessoal	(211 342)	(105 860)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	(188)	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(3 470)	3 731
Provisões (aumentos / reduções)	(3 520)	-
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (gastos/reversões)	-	9 252
Aumentos / reduções de justo valor	-	11
Outros rendimentos e ganhos	15 044	8 159
Outros gastos e perdas	(15 505)	(21 743)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>828 922</b>	<b>781 911</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(40 292)	(80 986)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (gastos/reversões)	(1 031)	-
Subsídios ao investimento	111	3 953
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>787 709</b>	<b>704 878</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	493	862
Juros e gastos similares suportados	(36 243)	(18 428)
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>751 959</b>	<b>687 312</b>
Imposto sobre o rendimento do período	(21 964)	(18 596)
<b>Resultado líquido do período das unidades operacionais descontinuadas</b>	<b>729 995</b>	<b>668 716</b>
Resultado líquido dos interesses que não controlam	294	18 668
<b>Resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe</b>	<b>729 701</b>	<b>650 049</b>

**Fluxos de caixa líquidos atribuíveis às unidades operacionais descontinuadas**

RUBRICAS	2013	2012
<b>Fluxos das:</b>		
Atividades de exploração	(15 614)	20 706
Atividades de investimento	1 918 429	2 672 090
Atividades de financiamento	761 105	(50 609)

## 54 - Entidades Relacionadas

Os saldos e transações entre as empresas do Grupo que integram o perímetro de consolidação são eliminados no processo de consolidação, não sendo alvo de divulgação na presente nota. Os saldos e transações das principais empresas do Grupo PARPÚBLICA com entidades relacionadas são:

Saldos e transações com entidades relacionadas em 31-dez-13	Total	Estado e Outras Empresas Públicas	Entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a entidade	Associadas	Gerência da entidade ou da respetiva entidade-mãe	Outras partes relacionadas
Saldos ativos	4 768 476	4 205 263	-	11 325	-	551 888
Saldos passivos	(400 129)	(481 456)	-	(8 280)	-	89 607
Rendimentos	485 340	-	-	11 118	-	474 222
Gastos	(62 393)	-	-	(78 768)	379	15 995

Saldos e transações com entidades relacionadas em 31-dez-12	Total	Estado e Outras Empresas Públicas	Entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a entidade	Associadas	Gerência da entidade ou da respetiva entidade-mãe	Outras partes relacionadas
Saldos ativos	4 567 476	4 040 438	-	1 149	-	514 561
Saldos passivos	(366 511)	(481 456)	-	-	-	107 599
Rendimentos	698 151	-	-	25 310	-	672 841
Gastos	95 747	-	-	80 104	444	15 199

Os termos ou condições praticados entre o Grupo PARPÚBLICA e as partes relacionadas são substancialmente idênticos aos termos que normalmente seriam contratados entre entidades independentes em operações comparáveis.

## 55 – Ativos e passivos financeiros

### 1) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros do Grupo PAPÚBLICA apresentam-se da seguinte forma:

Ativos e Passivos Financeiros	31-Dez-13						Total
	Empréstimos concedidos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados	Investimentos detidos até à maturidade	Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	
<b>Ativos</b>							
<b>Ativo não corrente</b>							
Participações financeiras - outros métodos	-	106	817 765	-	-	-	817 871
Outros ativos financeiros	4 344 214	9	34	6 158	-	-	4 350 415
Outras contas a receber	281 084	-	-	-	-	-	281 084
	<b>4 625 298</b>	<b>115</b>	<b>817 799</b>	<b>6 158</b>	-	-	<b>5 449 371</b>
<b>Ativo corrente</b>							
Clientes	734 100	-	-	-	-	-	734 100
Adiantamentos a fornecedores	18 328	-	-	-	-	-	18 328
Acionistas / sócios	54	-	-	-	-	-	54
Outras contas a receber	271 071	-	-	-	-	-	271 071
Outros ativos financeiros	-	36	6 459	-	-	-	6 495
Caixa e depósitos bancários	926 643	-	-	-	-	-	926 643
	<b>1 950 196</b>	<b>36</b>	<b>6 459</b>	-	-	-	<b>1 956 691</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>6 575 495</b>	<b>151</b>	<b>824 258</b>	<b>6 158</b>	-	-	<b>7 406 062</b>
<b>PASSIVOS</b>							
<b>Passivo não corrente</b>							
Financiamentos obtidos	-	-	-	-	13 106	5 855 615	5 868 721
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	618 523	618 523
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	125 869	-	125 869
	-	-	-	-	<b>138 975</b>	<b>6 474 137</b>	<b>6 613 112</b>
<b>Passivo corrente</b>							
Fornecedores	-	-	-	-	-	184 055	184 055
Adiantamentos de clientes	-	-	-	-	-	1 722	1 722
Acionistas / sócios	-	-	-	-	-	18	18
Financiamentos obtidos	-	-	-	-	-	2 564 167	2 564 167
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	880 377	880 377
	-	-	-	-	-	<b>3 630 340</b>	<b>3 630 340</b>
<b>Total do passivo</b>	-	-	-	-	<b>138 975</b>	<b>10 104 477</b>	<b>10 243 452</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>6 575 495</b>	<b>151</b>	<b>824 258</b>	<b>6 158</b>	<b>(138 975)</b>	<b>(10 104 477)</b>	<b>(2 837 390)</b>

NÍVEL NA HIERARQUIA DO JUSTO VALOR NA QUAL AS MENSURAÇÕES DO JUSTO VALOR SÃO CATEGORIZADAS NA SUA TOTALIDADE, SEPARANDO AS MENSURAÇÕES DO JUSTO VALOR EM CONFORMIDADE COM OS NÍVEIS DEFINIDOS NO PARÁGRAFO 27A DA IFRS 7	31-Dez-13		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados	817 799	6 459	-
Ativos financeiros ao justo valor - derivados de cobertura	-	7 988	-
Ativos financeiros disponíveis para venda - justo valor	-	-	-
	<b>817 799</b>	<b>14 447</b>	-
Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados	-	138 975	-
Passivos financeiros ao justo valor - derivados de cobertura	-	1 546	183
	-	<b>140 521</b>	<b>183</b>

Ativos e Passivos Financeiros	31-Dez-12						Total
	Empréstimos concedidos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados	Investimentos detidos até à maturidade	Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	
<b>Ativos</b>							
<b>Ativo não corrente</b>							
Participações financeiras - outros métodos	-	79	1 142 246	-	-	-	1 142 325
Outros ativos financeiros	4 161 259	9	28	5 560	-	-	4 166 856
Outras contas a receber	262 955	-	-	-	-	-	262 955
	<b>4 424 214</b>	<b>87</b>	<b>1 142 274</b>	<b>5 560</b>	-	-	<b>5 572 136</b>
<b>Ativo corrente</b>							
Cientes	783 198	-	-	-	-	-	783 198
Adiantamentos a fornecedores	7 088	-	-	-	-	-	7 088
Acionistas / sócios	-	-	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	239 654	-	-	-	-	-	239 654
Outros ativos financeiros	-	49	17 216	-	-	-	17 265
Caixa e depósitos bancários	770 007	-	-	-	-	-	770 007
	<b>1 799 947</b>	<b>49</b>	<b>17 216</b>	-	-	-	<b>1 817 212</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>6 224 161</b>	<b>136</b>	<b>1 159 490</b>	<b>5 560</b>	-	-	<b>7 389 348</b>
<b>PASSIVOS</b>							
<b>Passivo não corrente</b>							
Financiamentos obtidos	-	-	-	-	114 249	5 710 572	5 824 821
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	150 581	150 581
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	59 680	-	59 680
	-	-	-	-	<b>173 929</b>	<b>5 861 153</b>	<b>6 035 082</b>
<b>Passivo corrente</b>							
Fornecedores	-	-	-	-	-	172 022	172 022
Adiantamentos de clientes	-	-	-	-	-	1 151	1 151
Acionistas / sócios	-	-	-	-	-	18	18
Financiamentos obtidos	-	-	-	-	-	3 315 829	3 315 829
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	1 317 069	1 317 069
	-	-	-	-	-	<b>4 806 089</b>	<b>4 806 089</b>
<b>Total do passivo</b>	-	-	-	-	<b>173 929</b>	<b>10 667 243</b>	<b>10 841 172</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>6 224 161</b>	<b>136</b>	<b>1 159 490</b>	<b>5 560</b>	<b>(173 929)</b>	<b>(10 667 243)</b>	<b>(3 451 824)</b>

NÍVEL NA HIERARQUIA DO JUSTO VALOR NA QUAL AS MENSURAÇÕES DO JUSTO VALOR SÃO CATEGORIZADAS NA SUA TOTALIDADE, SEPARANDO AS MENSURAÇÕES DO JUSTO VALOR EM CONFORMIDADE COM OS NÍVEIS DEFINIDOS NO PARÁGRAFO 27A DA IFRS 7	31-Dez-12			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados	1 142 274	17 216	-	1 159 490
Ativos financeiros ao justo valor - derivados de cobertura	-	700	-	700
Ativos financeiros disponíveis para venda - justo valor	-	-	777	777
	<b>1 142 274</b>	<b>17 916</b>	<b>777</b>	<b>1 160 967</b>
Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados	-	173 929	-	173 929
Passivos financeiros ao justo valor - derivados de cobertura	-	6 597	-	6 597
	-	<b>180 526</b>	-	<b>180 526</b>

## 2) Mensurações pelo justo valor

*i) Justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão mensurados pelo justo valor de forma recorrente*

Alguns dos ativos e passivos do Grupo PARPÚBLICA encontram-se mensurados pelo justo valor no final de cada período de relato. O quadro que se segue apresenta informação relativamente à forma como os justos valores destes ativos e passivos financeiros são determinados, nomeadamente as técnicas de avaliação e os dados (input) utilizados nestas mensurações:

ii) *Justo valor dos ativos e passivos financeiros que não estão mensurados pelo justo valor de forma recorrente (mas são requeridas divulgações de justo valor)*

Ativos / Passivos financeiros	31-Dez-13	31-Dez-12	Técnicas de avaliação utilizadas	Inputs significativos não observáveis (apenas para Nível 3)
<b>Ativos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos</b>	<b>824 258</b>	<b>1 159 490</b>		
Ações detidas pela Parpública	817 764	1 142 246	Essencialmente cotações em mercado ativo (NYSE Euronext)	N/A
UP do Fundo Imopoupança	10	10	O justo valor das UP do Fundo Imopoupança resulta da mensuração pelo valor patrimonial divulgado pela respetiva sociedade gestora no final do ano de 2013	N/A
UP do Fundo Fundiestamo I	6 449	6 142	O justo valor das UP do Fundo Fundiestamo I, pela escassez de transações em mercado e por estas terem por referência o preço oferecido ao abrigo de um contrato de criação de liquidez, é determinado por uma perpetuidade tendo como fluxos de caixa anuais futuros os correspondentes à média das remunerações pagas pelo Fundo nos últimos 3 anos (30,341; 58,896 e 46,018) e como taxa de desconto a correspondente ao índice do IPD relativo ao mercado imobiliário português para o segmento de escritórios (4,2%).	N/A
Acções detidas pela AdP	34	28	Cotação bolsista	N/A
SWAPs de taxa de juro da Parpública	-	11 064	Modelos de desconto de fluxos de caixa. Mark-to-market avaliado por entidades financeiras internacionais	N/A
<b>Ativos financeiros ao justo valor - derivados de cobertura</b>	<b>7 988</b>	<b>700</b>		
Instrumentos financeiros derivados da TAP sobre jet fuel	7 988	700	Discounted cash-flows	N/A
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda - justo valor</b>	<b>-</b>	<b>777</b>		
Participação financeira da ANA na Futuro, SGFP	-	777	N/D	N/D
<b>Passivos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos</b>	<b>138 975</b>	<b>173 929</b>		
SWAPs de taxa de juro da Parpública	110 122	-	Modelos de desconto de fluxos de caixa. Mark-to-market avaliado por entidades financeiras internacionais	N/A
Opção em empréstimo obrigacionista da Parpública	13 106	114 249	Modelos de desconto de fluxos de caixa. Mark-to-market avaliado por entidades financeiras internacionais	N/A
SWAPs (cambio e taxa de juro) da AdP	15 747	59 680	Sempre que disponível, o justo valor dos derivados do Grupo AdP é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções, de acordo com pressupostos geralmente utilizados no mercado.	N/A
<b>Passivos financeiros ao justo valor - derivados de cobertura</b>	<b>1 729</b>	<b>6 597</b>		
Instrumentos financeiros derivados da TAP sobre taxa de juro	1 546	2 380	discounted cash-flows	N/A
Cobertura de risco de taxa de juros - SWAP da Simab	183	-	Justo valor determinado por entidade bancária	N/D
SWAPs (cambio e taxa de juro) da AdP	-	-	Sempre que disponível, o justo valor dos derivados do Grupo AdP é estimado com base	N/A
SWAPs da ANA	-	4 217	N/D	N/A

Devido à sua natureza de curto-prazo, o Conselho de Administração do Grupo AdP considera que a quantia escriturada dos ativos e passivos financeiros que não são mensurados ao justo valor (incluídos no quadro da nota 55 i) anterior) aproxima-se do seu justo valor, com exceção das seguintes situações:

	31-Dez-13		31-Dez-12	
	Quantia escriturada	Justo valor	Quantia escriturada	Justo valor
<b>Passivos financeiros</b>				
Financiamentos obtidos	2424	1580	2476	1380
<b>Total</b>	<b>2424</b>	<b>1580</b>	<b>2476</b>	<b>1380</b>

O justo valor em 2012 foi calculado com a taxa de 8%, e em 2013 com a taxa de 6,3%.

*iii) Reconciliação das mensurações de justo valor do nível 3*

A reconciliação das mensurações de justo valor do nível 3 apresenta-se, como segue:

RECONCILIAÇÃO ENTRE OS SALDOS DE ABERTURA E OS DE FECHO (APENAS PARA AS MENSURAÇÕES DE JUSTO VALOR DO NÍVEL 3 DA HIERARQUIA DO JUSTO VALOR)	
<b>Saldo inicial</b>	777
Varição do perímetro de consolidação (sinal + ou -)	-
Aquisições (sinal +)	183
Alienações (sinal -)	(777)
<b>Saldo final (31 de Dezembro de 2013)</b>	<b>183</b>

## 56 – Perspetiva sobre os riscos em instrumentos financeiros

Os riscos a que as organizações se encontram expostas podem ter origem em fatores externos e internos. A identificação dos riscos relevantes assenta num conhecimento profundo da organização, da atividade e do mercado onde essa atividade é desenvolvida. Os riscos materialmente relevantes a que o Grupo está exposto, com base na perspetiva de perda que cada um deles pode representar, são os seguintes:

- Risco de mercado, o qual inclui três tipos de risco: (i) risco cambial – é o risco de que a quantia de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio; (ii) risco de taxa de juro – é o risco de que a quantia de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de juro do mercado; e (iii) risco de preço – é o risco de que a quantia de um instrumento financeiro venha a flutuar como resultado de alterações nos preços de mercado, quer essas alterações sejam causadas por fatores específicos do instrumento individual ou do seu emitente, quer por fatores sistémicos.
- Risco de crédito – é o risco de que um participante de um instrumento financeiro não venha a cumprir uma obrigação e faça com que o outro participante incorra numa perda financeira. O Grupo PARPÚBLICA encontra-se sujeito a risco de crédito que concede aos seus clientes. Contudo, as vendas a crédito estão sujeitas a regras que asseguram que estas são efetuadas a clientes com um histórico de

crédito apropriado e que se encontram dentro dos limites da exposição dos saldos máximos pré-definidos e aprovados para cada cliente.

- Risco de liquidez (também referido como risco de financiamento) – é o risco de que o Grupo venha a encontrar dificuldades na obtenção de fundos para satisfazer compromissos associados aos instrumentos financeiros. O risco de liquidez pode resultar de uma incapacidade de vender rapidamente um ativo financeiro no fecho do mercado pelo seu justo valor.

Pela sua expressão no Grupo PARPÚBLICA, merecem referência as seguintes entidades: PARPÚBLICA, Grupo AdP e Grupo TAP.

### PARPÚBLICA

No exercício da sua atividade a PARPÚBLICA identifica as seguintes áreas de riscos financeiros que podem afetar o seu valor patrimonial ou o interesse de terceiros: (i) risco de crédito, (ii) risco de liquidez, e (iii) risco de mercado, pela taxa de juro e pelo preço.

#### *i) Risco de Crédito*

O risco de crédito, associado à possibilidade da parte devedora num instrumento financeiro não honrar as suas obrigações, incide fundamentalmente ao nível das aplicações financeiras dos seus excedentes de tesouraria, aos *swaps* contratados e aos suprimentos concedidos.

Os suprimentos são concedidos a empresas cujas políticas financeiras são controladas (subsidiárias) para aplicação em investimentos com retorno adequado. Os suprimentos são aprovados Comissão Executiva da PARPÚBLICA e são remunerados.

#### *ii) Risco de Liquidez*

O risco de liquidez, associado à possibilidade da entidade não dispor de meios financeiros para satisfazer os seus compromissos, está mitigado pela existência de quatro programas de Papel Comercial no montante total de 1 825 milhões de euros, os quais estão contratados com instituições financeiras de reconhecida solidez. Estes instrumentos permitem à PARPÚBLICA um acesso imediato à liquidez.

A segmentação da dívida por natureza de instrumentos e por tempo remanescente até à maturidade é a seguinte (valores nominais em milhões de euros):

31-Dez-13	valores em milhões de euros					Total
	1-3 meses	4-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	> 5 anos	
<b>Financiamentos</b>						<b>4 278,9</b>
Papel Comercial	620,0	255,0				875,0
<i>Eurobonds</i>		499,0			900,0	1 399,0
Obrigações Permutáveis Galp				885,7		885,7
Outras Obrigações		150,0	200,0	170,0		520,0
Financiamento Bancário		10,1	21,0	63,1	505,1	599,2

valores em milhões de euros

31-Dez-12	1-3 meses	4-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	> 5 anos	Total
<b>Financiamentos</b>						<b>4 837,8</b>
Papel Comercial	1 170,0	255,0				1 425,0
Financiamento Bancário	170,0					170,0
<i>Eurobonds</i>		800,0	649,0		900,0	2 349,0
Obrigações Permutáveis EDP	8,1					8,1
Obrigações Permutáveis Galp				885,7		885,7

As cláusulas de *covenant* existentes nos instrumentos de dívida são as seguintes:

Financiamentos	Covenants
<i>Eurobonds</i>	
Bonds 500M€ - 2004, <i>due</i> 2014	<i>Cross Default / Force Majeure</i>
Bonds 500M€ - 2005, <i>due</i> 2020	<i>Cross Default / Force Majeure</i>
Bonds 150M€ - 2005, <i>due</i> 2020	<i>Cross Default</i>
Bonds 250M€ - 2006, <i>due</i> 2026	<i>Cross Default</i>
Obrigações Permutáveis Galp 885,65M€ – 2010, <i>due</i> 2017	<i>Cross Default / Negative Pledge / Restrictions on Activity</i>
Obrigações PARPÚBLICA 150M€ – 2010/2012	<i>Cross Default / Negative Pledge / Pari Passu</i>
Obrigações PARPÚBLICA 200M€ – 2013/2015	<i>Cross Default / Negative Pledge / Pari Passu</i>
Obrigações PARPÚBLICA Taxa Variável 170M€ - 2013/2016	<i>Cross Default / Negative Pledge / Pari Passu</i>
Financiamento Bancário 599,238M€	<i>Cross Default / Negative Pledge / Pari Passu</i>

iii) *Risco de Mercado*

*Risco de Taxa de Juro*

O risco de taxa de juro respeita à possibilidade de, por alteração das taxas de juro no mercado, existir variação da remuneração de instrumentos financeiros a taxa variável ou variação no justo valor de instrumentos financeiros a taxa fixa.

Relativamente à dívida de médio e longo prazo, cerca de 62,6% da mesma vence juros a taxa de juro fixa e somente cerca de 37,4% vence juros a taxa de juro variável.

Assim, com a percentagem de dívida emitida a taxa fixa a PARPÚBLICA tem, em termos fluxos de caixa, uma reduzida exposição à flutuação de taxa de juro. Quanto ao risco de justo valor, não é relevante para os financiamentos existentes, mas é pelo efeito que venha a ter em *yields* no mercado secundário que condicionem novas emissões de dívida.

A PARPÚBLICA mantém três estruturas de *swaps* de taxa de juro (*swap* de taxa variável para taxa fixa). O montante *nocional* total das três estruturas é de 465 milhões de euros. O conjunto das três estruturas teve os seguintes impactos (milhares de euros):

	2013	2012
Pagamentos	11.697	0
Ganhos por variação do justo valor	23.526	0

Os fluxos previsionais dos juros da dívida de médio e longo prazo e dos juros dos *swaps* eram os seguintes em 31/12/2013:

	<1 ano	1 a 5 anos	>5 anos	Total
Juros da dívida a média/longo prazo	-152.474,3	-417.976,6	-589.477,7	-1.159.928,6
Fluxos dos swaps	-11.815,4	-50.348,7	-62.541,0	-124.705,1

	<1 ano	1 a 5 anos	>5 anos	Total
Juros da dívida a média/longo prazo	-134.869,6	-353.711,4	-166.460,4	-655.041,4
Fluxos dos swaps	-26,6	3.003,4	-395,6	2.581,2

Para minimizar o risco na taxa de juro pelo aumento dos *spreads* em financiamentos de curto prazo, as emissões de Papel Comercial existentes em 31 de dezembro de 2013 no montante de 875 milhões de euros, tinham um *spread* fixo, a vigorar até à data da sua liquidação ou renovação.

#### Risco do Preço

O risco de preço entende-se pela possibilidade do valor de um instrumento financeiro flutuar como resultado de alterações nos preços de mercado, quer essas alterações sejam causadas por fatores específicos do instrumento individual ou do seu emitente, quer por fatores sistémicos. Coloca-se presentemente apenas no empréstimo obrigacionista de montante nominal de 885,65 milhões de euros, com opção embutida em favor dos investidores de permutarem as obrigações por ações da GALP detidas na carteira, pelos efeitos na variação da cotação destas ações.

O financiamento de 885,65 milhões de euros tem vencimento em 28 de setembro de 2017, com a possibilidade de (i) os investidores poderem trocar as obrigações por ações Galp a partir de Março de 2013, (ii) a empresa exercer uma *call* e reembolsar as obrigações a partir de 13 de outubro de 2013, em determinadas condições, e (iii) os investidores poderem pedir o reembolso das obrigações em 28 de setembro de 2015. No caso de os obrigacionistas optarem pela troca das obrigações por ações Galp, a PARPÚBLICA poderá escolher entre a entrega das ações ou a entrega em dinheiro do respetivo valor, calculado de acordo com critérios de valorização definidos.

A componente base e a opção embutida destes empréstimos estão separadas contabilisticamente sendo mensuradas de acordo com o referido nas notas 2m), 2t) e 2w).

Pela mensuração pelo justo valor das opções e também das ações subjacentes, são reconhecidos os efeitos líquidos anuais decorrentes da evolução das cotações do ativo subjacente. Esses efeitos foram os seguintes (em milhões de euros):

	2013	2012
Variação do valor das opções	+ 101,1	-114,2
Variação do valor do ativo subjacente	11,3	6,7
<b>Ganho líquido/ Perda Líquida</b>	<b>112,40</b>	<b>107,50</b>

Os efeitos na opção embutida nas obrigações permutáveis em ações da Galp por variações positivas e negativas de 15% na cotação das ações em 31 de dezembro de 2013 seriam os seguintes:

Obrigações convertíveis em ações da GALP						
Ações da GALP			Opção			Var. líquida (M€)
Cotação	Valor (M€)	Variação	Valor %	Valor (M€)	Variação	
11,92	694,3	-	1,48%	13,1	-	-
13,70	798,4	15,0%	3,93%	34,8	165,5%	82,4
10,13	590,1	-15,0%	0,37%	3,3	-75,0%	-94,3

Os efeitos na mesma opção por variações na volatilidade implícita seriam os seguintes:

Obrigações convertíveis em ações da GALP			
Volatilidade implícita			
%	Opção (%)	Valor (M€)	Variação
15%	1,48%	13,1	-
20%	3,15%	27,9	112,8%
10%	0,30%	2,7	-79,7%

Os efeitos nos *swaps* associados ao empréstimo de 599,2 milhões de euros por variações positivas e negativas de 1% na taxa de juro variável (Euribor 6M) seriam os seguintes:

Taxa	Valor	Variação
Euribor 6M	-110,1	
Euribor 6M + 1%	-23,7	-78,5%
Euribor 6M - 1%	-153,8	39,6%

## Grupo AdP

### *Fatores de Risco*

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. É prática corrente no Grupo AdP, entre outros instrumentos, a contratação de instrumentos financeiros derivados para minimizar alguns dos riscos a que se encontra exposto. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP.

O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de

Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

*i) Risco de Crédito*

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para o Grupo AdP. O Grupo AdP está sujeito ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água, saneamento e resíduos). Este risco é em teoria reduzido, dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais - municípios). No entanto dada a situação económica e financeira particular do país nos últimos anos, com consequências diretas junto das autarquias locais, o montante de dívidas de clientes permanece com valores significativos.

As perdas por imparidade para contas a receber são calculados considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou empresarial; ii) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e iii) a condição financeira do cliente.

O Conselho de Administração do Grupo AdP avalia permanentemente a adoção de medidas que visem assegurar a recuperabilidade dos saldos a receber dos Municípios, entre as quais, o PAEL (Programa de Apoio à Economia Local), o acionamento do mecanismo associado ao privilégio creditório (o qual incide sobre as dívidas correntes) e o estabelecimento de acordos de pagamento.

Ainda que atendendo à incerteza existente acerca dos prazos em que os clientes Municípios procederão ao cumprimento das suas obrigações, o Conselho de Administração da AdP SGPS continua a entender que, sobre esses saldos, não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas por imparidade.

A seguinte tabela representa a exposição máxima do Grupo a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2013, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

<b>Ativos financeiros bancários</b>	<b>31-dez-13</b>
Depósitos à ordem	50 323
Depósitos prazo	297 945
Outros Títulos	18 200
Fundo de renovação do equipamento	2 678
Fundo de reconstituição de capital	123 317
Outros	162
<b>Total</b>	<b>492 625</b>

<b>Rating</b>	<b>31-dez-13</b>
A2	822
B1	40 296
Ba1	63 031
Ba3	334 090
Baa 3	43 567
Caa1	3 238
Sem <i>rating</i> conhecido	7 581
<b>Total</b>	<b>492 625</b>

Nota: notação de *rating* obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2014.

### ii) *Risco de Taxa de Câmbio*

A exposição ao risco de câmbio do Grupo AdP não é relevante. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, bem como investimentos líquidos em operações estrangeiras que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional do Grupo AdP. A Tesouraria Central do Grupo AdP é responsável pela gestão da exposição líquida do Grupo AdP em cada divisa, contratando *swaps* centralmente, com vista a minimizar os riscos comerciais, ativos e passivos reconhecidos. O Grupo AdP possui investimentos denominados em moeda estrangeira, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco de taxa de câmbio pela conversão, bem como financiamentos em moeda estrangeira expostos ao risco de taxa de câmbio. A exposição cambial inerente aos ativos líquidos em moeda estrangeira é gerida através da contratação de empréstimos na mesma moeda, e dos empréstimos com *swaps* de cobertura de taxa de câmbio.

### iii) *Risco de Liquidez*

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria do Grupo AdP pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. O Grupo AdP efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos. Nestes últimos exercícios esta prática tem sido altamente condicionada pelas conhecidas dificuldades em aceder aos mercados de crédito em Portugal, bem como pelo elevado montante das dívidas de clientes.

Face a este problema o Grupo AdP procedeu à análise dos seus compromissos de investimentos, realizando uma recalendarização dos investimentos do Grupo AdP, efetuando um mapeamento dos mesmos face a sua importância, impacto financeiro, económico, e ambiental, minimizando desta forma todos os riscos associados aos compromissos assumidos com as diversas entidades.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades do Grupo AdP por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos	616 695	502 787	1 920 718
Fornecedores e outros passivos	230 426	61 817	67 463

O Grupo AdP não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades a curto prazo. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, o Grupo AdP entende estar em condições de assegurar a renovação das suas principais linhas de crédito, não sendo por tal expectável a sua exigibilidade imediata.

*iv) Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro*

O risco da taxa de juro do Grupo AdP advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem o Grupo AdP ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem o Grupo AdP ao risco do justo valor associado à taxa de juro. O Grupo AdP gere o risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, mediante a contratação de *swaps* que permitam a conversão de empréstimos com juros calculados à taxa variável em empréstimos com juros calculados à taxa fixa. Igualmente associado à volatilidade das taxas de juro está a remuneração garantida dos contratos de concessão e, conseqüentemente, o desvio tarifário.

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade dos encargos financeiros do Grupo AdP.

	31-dez-13	Taxa Média + 1%	Taxa Média - 1%
Juros suportados	104 164	133 099	75 230

*v) Risco de Capital*

O objetivo do Grupo AdP em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital.

O intuito da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo AdP, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados. A política do Grupo AdP é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A. (exceção feita à EPAL e aos empréstimos ao investimento - BEI), que por sua vez fará empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do custo médio de capital.

	31-Dez-13	31-Dez-12
Empréstimos não correntes	2 423 506	2 476 131
Empréstimos correntes	616 695	619 911
Disponibilidades	(369 391)	(335 280)
<b>Dívida</b>	<b>2 670 810</b>	<b>2 760 761</b>
Subsídios ao investimento	1 943 203	1 925 338
Total do capital próprio	1 242 276	1 138 134
<b>Capital e subsídios</b>	<b>5 856 289</b>	<b>5 824 233</b>
<b>Dívida/total do capital</b>	<b>0,46</b>	<b>0,47</b>

O modelo de financiamento do Grupo AdP assenta fundamentalmente em duas grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento bancário, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI e no capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

*vi) Risco regulatório*

A regulação é a mais significativa restrição à rendabilidade das atividades económicas desenvolvidas pelo Grupo AdP. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, com todas as consequências adversas que daí resultam. De forma a minimizar estes riscos, o Grupo AdP têm procurado acompanhar mais de perto as atividades do regulador, procurando, assim, antecipar potenciais impactos negativos nas empresas decorrentes das regras emanadas pela ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos).

O Programa do XIX Governo Constitucional, assim como o Plano de Assistência Económica e Financeira, preveem a autonomização do subsector dos resíduos do Grupo AdP e a necessidade de implementar as medidas necessárias à sua abertura ao sector privado. Assim durante o primeiro semestre de 2012, iniciaram-se diversos grupos de trabalho, para se desenvolver estudos relativos à revisão do modelo de regulação vigente, nomeadamente ao nível da regulação dos sistemas multimunicipais de tratamento de resíduos urbanos, ao nível do quadro jurídico-económico. Estão em curso diversas medidas conducentes a uma reestruturação do setor, entre as quais a venda da sub-holding EGF (resíduos). A esta data o Conselho de Administração da AdP SGPS desconhece os impactos que as mesmas podem ter nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo AdP, para além das divulgadas nas presentes demonstrações financeiras.

Durante os últimos anos assistiu-se à preparação da nova lei orgânica da ERSAR, em discussão no parlamento, onde está previsto o reforço da independência do regulador e respetivos poderes, nomeadamente, em matéria tarifária, que ainda está em curso.

Grupo TAP

O ambiente económico, financeiro, social, geopolítico, em que a atividade do Grupo TAP se desenrolou em 2013, continuou a apresentar riscos potenciais e situações adversas que condicionaram a condução da gestão do Grupo TAP. Mas, de igual modo, esse mesmo contexto económico-financeiro também proporcionou oportunidades e desenvolvimentos positivos que foram sendo, na medida do possível, aproveitados para melhorar o posicionamento de mercado do Grupo TAP.

De entre os aspetos negativos são de mencionar, entre outros, a depreciação do real brasileiro, o agravamento de tensões económicas e sociais nalgumas das economias emergentes, por exemplo na Venezuela e a manutenção, em níveis altos, ainda que estáveis, dos preços do petróleo. Já quanto aos aspetos positivos destacam-se o reequilíbrio nas finanças públicas em Portugal, a estabilização das condições nos mercados financeiros e a manutenção em níveis baixos das taxas Euribor.

Num *puzzle* sempre complexo, em que se desenvolve uma atividade que cobre múltiplos países em três continentes, fatores tão diversos como a instabilidade no norte de África, com impacto no turismo

nacional, ou as pressões sobre divisas fora da Europa, como o real ou o bolívar, ou ainda, por exemplo, a suspensão da linha da Guiné-Bissau, e tantos outros, condicionam a ação e os resultados do Grupo TAP.

Neste contexto, a gestão de risco ou, por outras palavras, o esforço contínuo de adaptação às mudanças, tem uma importância determinante.

*i) Risco de Preço*

Os mercados português e brasileiro representaram cerca de 50% das receitas do Grupo TAP, gerando praticamente os mesmos rendimentos, em torno dos 500 milhões de euros, cada. Ao longo dos últimos anos o peso do mercado português tem vindo a reduzir gradualmente no total de rendimentos, enquanto, pelo contrário, o peso do mercado brasileiro tem aumentado em termos relativos. Quer Portugal, quer o Brasil, pesam atualmente, na receita de transporte de passageiros, um quarto do total cada um, mas enquanto os rendimentos gerados no Brasil têm crescido, em termos absolutos, sustentadamente, os rendimentos gerados no mercado nacional têm estagnado ou mesmo contraído ligeiramente.

O comportamento nos dois principais mercados do Grupo TAP não é alheio ao comportamento das respetivas economias nos anos recentes, refletindo o forte aumento de poder de compra do consumidor brasileiro e o crescimento económico no Brasil, em contraponto com a recessão que tem sido vivida em Portugal. O aumento do número de destinos servidos no Brasil, nos últimos anos, tem também contribuído para uma maior e melhor cobertura do vasto mercado brasileiro, potenciando as vendas no Brasil e, reciprocamente, na Europa, com destino ao Brasil.

Se os rendimentos resultantes de vendas de passagens no mercado brasileiro representam próximo de um quarto do total, já em termos de atividade de transporte aéreo, medida pelo volume de passageiros/quilómetros/transportados (“PKUs”), o Brasil representa 40% do total. Por consequência, o montante de rendimentos gerados nas rotas entre Brasil e Europa têm um peso muito significativo no total de rendimentos do Grupo, sejam eles gerados no mercado brasileiro, no mercado português ou em qualquer outro mercado europeu que utilize os *hubs* da TAP.

A evolução e crescimento do volume de atividade, em termos de voos, lugares oferecidos e passageiro/quilómetro, apresenta uma trajetória mais irregular que o crescimento de vendas porque depende, em parte, da ampliação da operação e abertura de novas linhas e da conjugação da procura dos dois lados do Atlântico. Por essa razão se verificou, por exemplo, em 2013, um crescimento de vendas acima de 5% no Brasil, mas uma quase-estabilidade no volume de passageiros e passageiros/quilómetros nas rotas brasileiras.

Na Europa, com exceção de Portugal, verificou-se um crescimento significativo de rendimentos na generalidade dos países, sendo de realçar o papel do mercado alemão, a que não será alheio o papel da Star Alliance e a forte utilização da placa giratória de Frankfurt. Outros mercados como França, Itália, Reino Unido e Suíça apresentam também uma boa dinâmica a despeito do contexto de estagnação económica da economia europeia. Em termos gerais, a Europa – ao invés de Portugal - tem crescido em vendas, em volume de atividade, em número de passageiros e em passageiros/quilómetros. A cobertura geográfica do Grupo TAP tem-se alargado consistentemente com mais rotas, mais frequências e novos mercados, em países que denotam dinamismo, como a Rússia ou a Roménia. No seu conjunto, a Europa representa cerca

de 38%, quer dos rendimentos (Europa, sem Portugal), quer do total de passageiros/quilómetros (entre a Europa e Portugal) e cerca de 60% dos passageiros totais do Grupo.

África representa próximo de 7% dos rendimentos de passagens e 11% da atividade do Grupo TAP, tendo apresentado uma performance dinâmica no ano de 2013. Angola, que representa mais de metade das vendas e da atividade em África, contrariou a tendência positiva em termos de atividade (oferta e passageiros), embora tenha subido significativamente em vendas.

Nos mercados americanos, a Venezuela cresceu significativamente em vendas atingindo um peso nas vendas equivalente ao do mercado norte-americano, cerca de 4%.

O crescimento global de rendimentos de passagens, em torno de 5%, resultou, no ano, de uma conjugação equilibrada de aumento de taxa de ocupação com uma melhoria expressiva do yield e da tarifa média.

A oferta global do Grupo TAP não aumentou no ano, tendo o indicador passageiro/quilómetro/oferecido (“PKOs”) permanecido estável para o conjunto da operação, face ao ano anterior.

A atividade de transporte de carga tem sofrido alguma retração nos últimos 3 anos. A quebra nas vendas de carga, resultante quer do yield quer da tonelagem, decorre de vários fatores incluindo, a necessidade de *trade-off* entre passageiros e carga quando a taxa de ocupação aumenta, o que se tem verificado. A concorrência na carga é intensa e a fidelização às rotas é menor do que no transporte de passageiros.

Em 2013, o negócio de manutenção em Portugal reduziu a receita, especialmente na manutenção de motores. Concorreu, para as alterações do negócio da manutenção de motores, o facto deste segmento da manutenção ter sofrido transformações significativas, com alterações tecnológicas e de modelos, que obrigam a constantes investimentos em licenças e formação, para manter competitividade nesse domínio, além de que, a constante renovação de frotas das companhias clientes e o aumento de fiabilidade dos equipamentos, provoca uma menor necessidade de inspeções e reparações por parte dos operadores.

A TAP M&E Brasil voltou a aumentar as suas vendas no ano, apresentando atualmente níveis de faturação muito próximos dos da manutenção em Portugal (à semelhança do que se passa com a venda de passagens aéreas, entre Portugal e Brasil). Em termos de capacidade disponível, a TAP M&E Brasil tem dado um contributo em especial para a atividade de revisões de *airframe*. No seu conjunto, os dois ramos da manutenção representam, em 2013, próximo de 6% do volume de negócios do Grupo.

Tendo em consideração o efeito conjugado do peso dos rendimentos das atividades de carga e de manutenção estas tiveram um impacto globalmente desfavorável na taxa de crescimento do Grupo TAP.

#### ii) *Risco cambial*

A exposição cambial, resultante da atividade do Grupo TAP, é uma realidade complexa tendo em conta a sua operação à escala global e o facto de três quartos das vendas serem realizadas fora de Portugal.

Do lado da receita, as vendas de passagens realizadas em Portugal, adicionadas das vendas realizadas na Europa (e, em muito menor escala, em África) em países cuja divisa é o euro ou a ela está indexada, representam metade do total de receitas de passagens. Da outra metade, os restantes 40% de receita de

vendas de passagens estão denominados em divisas com maior volatilidade e maior risco, enquanto os remanescentes 10% compreendem divisas com fraca volatilidade face ao euro (como o franco suíço) e outras na Europa com uma volatilidade média (libra, divisas do leste ou do norte da Europa).

A maior parte das vendas fora da Europa traduz-se em exposição ao dólar, não de forma direta, na maior parte dos casos, mas através de vendas em divisas como o real brasileiro ou o kwanza angolano, tendo em conta que nesses países o estabelecimento de tarifas é feito com base no dólar, exposição que se situa em cerca de um terço do total da receita de passagens (englobando Brasil, Angola e Estados Unidos). Porém, no caso do Brasil, o movimento do real pode potenciar os efeitos de desvalorização cambial da receita, na medida em que a desvalorização do real face ao dólar pode ser indutora de uma quebra de vendas no mercado brasileiro, pela subida das tarifas por via cambial.

A restante exposição está dispersa por diversas divisas que, em casos específicos, podem ter impactos significativos nas contas e nos resultados. A situação da Venezuela é disso exemplo com perdas significativas, no passado recente, decorrentes de fortes desvalorizações do bolívar e impactos negativos das restrições à transferência das receitas geradas localmente. No entanto, com base nos contactos mantidos entre a IATA, o Governo Venezuelano e a TAP S.A., é entendimento do Conselho de Administração Executivo que a desvalorização ocorrida em 2014 não terá impacto na tesouraria do Grupo, no que diz respeito à faturação ocorrida até dezembro de 2013.

Se do lado da receita a sensibilidade ao dólar (em um terço do total de receitas de passagens e parte das receitas de manutenção) e, em certa medida ao real brasileiro, é relevante, o facto de também o combustível representar, aos preços atuais, uma exposição ao dólar de importância equivalente, conduz a uma exposição líquida desfavorável ao dólar, na medida em que muitos outros gastos operacionais do Grupo são denominados nessa divisa. Assim, a balança cambial ao dólar mantém-se deficitária em resultado dos gastos com manutenção, taxas de navegação e aeroportuárias, *catering*, *handling*, seguros, em que o dólar está presente, das locações operacionais e uma parte, ainda que diminuta, dos encargos financeiros (sendo a dívida em dólares cerca de 11% do total), não sendo, contudo, fácil de quantificar essa exposição líquida global.

Em síntese, na atual conjuntura, o Grupo TAP apresenta uma exposição líquida ativa, nas suas receitas, ao real brasileiro e, em diferente grau, ao bolívar venezuelano, suportando o risco de depreciação e desvalorização dessas divisas e, em sentido contrário, apresenta uma exposição passiva, nos seus gastos e responsabilidades, ao dólar, podendo beneficiar de eventuais depreciações deste, tal como sucedeu em 2013.

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio, a 31 de dezembro de 2013 e 2012, com base nos valores da posição financeira, dos ativos e passivos financeiros do Grupo, em divisas, convertidos para Euros aos câmbios em vigor à data de relato, apresenta-se como segue:

Ativos e Passivos em Divisas	31-Dez-13			
	USD	BRL	Outras	TOTAL
<b>ATIVOS</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	14 490	2 626	121 478	138 594
Contas a receber - Clientes	23 523	98 865	25 584	147 972
Contas a receber - outros	32 561	26 133	1 044	59 738
	<b>70 574</b>	<b>127 624</b>	<b>148 106</b>	<b>346 304</b>
<b>PASSIVOS</b>				
Financiamentos obtidos	114 626	13	-	114 639
Contas a pagar - fornecedores	21 932	13 428	4 563	39 923
Contas a pagar-outros	3 224	12 315	3 167	18 706
	<b>139 782</b>	<b>25 756</b>	<b>7 703</b>	<b>173 268</b>

Ativos e Passivos em Divisas	31-Dez-12			
	USD	BRL	Outras	TOTAL
<b>ATIVOS</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	13 960	3 423	43 870	61 253
Contas a receber - Clientes	34 732	94 875	19 177	148 784
Contas a receber - outros	29 533	22 108	2 556	54 197
	<b>78 225</b>	<b>120 406</b>	<b>65 603</b>	<b>264 234</b>
<b>PASSIVOS</b>				
Financiamentos obtidos	124 301	21	-	124 322
Contas a pagar - fornecedores	15 638	13 022	5 491	34 151
Contas a pagar-outros	5 215	10 731	1 773	17 719
	<b>145 154</b>	<b>23 774</b>	<b>7 264</b>	<b>176 192</b>

Em 2013 a rubrica “Outras” inclui um montante de 98,7 milhões de euros, que estão denominados em bolívares venezuelanos (“VEF”), assim repartidos: 93,7 milhões de Euros em “Caixa e equivalentes de caixa” e 5 milhões de Euros na rubrica de outras contas a receber.

Em 31 de dezembro de 2013, uma variação (positiva ou negativa) de 10%, de todas as taxas de câmbio com referência ao Euro, resultaria num impacto nos resultados do exercício de, aproximadamente, 17.000 milhares de Euros (2012: 9.000 milhares de Euros).

### *iii) Risco de taxa de juro*

O passivo remunerado do Grupo TAP corresponde a menos de metade do passivo total. Da dívida remunerada, aproximadamente 1/3 corresponde a dívida a menos de 1 ano e desta, uma parcela minoritária corresponde a linhas de curto prazo que podem ou não adquirir um caráter de maior permanência, dependendo da disponibilidade das entidades bancárias em renovarem essas linhas ao Grupo.

A componente de linhas de curto prazo é a parcela mais onerosa da dívida do Grupo, dadas as margens elevadas que são praticadas desde a eclosão da crise das dívidas soberanas nos países periféricos. No entanto, globalmente, o custo médio ponderado do passivo remunerado, mesmo sem ter em conta a baixa

da Euribor, tem-se mantido em níveis muito moderados. A subida da margem média nos financiamentos, ao longo do tempo, tem sido muito gradual e marginal, na medida em que a substituição de financiamentos mais antigos, com margens muito baixas, muitos deles de longo prazo, é um processo gradual, dependente do ritmo de amortizações programadas e da contratação periódica de novas operações.

O montante de gastos financeiros constantes das contas de exploração, quer do Grupo, quer da TAP S.A., evidenciam o nível baixo da taxa de juro média suportada na dívida de ambas as entidades. Por outro lado, a sensibilidade desse nível médio, a subidas futuras da Euribor é limitada na medida em que a componente de taxa de juro fixa no total de dívida do Grupo corresponde a 56% do total. Este rácio reduziu ligeiramente face, quer à proporção em final de ano, quer ao período homólogo do ano anterior. Do valor total indexado a taxa fixa, apenas um financiamento correspondente a locação financeira de uma aeronave, é objeto de operação com derivados de taxa de juro, sendo todas as outras fixações de juro efetuadas com base em opções existentes nos próprios contratos de financiamento.

Como referido anteriormente, a componente da dívida denominada em Dólares corresponde a cerca de 10% do total, existindo um valor insignificante de locação financeira em Reais. Como tal, a sensibilidade da rubrica de gastos financeiros à evolução cambial é também limitada, determinando uma volatilidade reduzida.

No quadro do passivo remunerado abaixo, englobando capital e juros, assumiram-se os pressupostos relativos a taxas de juro de mercado e câmbio do Eurodólar, como segue: 3% para a Euribor, 1,75% para a Libor do Dólar e 1,308 no Eurodólar (2012: 1,3194). Os valores de passivo expressam os valores a pagar nos prazos indicados, incluindo a estimativa de todos os fluxos de caixa contratuais com amortização e juros, não descontados, até ao final da vida dos empréstimos. Considerou-se um pressuposto simplificador de ritmo de amortização intra-anual linear para efeito de cálculo dos juros futuros:

	31-Dez-13				
	< 1 ano	1- 2 anos	3 - 5 anos	6 - 10 anos	TOTAL
Empréstimos	311 537	138 087	135 671	-	585 295
Locações Financeiras	116 763	130 303	272 767	34 959	554 792
<b>Total</b>	<b>428 300</b>	<b>268 390</b>	<b>408 438</b>	<b>34 959</b>	<b>1 140 087</b>
Empréstimos taxa fixa	51 676	102 380	98 134	-	252 190
Locações Financeiras taxa fixa	68 530	82 894	162 418	34 959	348 801
<b>Total</b>	<b>120 206</b>	<b>185 274</b>	<b>260 552</b>	<b>34 959</b>	<b>600 991</b>

	31-Dez-12				
	< 1 ano	1- 2 anos	3 - 5 anos	6 - 10 anos	TOTAL
Empréstimos	166 160	86 701	273 367	391	526 619
Locações Financeiras	128 720	105 179	318 824	67 327	620 050
<b>Total</b>	<b>294 880</b>	<b>191 880</b>	<b>592 191</b>	<b>67 718</b>	<b>1 146 669</b>
Empréstimos taxa fixa	51 648	51 676	200 514	-	303 838
Locações Financeiras taxa fixa	66 856	65 723	212 838	50 451	395 868
<b>Total</b>	<b>118 504</b>	<b>117 399</b>	<b>413 352</b>	<b>50 451</b>	<b>699 706</b>

O Grupo TAP utiliza a técnica da análise de sensibilidade que mede as alterações estimadas nos resultados, de um aumento ou diminuição imediato das taxas de juros de mercado, com todas as outras variáveis

constantes. Esta análise é apenas para fins ilustrativos já que na prática as taxas de mercado raramente se alteram isoladamente.

A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro de mercado afetam os rendimentos ou despesas de juros de instrumentos financeiros variáveis;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os rendimentos ou despesas de juros, em relação a instrumentos financeiros com taxas de juro fixas, se estes estiverem reconhecidos ao justo valor.

Sob estes pressupostos, um aumento ou diminuição de 0,5% em taxas de juro de mercado, para todas as moedas em que o Grupo tem empréstimos, a 31 de dezembro de 2013, resultaria numa diminuição ou aumento do montante dos juros vincendos de, aproximadamente, 3 500 milhares de euros (2012: 4 100 milhares de euros).

#### *iv) Risco de preço de combustível*

Nos últimos 3 anos, o gasto com combustíveis tem representado, no Grupo TAP, o correspondente a cerca de 30% do conjunto dos gastos totais. Os preços médios do combustível de avião nos mercados têm oscilado em torno de 1.000 dólares por tonelada desde há três anos, preço ao qual acrescem margens ou adicionais de natureza comercial ou fiscal. Este nível de mercado tem correspondido a cotações do petróleo em torno de 110 dólares por barril. Também a cotação do euro face ao dólar tem mantido uma volatilidade limitada e oscilado em níveis de 1,30-1,40.

A quantidade de combustível consumido depende estreitamente do número de horas de voo e apresenta uma elevada correlação com o número de passageiros/quilómetros disponibilizados em toda a rede. Ao contrário de anos anteriores, em que se verificou um aumento de consumo, decorrente de mais horas e mais voos, em 2013 esta variável estabilizou e a oferta, embora mais diversificada, não aumentou globalmente.

A fatura total com combustíveis baixou em 2013 cerca de 5%, fruto de uma moderada subida média da cotação do euro e de uma redução também ligeira do preço médio do *jet fuel* verificada no ano. Neste conjunto de fatores há ainda a considerar a componente de *hedging*, que abrangeu o correspondente a 40% do consumo, embora com um impacto limitado devido à baixa volatilidade e ligeira quebra de preços verificada no mercado, ainda assim com um contributo positivo para o valor final.

Como provam os anos passados de 2008 e de 2011, com fortes oscilações nas cotações do petróleo e importantes impactos nos resultados de exploração do Grupo TAP, a sensibilidade dos resultados a esta variável de mercado é muito significativa e constitui um dos dados determinantes para a rentabilidade da atividade.

#### *v) Risco de crédito e de liquidez*

O Grupo TAP possuía, em final de 2013, excedentes de liquidez aplicados no mercado nacional, de forma otimizada, em termos de disponibilidade, risco e remuneração e ainda valores significativos de depósitos nas Representações, traduzindo-se numa posição de tesouraria positiva. Esta posição reflete a conjugação

de diversos fatores mas foi sobretudo devida à evolução favorável do cash-flow operacional ao longo do ano, consequência do bom desempenho da atividade de transporte aéreo de passageiros. De referir que uma parte substancial dos valores nas Representações se reporta a valores depositados na Venezuela com a inerente dificuldade de repatriação.

No geral, e excluindo fatores políticos, a qualidade creditícia genérica dos clientes e dos devedores manteve-se favorável, bem como a antiguidade média de valores a receber.

Em relação a perspetivas financeiras, a melhoria significativa, registada nos mercados de capitais ao longo do último ano, permite antecipar maior facilidade de financiamento e melhores condições de preço para o futuro próximo. Muito embora parte substancial das operações de refinanciamento pendentes tenha sido concretizada no final de 2013, parece existir interesse crescente por parte de financiadores e locadores em participar em operações futuras que o Grupo TAP venha a colocar em mercado.

No final de 2013 e 2012, e após as alterações na dívida verificadas ao longo do ano, as responsabilidades correntes do passivo remunerado, incluindo a estimativa de todos os fluxos de caixa contratuais com amortização e juros, não descontados, apresentam os valores e maturidades constantes do quadro seguinte:

	2013		2012	
	1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	2º Semestre
Amortização				
Empréstimos	36 781	252 911	35 035	112 252
Loações financeiras	47 657	48 365	64 076	42 824
<b>Total</b>	<b>84 438</b>	<b>301 276</b>	<b>99 111</b>	<b>155 076</b>
Juros				
Empréstimos	11 264	10 581	9 768	9 105
Loações financeiras	10 893	9 848	11 561	10 259
<b>Total</b>	<b>22 157</b>	<b>20 429</b>	<b>21 329</b>	<b>19 364</b>

Além da gestão financeira, no curto e longo prazo, e da gestão de tesouraria, também no âmbito da gestão do ativo corrente foi sendo dado um acompanhamento rigoroso à monitorização das posições de clientes e à repercussão dos efeitos da crise económica na qualidade creditícia destes, tendo sido possível limitar o agravamento, por exemplo, dos ajustamentos a um valor pouco significativo para a dimensão da atividade.

O quadro seguinte apresenta elementos relativos à posição de liquidez do Grupo a 31 de dezembro de 2013 e 2012, bem como saldos de contas a receber, que refletem o risco máximo de crédito nessas mesmas datas:

	31-Dez-13	31-Dez-12
<b>Ativos não correntes</b>		
Depósitos Judiciais – Brasil	17 648	20 429
Outros ativos não correntes	25 253	30 010
<b>Ativos correntes</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	270 611	85 353
Contas a receber – clientes	205 690	231 574
Outros ativos correntes	75 246	61 950
	<b>594 448</b>	<b>429 316</b>

	31-Dez-13	31-Dez-12
<b>Exposição ao risco de crédito fora de balanço</b>		
Garantias prestadas	66 904	49 602
Outros compromissos	252 462	245 068
	<b>319 366</b>	<b>294 670</b>

A qualidade de risco de crédito e liquidez do Grupo, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, face a ativos financeiros (caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivados), cujas contrapartes sejam instituições financeiras, detalha-se como segue:

	31-Dez-13	31-Dez-12
AA-	-	264
A+	108	2 033
A	18 219	20 678
A-	769	-
BBB	-	3 029
BBB-	-	230
BB+	5 346	-
BB	3 522	5 401
BB-	-	5 949
B+	61 446	2 720
Outros	188 984	45 615
	<b>278 394</b>	<b>85 919</b>
Instrumentos financeiros derivados	7 988	700
Depósitos bancários	270 406	85 219
	<b>278 394</b>	<b>85 919</b>

A rubrica “Outros” contém valores referentes a diversas instituições internacionais, para as quais não foi possível obter a notação de *rating*.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os saldos a receber de clientes apresentavam a seguinte estrutura de antiguidade, considerando como referência a data de vencimento:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Valores não vencidos	136 754	136 171
de 1 a 90 dias	10 090	37 491
de 91 a 180 dias	20 375	21 774
de 181 a 270 dias	17 504	18 339
de 271 a 365 dias	17 662	17 224
a mais de 366 dias	63 165	63 261
	<b>265 550</b>	<b>294 260</b>
Imparidades	(59 860)	(62 686)
<b>Saldo líquido</b>	<b>205 690</b>	<b>231 574</b>

Os valores apresentados correspondem aos montantes em dívida, após os prazos de vencimento contratados. Apesar de existirem atrasos na liquidação de alguns valores face a esses prazos, tal não resulta na identificação de situações de imparidade para além das consideradas através das correspondentes perdas. A imparidade reconhecida respeita, essencialmente, às dívidas com mais de 366 dias.

Do valor total de contas a receber de clientes, os saldos das companhias de aviação e de agências de viagens são regularizados, principalmente, através do sistema *IATA Clearing House*, o que minimiza, substancialmente, o risco de crédito do Grupo TAP.

## 57 - Ativos e passivos contingentes e acontecimentos subsequentes

### PARPÚBLICA

Não são conhecidos ativos e passivos contingentes além das eventuais responsabilidades por remunerações variáveis dos ex-administradores decorrentes dos contratos de gestão para o mandato 2007-2009, sobre as quais existe dúvida sobre o grau de certeza de serem passivos efetivos da empresa. Os prémios respeitam a 50% da remuneração variável de 2008 (77.850,06€) cujo pagamento fora diferido pelo acionista, bem como à remuneração variável de 2009 e por desempenho no mandato de 2007-2009. Em 2010 o acionista pronunciou-se no sentido da não atribuição de remuneração variável tendo em conta o disposto no artigo 172.º da Lei do OE/2010.

### Grupo AdP

#### i) Ativos e Passivos Contingentes

Empresa	Descrição do processo	Gradação de risco	Valorização (em euros)
Águas do Algarve, S.A.	Processo n.º 232/2000 - O processo corre termos no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, proposto pela Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A.. O pedido formulado contra a ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. - inicialmente contra a Águas do Sotavento Algarvio, S.A., - é de € 2.662.385,97 (dois milhões seiscentos e sessenta e dois mil trezentos e oitenta e cinco euros e noventa e sete cêntimos). Decorrida a fase de julgamento, aguarda-se pela decisão sobre a matéria de facto.	Remoto	2.662.386
Águas do Algarve, S.A.	Processo nº 46/09.3BELLE Ação proposta no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé contra a Águas do Algarve S.A. por Somague, Engigás, Neopul, Construtores ACE, em que, no âmbito da empreitada de “conceção/construção do Sistema de abastecimento de água e saneamento às ilhas da Culatra e da Armona em alta -Travessias da Ria Formosa por Perfuração Horizontal Dirigida” e com fundamento em alegada inexecutabilidade técnica das travessias da Ria Formosa, foi formulado um pedido no valor de €8.332.017,21.	Remoto	8.332.017
Águas do Algarve, S.A.	Proc. n.º 297691/11.6YIPRT - Proc. 105/12.5BELLE - Município de VRSA – Em 05-12-2011 a Ada intentou um processo de injunção no montante de 1.596.416 EUR. Após contestação da Ré o Tribunal administrativo e fiscal de Loulé decidiu anular todo o processo por inaptidão do mesmo. A AdA interpôs recurso da decisão e a Ré também. O auto deu entrada no Tribunal Central Administrativo do Sul no dia 13-11-2012 e tem o número 9414/12 e está a aguardar decisão judicial. Considerando que os processos em tribunal relacionados com a faturação de VMG acarretam algum risco quanto à sua decisão, já que existe alguma resistência por parte dos Clientes relativamente ao pagamento de gastos não incorridos pela Empresa. Foi constituída uma provisão de 1.081.293,57€ (VRSA 390.043,69€ + TaviraVerde 691.249,87€) em 2012. Em 2013, a mesma foi reforçada em 223.233 €.	Provável	1.596.416

Empresa	Descrição do processo	Gradação de risco	Valorização (em euros)
Águas do Algarve, S.A.	Proc. n.º 296791/11.4YIPRT - Proc. 10/12.7BELLE - Município de VRSA – Em 05-12-2011 a Ada intentou um processo de injunção no montante de 2.495.898,41 EUR. O auto deu entrada no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé no dia 23-01-2012. Foi pedido à Ada para aperfeiçoar a petição inicial tendo esta sido novamente enviado para o tribunal no dia 01-03-2012 a Ré apresentou a contestação em 11-04-2012 e a audiência preliminar realizar-se-á no dia 31-01-2013. Considerando que os processos em tribunal relacionados com a faturação de VMG acarretam algum risco quanto à sua decisão, já que assiste alguma resistência por parte dos Clientes relativamente ao pagamento de gastos não incorridos pela Empresa, foi constituída uma provisão de 1.081.293,57€ (VRSA 390.043,69€ + TaviraVerde 691.249,87€) em 2012.	Provável	2.495.898
Águas do Algarve, S.A.	Proc. 4278/11.2BELLE - Município de Tavira/TaviraVerde, E.M. – Ação administrativa intentada em 14-07-2011, no valor de 2.533.779,30 EUR. Em 21-05-2012 realizou-se a audiência preliminar onde foi decidido apensar este processo ao processo anterior com o número 65/10.7BELLE. Aguarda decisão do tribunal. Considerando que os processos em tribunal relacionados com a faturação de VMG acarretam algum risco quanto à sua decisão, já que assiste alguma resistência por parte dos Clientes relativamente ao pagamento de gastos não incorridos pela Empresa, foi constituída uma provisão de 1.081.293,57€ (VRSA 390.043,69€ + TaviraVerde 691.249,87€) em 2012. Em 2013, a mesma foi reforçada em 223.233 €.	Provável	2.533.779
Águas do Algarve, S.A.	Processo Nº 715/09.8 BELLE Ação instaurada no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé pela Águas do Algarve, S.A. contra Somague, Engigás, Neopul, Construtores, ACE e contra as respetivas empresas agrupadas, na qual foi formulado pedido de € 1.894,762,79 por incumprimento definitivo do contrato de empreitada, imputável ao empreiteiro (trata-se da mesma empreitada de “conceção/construção do Sistema de abastecimento de água e saneamento às ilhas da Culatra e da Armona em alta -Travessias da Ria Formosa por Perfuração Horizontal Dirigida”). Foi proferida sentença que absolveu as demandadas. Essa sentença não apreciou as questões de mérito suscitadas na ação (basicamente, a justeza da rescisão do contrato de empreitada e da pretensão indemnizatória daí emergente, reclamada pela Águas do Algarve), tendo sido fundamentada, exclusivamente, na circunstância de, no entendimento do Tribunal, a ação ter sido instaurada para além do prazo de caducidade de 132 dias previsto no art. 255º do RJEOP (aprovado pelo Decreto Lei nº 59/99, de 2 de Março). Essa decisão é manifestamente ilegal. O preceito legal (art. 255º do RJEOP) que fixa o prazo de caducidade de 132 dias invocado pela sentença, como resulta da respetiva letra, é aplicável apenas às ações propostas pelo empreiteiro e não já também às ações propostas pelo dono da obra (no caso, a Águas do Algarve). E ainda que tal preceito fosse aplicável ao caso vertente, a ação foi instaurada no 130º dia subsequente à rescisão do contrato de empreitada. Assim, foi interposto recurso para o Tribunal Central Administrativo Sul, que se acha pendente. O provimento desse recurso ocasionará apenas que a ação possa prosseguir a sua normal tramitação para se apurar se a rescisão contratual determinada pela Águas do Algarve se fundamenta ou não em justa causa e, bem ainda, para se apurar quais os danos indemnizáveis daí emergentes.	Remoto	1.894.763
Águas do Centro Alentejo, S.A.	Processo 360365/10.4YIPRT que corre os seus termos no 1º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Évora, no qual a AdCA é autora e o Município de Évora Réu, trata-se da conversão em ação ordinária da injunção intentada em Novembro de 2010, para cobrança do valor de € 5.599.742,96. O processo encontra-se a aguardar a marcação de audiência de julgamento. Entretanto, o município já efetuou alguns pagamentos ao abrigo do PAEL, encontrando-se apenas em dívida em 31 de Dezembro de 2013, no que diz respeito a este processo, a quantia de € 899.819,60, a que crescem os juros de mora.	Possível	5.599.742.96 Euros

Empresa	Descrição do processo	Graduação de risco	Valorização (em euros)
Águas do Centro Alentejo, S.A.	Processo 194/12.2BEBJA que corre termos no TAF de Beja, sendo um processo de execução contra o Município de Évora, para cobrança de € 5.026.576,34. Trata-se da execução da injunção n.º 216966/11.0YIPRT, a qual foi convertida em título executivo. O município de Évora deduziu oposição à execução, sem fundamento legal, alegando a inclusão das faturas apresentadas para execução no PAEL.	Possível	5.026.576,34, Euros
Águas do Centro Alentejo, S.A.	Processo 358/13.1BEBJA que corre os seus termos no TAF de Beja e resultou da remessa da injunção 98658/13.5YIPRT, contra o Município de Évora, para a cobrança de € 7.498.698,00. Trata-se da conversão em ação ordinária da injunção intentada em Julho de 2013, por via da dedução de oposição por parte do Município em causa. As probabilidades de ganho de causa são elevadas.	Possível	7.498.698,00 Euros
Águas do Centro Alentejo, S.A.	Processo 359/13.0BEBJA que corre os seus termos no TAF de Beja e resultou da remessa da injunção 99440/13.5YIPRT, contra o Município de Évora, para a cobrança de € 7.030.769,97. Trata-se da conversão em ação ordinária da injunção intentada em Julho de 2013, por via da dedução de oposição por parte do Município em causa. As probabilidades de ganho de causa são elevadas.	Possível	7.030.769,97 Euros
Águas do Noroeste, S.A.	Construtora do Tâmega, SA e Outros	Remoto	2.965.666
Águas do Noroeste, S.A.	Construtora do Tâmega, SA e Outros	Remoto	3.326.980
Águas do Noroeste, S.A.	Alberto Martins de Mesquita & Filhos, SA	Remoto	8.457.485
Águas do Oeste, S.A	Faturação de mínimos ao Município de Alcobaça em 2010	Possível	2.285.656
Águas de Santo André, S.A	Processos de injunções e ações administrativas ordinárias à Câmara Municipal de Santiago do Cacém, relativos à prestação de serviços de Recolha e Tratamento de Água Residual Urbana	Provável	2.567.879
Águas de Santo André, S.A	Processos de injunções e ações administrativas ordinárias à Câmara Municipal de Sines, relativos à prestação de serviços de Recolha e Tratamento de Água Residual Urbana e Abastecimento de Água para Consumo Humano em Alta	Provável	2.964.338
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	Contraordenação por falta de licença ( a obra foi devidamente licenciada pela CCDRN, conforme licença P.DV.nº266/07). Sobre esta contraordenação a ATMAD já procedeu à apresentação de defesa. Processo n.º 403549	Remoto	2.500.000
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	Sobre esta contraordenação a ATMAD já procedeu à apresentação de defesa, processo nº 2063/2008.	Remoto	2.500.000
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	Contraordenação de rejeição de águas residuais para a valeta. Sobre esta contraordenação a ATMAD já procedeu à apresentação de defesa. Processo nº 5955/2008.	Remoto	2.500.000
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	Contraordenação de rejeição de águas residuais para uma linha de água no solo. Sobre esta contraordenação a ATMAD já procedeu à apresentação de defesa. Processo nº 10586/2009.	Remoto	2.500.000
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	Contraordenação de rejeição de águas residuais para uma linha de água no solo. Sobre esta contraordenação a ATMAD já procedeu à apresentação de defesa. Processo nº 4179/2009.	Remoto	2.500.000

Empresa	Descrição do processo	Graduação de risco	Valorização (em euros)
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	Através desta ação, alegam que a Ré, no âmbito do contrato de empreitada para a construção de execução da barragem de Pretarouca, impôs uma série de alterações e modificações ao projeto inicial, alterando o seu objeto e a forma inicial do concurso, no sentido de obter uma indemnização para si, a ação já foi contestada, e juntou-se bastante prova documental que considere relevante para o decaimento do pedido. Em ambas as situações aguarda-se marcação de audiência de julgamento, não sendo, na presente data, possível afirmar, com um grau de probabilidade razoável, qual a estimativa final de responsabilidades, incluindo custas judiciais e outros encargos. Processo nº 334/10.	Remoto	4.383.552
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	Ação declarativa de condenação por falta de pagamento de faturas emitidas pela ATMAD. Processo nº 149/12.	Remoto	1.736.980
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	Ação administrativa comum, em que o consórcio SADE/EDIOC, pedem o valor de 3.053.327,10, título de indemnização por sobregastos em obra. A ATMAD contestou e reconveio pedindo o valor 1.917.816,48, a título de indemnização pelos prejuízos causados pelas AA. à ATMAD, pela demora em terminarem a obra, sendo que a ATMAD aplicou muitas contratuais a este consórcio que não estão, ainda a ser discutidas judicialmente.	Remoto	1.859.936
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	Ação administrativa entreposta pela empresa Conduril relativa ao contrato de empreitada de construção da barragem de Olgas no tribunal administrativo e fiscal de Mirandela. Processo nº 280/09.	Remoto	2.019.888
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	Ação arbitral proposta pelo MUNICÍPIO DO FUNDÃO, que vem reclamar o pagamento de indemnização no montante de € 43.394.957,71 (quarenta e três milhões trezentos e noventa e quatro mil novecentos e cinquenta e sete euros e setenta e um cêntimos). Paralelamente, a AzC reclama do MUNICÍPIO DO FUNDÃO o pagamento de indemnização no valor de € 186.149 (cento e oitenta e seis mil cento e quarenta e nove euros). Por acórdão de 29 de Outubro de 2010, o Tribunal Arbitral reconheceu apenas parcialmente a pretensão do MUNICÍPIO DO FUNDÃO, com um quantitativo a fixar em sede de execução de sentença e com um valor limite de € 762.022,59 (setecentos e sessenta e dois mil vinte e dois euros e cinquenta e nove cêntimos). Por seu turno, relativamente à AZC, o pedido indemnizatório formulado foi julgado parcialmente procedente, com a atribuição de uma indemnização também a fixar em execução de sentença e com o limite máximo de € 364.615 (trezentos e sessenta e quatro mil seiscentos e quinze euros). Ambas as partes recorreram da decisão do Tribunal Arbitral, encontrando-se o processo, neste momento, ainda a aguardar a decisão do Tribunal Central Administrativo Sul.	Remoto	43.394.958
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	Processo n.º 450/11.7BECTB – Ação administrativa comum, sob a forma de processo ordinário, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, proposta pelo MUNICÍPIO DE AGUIAR DA BEIRA, MUNICÍPIO DE ALMEIDA, MUNICÍPIO DE BELMONTE, MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA, MUNICÍPIO DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO, MUNICÍPIO DE FORNOS DE ALGODRES, MUNICÍPIO DO FUNDÃO, MUNICÍPIO DE GOUVEIA, MUNICÍPIO DA GUARDA, MUNICÍPIO DE MANTEIGAS, MUNICÍPIO DE MEDA, MUNICÍPIO DE PENAMACOR, MUNICÍPIO DE PINHEL e MUNICÍPIO DE SABUGAL contra o MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, MAR, AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO e a AZC. Nessa ação pretendem os municípios que (i) seja declarada a nulidade do contrato de concessão de exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água para consumo público e para recolha, tratamento e rejeição de efluentes celebrado em 15 de Setembro de 2000, entre o Estado Português e a AZC, que (ii) seja declarada a nulidade dos contratos de recolha de efluentes e de abastecimento de água, celebrados, na mesma data, entre os Autores e a AzC e que (iii) seja declarada a nulidade dos contratos de cedência e valorização de infraestruturas municipais celebrados entre os Autores e a AzC. Aguarda-se pela fase de indicação de meios de prova, que é prévia à fase de julgamento;	Remoto	n/a

Empresa	Descrição do processo	Graduação de risco	Valorização (em euros)
Sanest, S.A.	Natureza do Processo: Injunção n.º 389714/08.3YIPRT, que passou a Proc. Judicial n.º 119/09.2BELSBTAC Lisboa. Descrição do processo: Injunção instaurada pela SANEST, conforme instruções da AdP, contra o Município de Sintra, por dívidas dos respetivos SMAS relacionadas com a prestação de serviços de recolha de efluentes da área do referido Município, faturados na sequência da implementação do sistema de faturação por medição de caudais, conforme Contrato de Concessão e Contrato de Recolha de Efluentes.	Possível	1.845.277
Sanest, S.A.	Natureza do Processo: Processo Judicial n.º 3872/07.4TBCSC e Apenso / Cascais – de determinação da indemnização por expropriação Descrição do processo: Recurso Contencioso da Arbitragem Indemnizatória no âmbito da expropriação pela SANEST da Parcela 1, necessária a construção da nova ETAR da Guia, Fase Líquida, que se refere a DUP constante do despacho n.º 26441/2005, do Senhor SEOTC, publicado no D.R. II série n.º 244, de 22/12/2005;	Possível	1.382.600
Sanest, S.A.	Natureza do Processo: Processo Judicial n.º 1263/12.4BELSB – TAC Lisboa Descrição do Processo: Ação Administrativa Comum – forma ordinária, intentada pelo Município de Sintra contra a SANEST, por alegados prejuízos causados pela não retificação/ reembolso de IVA liquidado em excesso pela mesma na faturação àquele, de Julho de 2000 a Abril de 2003 e pelo mesmo paga, dos Serviços de Recolha e Tratamento de Águas Residuais, conforme Contratos de Concessão e de Recolha de Efluentes.	Possível	1.564.420

*ii) Eventos Subsequentes relevantes*

No dia 20 de março de 2014 foi publicado o Decreto-Lei n.º 45/2014, que aprova o processo de reprivatização da Empresa Geral do Fomento, S.A. (EGF).

Pela resolução de Conselho de Ministros n.º 32/2014 de 24 de abril foi aprovada a segunda fase do processo de reprivatização da REN Redes Energéticas Nacionais, empresa em que a PARPÚBLICA detém 9,9%

Grupo TAP

*i) Ativos contingentes*

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o Grupo não possuía ativos contingentes.

ii) *Passivos contingentes*

A subsidiária brasileira TAP M&E Brasil possui ações de naturezas tributária, civil e laboral, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação dos seus consultores jurídicos, para as quais não foi constituída provisão, conforme segue:

Descrição	31-Dez-13	31-Dez-12
<p><b>Ações laborais - Fundo de garantia do tempo de serviço ("FGTS") não depositado entre 2002/2004 e Periculosidade/Insalubridade</b></p> <p>A principal ação laboral trata-se de um processo movido pelo Sindicato onde é reclamado o depósito do FGTS entre o período 2002 e 2004 de todos os funcionários de Porto Alegre.</p> <p>A outra ação refere-se, ao requerimento de pagamento adicional de insalubridade e periculosidade, para todos os funcionários que exercem a função de auxiliar de manutenção de aeronaves em Porto Alegre. Após análise da prova pericial, foi concluído que as atividades exercidas não se caracterizam como perigosas ou insalubres. O processo encontra-se no Tribunal Superior do Trabalho de Brasília com recurso do Sindicato para ser julgado.</p> <p>A TAP M&amp;E Brasil entende, baseada em informações provenientes dos seus advogados, que destes processos não resultarão impactos materialmente relevantes, suscetíveis de afetar as suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.</p>	67 701	75 864
<p><b>Ação fiscal - Execução fiscal de obrigações acessórias de ICMS</b></p> <p>Em dezembro de 2007, a subsidiária foi notificada, no âmbito de uma execução fiscal, proposta pela Fazenda do Estado de São Paulo (Guarulhos), relativa a obrigações acessórias de ICMS. A subsidiária realizou a penhora de 2% da faturação, bem como a suspensão da execução com as razões para a revisão da execução fiscal. Atualmente, a subsidiária está a aguardar a decisão do Juiz em relação à suspensão da execução. A probabilidade de perda por parte da subsidiária é considerada possível.</p>	8 927	10 288
<p><b>Ação fiscal - Auto de infração de imposto de importação ("II"), imposto sobre produtos industrializados ("IPI"), programa de integração social ("PIS") e contribuição para financiamento da segurança social ("COFINS")</b></p> <p>A subsidiária foi notificada pela Reserva Federal, em 16 de outubro de 2007, que entendeu não serem aplicáveis às operações de importação da subsidiária a isenção de II e IPI e a alíquota 0% de PIS e COFINS. Aguarda-se o julgamento da defesa apresentada pela subsidiária. A TAP M&amp;E Brasil entende, baseada em informações provenientes dos seus advogados, que deste processo não resultarão impactos materialmente relevantes, suscetíveis de afetar as suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013. A probabilidade de perda por parte da subsidiária é considerada possível.</p>	34 677	44 740
<p><b>Ação fiscal - Auto de infração de imposto de renda da pessoa jurídica ("IRPJ"), contribuição social sobre lucro líquido ("CSLL"), PIS e COFINS referente ao ano de 2007</b></p> <p>O fisco federal entendeu que haveria inconsistência nas declarações apresentadas pela subsidiária TAP M&amp;E Brasil, desconsiderando, assim, toda a contabilidade para o período mencionado e arbitrando o valor dos tributos devidos. No decurso do ano de 2013, o processo, cujo montante era mais significativo, relacionado com o IRPJ e CSLL foi concluído com êxito. Relativamente às contribuições PIS e COFINS foi apresentada manifestação de inconformidade e aguarda-se o julgamento em 1ª instância.</p>	1 449	48 488
<p><b>Ação fiscal - Auto de infração de incumprimento no regime de admissão temporária</b></p> <p>Em 2012, a subsidiária foi notificada pela Receita Federal, devido ao não cumprimento do regime de importação temporária. Os advogados de defesa concluíram que a probabilidade de perda para a subsidiária é considerada como possível.</p>	5 090	5 692
<p><b>Ação fiscal - Auto de infração de IRPJ/CSLL</b></p> <p>Em 2012, foram instaurados vários processos administrativos, decorrentes da não homologação da compensação, realizada através da Declaração de Compensação de Tributos referentes a saldos negativos de IRPJ e de CSLL, por suposta utilização de créditos indevidos. Foi apresentada manifestação de inconformidade e aguarda-se o julgamento em 1ª instância. A probabilidade de perda por parte da subsidiária é considerada possível.</p>	213	232
<p><b>Ação fiscal - Auto de infração - Multa tributária</b></p> <p>A subsidiária TAP M&amp;E Brasil foi multada por incumprimento de regimes de exportação temporária em 2009. Todos os processos administrativos decorrentes estão a ser defendidos no âmbito do Conselho de Contribuintes, sendo a probabilidade de perda por parte da subsidiária considerada possível.</p>	190	216

Descrição	31-Dez-13	31-Dez-12
<b>Ação fiscal - Auto de infração – Compensação de tributos não homologada</b> A subsidiária foi notificada pela inconformidade no preenchimento da Declaração de Compensação de Tributos, não tendo sido homologada. Os advogados de defesa concluíram que a probabilidade de perda é considerada como possível.	77	88
<b>Outras - Ativos penhorados</b> A subsidiária TAP M&E Brasil possui diversos bens ativos penhorados, no valor de 15.070 milhares de Euros (18.158 milhares de Euros em 2012), que se referem a garantias requeridas em processos fiscais e laborais. Entre os bens encontram-se veículos, computadores, componentes, itens dos hangares do Rio de Janeiro e Porto Alegre, entre outros.	15 070	18 158

#### Grupo Baía do Tejo

##### *i) Passivos contingentes*

Dos processos judiciais em curso em 31 de dezembro de 2013 referentes a um fornecedor que reclamava o pagamento de faturas em dívida e respetivos juros de mora, bem como de outros trabalhos prestados, no montante global de 4 563 milhares de euros apenas está em curso a ação que reclamava os juros de mora sendo que as restantes ações já transitaram em julgado com decisão favorável à Baía do Tejo. A garantia bancária prestada no montante de 1 666 milhares de euros, foi já reclamada em fevereiro de 2014 no sentido da mesma ser libertada.

Os acórdãos favoráveis à Baía do Tejo, proferidos no âmbito dos processos findos no corrente ano mormente o proferido no âmbito do processo nº 4155/05 TB SXL, foi junto à referida ação de reclamação de juros de mora esperando-se decisão favorável à Baía do Tejo. Foi também proferida sentença favorável à Baía do Tejo relativa a uma das ações em que são reclamados juros por atraso no pagamento de faturas, encontrando-se em curso o recurso de revista interposto pela Autora já em Janeiro de 2013.

Salienta-se que, do valor da dívida reclamada, a Empresa tem registada uma fatura no montante de 635 milhares de euros. Por outro lado, uma vez que este assunto está relacionado com o processo de despoluição dos pós históricos da Maia, todos os gastos deste processo foram assumidos pelo Estado, por Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças nº 814/08-SETF, de outubro, pelo que não foi constituída qualquer provisão.

Ainda relacionado com o processo dos Pós históricos da Maia decorre em contencioso um processo, interposto em julho de 2008, contra a Urbindústria, Snegses, SN Longos e o fornecedor acima referido, referente a um pedido de suposta remoção de resíduos depositados indevidamente nos terrenos do autor da ação. O pedido da ação ascende a 1 045 milhares de euros. Tal como na situação acima referida, assume-se que os eventuais encargos que possam ocorrer serão assumidas pelo Estado, não sendo por isso constituída qualquer provisão para o efeito.

##### 1) Matérias Ambientais

No âmbito do processo de liquidação da Siderurgia Nacional, SGPS, S.A., foram assumidas pela Urbindústria, mediante Despacho Conjunto dos Secretários de Estado do Tesouro e das Finanças e da Indústria e Energia, as responsabilidades que aquela Empresa tinha assumido, no âmbito dos acordos celebrados em Julho de 1995, com a Lusosíder, Aços Planos, S.A., com a Siderurgia Nacional – Empresa de Produtos Longos, S.A., associadas aos processos de privatização e com a Siderurgia Nacional – Empresa de

Serviços, S.A., (posteriormente transformada em SNEGES), relacionadas com ações de descontaminação ambiental, tratamento de resíduos sólidos e sedimentos nas instalações destas sociedades, no Seixal e na Maia, que tivessem sido gerados antes da constituição das mesmas.

No âmbito dos mencionados acordos de 1995 a então Siderurgia Nacional – Empresa de Serviços, S.A., também assumiu responsabilidades ambientais de natureza semelhante.

Deste modo, e face ao processo de fusão operado em 2009, as referidas responsabilidades foram todas integradas na Baía do Tejo.

Por sua vez, a ex-Quimiparque, ao integrar no seu património uma área industrial, no Barreiro, onde, ao longo dos anos, se desenvolveram diversas indústrias químicas, assumiu igualmente responsabilidades decorrentes dos diversos resíduos e sedimentos existentes no referido território.

#### 1.a) Instalações siderúrgicas da Maia

Em 1998 deu-se início ao processo de descontaminação ambiental dos resíduos da fábrica da Maia, pertencente à SN Longos. No entanto, na sequência de uma determinação da Direção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território – Norte, foram suspensos os trabalhos de remoção de resíduos, para clarificação de dúvidas relacionadas com as quantidades e classificação dos resíduos removidos e a remover. Em resultado desta decisão, o Conselho de Administração da altura decidiu suspender o pagamento de faturas apresentadas diretamente pela entidade responsável pela remoção dos resíduos, até completo esclarecimento da situação.

Em consequência da suspensão dos trabalhos e do não pagamento das faturas foram, entretanto e numa primeira fase, intentados processos de injunção por parte da empresa responsável pela remoção dos resíduos, no valor global de 1.648 milhares de euros, reclamando o pagamento das faturas vencidas.

A Baía do Tejo deduziu oposição, tendo em consideração as dúvidas existentes relacionadas com as quantidades de resíduos removidos, tendo prestado garantia pelo montante global reclamado pelo fornecedor. Entretanto, uma das faturas em causa, no montante de 1 013 milhares de euros, foi devolvida, por se entender que não correspondia a serviços efetivamente prestados.

Os restantes 635 milhares de euros encontram-se registados em Fornecedores conta corrente, muito embora não estejam a ser reconhecidos juros vencidos.

Adicionalmente, a empresa prestadora dos serviços de remoção intentou ainda mais três ações judiciais contra a Baía do Tejo, requerendo o pagamento de juros de mora pelo atraso no pagamento das faturas, nos montantes de 1 606 milhares de euros, 46 milhares de euros e 1 285 milhares de euros.

O Tribunal proferiu, em junho de 2010, decisão desfavorável à Baía do Tejo, tendo esta interposto recurso, requerendo efeito suspensivo e prestado garantia bancária, acabando por vir a ser absolvida do pedido por decisão do Supremo Tribunal de Justiça em sede de recurso. Atualmente, encontra-se a aguardar decisão sobre o requerimento apresentado pela Autora da ação, que arguiu a nulidade do Acórdão proferido pelo STJ, razão pela qual ainda não transitou em julgado o referido Acórdão, mantendo-se, todavia, cativa a caução prestada. Contudo, foi também proferida sentença favorável à Baía do Tejo relativa a uma das

ações em que são reclamados juros por atraso no pagamento de faturas, encontrando-se em curso o recurso de revista interposto pela Autora em já janeiro de 2013.

As demonstrações financeiras não refletem qualquer responsabilidade relacionada com estes processos, entendendo o Conselho de Administração que assiste razão à Empresa. No entanto, ainda que tal não se verifique, qualquer responsabilidade adicional que recaia sobre a Baía do Tejo será repercutida sobre o Estado, atendendo a que se trata de responsabilidade ambientais por factos ocorridos no período pré-privatização .

Em dezembro de 2009 foi já concluída a empreitada de remoção dos pós históricos remanescentes que ainda permaneciam nas instalações da SN-Longos Maia, tendo sido emitido pela Agência Portuguesa do Ambiente o Atestado de Não Contaminação da área de intervenção em causa, nos termos previstos no Acordo celebrado em dezembro de 2009 entre a Urbindústria, a SN-Longos e a PARPÚBLICA. No âmbito da assunção, pelo Estado, destas responsabilidades, esta empreitada não gera qualquer impacte sobre a conta de exploração da Baía do Tejo.

#### 1.b) Instalações siderúrgicas do Seixal

Com a transformação da Siderurgia Nacional, Empresa de Serviços, S.A., dando origem à SNEGES, operada em 2005, os principais objetivos da gestão centraram-se no desenvolvimento do estudo de Ordenamento Urbano e Paisagístico de reconversão da área afeta à atividade siderúrgica do Seixal, perspetivando-se a criação nesta zona de um Pólo Empresarial, no qual venham a sediar-se novas unidades empresariais destinadas à indústria, comércio e serviços, zonas de habitação, de recreio e de lazer junto ao rio.

Entretanto, foram concluídas, no decurso do exercício de 2009, as ações relativas às demolições de parte significativa dos edifícios desativados e ao desmantelamento dos equipamentos afetos à antiga atividade siderúrgica, bem como à respetiva limpeza dos terrenos.

Na sequência do Despacho Conjunto nº 28.176/2007, de 24 de Agosto, dos Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia e da Inovação, visando a inventariação, qualificação e quantificação dos passivos ambientais por solos contaminados em zonas agrícolas, industriais e de exploração mineira, entre outras, e consequente aplicação de um plano de investimento para a sua recuperação, foi constituído um Grupo de Trabalho para definir orientações e prioridades no domínio da reabilitação das áreas contaminadas e enquadrar o programa de investimento neste domínio a submeter a financiamento comunitário no âmbito dos Programas Operacionais do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN 2007-2013).

Neste contexto, foi constituído, em Dezembro de 2008, um ACE juntamente com a EGF, com o objetivo de coordenar e preparar a candidatura ao Programa Operacional de Valorização do Território, com vista à obtenção de financiamento comunitário necessário à realização do programa de requalificação ambiental dos terrenos anteriormente afetos à atividade siderúrgica no Seixal.

No âmbito deste ACE foi adjudicado o Estudo final de caracterização do estado de contaminação dos solos e águas subterrâneas e definição dos usos futuros do território, avaliação do risco e definição de cenários de descontaminação e respetiva estimativa de gastos, bem como a prestação de serviços de fiscalização deste estudo, que se realizou a coberto das candidaturas apresentadas.

A candidatura deste Estudo aos apoios do POVT teve decisão favorável, envolvendo um contrato de financiamento de 500 ME já assinado, com uma comparticipação de 350 ME.

O referido Estudo foi concluído no 4º trimestre de 2011 permitindo a elaboração o Plano Diretor de Intervenção apresentado à Agência Portuguesa do Ambiente e ao P.O.V.T./Q.R.E.N. para validação e posterior apresentação de novas candidaturas a fundos comunitários no sentido de prosseguir com as ações de remoção de resíduos e de descontaminação de solos e águas subterrâneas.

Entretanto, em 2010, foi apresentada uma segunda candidatura ao POVT, para a remoção dos resíduos depositados no Vazadouro Central e no Vazadouro I, incluindo as respetivas ações de fiscalização, bem como do seu transporte e entrega em destino final adequado para valorização / tratamento / eliminação. Esta candidatura, que já foi objeto de decisão favorável de financiamento, contempla uma estimativa de investimento de 12 974 milhares de euros, com uma comparticipação comunitária estimado de 9 082 milhares de euros.

Em 2011 e na sequência de concurso público internacional, foi adjudicada e concluída a ação de remoção de resíduos depositados na Zona Poente do Vazadouro I. Esta ação que incluiu a prestação de serviços de fiscalização, teve um gasto global de 2 870 milhares de euros com uma comparticipação comunitária de 2 009 milhares de euros.

Em 2012 e na sequência de um novo concurso público internacional, foi adjudicada e concluída a remoção das lamas do alto-forno localizadas na zona central, mais concretamente na margem norte da Lagoa da palmeira. Esta ação teve um gasto global, incluindo os serviços de fiscalização, no montante de 2 084 milhares de euros.

Segundo a mesma metodologia das ações anteriores, em 2013 foram executadas duas ações de eliminação de passivos ambientais (remoção de resíduos nas Zonas Central e Nascente do Vazadouro I), no valor global de 5 714 milhares de euros.

Encontra-se constituída uma provisão no montante de 4 415 milhares de euros, para fazer face às responsabilidades ambientais decorrentes em questão. Adicionalmente, existe ainda uma outra provisão, destinada a acautelar encargos com desmantelamento de instalações, no montante de 499 milhares de euros, totalizando 4 914 milhares de euros.

Deste modo, o Conselho de Administração não se encontra ainda em condições de avaliar se a provisão constituída será, ou não, suficiente para fazer face aos encargos envolvidos de responsabilidade da empresa.

### 1.c) Instalações industriais do Barreiro

Na sequência do referido Despacho Conjunto nº 28.176/2007, de 24 de Agosto, foi igualmente constituído, no final de 2008, um outro ACE, envolvendo também a EGF, com o objetivo de coordenar e preparar a candidatura ao POVT, com vista à obtenção de financiamento comunitário necessário à realização do programa de requalificação ambiental da zona industrial do Barreiro pertencente à Baía do Tejo.

A candidatura teve decisão favorável, envolvendo uma comparticipação de 350 milhares de euros.

O referido Estudo foi concluído no 3º trimestre de 2011, e na sequência do concurso realizado, foi já adjudicada e concluída a empreitada de remoção dos resíduos depositados no Parque de Lamas de Zinco. Este investimento foi contratualizado com uma decisão favorável de cofinanciamento, no montante de 3 049 milhares de euros.

Em 2010, foi apresentada uma segunda candidatura ao POVT para remoção de resíduos de hidrometalurgia do zinco, incluindo as respetivas ações de fiscalização, bem como o transporte e entrega em destino final adequado para valorização/tratamento/eliminação.

Não obstante os trabalhos em curso contribuirão para a redução das responsabilidades ambientais, não é ainda possível estimar o volume global de encargos que resultarão para a Baía do Tejo, decorrentes das responsabilidades ambientais, não se encontrando constituída qualquer provisão específica para as responsabilidades existentes no território do Barreiro.

Contudo e conforme referido em iii), encontram-se constituídas provisões, no montante de 4 914 milhares de euros (6 611 milhares de euros em 2012), para fazer face a responsabilidades de natureza ambiental.

#### Grupo SIMAB

##### *i) Ativos Contingentes*

Em 4 de janeiro de 2013 deu entrada no Tribunal Tributário de Lisboa um processo de impugnação judicial contra a Administração Tributária em que a SIMAB reclama o pagamento de 12 milhares de euros, a título de juros indemnizatórios.

Este processo teve origem numa ação de inspeção tributária realizada à SIMAB, decorrente de um pedido de reembolso de IVA de junho de 2000. A SIMAB reclamou das liquidações adicionais de IVA efetuadas pela Inspeção Tributária, tendo no entanto pago em 2005 o montante de 69 milhares de euros, o qual lhe veio a ser reembolsado apenas em 2009 e 2010 após obter despacho favorável em processo de recurso hierárquico.

De acordo com o artigo 43º da Lei Geral Tributária, os juros indemnizatórios não dependem de solicitação do contribuinte devendo ser satisfeito oficiosamente pela Administração Tributária. No entanto, tendo a SIMAB verificado que esta norma não tinha sido atendida, reclamou o pagamento dos mesmos, tendo obtido indeferimento da reclamação. Recorreu da decisão hierarquicamente, tendo sido notificada do indeferimento em outubro de 2012. Por terem sido esgotados os meios de defesa gratuitos, foi interposto o referido processo de impugnação judicial. Em 14 de junho de 2013, o Tribunal Tributário de Lisboa, Segunda Unidade Orgânica, informou a recorrente que, no âmbito do processo nº50/13.7 (BELRS) foi admitida liminarmente a impugnação. Em 18/10/2013 o Tribunal Tributário de Lisboa deu conhecimento, no âmbito do contraditório, da contestação já apresentada pela Autoridade Tributária.

ii) *Passivos Contingentes*

1) Na SIMAB, relativamente à ação declarativa interposta pela SIMAB contra a MACB – Mercado Abastecedor da Cova da Beira, SA, para pagamento da dívida no valor de 45,5 milhares de euros e ao mesmo processo judicial, com o pedido reconvenicional na qual a MACB, SA que solicita o pagamento de 230 milhares de euros, foi proferida sentença, em 21 de novembro de 2013, a qual julgou improcedentes ambos os pedidos, tendo absolvido a MACB e a SIMAB do pagamento das dívidas peticionadas. A SIMAB interpôs recurso para o tribunal da relação em janeiro de 2014. A MACB não interpôs qualquer recurso da decisão de 1ª instância. Aguarda-se decisão da Relação. Não sendo possível determinar a probabilidade de haver um desfecho favorável ou não à SIMAB, dependendo o mesmo de fatores exógenos não controláveis pela empresa, não foi constituída qualquer provisão para riscos e encargos no âmbito deste processo.

2) Na MARE o montante das ações interpostas por parte de operadores e outras entidades são discriminados conforme elementos abaixo:

Identificação	Tipo de Ação	Posição da MARE	Valor do Pedido (milhares de euros)	Estado do processo
Sobral, Lda	Processo de Insolvência 1º Juízo Cível – Trib. Judicial Évora	Reclamante	13,1	A MARE viu o seu crédito reconhecido. Existem perspectivas muito baixas da MARE, S.A. obter qualquer recebimento no âmbito do processo.
Sobral, Lda	Processo Executivo 1º Juízo Cível – Trib. Judicial Évora Proc. Nº 1711/10.8 TBEVR	Exequente	14,5	Execução para pagamento de quantia certa, referente a faturas de taxa de utilização em dívida. Suspensão da instância devido à insolvência do executado, tendo a MARE reclamado crédito no respetivo processo. Não será possível recuperar quaisquer quantias no âmbito deste processo, devido à insolvência do executado. Assim, o eventual pagamento desta dívida apenas poderá ter lugar no âmbito do processo de insolvência (Processo referido acima)
Cariço Peixaria, Lda	Processo de Insolvência 1º Juízo Cível – Trib. Judicial Évora Processo nº 1929/11.6 TBEVR	Reclamante	7,3	A MARE reclamou créditos no valor de 7 268,36 euros, crédito que veio a ser reconhecido na sua totalidade. Todavia, até à presente data não lhes foi paga qualquer quantia. Existem perspectivas muito baixas da MARE, S.A. obter qualquer recebimento no âmbito deste processo.
Maria Bento Silva	Processo de insolvência 271/13.2 TBMMN-B Trib. Judicial Montemor-o-Novo	Autora	8,2	Em 14 de janeiro a MARE foi notificada da lista de credores com créditos reconhecidos no processo de insolvência. Existem perspectivas muito baixas da MARE, S.A. obter qualquer recebimento no âmbito deste processo.
<b>TOTAL</b>			<b>43,1</b>	

3) Na MARL o montante das ações interpostas por parte de operadores e outras entidades são discriminados conforme elementos abaixo:

Identificação	Tipo de Ação	Posição do MARL	Valor do Pedido (milhares de euros)	Estado do processo
Categoria	Ação Coletiva	Ré	7 812	Pedido de ineficácia do contrato e pedido de indemnização. MARL absolvida. Custas de parte (2 137,6 euros) pedidas à Categoria. O processo pronto para seguir para execução deste valor.
Ricardo Jorge Marques Constantino	Processo Executivo	Exequente	2,6	Execução de sentença.
Ricardo Jorge Marques Constantino	Processo Executivo ((injunção)	Exequente	0,5	Execução de Injunção.
Azeol	Ação declarativa de condenação	Autora	n.d.	Azeol condenada a pagar à MARL 6 316,54 euros. Acrescendo juros e custas de parte, o valor em dívida ascende atualmente a 1 625,68 euros.
Frijo Service	Ação declarativa de condenação com processo ordinário.	Ré/Interveniente (Intervenção parte acessória)	29,8	Frijo Service peticiona indemnização contra a MARL, em sede de direito de regresso. Foi proferida sentença absolvendo a RR do pedido. O processo encontra-se em fase de recurso.
Vitor Rodrigues	Ação declarativa de condenação com processo ordinário.	Autora	30	Realizado o julgamento e aguardando sentença.
Rui Costa Sousa e Irmão, S.A.	Ação declarativa de condenação com processo ordinário.	Autora	12,9	Proferida decisão que condena Rui Costa Sousa e Irmão, S.A. a pagar à MARL a quantia de 12 879,25 euros. O processo encontra-se a aguardar o trânsito em julgado desta decisão.
ADD4YOU e António Augusto de Almeida Andrade	Processo Executivo	Exequente	22,9	Execução para pagamento de quantia certa com diligência de penhora pendente.
ADD4YOU	Processo Executivo	Reclamante	25,3	Processo de insolvência em que foi reclamada a quantia de 25 335,65 euros.
Mendes & Santos Alves, Lda	Ação declarativa de condenação com processo sumário.	Autora	7,5	Sentença proferida em 08jun10, a qual declarou extinta a instancia, por inutilidade de lide, com custas a cargo da MARL.
Maria dos Anjos Vidal	Processo Executivo	Exequente	2,5	Execução com diligências de penhora a decorrer.
Cohispo, S.A.	Processo de insolvência	Reclamante	10,7	MARL reclamou créditos no valor de 10 707,88 euros mas foi inteiramente ressarcida.
Largo Pesca, S.A.	Ação declarativa de condenação com processo sumário	Autora	6,3	Ação declarativa de condenação remetida a juízo no dia 15dez10. Em resultado da insolvência da ré procedeu-se à suspensão da instância estando o processo a seguir tramites para a sua extinção por inutilidade superveniente da lide.

Identificação	Tipo de Ação	Posição do MARL	Valor do Pedido (milhares de euros)	Estado do processo
Teoflor	Ação declarativa de condenação com processo ordinário.	Ré	1 959,1	Pedido de indemnização por resolução contratual ilícita. Julgamento a decorrer.
Liberty Seguros	Ação de processo sumário	Ré	19,2	Pedido de indemnização em resultado de acidente de trabalho provocado por falta de condições de segurança das instalações.
Fenizpesca	Processo executivo	Exequente	42,5	Execução para pagamento de quantia certa com diligência de penhora pendente.
Zonafao	Injunção	Requerente	3,6	Proferida sentença conferindo força executiva à petição e condenando a Zonafao no pagamento de 3 522, 47 euros, acrescido de juros e custas.
João Severino	Execução	Requerente	3,4	Execução com base em injunção.
Ricofish	Ação declarativa	Ré	1 999,8	Ação destinada a exigir a devolução da Taxa de Acesso e Caução pagos pela Ricofish, bem como uma indemnização.
ASAE	Contraordenação	Arguida	n.d.	MARL apresentou oposição, aguardando-se decisão por parte do órgão administrativo. Até decisão poderá caber recurso de impugnação.
Transprisma	Processo de insolvência	Reclamante	5	Processo de insolvência onde a MARL apresentou reclamação de créditos.
MARL Energia	Ação declarativa	Ré	4 289,5	Pedido de indemnização por incumprimento contratual, com contestação apresentada e a aguardar saneamento.
RECHEIO	Pré-contencioso	Autora	214,7	Pedido de indemnização por incumprimento contratual. Aguarda contestação.

4) Na MARB, SA, em 2 de dezembro de 2008 foi apresentada perante o Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga (Proc. N.º 1736/08.3BEBRG) ação administrativa especial contra o Gestor do Programa Operacional da Região do Norte (Presidente da CDDR-N), o Ministério da Economia e Inovação e o Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, para a anulação ou a declaração de nulidade da decisão do gestor do POR-Norte e do coordenador setorial da DRE-Norte do pedido de reembolso de subvenções pagas no valor de 1.015 milhares de euros e relativas ao projeto de construção do MARN (atual MARB).

O pedido da ação administrativa especial consiste na anulação ou declaração de nulidade da decisão do Gestor do Programa Operacional da Região do Norte e da decisão do Coordenador sectorial da DRE Norte que exigiram, respetivamente, a restituição da quantia de 1.015 milhares de euros e de 338 milhares de euros, restituição essa que fundamentam apenas com o vício de forma de não publicação de concursos de empreitadas em Diário da República, tendo, contudo, sido seguida toda a tramitação de contratação pública, incluindo a publicação dos concursos em vários jornais de edição diária, nacionais e regionais.

O pedido de anulação dessa decisão vai no sentido de que esse vício formal em nada afetou o curso normal dos concursos e das empreitadas, sendo inclusivamente de considerar que esse vício só é considerado

essencial, para efeitos jurídicos de nulidade ou anulação, se conduzir a lesão do património comunitário, ou seja, se não tiver havido a boa aplicação das subvenções comunitárias atribuídas. Na verdade, seria por dizer que as quantias subvencionadas tinham sido afetadas a fim diferente.

Em 11 de março de 2011 o TAF de Braga proferiu decisão que confere integral provimento ao pedido da MARB, SA, tendo declarado nulo o ato administrativo, por falta de fundamentação, tendo o Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento, interposto recurso jurisdicional.

Em 24 de janeiro de 2012, o TAF de Braga informou a MARB, SA que o processo transitou para o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto (TAF), com o 296/09.2BEBRG, onde foram reunidos processos de valor superior a 1.000 milhares de euros. Em 8 de Fevereiro de 2013, por acórdão proferido pelo Tribunal Central Administrativo Norte (TCA), foi concedido provimento ao recurso jurisdicional interposto pelo Recorrente Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento e revogada a sentença proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, admitindo erro de julgamento de direito, relativo ao vício de falta de fundamentação dos atos que impunham à MARB, SA restituir uma determinada parcela do incentivo que lhe foi concedido, ao abrigo do Programa Operacional de Região Norte. O provimento referido mandou a ação descer de novo à 1ª instância para reapreciação mas, contudo, a MARB decidiu ainda apresentar em 18 de março de 2013, recurso desta decisão do TCA do Porto, para o STA. O Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento veio a apresentar as suas alegações neste recurso em 27 de maio de 2013.

Neste processo não é possível determinar o desfecho que passa por tramitação processual morosa em várias instâncias e depende de fatores exógenos não controláveis pela empresa.

CE

*i) Passivos Contingentes*

As responsabilidades contingentes da CE em 31 de dezembro de 2013 são as que constam do quadro seguinte:

Tipo	Descrição	Quantificável	Probabilidade de Ocorrência	Montante	Data prevista de desfecho	Observações
Contencioso	Proc. Nº 4345/12.9TBCSC – Ação Declarativa de Condenação	Sim	15%	573,9	-	O processo tem vários réus envolvidos (não apenas a CE). A CE contestou a ação, aguardando-se o prosseguimento dos ulteriores termos do processo.

Tipo	Descrição	Quantificável	Probabilidade de Ocorrência	Montante	Data prevista de desfecho	Observações
Contencioso	Proc. Nº 1797/05.7TBELSB – Ação administrativa especial	Não	-	-	-	O tribunal de 1ª instância julgou a ação procedente, encontrando-se pendentes recursos interpostos pelo Estado Português e pela CE para o Tribunal Central Administrativo – Sul, aguardando-se decisão.
Contencioso	Proc. Nº 991/10.3 BESNT – Ação de Contencioso Pré-Contratual	Não	-	-	-	O Supremo Tribunal Administrativo ordenou que o processo baixasse às instâncias inferiores, a fim de ser apurado se a CE deve ser considerada entidade adjudicante para efeitos de aplicação do Código dos Contratos Públicos e eventual convolação dos autos em processo indemnizatório.
Leasing Operacional	Renting viatura 50-NN-92 – contrato termina a 12/03/2017 rendas por vencer 19 943 euros	Sim	100%	19,9	12-03-2017	-
Leasing Operacional	Renting viatura 32-NO-15 – contrato termina a 15/03/2017 rendas por vencer 20 306 euros	Sim	100%	20,3	15-03-2017	-
Leasing Operacional	Renting viatura 61-IR-31 – contrato termina a 27/01/2014 rendas por vencer 766 euros	Sim	100%	0,8	27-10-2014	-

## 58 – Divulgações de natureza não contabilística

### i) Garantias

#### Grupo AdP

As responsabilidades por garantias bancárias prestadas por unidades de negócio das empresas incluídas no perímetro de consolidação demonstram-se como se segue:

UN	Tribunais	Instituições financeiras	Entidades concedentes	Outros	31-Dez-13	31-Dez-12
UNAPD	9 547	-	249	13 503	23 300	29 900
EPAL	5 176	93 587	-	331	99 094	102 612
UNADR	-	-	-	227	227	134
UNR	- 153	168	1 096	4 605	6 022	12 274
UNI	-	-	-	-	-	2 330
Corporativos	-	1 646 262	-	1 429	1 647 691	1 659 256
<b>TOTAL</b>	<b>14 876</b>	<b>1 740 017</b>	<b>1 345</b>	<b>20 097</b>	<b>1 776 335</b>	<b>1 806 506</b>

A holding do Grupo AdP (AdP SGPS), no âmbito dos financiamentos contraídos junto do BEI, constitui-se como garante do bom cumprimento das obrigações contratadas.

#### Grupo TAP

	31-Dez-13	31-Dez-12
<b>Garantias bancárias prestadas pela TAP S.A.</b>		
Estado Português - Exploração das linhas dos Açores	1 654	4 234
Natwest - <i>Acquiring</i> referente a cartões de crédito	2 519	2 573
Tribunal do Trabalho	2 243	3 633
Aeronaves	25 848	21 166
Combustíveis	2 956	2 994
Outras	9 932	7 970
<b>Garantias bancárias prestadas pela L.F.P., S.A.</b>		
Contratos de concessão de licenças de exploração das lojas francas	6 500	6 336
<b>Garantias bancárias prestadas por outras Empresas do Grupo</b>	<b>663</b>	<b>534</b>
<b>Cauções prestadas a seguradoras</b>	<b>87</b>	<b>162</b>
<b>Total</b>	<b>52 402</b>	<b>49 602</b>

O reforço efetuado, durante o corrente exercício, nas garantias bancárias prestadas pela TAP S.A., referentes a aeronaves, prende-se, essencialmente, com os contratos de locação operacional.

Grupo Baía do Tejo

Em 31 de dezembro de 2013, as garantias bancárias prestadas a terceiros são as seguintes:

Beneficiário	Natureza	31-Dez-13	31-Dez-12
Câmara Municipal do Seixal	Boa execução das obras de infraestruturas.	141	141
Tribunal Cível da Comarca do Seixal	Caução para que seja atribuído efeito suspensivo ao recurso interposto relacionado com o processo da Terriminas (Pós da Maia)	1 666	1 666
Administração do Porto de Lisboa (APL)	Garantir despesas relacionadas com a utilização do terminal do Seixal	68	68
Administração do Porto de Lisboa (APL)	Utilização de área de domínio público	42	42
EDP	Garantir infraestruturas elétricas no Parque Industrial do Seixal - Processo EDP-RCLER.	21	21
Tribunal do Trabalho de Almada	Caução de um processo envolvendo um ex-trabalhador	19	19
SLE	Fornecimento de energia elétrica às instalações localizadas no parque do Barreiro.	7	7
		<b>1 963</b>	<b>1 963</b>

Relativamente à garantia do montante de 1 666 milhares de euros, a Baía do Tejo foi definitivamente absolvida do pedido formulado na ação respetiva, tendo sido pedido em fevereiro de 2014 o seu cancelamento.

Adicionalmente, a Baía do Tejo tem outorgado em contratos-promessa de compra e venda de frações situadas no PIS (Parque Industrial do Seixal), celebrados entre a Ex-Urbindústria e particulares, garantias solidárias, para assegurar eventuais indemnizações a pagar aos ex-proprietários dos terrenos da antiga Siderurgia Nacional, S.A.

Por sua vez, prometeu, a título de garantia, à Câmara Municipal do Seixal, efetuar a dação em cumprimento de 10 lotes de terreno no Parque Industrial do Seixal – 3ª fase (PIS III) em caso de incumprimento do compromisso de boa execução das infraestruturas a efetuar no referido parque, orçadas em 4 660 milhares de euros.

Grupo SIMAB

*Garantias Prestadas a terceiros*

Entidade Beneficiária	Entidade Emissora	Valores	Empresa
CM Figueira da Foz	BES	6,9	SIMAB
REPSOL	Millennium BCP	2,0	SIMAB
CEMG – Livrança Subscrita	CEMG – Papel Comercial	23 000	SIMAB
CEMG – Livrança Subscrita	CEMG – CC Caucionada	1 500	SIMAB
CEMG – Livrança Subscrita	CEG – Avals	1,4	MARE
Repsol, Lda	CGD, S.A.	2,0	MARL

Entidade Beneficiária	Entidade Emissora	Valores	Empresa
BES Livrança Subscrita	BES	1 500,00	MARF

#### *Garantia Prestada ao Banco Europeu de investimento (BEI)*

No âmbito dos financiamentos que as participadas MARL, SA, MARF, SA e MARB, SA detém junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), foi autorizada a concessão da garantia pessoal do Estado Português ao cumprimento das obrigações de capital e juros resultantes dos respetivos empréstimos junto do BEI, para o financiamento do projeto “Projeto Agro Logistics Portugal”, substituindo-se deste modo o Estado à banca comercial, em condições bastante menos onerosas para as empresas e desonerando a responsabilidade pela SIMAB, SA assumida na data de assinatura dos contratos, deixando de vigorar a as respetivas *side letters*.

Em agosto de 2013 foi autorizada a concessão da garantia pessoal do Estado aos financiamentos da MARB, SA e da MARF, SA.

Em setembro de 2011 tinha sido já autorizada a concessão da garantia pessoal do Estado ao financiamento da MARL, SA.

#### *Garantias detidas sobre terceiros*

1) A MARL, SA, detinha as seguintes garantias bancárias sobre terceiros, referentes ao cumprimento das obrigações decorridas dos respetivos contratos de prestações de serviços:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor
Armando Cunha, Lda	Remodelação da área envolvente do edifício dos CTT Expresso	Bancária – Millennium BCP	8,66
CHARON, Lda	Contrato de Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância	Bancária - BES	23,06
Dalkia, S.A.	Contrato de Prestação de Serviços de Manutenção e Operação dos Sistemas Mecânicos, Elétricos, de AVAC, de Estruturas e Edificações, de <i>Chillers</i> e de Bombas de Calor	Bancária - BES	40,68
Edivisa, S.A.	Execução de Obras de Melhoramento do Pavilhão do Pescado	Bancária - BARCLAYS	65,48
Edivisa, S.A.	Execução de Obras de Melhoramento do Pavilhão do Pescado	Bancária – Banco BIC (BPN)	9,74
Electrolimpa Sul, S.A.	Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza Interior	Seguro de Caução AXA	29,92
Electrolimpa	Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza Interior	Seguro de Caução COSEC	100
Hidurbe, S.A.	Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza	Bancária – Millennium BCP	100,00
JCDecaux, S.A.	Contrato de Prestação de Serviços de Mobiliário Urbano	Bancária - SANTANDER	59,32

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor
Planirest, Lda	Caução p/ Instalação Arquivo Documental - NAC	Bancária - BES	8,30
Planirest, Lda	Execução de Obras de Melhoramento do Pavilhão do Pescado	Bancária - BES	15,93
Proman, Lda	Serviços de fiscalização de cobertura do edifício dos CTT Expresso	Bancária – Banco BIC (BPN)	1,13
PT Comunicações	Concep. Const. Expl. e Manut. Redes de Telec. e dos Sist. Inform.	Bancária – Millennium BCP	149,64
Ramos Catarino, Lda	Empreitada de reabilitação de cobertura do edifício CTT Expresso	Bancária – Banco Popular	14,62
Ramos Catarino, Lda	Empreitada de reabilitação de cobertura do edifício CTT Expresso	Bancária – Banco Popular	15,20
Resopre, Lda	Contrato de Prest. de Serv. de Remod. e Instal. do Sist. Inform. Pórtico	Bancária - CGD	15,37
Strong, S.A.	Prestação de Serviços de Prevenção e Vigilância	Bancária – Millennium BCP	15,00
TRAFIURBE, S.A.	Execução de Obras de Pintura Sinaliz. Horiz. Pavimentos Betuminosos	Bancária - BES	0,75
SUMA, S.A.	Contrato de Prest. de Serviços de Limpeza	Bancária - Millennium BCP	60,8
VISACASA, S.A.	Contrato de Prest. de Serviços de Manutenção de Equip. e Instalações	Bancária – Banco BIC	9,62
<b>TOTAL</b>			<b>743,2</b>

Em 31 de dezembro de 2013, a MARL detinha as seguintes garantias bancárias e entrega sobre terceiros, referentes à caução do bom e integral cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de utilização de espaços no MARL:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor
Bargosa, S.A.	Cauções contratuais	Bancária - BES	9,98
CEMG	Cauções contratuais	Bancária - MG	24,35
Doca Marinha, Lda	Cauções contratuais	Bancária - BES	1,85
Espada Pescas Unipessoal	Cauções contratuais	Bancária – BES Açores	3,57
Eurotejo, Lda	Cauções contratuais	Bancária - BES	3,69
Figueira, Lda	Cauções contratuais	Bancária - BES	36,13
Repsol, Lda	Cauções contratuais	Bancária – Millennium BCP	15,00
Torrestir, S.A.	Cauções contratuais	Bancária - BPI	15,40
Disgelo, Lda	Caução p/ exploração Unidade Produção de Gelo e C. Frigoríficas	Bancária - CGD	19,00
<b>Total</b>			<b>128,9</b>

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor
MARL Energia, Lda	Contrato de utilização de espaço para central fotovoltaica.	Livrança	500
HYPESOLAR Fanhões, Lda	Garantia do integral e tempestivo cumprimento obrig. direito de superfície.	Livrança	50
HYPESOLAR Sacavém, Lda	Garantia do integral e tempestivo cumprimento obrig. direito de superfície.	Livrança	50
<b>Total</b>			<b>600</b>

2) Na MARF, SA em 31 de dezembro de 2013, a empresa detinha as seguintes garantias bancárias sobre terceiros, referentes ao cumprimento das obrigações decorridas dos respetivos contratos de prestações de serviços:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor
Hidurbe	Aquisição de Serviços de Limpeza e Remoção de Resíduos Sólidos	Bancária - BCP	12,51
JFS	Construção do Mercado Abastecedor de Faro – 4ª fase – Entrepasto E3	Apólice seguro/Mapfre Caucion y credito	0,1
JFS	Construção do Mercado Abastecedor de Faro – 4ª fase – Entrepasto E3 (reforço caução 5%)	Apólice seguro/Mapfre Caucion y credito	0,1
<b>Total</b>			<b>12,71</b>

3) Na MARB, SA em 31 de dezembro de 2013, a empresa detinha as seguintes garantias bancárias sobre terceiros:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor
Construções Europa Ar Lindo, S.A.	Contrato Empreitada para Instalação dos CTT Expresso no MARB	Bancária - BCP	16,99
Construções Europa Ar Lindo, S.A.	Contrato Empreitada para Instalação dos CTT Expresso no MARB	Bancária - BES	17,34
Construções Europa Ar Lindo, S.A.	Contrato Empreitada para verificação e reparação de águas pluviais no edifício do MARB	Bancária - BES	0,72
Climex, controlo de ambiente, S.A.	Contrato de Serviços de Limpeza e Remoção de resíduos sólidos no MARB.	Bancária – Millennium BCP	3,10
<b>Total</b>			<b>37,8</b>

4) Na MARE, SA em 31 de dezembro de 2013, a empresa detinha as seguintes garantias bancárias sobre terceiros:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor
Bloco	10% valor de empreitada de reforço e isolamento da cobertura do Pavilhão do mercado	Bancária - BCP	4,80
Bloco	10% valor de empreitada de reforço e isolamento da cobertura do Pavilhão do mercado (trabalhos a mais)	Bancária - BCP	1,00
José Quintino, Lda	Arranjos exteriores na Envolvência do Armazém (Chronopost)	Bancária - BPI	6,85
JFS, S.A.	Execução de Alterações de Armazém (Chronopost)	Bancária – BCP	18,35
JFS, S.A.	2º Adicional ao contrato de Execução de Alterações de Armazém (Chronopost)	Bancária – Santander Totta	1,92
Caetano Coatings, S.A.	Reparação de Pavimentos no Pavilhão do Mercado	Bancária - BES	0,59
PSG, S.A.	Garantia de cumprimento integral das obrigações que a empresa de segurança PSG assumiu contratualmente	Seguro Caução: Apólice nº 5622237/Zurich	2,40
<b>Total</b>			<b>35,91</b>

#### Companhia das Lezírias

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia das Lezírias detém as seguintes garantias bancárias que lhe foram prestadas:

- Garantia bancária no valor de 2.493,99 Euros, no BPI, destinada a caucionar a exportação de vinhos;
- Garantia bancária no valor de 45.000,00 Euros, no BCP, destinada a caucionar o fornecimento de gasóleo pela BP.
- Garantia bancária no valor de 202.509,95 Euros, no BCP, destinada a caucionar um pedido de reembolso de IVA.

Na rubrica “Outras contas a receber” encontra-se escriturado o montante de 22 371 euros, depositado à ordem ao Tribunal de Trabalho de Tomar, relativo aos autos da ação emergente do acidente de trabalho em que é sinistrado Bernardo da Silva Moreira e foi feito para garantia das pensões futuras devidas.

ii) *Compromissos financeiros assumidos que não figuram no balanço*

Grupo AdP

A estimativa de compromissos financeiros assumidos pelo grupo AdP não relevados no balanço, decorrentes da celebração dos contratos de concessão relativamente a investimentos iniciais, de substituição, renovação e expansão a efetuar no decorrer do período remanescente de concessão, apresenta-se do seguinte modo:

	Investimento contratual	Investimento já efetuado	Investimento em curso	Investimento contratual não realizado	Investimento contratual não realizado	Investimento contratual não realizado
				(N+1)	(N+2...N+5)	(>N+5)
UNA-PD	6 968 525	4 714 280	207 702	219 868	313 918	1 512 757
UNR	1 432 803	968 204	70 143	91 064	115 022	201 565
	<b>8 401 328</b>	<b>5 682 484</b>	<b>277 845</b>	<b>310 932</b>	<b>428 940</b>	<b>1 714 322</b>

No mapa seguinte encontram-se apresentados os compromissos futuros do Grupo relativos às rendas a pagar aos municípios, conforme definido nos contratos de concessão.

Empresas	Rendas já reconhecidas	Rendas reconhecidas em dívida	Rendas Futuras N	Rendas Futuras N+1	Rendas Futuras Restantes	31-Dez-13	31-Dez-12
Águas do Algarve, S.A.	933	-	-	147	3 690	4 771	3 778
Águas do Centro Alentejo, S.A.	1 428	-	-	176	2 236	3 840	3 816
Águas do Mondego, S.A.	31 431	-	-	1 475	3 361	36 267	36 267
Águas do Norte Alentejano, S.A.	422	4	-	86	1 406	1 919	1 456
Águas do Noroeste, S.A.	5 257	-	-	224	3 818	9 299	8 688
Águas do Oeste, S.A.	40	-	-	5	113	158	158
Águas de Santo André, S.A.	5 757	-	-	479	8 140	14 365	14 365
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	4 185	1 644	-	784	15 525	22 138	19 234
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	6 871	1 036	-	970	18 914	27 792	27 688
AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A.	-	533	-	170	14 169	14 871	7 313
Simarsul, S.A.	2 014	972	-	271	5 456	8 712	8 740
Simdouro, S.A.	49 601	-	-	5 708	19 049	74 357	73 881
Simlis, S.A.	1 470	-	-	101	1 307	2 879	2 867
Simtejo, S.A.	-	-	-	-	-	-	47 282
<b>31-Dez-13</b>	<b>109 398</b>	<b>4 189</b>	<b>-</b>	<b>10 596</b>	<b>97 184</b>	<b>221 368</b>	<b>255 533</b>

Grupo TAP

Em 31 de dezembro de 2013 existiam compromissos financeiros, assumidos pela subsidiária TAP S.A., relativos a rendas de locação operacional de aviões e reatores, no montante de 252 462 milhares de euros (245 068 milhares de euros em 31 de dezembro de 2012).

Adicionalmente está contratada com a Airbus a compra futura de doze aeronaves Airbus A350, com mais três de opção, a receber entre 2017 e 2019.

Grupo Baía do Tejo

Em 31 de dezembro de 2013 existem os seguintes compromissos financeiros que não figuram no balanço:

Natureza	31-Dez-13	31-Dez-12
Pagamento de IMT associado à aquisição do "Complexo da Margueira"	3 782	3 781
Estimativa de pagamento por benefícios de cessão de trabalho aos trabalhadores da ex-Quimigal	1 943	2 100
Contratos de <i>renting</i>	84	143
<b>Total</b>	<b>5 808</b>	<b>6 025</b>

Como referido acima existem ainda responsabilidades assumidas para execução de infraestruturação dos terrenos do PIS III que se estimam em cerca de 10 180 milhares de euros.

Companhia das Lezírias

O Plano de Fomento, aprovado pela Lei n.º 2058, de 29 de Dezembro de 1952, incluía o projeto de defesa e enxugo da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira. As obras realizadas foram financiadas pelo Estado Português, sendo responsabilidade dos proprietários o reembolso das verbas emprestadas pelo Estado, respondendo os terrenos pelo bom pagamento dos compromissos.

A execução das obras foi confiada à então denominada Associação de Defesa da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira, atualmente Associação dos Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira.

A aprovação destes financiamentos está definida nos seguintes diplomas: Decreto-lei n.º 39601, de 3 Abril de 1954; Decreto-lei n.º 41956, de 12 Novembro de 1958 e Decreto-lei n.º 840/76, de 4 de Dezembro.

Atualmente a responsabilidade da Companhia das Lezírias ascende a 10 492,57 euros, a serem pagos em 17 anuidades de 617,21 euros.

*iii) Trabalhadores ao serviço*

Durante 2013 e 2012 o número médio de trabalhadores ao serviço (da empresa e de todas as subsidiárias) foi de 17 074 e de 20 218, respetivamente.

*iv) Honorários e serviços do Revisor Oficial de Contas (ROC)*

Os honorários da sociedade de Revisores Oficiais de Contas das empresas do Grupo PARPÚBLICA no exercício de 31 de dezembro de 2013 foram os seguintes:

- Relativo à revisão legal das contas – 748 milhares de euros.
- Relativo a outros serviços de garantia de fiabilidade – 458 milhares de euros.

## **APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 30 de abril de 2014, sendo sua opinião que as mesmas refletem de forma completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, as operações do Grupo PARPÚBLICA, bem como a posição financeira em 31 de dezembro de 2013 e a performance e os fluxos de caixa no exercício de 2013, de acordo as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

### **O Conselho de Administração**

**Pedro Macedo Santos Ferreira Pinto**

*Presidente*

**Carlos Manuel Durães da Conceição**

*Administrador*

**José Manuel Pereira Mendes Barros**

*Administrador*

**Fernanda Maria Mouro Pereira**

*Administradora não executiva*

**Dra. Maria João Dias Pessoa de Araújo**

*Administradora não executiva*

**Pedro Miguel Nascimento Ventura**

*Administrador não executivo*

Demonstrações  
Financeiras  
Separadas



DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Unidade: Euro

Rubricas	Notas	Posição		
		31-12-2013	31-12-2012 Reexp.	31-12-2012
<b>Ativo não corrente</b>				
Ativos fixos tangíveis	4	34.633,97	65.962,69	65.962,69
Ativos intangíveis	5	2.599,07	3.104,91	3.104,91
Participações financeiras	6	3.070.893.312,30	3.291.542.487,20	3.291.542.487,20
Empréstimos concedidos	6	478.169.649,25	480.060.528,47	480.060.528,47
Outras contas a receber	7	177.441,37	360.232,57	360.232,57
Outros ativos financeiros	8	4.205.263.113,07	4.040.438.171,12	4.040.438.171,12
		7.754.540.749,03	7.812.470.486,96	7.812.470.486,96
<b>Ativo corrente</b>				
Clientes	9	26.680,99	68.729,46	68.729,46
Estado e outros entes públicos	10	23.751.117,07	8.573.529,13	8.573.529,13
Empréstimos concedidos	6		50.000.000,00	50.000.000,00
Outras contas a receber	7	81.227.422,01	69.118.647,98	69.118.647,98
Diferimentos	11	1.855.424,53	1.688.976,99	1.688.976,99
Ativos financeiros detidos para negociação	12		11.063.838,87	11.063.838,87
Ativos não correntes detidos para venda	13	248.400.000,00	200.604.385,59	200.604.385,59
Caixa e depósitos bancários	14	146.011.080,99	193.814.535,17	193.814.535,17
		501.271.725,59	534.932.643,19	534.932.643,19
Total do Ativo		8.255.812.474,62	8.347.403.130,15	8.347.403.130,15
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>				
<b>Capital próprio</b>				
Capital realizado		1.027.151.031,48	1.027.151.031,48	1.027.151.031,48
Reservas legais		695.688.928,89	695.688.928,89	695.688.928,89
Resultados transitados		738.250.053,86	324.853.008,83	324.853.008,83
Outras variações no capital próprio		-403.174,81	-193.371,66	
Resultado líquido do período		2.460.686.839,42	2.047.499.597,54	2.047.692.969,20
		585.350.685,51	463.397.045,03	463.203.673,37
Total do capital próprio	15	3.046.037.524,93	2.510.896.642,57	2.510.896.642,57
<b>Passivo</b>				
<b>Passivo não corrente</b>				
Provisões	16	373.810.000,00	389.902.000,00	389.902.000,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	26	373.276,75		
Financiamentos obtidos	17	2.680.608.849,55	2.538.077.200,78	2.365.496.097,53
Outros passivos financeiros	12	110.121.652,03		
Outras contas a pagar	18	481.473.553,39	22.334,80	22.334,80
		3.646.387.331,72	2.928.001.535,58	2.755.420.432,33
<b>Passivo corrente</b>				
Fornecedores	19	11.660.964,94	491.934,91	491.934,91
Estado e outros entes públicos	10	976.501,81	60.305,71	60.305,71
Financiamentos obtidos	17	1.540.583.321,07	2.416.986.504,92	2.589.567.608,17
Outras contas a pagar	18	10.166.830,15	490.966.206,46	490.966.206,46
		1.563.387.617,97	2.908.504.952,00	3.081.086.055,25
Total do Passivo		5.209.774.949,69	5.836.506.487,58	5.836.506.487,58
Total do capital próprio e do Passivo		8.255.812.474,62	8.347.403.130,15	8.347.403.130,15

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Unidade: Euro

Rubricas	Notas	Períodos		
		2013	2012 Reexpresso	2012
Dividendos obtidos	20	136.085.830,65	296.602.749,57	296.602.749,57
Ganhos/perdas em alienações de participações	21	543.741.132,73	663.666.339,44	663.666.339,44
Fornecimentos e serviços externos	22	-2.832.114,26	-3.022.515,89	-3.022.515,89
Gastos com pessoal	23	-2.200.491,39	-1.608.831,60	-1.802.203,26
Imparidade de dividas a receber	24	-649.578,44	-502.574,93	-502.574,93
Provisões (aumentos/reduções)	25	16.092.000,00	-38.358.000,00	-38.358.000,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis	24	2.172.305,75	-112.913.778,50	-112.913.778,50
Aumentos/reduções de justo valor	27	92.576.004,18	-150.658.052,74	-150.658.052,74
Outros rendimentos e ganhos	28	36.699.124,94	73.390.773,55	73.390.773,55
Outros gastos e perdas	29	-1.000.453,45	-2.637.782,34	-2.637.782,34
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>820.683.760,71</b>	<b>723.958.326,56</b>	<b>723.764.954,90</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	30	-41.222,53	-56.358,62	-56.358,62
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>820.642.538,18</b>	<b>723.901.967,94</b>	<b>723.708.596,28</b>
Juros e gastos similares suportados	31	-235.269.812,36	-260.483.295,80	-260.483.295,80
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>585.372.725,82</b>	<b>463.418.672,14</b>	<b>463.225.300,48</b>
Imposto s/ rendimento do período	32	-22.040,31	-21.627,11	-21.627,11
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>585.350.685,51</b>	<b>463.397.045,03</b>	<b>463.203.673,37</b>
Resultados das atividades descontinuadas (líquido de imposto) incluído no resultado líquido	33	<b>618.016.458,14</b>	<b>865.501.441,01</b>	<b>865.501.441,01</b>
Resultado básico por ação		1,46	1,16	1,16

## DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

Unidade: Euro

Rubricas	2013	2012 Reexpresso	2012
<b>Resultado Líquido do período</b>	585.350.685,51	463.397.045,03	463.203.673,37
<b>Outro Rendimento integral</b>			
Alterações de políticas contabilísticas (ganhos/perdas atuariais)		-193.371,66	
Ganhos/perdas atuariais	-209.803,15		
	585.140.882,36	463.203.673,37	463.203.673,37
<b>Rendimento integral</b>	585.140.882,36	463.203.673,37	463.203.673,37
Atribuição do rendimento integral			
Detentores de capital	585.140.882,36	463.203.673,37	463.203.673,37
Interesses minoritários			

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

2012

Unidade: Euro

Descrição	Capital Próprio atribuído aos detentores da empresa						Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
	Capital	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
Posição em 01-01-2012	1	1.027.151.031,48	695.688.928,89	341.691.402,52		-16.838.393,69	2.047.692.969,20	2.047.692.969,20
Alterações no período								
Alterações de políticas contabilísticas (ganhos/perdas atuariais)	2			-193.371,66	193.371,66			
Resultado líquido do período	3				463.203.673,37	463.203.673,37		463.203.673,37
Rendimento integral	4=2+3			-193.371,66	463.397.045,03	463.203.673,37		463.203.673,37
Operações com detentores de capital								
Aplicação de resultados	5		-16.838.393,69		16.838.393,69			
Posição em 31-12-2012	6=4+5	1.027.151.031,48	695.688.928,89	324.853.008,83	-193.371,66	463.397.045,03	2.510.896.642,57	2.510.896.642,57

2013

Unidade: Euro

Descrição	Capital Próprio atribuído aos detentores da empresa						Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
	Capital	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
Posição em 01-01-2013	1	1.027.151.031,48	695.688.928,89	324.853.008,83	-193.371,66	463.397.045,03	2.510.896.642,57	2.510.896.642,57
Alterações no período								
Ganhos/perdas atuariais	2			-209.803,15		-209.803,15		-209.803,15
Resultado líquido do período	3				585.350.685,51	585.350.685,51		585.350.685,51
Rendimento integral	4=2+3			-209.803,15	585.350.685,51	585.140.882,36		585.140.882,36
Operações com detentores de capital								
Aplicação de resultados	5		463.397.045,03		-463.397.045,03			
Dividendos			-50.000.000,00			-50.000.000,00		-50.000.000,00
Posição em 31-12-2013	6=4+5	1.027.151.031,48	695.688.928,89	738.250.053,86	-403.174,81	585.350.685,51	3.046.037.524,93	3.046.037.524,93

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Unidade: Euro

Rubricas	Notas	2013	2012
<b>Atividades Operacionais:</b>			
Recebimentos de clientes		645.123,96	979.815,66
Pagamentos a fornecedores		-2.850.432,40	-3.154.463,11
Pagamentos ao pessoal		-1.709.898,09	-1.565.092,38
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>-3.915.206,53</b>	<b>-3.739.739,83</b>
Pagamento/Recebimento Imposto s/rendimento		-15.375.016,97	13.754.086,48
Outros recebimentos/pagamentos relat à atividade operacional		-1.776.973,41	-3.494.229,59
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		<b>-21.067.196,91</b>	<b>6.520.117,06</b>
<b>Atividades de Investimento:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		2.124.715.592,69	2.576.503.885,85
Ativos fixos tangíveis			55.336,80
Juros e rendimentos similares		75.717.497,46	39.227.523,27
Dividendos		136.085.830,65	296.602.749,57
		<b>2.336.518.920,80</b>	<b>2.912.389.495,49</b>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		-1.535.883.393,78	-2.301.462.821,48
Ativos fixos tangíveis e intangíveis		-9.387,97	-23.171,94
		<b>-1.535.892.781,75</b>	<b>-2.301.485.993,42</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		<b>800.626.139,05</b>	<b>610.903.502,07</b>
<b>Atividades de Financiamento:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		969.238.426,05	695.000.000,00
		<b>969.238.426,05</b>	<b>695.000.000,00</b>
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-1.528.100.000,00	-1.007.050.000,00
Juros e gastos similares		-218.500.822,37	-210.468.043,90
Dividendos		-50.000.000,00	
		<b>-1.796.600.822,37</b>	<b>-1.217.518.043,90</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		<b>-827.362.396,32</b>	<b>-522.518.043,90</b>
<b>Variações de caixa e seus equivalentes</b>		<b>-47.803.454,18</b>	<b>94.905.575,23</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período		193.814.535,17	98.908.959,94
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14	146.011.080,99	193.814.535,17
Fluxos de caixa das operações descontinuadas	33	<b>1.761.430.904,03</b>	<b>2.751.826.330,73</b>

## NOTAS

### 1. Apresentação da empresa e do referencial de relato financeiro

A PARPÚBLICA – Participações Públicas, SGPS, S.A. é uma Sociedade Gestora de Participações Sociais de capitais exclusivamente públicos, criada pelo Decreto-Lei n.º 209/2000, de 2 de Setembro, constituindo um instrumento empresarial do Estado para atuação nos seguintes domínios:

- (i) Gestão de participações em empresas em processo de privatização ou privatizáveis a prazo;
- (ii) Desenvolvimento dos processos de privatização, no quadro determinado pelo governo;
- (iii) Reestruturação de empresas transferidas para a sua carteira para o efeito;
- (iv) Acompanhamento de participações em empresas privatizadas que conferem direitos especiais ao Estado;
- (v) Gestão de património imobiliário público excedentário, através de empresas subsidiárias de objeto especializado;
- (vi) Apoio ao exercício pelo Ministro das Finanças da tutela financeira sobre empresas do Estado e empresas concessionárias de serviços de interesse económico geral;
- (vii) Promoção da utilização das parcerias público-privadas para o desenvolvimento de serviços públicos em condições de maior qualidade e eficiência;

A empresa apresenta as suas demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), Normas Internacionais de Contabilidade e Interpretações (*International Accounting Standards and Interpretations*), coletivamente denominadas IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, tal como adotadas na União Europeia (UE), doravante designadas por IFRS/UE. As IFRS/UE foram adotadas em 01 de Janeiro de 2010 por opção em relação ao Sistema de Normalização Contabilística, ao abrigo do n.º 3 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, tendo em conta que a empresa prepara demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS/UE.

Considerando que a empresa detém investimentos em subsidiárias, está sujeita à preparação de demonstrações financeiras consolidadas, pelo que a presente informação respeita a demonstrações financeiras separadas, nos termos da IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas, sendo preparadas por força do estabelecido no Código das Sociedades Comerciais e de outras disposições legais. Estas demonstrações financeiras relacionam-se com as demonstrações financeiras consolidadas da PARPÚBLICA, que acompanham.

As presentes demonstrações financeiras separadas respeitam ao período anual findo em 31 de dezembro de 2013, foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da empresa efetuados no pressuposto da continuidade das operações e do acréscimo e estão apresentadas em euros, salvo quando referida outra unidade.

## **2 – Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas**

### **2a - Introdução**

As principais políticas contabilísticas adotadas pela PARPÚBLICA – Participações Públicas, SGPS, S.A. na preparação destas demonstrações financeiras são expostas nas notas seguintes. Excetuando as situações descritas na nota 2b, estas políticas foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de determinadas estimativas contabilísticas críticas. Requer igualmente que a Administração exerça juízos para aplicação das políticas contabilísticas da forma mais apropriada. As áreas onde foram feitas as estimativas e os juízos mais significativos encontram-se apresentadas na nota 2n.

### **2b – Alterações nas políticas contabilísticas**

Em 01 de janeiro de 2013 entraram em vigor novas normas, bem como interpretações e alterações de normas existentes adotadas na UE pelos seguintes regulamentos:

- Regulamento n.º 475/2012, de 5 de junho
- Regulamento n.º 1255/2012, de 11 de dezembro
- Regulamento n.º 1256/2012, de 13 de dezembro
- Regulamento n.º 183/2013, de 4 de março
- Regulamento n.º 301/2013, de 27 de março

Com entrada em vigor em exercícios com início em ou após 01 de Janeiro de 2014 foram adotadas na UE novas normas, bem como interpretações e alterações de normas existentes através dos seguintes regulamentos:

- Regulamento n.º 1254/2012, de 11 de dezembro
- Regulamento n.º 313/2013, de 4 de abril
- Regulamento n.º 1174/2013, de 20 de novembro
- Regulamento n.º 1374/2013, de 19 de dezembro
- Regulamento n.º 1375/2013, de 19 de dezembro

O objetivo das normas adotadas pelos regulamentos referidos anteriormente é detalhado no ponto sobre bases de apresentação e principais políticas contabilísticas constantes das demonstrações financeiras consolidadas, que com as presentes constituem o conjunto das demonstrações financeiras da PARPÚBLICA.

### **2c- Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis**

Os ativos fixos tangíveis e os ativos intangíveis são mensurados pelo modelo do custo, com dedução das depreciações ou amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável.

As despesas subsequentes com os ativos fixos tangíveis são reconhecidas no ativo apenas se for provável que delas resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com a manutenção e reparação corrente dos ativos são reconhecidas como gasto.

Se existirem indícios de que um ativo, ou uma unidade geradora de caixa, possa estar em imparidade, é estimada a sua quantia recuperável, sendo reconhecida, com efeitos nos resultados, perda por imparidade sempre que a quantia escriturada exceda a quantia recuperável.

Por princípio, a quantia recuperável é determinada como o mais elevado entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil. Apenas será considerado o valor de uso caso o justo valor não seja determinável com fiabilidade e se anteverja que o valor de uso não excede por quantia materialmente relevante o justo valor menos os custos de vender. A taxa de desconto subjacente ao cálculo do valor de uso tem por base o custo médio ponderado do capital (WACC). Na determinação do custo do capital próprio é tido em consideração o modelo *Capital Asset Pricing Model*.

A quantia escriturada de um item do ativo fixo tangível ou do ativo intangível é desreconhecida no momento da sua alienação ou quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. O ganho, ou a perda, decorrente do desreconhecimento é incluído nos resultados quando o item é desreconhecido, sendo determinado como a diferença entre o produto líquido da alienação, se o houver, e a quantia escriturada do item.

A empresa calcula as depreciações dos seus ativos tangíveis de acordo com o método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperados dos bens (em anos):

	Vida Útil
Equipamento de transporte	4- 8
Equipamento administrativo e utensílios	4-12
Outros ativos fixos tangíveis	4-10

## **2d-Investimentos financeiros em subsidiárias e associadas**

São consideradas subsidiárias nas demonstrações financeiras separadas todas as entidades em que a PARPÚBLICA tenha diretamente participação no capital e nas quais exerça controlo, direta e indiretamente. Por controlo entende-se o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade de forma a obter benefícios das suas atividades. Presumiu-se a existência de controlo quando a PARPÚBLICA é titular, direta e indiretamente através de subsidiárias, de mais de metade do poder de voto de uma entidade.

São consideradas associadas nas demonstrações financeiras separadas todas as entidades em que a PARPÚBLICA tenha diretamente participação no capital e nas quais exerça influência significativa, direta e indiretamente, e que não sejam subsidiárias nem interesses em empreendimentos conjuntos.

Influência significativa é considerada como sendo o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais das investidas mas que não constitui controlo nem controlo conjunto sobre essas políticas. Considerou-se a existência de influência significativa quando a PARPÚBLICA detém, direta e indiretamente, 20% ou mais do poder de voto da investida.

As participações financeiras em subsidiárias e associadas são mensuradas pelo custo, sujeito a testes de imparidade.

Os investimentos em subsidiárias e associadas são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que a quantia pela qual se encontram registados nas demonstrações financeiras possa não ser recuperável, designadamente comparando a quantia escriturada com a quantia pela qual concorram para as demonstrações financeiras consolidadas, nos termos do parágrafo 12, alínea (h) da IAS 36 Imparidade dos Ativos. É reconhecida perda por imparidade pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face à sua quantia recuperável. A quantia recuperável é determinada de acordo com os procedimentos referidos para os ativos fixos tangíveis e intangíveis. O teste de imparidade é anual para os investimentos em subsidiárias que tenham *goodwill* associado.

Os montantes resultantes de entregas de fundos ou de outras relações financeiras com as subsidiárias que tenham cariz de suprimentos e que não tenham reembolso previsto a menos de um ano são apresentados como empréstimos concedidos no ativo não corrente. Sobre estes empréstimos, são calculados juros a taxas que têm em atenção as condições de mercado.

## **2e- Outros ativos e passivos financeiros**

Os ativos financeiros enquadráveis na IAS 39 e IFRS 9 são classificados de acordo com cada uma das seguintes categorias, dependendo da sua génese ou do objetivo para o qual foram adquiridos:

- Ativos financeiros pelo justo valor por via dos resultados são ativos financeiros que foram designados como tal ou estão classificados como detidos para negociação, pelo que são detidos pela empresa com o objetivo principal de gerar lucro a curto prazo e incluem todos os derivados que sejam ativo. São mensurados inicialmente pelo seu justo valor e quaisquer alterações subsequentes são reconhecidas diretamente na demonstração de resultados.
- Investimentos detidos até à maturidade são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade fixada em que existe intenção positiva e a capacidade de detenção até à maturidade. Estes ativos são mensurados inicialmente pelo seu justo valor acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado através do método do juro efetivo.
- Empréstimos concedidos e contas a receber são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis que não estão cotados num mercado ativo. Estes ativos são mensurados inicialmente pelo seu justo valor e, quando adquiridos, acrescido dos custos de transação, sendo mensurados subsequentemente pelo custo amortizado através do método do juro efetivo;

- Ativos financeiros disponíveis para venda incluindo os ativos financeiros que não satisfaçam os requisitos para classificação em outra categoria.

Nos ativos financeiros ao justo valor através de resultados estão incluídas no final de 2013, por designação, as ações da GALP subjacentes a opção num empréstimo obrigacionista, para evitar o *mismatch* na mensuração entre as opção e o ativo que determina o seu valor.

Os instrumentos financeiros derivados para cobertura de riscos não satisfazem todos os requisitos para tratamento de acordo com a contabilidade da cobertura, pelo que são classificados como de negociação.

O justo valor dos ativos financeiros mensurados pelo justo valor corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou na sua ausência é determinado por entidades externas tendo por base técnicas de valorização, incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa, designadamente para a avaliação de *swaps* e de opções.

Os investimentos em instrumentos de capital próprio não tratados no âmbito de participações em subsidiárias ou associadas, que não tenham um preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado, são mensurados pelo custo.

A empresa avalia regularmente se existem indícios de imparidade para os ativos financeiros que não sejam mensurados pelo justo valor através de resultados, e em caso afirmativo, determina os fluxos de caixa futuros descontados e reconhece a perda nos resultados.

Se num período subsequente a quantia da perda por imparidade diminuir e tal facto for objetivamente relacionado com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da perda, esta é revertida, até ao ponto em que não exceda o custo ou o custo amortizado que resultaria caso a imparidade não tivesse sido reconhecida. As perdas de imparidade em investimentos em instrumentos de capital próprio mensurados pelo custo não são reversíveis.

Um ativo financeiro é desreconhecido quando (i) os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes desse ativo expiram, (ii) tenham sido transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção desse ativo; ou (iii) apesar dos riscos e benefícios não terem sido substancialmente transferidos, a sociedade não reteve o controlo sobre esse ativo.

## **2f- Ativos não correntes detidos para venda e passivos relacionados**

São classificáveis como detidos para venda ativos não correntes ou grupos para alienação se a sua quantia escriturada vai ser recuperada principalmente através de uma transação de venda em vez do uso continuado e se estiverem em condições para venda imediata e esta seja altamente provável e concretizável o reconhecimento dentro de um ano após a classificação.

Os ativos não correntes detidos para venda ou grupos para alienação são mensurados pela menor entre a quantia no momento da classificação e a quantia correspondente ao justo valor menos custos de vender.

## **2g- Caixa e seus equivalentes**

Caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Como equivalentes de caixa são apresentados investimentos a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

## **2h- Instrumentos de capital próprio emitidos**

Os instrumentos de capital próprio emitidos respeitam exclusivamente às ações do capital social. A quantia do capital não realizado é apresentada em dedução ao capital emitido.

As distribuições de dividendos são reconhecidas como um passivo e debitadas diretamente no capital próprio no período em que essas distribuições são aprovadas pelo acionista.

## **2i- Financiamentos obtidos e contas a pagar**

Os financiamentos obtidos e outras dívidas a terceiros são mensurados, inicialmente pelo justo valor resultante da transação que os origina e, subsequentemente, pelo custo ou custo amortizado pelo método do juro efetivo.

Para os empréstimos obrigacionistas com opção de reembolso em ações da carteira é feita a separação entre a componente base e a componente da opção por se considerar que os riscos e benefícios económicos do derivado não estão relacionados com os do instrumento principal. A componente base é mensurada pelo custo amortizado e a opção embutida é mensurada ao justo valor através de resultados, o qual é também aplicado às ações subjacentes para minimizar a *mismatch* na mensuração (ver nota 17).

## **2j- Provisões e contingências**

As provisões são reconhecidas para passivos de tempestividade ou quantia incerta como resultado de acontecimentos passados e são mensuradas pela melhor estimativa e pelo valor descontado quando o efeito do valor temporal do dinheiro se considere material.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras. Os passivos contingentes são divulgados, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos, e os ativos contingentes são divulgados apenas quando não for pouco provável que ocorra o influxo de benefícios económicos.

## 2k- Benefícios dos empregados

Nos termos do Regulamento dos Benefícios Sociais em vigor, os empregados do quadro permanente da ex-Portucel, SGPS com mais de cinco anos de serviço têm direito após a passagem à reforma ou em situação de invalidez, a um complemento mensal de pensão de reforma ou de invalidez. Esse complemento está definido de acordo com uma fórmula que tem em consideração a remuneração mensal ilíquida atualizada para a categoria profissional do empregado à data da reforma e o número de anos de serviço, no máximo de 30, sendo ainda garantidas pensões de sobrevivência ao cônjuge e a descendentes diretos.

Para cobrir esta responsabilidade existe um fundo de pensões autónomo, gerido por uma entidade externa.

O plano de pensões é de benefícios definidos, uma vez que define os critérios de determinação do valor das pensões e benefícios que os empregados receberão durante a reforma e pré reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam idade, anos de serviço e retribuição na data da reforma.

A empresa reconhece a diferença entre o valor presente da obrigação de benefícios definidos à data do balanço e o justo valor dos ativos do plano à custa dos quais vão ser liquidadas as obrigações.

Os custos de serviço corrente e gastos/rendimentos de juros são reconhecidos como gastos com o pessoal. Os ganhos/perdas de remensuração determinados anualmente são reconhecidos como outro rendimento integral.

Anualmente, na data de fecho de contas, as responsabilidades da empresa são calculadas por um perito independente, com base no método da Unidade de Crédito Projetada, sendo assim determinado o valor presente das suas obrigações de benefícios definidos e respetivo custo do serviço corrente. Para esse efeito, são usados determinados pressupostos atuariais como as melhores estimativas da empresa das variáveis que determinarão o custo final de proporcionar benefícios pós-emprego. Os pressupostos atuariais compreendem:

- Pressupostos demográficos acerca das características futuras de empregados (e seus dependentes) correntes e antigos que sejam elegíveis para os benefícios. Os pressupostos demográficos tratam matérias tais como:
  - Mortalidade, tanto durante como após o emprego;
  - Proporção dos membros do plano quando dependentes que sejam elegíveis para os benefícios.
- Pressupostos financeiros, tratando de itens tais como:
  - Taxa de desconto,
  - Níveis de ordenados futuros e de benefícios; e
  - Taxa esperada de retorno dos ativos do plano.

## **2l- Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime contabilístico do acréscimo. As diferenças entre os montantes pagos e recebidos e os respetivos gastos e rendimentos são registadas no passivo e no ativo respetivamente.

O rendimento proveniente de ativos que produzam juros e dividendos é reconhecido quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a sociedade e a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada. Adicionalmente:

- Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo; e
- Os dividendos são reconhecidos quando for estabelecido o direito da Empresa de os receber.

Tratando-se de demonstrações financeiras separadas, não é aplicado o método da equivalência patrimonial pelo que os ganhos respeitantes a participações no capital de subsidiárias e associadas são, tal como os das demais participações financeiras, reconhecidos em função dos direitos a dividendos.

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos, não existindo razões para capitalização. Os gastos de financiamento são reconhecidos com base no juro efetivo através da mensuração dos passivos financeiros ao custo amortizado. Embora a taxa de juro das obrigações com opção embutida tenha sido fixada tendo em conta também as perspetivas de evolução do valor das ações subjacentes e logo do valor da opção, a diferença entre as variações de justo valor nas opções e nas ações são incluídas na rubrica “variações de justo valor” da demonstração dos resultados e não como complemento ou atenuação dos juros reconhecidos nos gastos de financiamento, por se considerar que tais variações têm relação próxima com as operações de reprivatização de ativos que suportam.

## **2m- Imposto sobre o rendimento**

Os impostos sobre o rendimento compreendem os impostos correntes relativos ao resultado do período e os impostos diferidos expressando quantias dedutíveis ou pagáveis no futuro por diferenças entre valores contabilísticos e bases fiscais ou direito de reporte de prejuízos ou a créditos fiscais.

Pelas particularidades do regime fiscal das sociedades gestoras de participações sociais e as condições de detenção das participações, é pouco provável que se verifiquem condições para reconhecimento de impostos diferidos, não resultando efeitos da aplicação das normas contabilísticas sobre a matéria.

## **2n- Juízos de gestão e estimativas**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS/UE requer julgamentos e estimativas e a utilização de pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os

montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. As áreas que envolvem maior nível de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, a requerer juízos de gestão, são as seguintes:

- Determinação das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e definição do método de depreciação;
- Determinação do justo valor dos instrumentos financeiros que não têm mercado ativo através de avaliações de entidades financeiras, refletindo o *mark-to-market* desses instrumentos com seleção das técnicas e dos pressupostos a utilizar na avaliação dos derivados à data do reporte financeiro;
- Determinação de fluxos de caixa futuros, de taxas de desconto e de justo valor para determinação de perdas por imparidade em investimentos financeiros e ativos não correntes detidos para venda;
- Análise de indícios de imparidade em investimentos financeiros e de incobrabilidade de créditos;
- Determinação das responsabilidades do plano de benefícios definidos, estimadas por estudo de um atuário independente.

### 3 - Reexpressões

Os comparativos de 2012 refletem o efeito dos seguintes movimentos de reexpressão face aos valores apresentados nas demonstrações financeiras desse ano.

	Débito	Crédito	Montante
Alteração da apresentação dos juros efetivos na mensuração do custo amortizado	Financiamentos obtidos - corrente	Financiamentos obtidos - não corrente	22.581.103,25
Correção à apresentação de um empréstimo obrigacionista	Financiamentos obtidos - corrente	Financiamentos obtidos - não corrente	150.000.000,00
Ajustamento para a política contabilística seguida pela nova IAS 19	Outras variações no capital próprio	Gastos com pessoal	193.371,66

### 4 – Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como as respetivas depreciações acumuladas foram os seguintes:

2013				
	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Total
<b>Ativo Bruto</b>				
Saldo inicial	109.432,66	932.765,15	4.257,79	1.046.455,60
Adições		1.051,45	70,92	1.122,37
Alienações			-77,89	-77,89
<b>Saldo final</b>	<b>109.432,66</b>	<b>933.816,60</b>	<b>4.250,82</b>	<b>1.047.500,08</b>
<b>Depreciações Acumuladas</b>				
Saldo inicial	94.637,42	881.695,98	4.159,51	980.492,91
Adições	14.795,24	17.486,65	169,20	32.451,09
Alienações			-77,89	-77,89
<b>Saldo final</b>	<b>109.432,66</b>	<b>899.182,63</b>	<b>4.250,82</b>	<b>1.012.866,11</b>
<b>Quantia escriturada</b>	<b>0,00</b>	<b>34.633,97</b>	<b>0,00</b>	<b>34.633,97</b>

2012				
	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Total
<b>Ativo Bruto</b>				
Saldo inicial	109.432,66	918.306,32	5.207,68	1.032.946,66
Adições		15.469,23	77,89	15.547,12
Alienações		-1.010,40	-1.027,78	-2.038,18
<b>Saldo final</b>	<b>109.432,66</b>	<b>932.765,15</b>	<b>4.257,79</b>	<b>1.046.455,60</b>
<b>Depreciações Acumuladas</b>				
Saldo inicial	79.842,20	854.247,90	4.957,51	939.047,61
Adições	14.795,22	28.121,62	229,78	43.146,62
Alienações		-673,60	-1.027,78	-1.701,38
<b>Saldo final</b>	<b>94.637,42</b>	<b>881.695,92</b>	<b>4.159,51</b>	<b>980.492,85</b>
<b>Quantia escriturada</b>	<b>14.795,24</b>	<b>51.069,23</b>	<b>98,28</b>	<b>65.962,75</b>

## 5 – Ativos intangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como as respetivas amortizações acumuladas foi o seguinte:

2013			
	Programas de Computador	Outros Ativos Intangíveis	Total
<b>Ativo Bruto</b>			
Saldo inicial	20.334,38	2.599,07	22.933,45
Adições	8.265,60		8.265,60
<b>Saldo final</b>	<b>28.599,98</b>	<b>2.599,07</b>	<b>31.199,05</b>
<b>Depreciações Acumuladas</b>			
Saldo inicial	19.828,54	0,00	19.828,54
Adições	8.771,44		8.771,44
<b>Saldo final</b>	<b>28.599,98</b>	<b>0,00</b>	<b>28.599,98</b>
<b>Quantia escriturada</b>	<b>0,00</b>	<b>2.599,07</b>	<b>2.599,07</b>

2012			
	Programas de Computador	Outros Ativos Intangíveis	Total
<b>Ativo Bruto</b>			
Saldo inicial	11.699,16	2.599,07	14.298,23
Adições	8.635,22		8.635,22
Saldo final	<b>20.334,38</b>	<b>2.599,07</b>	<b>22.933,45</b>
<b>Depreciações Acumuladas</b>			
Saldo inicial	6.616,54	0,00	6.616,54
Adições	13.212,00		13.212,00
Saldo final	<b>19.828,54</b>	<b>0,00</b>	<b>19.828,54</b>
<b>Quantia escriturada</b>	<b>505,84</b>	<b>2.599,07</b>	<b>3.104,91</b>

Os outros ativos intangíveis têm vida indefinida, não tendo sido sujeitos a teste de imparidade atenta a imaterialidade da quantia escriturada.

## 6- Participações financeiras e suprimentos

As empresas em que a PARPÚBLICA detém diretamente participação no capital e que se qualificam como subsidiárias – excluindo aquelas cuja participação está classificada nos ativos não correntes detidos para venda (ver nota 13) - são as seguintes:

Empresa	Sede Social	Actividade Principal	% do Capital detido em 2013	% do Capital detido em 2012
Adp - Aguas de Portugal (SGPS), SA.	Lisboa	Gestão de Participações Sociais	80,99%	72,17%
Baia do Tejo, SA	Barreiro	Desenvolvimento e gestão de parques empresariais	100,00%	100,00%
CE - Circuito do Estoril	Alcabideche	Organização de eventos desportivos	100,00%	100,00%
Companhia das Lezírias, SA	Samora Correia	Produção agrícola e animal	100,00%	100,00%
ENVC - Sociedade Imobiliária, SA.	Viana Castelo	Desenvolvimento e projectos imobiliários	0,00%	99,80%
INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA.	Lisboa	Produção de moeda, impressos e publicações	100,00%	100,00%
Lazer e Floresta	Lisboa	Desenvolvimento agro florestal Imobiliário	100,00%	100,00%
MARGUEIRA - Sociedade Gestora Fundos Investimento Imobiliário, SA.	Almada	Gestora do fundo de investimento imobiliário Margueira Capital	51,00%	51,00%
SAGESECUR - Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projectos, SA.	Lisboa	Estudo desenvolvimento e participação em investimentos imob.	80,50%	80,50%
SAGESTAMO - Sociedade Gestora Participações Sociais Imobiliárias, SA.	Lisboa	Gestão de Participações Sociais e prestação de serviços	100,00%	100,00%
SIMAB - Soc Instaladora de Mercados Abastecedores, SA	Loures	Instalação e gestão de mercados grossistas	100,00%	0,00%
SPE - Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, SA.	Lisboa	Minas/Minérios	81,13%	81,13%
TAP - Transportes Aéreos Portugueses SGPS, SA.	Lisboa	Gestão de participações sociais	100,00%	100,00%

As empresas em que a PARPÚBLICA detém diretamente participação no capital e que se qualificam como associadas - excluindo aquelas cuja participação está classificada nos ativos não correntes detidos para venda (ver nota 13) - são as seguintes:

Empresa	Sede Social	Actividade Principal	% do Capital detido em 2013	% do Capital detido em 2012
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, SA	Lisboa	Administração de unidades de cuidados de saúde	45,00%	45,00%
CRE DIP - Instituição Financeira de Crédito, SA (a)	Lisboa	Exercício de Actividade Bancária	0,00%	20,00%
INAPA - Investimentos de Participação e Gestão, SA.	Lisboa	Gestão de Participações Sociais	32,72%	32,72%
ISOTAL - Imobiliário do Sotavento Algarvio, SA	Faro	Desenvolvimento de Empreendimentos turísticos	31,05%	31,05%
PARCAIXA, SA.	Lisboa	Gestão de Participações Sociais	49,00%	49,00%
PROPNER - Propriedade e Equipamentos, SA	Castelo Branco	Gestão de investimentos imobiliários	41,82%	0,00%

(a) Concluída a liquidação em Outubro 2013

As designações das subsidiárias e das associadas - incluindo aquelas cuja participação está classificada nos ativos não correntes detidos para venda -, as respetivas moradas, as percentagens de interesse e as quantias dos capitais próprios e dos resultados são:

unidade: milhares de euros

Empresas	Sede social	% do capital detida	Informação das demonstrações financeiras							
			Ano	Capitais próprios 2013	Resultado Líquido 2013	Interesse no capital próprio	Activo		Passivo	
							Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Adp - Aguas de Portugal, SA. (a)	Rua Visconde Seabra n.º 3 Lisboa	80,99%	2013	1.242.276	104.679	1.006.119	988.793	6.606.755	890.187	5.463.084
Baia do Tejo, SA	Largo Alexandre Herculano, Barreiro	100,00%	2013	238.901	-2.075	238.901	30.645	245.043	31.759	5.028
CE - Circuito do Estoril, SA.	E.N. 9, Km 6 Alcabideche	100,00%	2013	7.730	-2.814	7.730	858	9.355	2.484	0
CL - Companhia das Lezírias, SA	Largo 25 de Abril, 17 Samora Correia	100,00%	2013	88.108	9.533	88.108	11.780	97.119	2.829	17.962
CTT - Correios de Portugal, SA.	Av. João II, lote 1.12.03 - Parque Nações	30,00%	2013	275.934	61.016	82.780	708.437	391.697	489.458	334.742
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, SA	Rua Duarte Galvão, 54 Lisboa	45,00%	2013	10.860	579	4.887	23.049	15.101	18.144	9.146
INAPA - Investimentos, Participações e Gestão, SA.	Rua do Salitre, 142 Lisboa	32,72%	2013	193.859	1.273	63.431	274.197	402.203	289.315	193.225
INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA.	Av. António José Almeida Lisboa	100,00%	2013	123.067	14.513	123.067	97.375	64.228	10.794	27.742
ISOTAL - Imobiliária do Sotavento do Algarve, SA	Rua Rebelo da Silva, 3 - 2ª Lisboa	31,05%	2013	200	-6	62	155	48	3	0
Lazer e Floresta, SA.	Rua Laura Alves n.º4 -10ª Lisboa	100,00%	2013	97.148	121	97.148	29.388	74.344	336	6.247
MARGUEIRA - Sociedade Gestora Fundos Investimento Imobiliário, SA.	Avenida Aliança Povo-MFA Almada	51,00%	2013	867	122	442	940	5	78	0
PARCAIXA, SGPS, SA.	Av. João XXI, 63 Lisboa	49,00%	2013	950.455	15.196	473.252	965.821		15.366	
PROPNER - Propriedade e Equipamentos, SA	R Prof Hugo Correia Pardal, 3 - Castelo Branco	41,82%	2013	2.914	-251	1.219	265	3.278	566	63
SAGESECUR - Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projectos, SA.	Rua Laura Alves, 4 Lisboa	80,50%	2013	32.428	1.117	26.105	10.451	95.237	4.320	68.940
SAGESTAMO - Sociedade Gestora Participações Sociais Imobiliárias, SA.	Rua Laura Alves, 4 Lisboa	100,00%	2013	852.840	-37	852.840	1.021.321	365.343	130.567	403.257
SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, SA	MARL - São Julião do Tojal	100,00%	2013	23.672	-22.423	23.672	4.016	149.293	12.764	116.872
SPE - Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, SA.	Rua dos Fanqueiros, 12-2ª Lisboa	81,13%	2013	-9.577	-2.574	-7.770	1.894	10.185	1.561	20.094
TAP - SGPS, SA.	Aeroporto Lisboa-Ed 25 - 8ª Lisboa	100,00%	2013	-373.312	-5.868	0	687.485	1.007.696	1.248.217	820.276

As alterações nas rubricas do ativo relativas a participações financeiras por aquisições, classificações como ativos ou grupos de alieação detidos para venda e mensurações foram as seguintes:

Entidades	Nº acções	Custo de aquisição	Imparidades	Quantia escriturada	Valor unitário
<b>Investimentos em subsidiárias</b>					
Adp - Aguas de Portugal, SA.	70.389.000	540.132.915,39		540.132.915,39	7,67
BAIA DO TEJO, SA	29.525.000	158.431.318,50		158.431.318,50	5,37
CL - Companhia das Lezírias, SA	1.000.000	33.443.379,47		33.443.379,47	33,44
CE - Circuito do Estoril, SA.	15.000.000	39.307.523,61	31.577.523,61	7.730.000,00	0,52
INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA.	5.500.000	68.072.266,00		68.072.266,00	12,38
LAZER e FLORESTA, SA.	11.577.527	57.394.783,06		57.394.783,06	4,96
MARGUEIRA - Sociedade Gestora Fundos Investimento Imobiliário, SA.	51.000	259.279,00		259.279,00	5,08
SAGESECUR - Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projectos, SA.	3.622.500	18.112.500,00		18.112.500,00	5,00
SAGESTAMO - Sociedade Gestora Participações Sociais Imobiliárias, SA.	186.800.000	934.000.000,00	65.742.883,00	868.257.117,00	4,65
SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, SA	8.045.267	17.560.225,00		17.560.225,00	
SPE - Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, SA.	8.113.881	28.187.883,58	28.187.883,58	0,00	0,00
TAP - SGPS, SA.	1.500.000	15.000.000,00	15.000.000,00	0,00	0,00
		<b>1.909.902.073,61</b>	<b>140.508.290,19</b>	<b>1.769.393.783,42</b>	
<b>Investimentos em associadas</b>					
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, SA	225.000	8.000.000,00	2.186.000,00	5.814.000,00	25,84
INAPA - Investimentos, Participações e Gestão, SA.	49.084.738	52.964.720,64	42.166.078,64	10.798.642,00	0,22
ISOTAL - Imobiliária do Sotavento do Algarve, SA	18.632	144.375,00		144.375,00	7,75
PARCAIXA, SGPS, SA.	490.000.000	490.000.000,00	24.277.021,00	465.722.979,00	0,95
PROPNER - Propriedade e Equipamento, SA	424.500	1.254.600,00		1.254.600,00	2,96
		<b>552.363.695,64</b>	<b>68.629.099,64</b>	<b>483.734.596,00</b>	
<b>Outras participações financeiras</b>					
EFACEC International Financing, SGPS, SA	7.650	18.000,00		18.000,00	2,35
GALP Energia SGPS, SA.	4.105	48.911,07		48.911,07	11,91
GALP Energia SGPS, SA. - Acções subjacentes	58.265.045	694.228.011,18		694.228.011,18	11,92
IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP	377.590.008	11.467.500,00	11.467.500,00	0,00	0,00
Lisnave Infraestruturas Navais, SA.	106.000	528.725,78	528.725,78	0,00	0,00
Lisnave Infraestruturas Navais, SA.-Prestações suplementares	---	53.563.033,08	53.563.033,08	0,00	0,00
Lisnave - Estaleiros Navais, SA	29.666	2.000.000,00		2.000.000,00	67,42
PT-Portugal Telecom, SA.	801.332	2.532.209,12		2.532.209,12	3,16
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, SA.	52.871.340	118.326.058,92		118.326.058,92	2,24
Zon Multimédia, SGPS, SA.	112.870	609.498,00		609.498,00	5,40
Outras		216.512,70	214.268,11	2.244,59	
		<b>883.538.459,85</b>	<b>65.773.526,97</b>	<b>817.764.932,88</b>	
<b>Empréstimos concedidos</b>					
CE - Circuito do Estoril, SA.		1.058.000,00		1.058.000,00	
SAGESECUR - Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projectos, SA.		54.810.000,00		54.810.000,00	
SPE - Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, SA.		12.738.973,71	12.738.973,71	0,00	
SAGESTAMO - Sociedade Gestora Participações Sociais Imobiliárias, SA.		422.301.649,25		422.301.649,25	
TAP, SGPS		0,00		0,00	
		<b>490.908.622,96</b>	<b>12.738.973,71</b>	<b>478.169.649,25</b>	
<b>Total das participações financeiras</b>		<b>3.345.804.229,10</b>	<b>274.910.916,80</b>	<b>3.070.893.312,30</b>	
<b>Total dos empréstimos</b>		<b>490.908.622,96</b>	<b>12.738.973,71</b>	<b>478.169.649,25</b>	

A discriminação dos empréstimos concedidos a empresas participadas prevista no Decreto-Lei nº 495/88 de 30 de Dezembro, é a seguinte:

Participada: CE ESTORIL, SA.

31-12-2012	Aumento	Diminuição	31-12-2013
27.500,00			27.500,00
18.000,00			18.000,00
12.500,00			12.500,00
	1.000.000,00		1.000.000,00
<b>58.000,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.058.000,00</b>

Participada: SAGESECUR, SA.

31-12-2012	Aumento	Diminuição	31-12-2013
3.558.500,00			3.558.500,00
26.242.379,22			26.242.379,22
27.400.000,00		2.890.879,22	24.509.120,78
500.000,00			500.000,00
<b>57.700.879,22</b>	<b>0,00</b>	<b>2.890.879,22</b>	<b>54.810.000,00</b>

Participada: SAGESTAMO (SGPS), SA.

31-12-2012	Aumento	Diminuição	31-12-2013
1.308.424,94			1.308.424,94
50.000.000,00			50.000.000,00
250.000.000,00			250.000.000,00
20.000.000,00			20.000.000,00
50.000.000,00			50.000.000,00
50.993.224,31			50.993.224,31
<b>422.301.649,25</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>422.301.649,25</b>

Participada: SPE, SA.

31-12-2012	Aumento	Diminuição	31-12-2013
400.000,00			400.000,00
170.000,00			170.000,00
125.000,00			125.000,00
210.000,00			210.000,00
240.000,00			240.000,00
100.000,00			100.000,00
170.000,00			170.000,00
173.000,00			173.000,00
3.234.973,71			3.234.973,71
155.000,00			155.000,00
100.000,00			100.000,00
50.000,00			50.000,00
2.050.000,00			2.050.000,00
145.000,00			145.000,00
1.038.000,00			1.038.000,00
130.000,00			130.000,00
100.000,00			100.000,00
200.000,00			200.000,00
110.000,00			110.000,00
100.000,00			100.000,00
325.000,00			325.000,00
100.000,00			100.000,00
95.000,00			95.000,00
65.000,00			65.000,00
90.000,00			90.000,00
60.000,00			60.000,00
95.000,00			95.000,00
90.000,00			90.000,00
80.000,00			80.000,00
120.000,00			120.000,00
58.000,00			58.000,00
135.000,00			135.000,00
135.000,00			135.000,00
10.448.973,71	0,00	0,00	10.448.973,71

Participada: SPE, SA.

<b>31-12-2012</b>	<b>Aumento</b>	<b>Diminuição</b>	<b>31-12-2013</b>
	62.000,00		62.000,00
	133.000,00		133.000,00
	160.000,00		160.000,00
	125.000,00		125.000,00
	55.000,00		55.000,00
	56.000,00		56.000,00
	131.000,00		131.000,00
	53.000,00		53.000,00
	150.000,00		150.000,00
	150.000,00		150.000,00
	135.000,00		135.000,00
	55.500,00		55.500,00
	57.500,00		57.500,00
	137.000,00		137.000,00
	140.000,00		140.000,00
	140.000,00		140.000,00
	60.000,00		60.000,00
	140.000,00		140.000,00
	55.000,00		55.000,00
	155.000,00		155.000,00
	140.000,00		140.000,00
<b>10.448.973,71</b>	<b>2.290.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12.738.973,71</b>

Participada: TAP, SGPS, SA.

<b>31-12-2012</b>	<b>Aumento</b>	<b>Diminuição</b>	<b>31-12-2013</b>
50.000.000,00		50.000.000,00	0,00
<b>50.000.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>50.000.000,00</b>	<b>0,00</b>

<b>540.509.502,18</b>	<b>3.290.000,00</b>	<b>52.890.879,22</b>	<b>490.908.622,96</b>
-----------------------	---------------------	----------------------	-----------------------

Os movimentos nas participações financeiras em 2013 foram os seguintes:

Empresas participadas	Aquisições	Alienações	Imparidade	Alterações de justo valor
Adp - Aguas de Portugal, SA.	82.555.200,00			
CE - Circuito do Estoril, SA.			-6.356.000,00	
ENVC - Sociedade Imobiliária, SA.	1,00	-12.937.687,77	12.937.686,77	
SAGESTAMO - Sociedade Gestora Participações Sociais Imobiliárias, SA.			-7.559.568,63	
SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, SA	17.560.225,00			
<b>Sub-Total das subsidiárias</b>	<b>100.115.426,00</b>	<b>-12.937.687,77</b>	<b>-977.881,86</b>	<b>0,00</b>
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, SA			-88.000,00	
INAPA - Investimentos, Participações e Gestão, SA.			4.908.473,44	
PARCAIXA, SGPS, SA.			13.557.400,94	
PROPNERY - Propriedade e Equipamento, SA	1.254.600,00			
<b>Sub-Total das associadas</b>	<b>1.254.600,00</b>	<b>0,00</b>	<b>18.377.874,38</b>	<b>0,00</b>
EDP - Energias de Portugal, SA		-346.973.930,00		
EFACEC International Financing, SGPS, SA	18.000,00			
GALP Energia SGPS (associadas a emp. obrigacionista)	2.323.021,38			8.938.179,96
GALP Energia SGPS				636,27
Lisnave - Estaleiros Navais, SA	2.000.000,00			
PT - Portugal Telecom, SA				-472.785,88
REN - Redes Energéticas Nacionais, SA.				9.411.098,52
ZON Multimédia, SGPS				274.274,10
<b>Sub-Total das outras empresas</b>	<b>4.341.021,38</b>	<b>-346.973.930,00</b>	<b>0,00</b>	<b>18.151.402,97</b>
<b>TOTAL DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>105.711.047,38</b>	<b>-359.911.617,77</b>	<b>17.399.992,52</b>	<b>18.151.402,97</b>
ANA - Aeroportos de Portugal, SA.	363.788.165,10	-564.392.550,69		
CTT - Correios de Portugal, SA	827.421.895,20	-579.021.895,20		
<b>TOTAL DOS ANCDV</b>	<b>1.191.210.060,30</b>	<b>-1.143.414.445,89</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

As perdas por imparidade do exercício em participações estão incluídas na rubrica Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis da demonstração dos resultados (ver nota 24). Relativamente às participações materialmente relevantes no balanço e com perdas por imparidade de maior significado estimou-se que uma redução da ordem de 1% no valor dos ativos teria o seguinte agravamento nas perdas por imparidade:

- SAGESTAMO: 8.683 milhares de euros;
- CE ESTORIL: 77 milhares de euros.

## 7 – Outras contas a receber

O detalhe das quantias apresentadas no ativo corrente e não corrente é o seguinte:

	31-12-2013		31-12-2012	
	Correntes	Não Correntes	Correntes	Não Correntes
Cientes com reestruturação do crédito		177.441,37		360.232,57
Devedores por acréscimos de rendimentos	161.974,35		551.093,78	
Juros de suprimentos concedidos	28.152.620,16		68.350.189,15	
CTT-Venda direta	52.690.911,60			
Outras contas a receber	221.915,90		217.365,05	
	<b>81.227.422,01</b>	<b>177.441,37</b>	<b>69.118.647,98</b>	<b>360.232,57</b>

## 8 – Outros ativos financeiros

O saldo respeita a entregas de receitas de reprivatizações ao Estado por força da Lei n.º 11/90, de 14 de abril, a compensar nos termos do art. 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2000, de 2 de Setembro e a quantias não compensadas pelo Estado em resultado da intervenção da PARPÚBLICA na liquidação da ex-IPE (2013: 4.205.263.113,07€; 2012: 4.040.438.171,12€).

## 9 – Clientes

Os saldos de clientes têm a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Prestações de serviços a participadas	13.613,12	55.661,59
Clientes de empresas extintas (FMG e SGA)	211.211,49	211.211,49
	224.824,61	266.873,08
Perdas por Imparidade acumuladas (SGA)	198.143,62	198.143,62
<b>Total</b>	<b>26.680,99</b>	<b>68.729,46</b>

## 10 – Estado e outros entes públicos

O detalhe das rubricas no ativo e no passivo é o seguinte, não contendo no passivo dívidas vencidas:

	31-12-2013	31-12-2012
<b>Activo</b>		
Imposto s/Rendimento	23.751.117,07	8.105.635,60
IVA a recuperar		119.759,13
Outros Impostos		348.134,40
	<b>23.751.117,07</b>	<b>8.573.529,13</b>
<b>Passivo</b>		
Retenções na fonte	237.570,60	52.897,42
IVA a pagar	703.624,86	
Segurança social e outros regimes complementares	35.306,35	7.408,29
	<b>976.501,81</b>	<b>60.305,71</b>

## 11- Diferimentos

As quantias cujo gasto não seja de reconhecer no ano são as seguintes:

	31-12-2013	31-12-2012
Excedentes de coberturas de responsabilidades de benefícios pós-emprego (Nota 26)		307.407,92
Seguros	24.899,13	4.171,64
Despesas com reprivatizações em curso	337.543,26	29.464,18
Comissões bancárias	1.441.415,33	1.297.182,25
Diversos	51.566,81	50.751,00
	<b>1.855.424,53</b>	<b>1.688.976,99</b>

Esta rubrica inclui as despesas com as reprivatizações em curso em 31-12-2013 (TAP, SGPS e EGF, SA) e comissões bancárias relacionadas com os programas de papel comercial.

## 12 – Derivados de taxa de juro

O saldo a 31 de dezembro de 2012 (11.063.838,87 €) respeita ao justo valor de um *swap* de taxa de juro que foi liquidado em 2013.

Em 31 de dezembro de 2013 existiam três *swaps* associados ao empréstimo obrigacionista de 599.238.426,05€, apresentados na rubrica Outros passivos financeiros – não corrente. O valor inicial destes *swaps* foi de 133.647.554,37€, sendo a 31 de dezembro de 2013 de 110.121.652,03€.

## 13 - Ativos não correntes detidos para venda e passivos associados

As empresas com participação no capital pela PARPÚBLICA e que se qualificam como ativos não correntes detidos para venda por estarem em processo de privatização com perspetivas de conclusão para reconhecimento dentro de um ano são as seguintes:

Empresa	Sede Social	Actividade Principal	Detentores de Capital	% do Capital detido em 2013	% do Capital detido em 2012
ANA - Aeroportos de Portugal, SA.	Lisboa	Exploração do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil em Portugal	PARPÚBLICA, SGPS, SA.	–	68,56%
CTT - Correios de Portugal, SA	Lisboa	Exploração de serviços postais, financeiros e comerciais	PARPÚBLICA, SGPS, SA.	30,00%	–

Os desreconhecimentos na rubrica dos ativos não correntes detidos para venda foram os seguintes:

Empresas participadas	Montante
ANA - Aeroportos de Portugal, SA	564.392.550,69
CTT - Correios de Portugal, SA	579.021.895,20
<b>Total</b>	<b>1.143.414.445,89</b>

No que respeita à ANA, no final de 2012 foram formalizados os instrumentos contratuais da venda da totalidade do capital da empresa, tendo sido adquirida em março de 2013 ao Tesouro a parte restante das ações para o efeito. A venda ficou completa para desreconhecimento em setembro 2013, tendo sido alienadas todas as ações em carteira.

Quanto aos CTT, o desreconhecimento do ativo corresponde à parte dos 70% motivada por venda parcial. Da parte alienada, foram recompradas ações correspondentes a 1,5% do capital já no início de 2014, ao abrigo de uma *put option* até 6,364% das ações exercível pelas instituições financeiras intervenientes na colocação das ações no âmbito da privatização.

Considerando que o processo de privatização do capital dos CTT, e em particular os períodos de lock-up fixados no prospeto, refletem orientação do Governo, o avanço do programa para privatização da participação remanescente não depende do controlo da PARPÚBLICA, donde se considerar para essa participação a manutenção da classificação como ativo não corrente detido para venda.

Embora as ações privatizadas dos CTT estejam significativamente dispersas, considerou-se, pela declaração no prospeto da privatização de que a PARPÚBLICA não terá qualquer direito que lhe permita exercer influência dominante, nem o propósito de o fazer, pelo nível de participação de acionistas em assembleias gerais de empresas com ações admitidas a negociação e pelo tempo que se prevê para manutenção de posição acionista da PARPÚBLICA, que esta não exerça controlo de facto, não fazendo vencer as suas propostas unilateralmente e de forma continuada, pelo que a participada é tratada como associada.

#### 14 – Caixa e depósitos bancários

O detalhe é o seguinte, estando imediatamente disponíveis todas as quantias:

	31-12-2013	31-12-2012
Caixa	400,00	377,01
Depósitos Bancários	146.010.680,99	43.814.158,16
Depósitos a Prazo		150.000.000,00
	<b>146.011.080,99</b>	<b>193.814.535,17</b>

#### 15 – Capital próprio

Os saldos e movimentos nas rubricas do capital próprio são:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
<b>Capital</b>	1.027.151.031,48			1.027.151.031,48
<b>Reservas Legais</b>	695.688.928,89			695.688.928,89
<b>Resultados transitados</b>	324.853.008,83	413.397.045,03		738.250.053,86
<b>Outras Variações no Capital próprio</b>			403.174,81	-403.174,81
<b>Resultado Líquido 2012</b>	463.203.673,37		463.203.673,37	0,00
<b>Resultado Líquido 2013</b>		585.350.685,51		585.350.685,51
<b>Total</b>	<b>2.510.896.642,57</b>	<b>998.747.730,54</b>	<b>463.606.848,18</b>	<b>3.046.037.524,93</b>

O capital da PARPÚBLICA de 2.000.000.000 de euros é composto por 400.000.000 ações nominativas de 5 euros, é detido pelo Estado Português e está parcialmente realizado em 1.027.151.031,48 euros.

As reservas legais estão constituídas em conformidade com o artº 295º do Código das Sociedades Comerciais, o qual prevê que esta seja dotada com um mínimo de 5% do resultado líquido do período até à concorrência de um valor correspondente à quinta parte do capital social, que está superado. Estas reservas não são distribuíveis a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

## 16 – Provisões

As provisões acumuladas apresentam o seguinte detalhe e movimentos no exercício findo em 31-12-2013:

Rubricas	31-12-2012	Reclassificações	Reposições	Aumentos	31-12-2013
Responsabilidades nos termos dos art. 491.º, 501.º e 502.º do Código das Sociedades Comerciais (TAP)	389.404.000,00		16.092.000,00		373.312.000,00
Liquidações contestadas de imposto de selo da ex-PORTUCEL, SGPS	498.000,00				498.000,00
<b>Totais</b>	<b>389.902.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>16.092.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>373.810.000,00</b>

## 17 – Financiamentos obtidos

As quantias escrituradas dos financiamentos obtidos, mensurados pelo custo amortizado, têm a seguinte decomposição:

	31-12-2013		31-12-2012	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Obrigações				
500 000 m€ 2004-2014	504.228.362,99			502.985.075,67
500 000 m€ 2005-2020		504.242.338,80		504.148.937,92
150 000 m€ 2005-2020		151.542.873,91		150.014.005,48
250 000 m€ 2006-2026		251.308.370,63		251.294.520,56
800 000 m€ 2009-2013			813.035.517,21	
150 000 m€ 2012-2014	150.059.872,82			150.000.000,00
200 000 m€ 2013-2015		200.167.585,77		
170 000 m€ 2013-2016		171.156.986,09		
Obrigações permutáveis				
1.015.150 m€ 2007-2014			8.109.376,02	
885 650 m€ 2010-2017		884.286.444,97		979.634.661,15
Mútuos				
170 000 m€ 2012-2013			170.047.472,50	
599 238 m€ 2013-2042	10.512.954,84	517.904.249,38		
Papel comercial	875.782.130,41		1.425.794.139,19	
Total	1.540.583.321,06	2.680.608.849,55	2.416.986.504,92	2.538.077.200,78

A segmentação das quantias nominais da dívida por maturidades e tipos de taxa de juro é a seguinte (em milhões de euros):

	31-12-2013	31-12-2012
<b>Empréstimos totais</b>		
Até 1 ano	1.534,51	2.403,10
De 1 ano até 2 anos	221,03	649,00
De 2 anos até 3 anos	191,03	
De 3 anos até 4 anos	906,68	
De 4 anos até 5 anos	21,03	885,65
Superior a 5 anos	1.404,62	900,00
	4.278,90	4.837,75
<b>Empréstimos com taxa de juro fixa</b>		
Até 1 ano	499,00	808,10
De 1 ano até 2 anos		499,00
De 2 anos até 3 anos		
Superior a 3 anos	1.635,65	1.635,65
	2.134,65	2.942,75

A evolução das quantias escriturada do empréstimo de 885,65M€, com opção embutida, é a seguinte:

Emprest de 885.650 m€	31-12-2013	31-12-2012	31-12-2011	31-12-2010
Obrigações no passivo:	884.286.445	979.634.661	859.431.397	978.568.115
Obrigações (incluindo juros corridos)	871.180.205	865.385.811	859.431.397	854.071.018
Opção	13.106.240	114.248.850	0	124.497.097
Acções no activo	694.228.011	682.966.810	660.898.154	832.801.365
Passivo - Activo	190.058.434	296.667.851	198.533.243	145.766.750

O empréstimo obrigacionista de 500 milhões de euros, emitido em outubro de 2004 pelo prazo de 10 anos vence juros a taxa de juro anual fixa de 4,191%. O empréstimo obrigacionista de 500 milhões de euros, emitido em setembro de 2005 pelo prazo de 15 anos vence juros à taxa de juro anual fixa de

3,567%. O empréstimo obrigacionista de 150 milhões de euros, emitido em dezembro de 2005 pelo prazo de 15 anos vence juros a uma taxa de juro anual variável indexada ao *Euro Mid Swap* a 10 anos. O empréstimo obrigacionista de 250 milhões de euros, emitido em novembro de 2006 pelo prazo de 20 anos vence juros a uma taxa de juro anual fixa de 4,2%. Estes empréstimos preveem a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se o Estado deixar de deter a totalidade do capital da PARPÚBLICA e/ou perder o controlo direto ou indireto da sociedade e/ou ainda se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o Estado e a sociedade. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

A emissão de Obrigações PARPÚBLICA 2012-2014 de 150 milhões de euros, em dezembro de 2012 pelo prazo de 2 anos, vence juros a uma taxa de juro semestral variável indexada à Euribor a 6 meses. Os obrigacionistas podem pedir o reembolso do empréstimo semestralmente, a partir de junho de 2013. Prevê a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se o Estado deixar de deter a totalidade do capital da PARPÚBLICA e/ou perder o controlo direto ou indireto da sociedade e/ou ainda se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o Estado e a sociedade. A PARPÚBLICA, enquanto se mantiver a emissão não poderá prestar garantias sobre o seu património a outros credores. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

As Obrigações PARPÚBLICA 2013-2015 de 200 milhões de euros, emitidas em junho de 2013 pelo prazo de 2 anos, vencem juros a uma taxa de juro semestral variável indexada à Euribor a 6 meses. Prevê a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se o Estado deixar de deter a totalidade do capital da PARPÚBLICA e/ou perder o controlo direto ou indireto da sociedade e/ou ainda se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o Estado e a sociedade. A PARPÚBLICA, enquanto se mantiver a emissão não poderá prestar garantias sobre o seu património a outros credores. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

A emissão de Obrigações PARPÚBLICA Taxa Variável 2013-2016 de 170 milhões de euros, em setembro de 2013 pelo prazo de 3 anos, vence juros a uma taxa de juro semestral variável indexada à Euribor a 6 meses. Prevê a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o Estado e a sociedade. A PARPÚBLICA, enquanto se mantiver a emissão não poderá prestar garantias sobre o seu património a outros credores. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

A emissão de Obrigações Permutáveis Galp de 885,65 milhões de euros de setembro de 2010 pelo prazo de 7 anos, enquadra-se na 5ª fase de reprivatização do capital social da Galp, nos termos do Decreto-Lei nº 185/2008, de 19 de setembro. Vence juros a uma taxa de juro anual fixa de 5,25%. Os obrigacionistas têm o direito de optar pelo reembolso das obrigações ao seu valor nominal na maturidade ou antecipadamente em 28 de setembro de 2015 ou pela troca das obrigações pelas ações

Galp, que constituem o respetivo ativo subjacente, a partir de 28 de março de 2013. No caso de os obrigacionistas optarem pela troca das obrigações por ações Galp, a PARPÚBLICA poderá escolher entre a entrega das ações ou a entrega em dinheiro do respetivo valor, calculado de acordo com critérios de valorização definidos. A PARPÚBLICA tem a possibilidade de reembolsar as obrigações, se o valor do ativo subjacente for igual ou superior a 30%, em pelo menos 20 dias úteis durante 30 dias úteis consecutivos, a partir de 13 de outubro de 2013. Prevê a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se o Estado deixar de deter a totalidade do capital da PARPÚBLICA e/ou perder o controlo direto ou indireto da sociedade e/ou ainda se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o Estado e a sociedade ou da ocorrência de um evento de mudança do controlo da Galp. A PARPÚBLICA, enquanto se mantiver a emissão não poderá prestar garantias sobre o seu património a outros credores. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

O financiamento de 599,238 milhões de euros é um empréstimo bancário sindicado com quatro bancos, no qual a PARPÚBLICA sucedeu ao consórcio ELOS. O financiamento tem uma maturidade de cerca de 30 anos, até 15 de dezembro de 2042, e será amortizado em 57 amortizações iguais, com início em 15 de dezembro de 2014 e final na maturidade. Vence juros a taxa variável, indexada à Euribor a 6 meses. Foi contratado tendo associados 4 swaps de taxa variável - taxa fixa, os quais permitem aos bancos a sua conversão em taxa fixa. Um dos Bancos já exerceu esse direito, pelo que presentemente o financiamento vence taxa variável para o montante de 465,069 milhões de euros e vence taxa fixa de 5,91% para o montante de 134,169 milhões de euros, mantendo os restantes 3 swaps taxa variável – taxa fixa associados.

O justo valor inicial do empréstimo baseado em atualização a taxa de mercado é de 514.770.944,42 € donde resultou o reconhecimento de ganho inicial de 84.467.481,63\_€ a reverter ao longo da vida do empréstimo pela mensuração ao custo amortizado. O mark to market negativo do conjunto dos 3 swaps existentes foi inicialmente de 133.647.554,37 €, sendo de 110.121.652,03€ também negativo em 31 de dezembro de 2013.

## 18 – Outras Contas a pagar

Os saldos e movimentos nas rubricas de Outras contas a pagar são:

	31-12-2013		31-12-2012	
	Correntes	Não Correntes	Correntes	Não Correntes
Obrigacionistas (ex: Portucel)		17.231,80		22.334,80
Juros vencidos (contratos aquisição EDP)	6.374.481,65			
Fornecedores investimentos financeiros		481.456.321,59	481.456.321,59	
Remunerações a pagar	218.142,80		198.064,32	
Outros acréscimos de gastos	402.420,25		240.273,31	
Credores por subscrições não liberadas	3.171.494,00		6.887.020,00	
Outros Credores	291,45		2.184.527,24	
	10.166.830,15	481.473.553,39	490.966.206,46	22.334,80

O saldo de “juros vencidos” respeita aos contratos celebrados com a CGD na sequência de aquisições de ações.

O saldo em 31-12-2013 de credores por subscrições não liberadas respeita a capital da Baía do Tejo.

## 19 – Fornecedores

Os saldos nesta rubrica (31-12-2013: 11.660.964,94€; 31-12-2012: 491.934,91 €), proveem de transações comerciais, essencialmente por consultorias e despesas com reprivatizações.

## 20 – Dividendos de participações ao custo e ao justo valor

No âmbito das demonstrações financeiras separadas, os dividendos constituem a fonte relevante do rendimento da exploração dos ativos da PARPÚBLICA e para relato segmental por relação com os ativos.

Os dividendos reconhecidos durante o ano de 2013 e a sua expressão face à quantia escriturada das respetivas participações financeiras são:

	Quantia escriturada em 01-01-2013	Dividendos	
		Quantia	Taxa de retorno
	(1)	(2)	(2)/(1)
ADP - Aguas de Portugal	457 577 715,39	19 035 000,00	4,2%
ANA - Aeroportos de Portugal	200 604 385,59	30 000 000,00	15,0%
CL-Companhia das Lezírias	33 443 379,47	200 000,00	0,6%
CTT - Correios de Portugal	0,00	50 000 000,00	ss
Galp Energia	683 015 084,64	15 360 299,27	2,2%
IHRU	11 467 500,00	38 967,28	0,3%
INCM	68 072 266,00	12 070 795,00	17,7%
LISNAVE	54 091 758,86	118 664,00	0,2%
PT Portugal Telecom	3 004 995,00	260 432,90	8,7%
REN - Redes Electricas Nacionais	108 914 960,40	8 988 127,80	8,3%
ZON MULTIMEDIA	335 223,90	13 544,40	4,0%
		<b>136 085 830,65</b>	

## 21 – Ganhos em alienações de participações

O detalhe dos ganhos com operações de venda de participações foram os seguintes (ver nota 13):

	ANA, SA. (100%)	CTT, SA. (70%)	EDP, SA. (4,14%)
Receita de venda	1.127.073.241,12	579.021.895,20	356.064.950,00
Justo valor da participação remanescente		248.400.000,00	
Custo da participação	-564.392.550,69	-827.421.895,20	-346.973.930,00
Despesas venda	-18.475.036,96	-6.189.195,33	-3.366.345,41
Valor do ganho na alienação	544.205.653,47	-6.189.195,33	5.724.674,59
		<b>543.741.132,73</b>	

## 22 – Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos fornecimentos e serviços externos relativos a consultorias necessárias às atividades e ao funcionamento corrente é o seguinte:

	2013	2012
Trabalhos Especializados	2.214.570,37	2.277.482,11
Honorários	111.909,82	218.491,97
Rendas e Alugueres	224.705,09	215.945,31
Conservação e Reparação	49.228,70	57.939,64
Comunicação	34.786,65	37.560,69
Electricidade/água/segurança	55.714,04	48.644,09
Seguros	6.263,43	38.197,22
Material de escritório	13.765,62	13.721,99
Limpeza e conforto	26.487,22	19.643,35
Combustíveis	18.033,27	16.422,87
Deslocações e estadas	7.824,01	8.353,68
Diversos	68.826,04	70.112,97
	<b>2.832.114,26</b>	<b>3.022.515,89</b>

### 23 – Gastos com pessoal

O detalhe dos gastos com os órgãos sociais e com o pessoal é o seguinte:

	2013	2012 REEXPRESSO
Remunerações	1.360.634,56	1.348.898,60
Benefícios pós-emprego	501.318,50	-11.490,93
Encargos sobre Remunerações	263.127,23	221.633,59
Seguros	5.264,44	8.012,62
Outros Gastos com o Pessoal	70.146,66	41.777,73
	<b>2.200.491,39</b>	<b>1.608.831,61</b>

Os gastos com benefícios pós-emprego respeitam à redução verificada no excedente de cobertura das responsabilidades reconhecido no ativo relativamente ao plano celebrado pela ex-Portucel (ver nota 11) no valor de 470.881,52; o remanescente de 30.436,98 respeita, a pensões de reforma pagas diretamente a ex- colaboradores da ex-Portucel, SGPS. O montante em 2012 está influenciado por rendimentos líquidos de juros de 59.338,29€.

As remunerações brutas atribuídas aos membros dos órgãos sociais da PARPÚBLICA foram:

	2013	2012
Conselho de administração	263.367,66	281.729,62
Assembleia Geral	1.417,50	2.353,33
ROC	67.500,00	67.500,00

## 24 – Perdas e reversões de imparidade

Dos testes efetuados resultaram os seguintes movimentos como perdas e reversões de imparidades (ver notas 6 e 7):

	2013		2012	
	Perdas	Reversões	Perdas	Reversões
<b>Dividas a receber:</b>	<b>649.578,44</b>	<b>0,00</b>	<b>502.574,93</b>	<b>0,00</b>
Outros devedores (SPE)	649.578,44		502.574,93	
	<b>-649.578,44</b>		<b>-502.574,93</b>	
<b>Investimentos financeiros</b>	<b>16.293.568,63</b>	<b>18.465.874,38</b>	<b>112.913.778,50</b>	<b>0,00</b>
<b>Paricipações</b>				
CVP - SGH	88.000,00		2.098.000,00	
CE ESTORIL	6.356.000,00			
HCB				
IHRU			11.467.500,00	
INAPA		4.908.473,44	1.472.542,19	
PARCAIXA		13.557.400,94	37.834.421,94	
SAGESTAMO	7.559.568,63		58.183.314,37	
<b>Suprimentos</b>				
SPE	2.290.000,00		1.858.000,00	
	<b>2.172.305,75</b>		<b>-112.913.778,50</b>	

As quantias recuperáveis dos ativos foram determinadas com base:

- (i) na valorização do capital próprio das participadas (empresas reconheceram imparidades e/ou grande parte dos ativos está mensurada pelo justo valor), (CE, PARCAIXA e SAGESTAMO);
- (ii) em avaliações externas ou análises internas essencialmente baseadas nos fluxos de caixa descontados (CVP-SGH e IHRU)
- (iii) na cotação dos títulos como referência para o justo valor (INAPA).

## 25 – Provisões

Esta rubrica apresenta a reversão da provisão correspondente à variação do montante dos capitais próprios negativos evidenciados nas demonstrações financeiras do grupo TAP.

## 26 - Responsabilidades por benefícios pós-emprego

As responsabilidades com benefícios pós-reforma e o valor dos ativos do Fundo que as sustenta eram a seguinte, em milhares de euros:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Responsabilidades por serviços passados	12.597	12.443
Valor do Fundo afeto	12.224	12.750
Excesso / (Insuficiência) de cobertura	(373)	307

A decomposição do justo valor do fundo de pensões afetos às responsabilidades da PARPÚBLICA é a seguinte, em milhares de euros:

	31-12-2013	31-12-2012
Instrumentos de capital próprio	1.018	816
Instrumentos de dívida	10.164	10.579
Imobiliário e hedge funds	504	460
Outros ativos	538	896
	<b>12.224</b>	<b>12.750</b>

A evolução das responsabilidades e sua cobertura, em milhares de euros, justifica-se por:

	2013	2012
<b>Responsabilidades:</b>		
Responsabilidades por serviços passados no início do período	12.443	12.312
Custo de juros	572	566
Custo do serviço corrente	11	10
Ganhos (-) e perdas atuariais (+)	434	427
Benefícios pagos	-863	-872
<b>Responsabilidades por serviços passados no final do período (A)</b>	<b>12.597</b>	<b>12.443</b>
<b>Valores dos ativos:</b>		
Valor dos ativos do fundo no início do período	12.750	12.764
Retorno/rendimento dos ativos do fundo	337	858
Benefícios pagos	-863	-872
<b>Valor dos ativos do fundo no final do período (B)</b>	<b>12.224</b>	<b>12.750</b>
<b>Excesso / (Insuficiência) de cobertura</b>	<b>-373</b>	<b>307</b>

As responsabilidades foram determinadas por entidade independente tendo por base os seguintes pressupostos principais:

	31-12-2013	31-12-2012
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	---	---
Taxa de crescimento salarial (2014/15; restantes anos)	0,00%; 1,50%	0,00%
Taxa de crescimento das pensões (2014/15; restantes anos)	0,00%; 1,00%	0,00%
Taxa de rendimento	3,75%	3,75%
Taxa de desconto	3,75%	3,75%

A evolução das responsabilidades e valores dos ativos do fundo ao longo dos anos foi o seguinte, em milhares de euros:

	31-12-2013	31-12-2012	31-12-2011	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2008
Valor presente das responsabilidades	12.597	12.443	12.312	12.930	11.961	11.360
Valor dos ativos do fundo	12.224	12.750	12.764	13.604	13.827	13.820
Excesso / (Insuficiência) de cobertura	-373	307	452	674	1.866	2.460

## 27 – Aumentos e reduções de justo valor

Os ganhos e as perdas nos instrumentos financeiros mensurados pelo justo valor foram as seguintes:

	2013		2012	
	Ganhos	Perdas	Ganhos	Perdas
Opções e activos subjacentes				
Obrigações devidas em 2014				
Opção				
Ações da EDP				15.303.217,00
Obrigações devidas em 2017				
Opção	101.142.610,48			114.248.850,00
Ações da Galp	8.938.816,23		22.070.215,32	
Ações REN	9.411.098,52			
Swaps associados a empréstimo de 599,238M€		110.121.652,03		
Outros swaps		1.063.838,87	7.490.758,44	
Mensuração inicial pelo justo valor do empréstimo de 599,238M€	84.467.481,63			
Ações remanescentes da reprivatização da REN				
Mensuração pelo justo valor pela perda de influência significativa				53.351.673,00
Mensuração subsequente			3.172.280,40	
Outras Ações cotadas (a)	274.274,10	472.785,88	73.365,50	560.932,40
	204.234.280,96	111.658.276,78	32.806.619,66	183.464.672,40
Ganhos/Perdas líquidos	<b>92.576.004,18</b>		<b>-150.658.052,74</b>	

(a) Participações sociais em outras empresas que não se qualificam como subsidiárias ou associadas

O justo valor das ações é fundamentado na cotação na NYSE Euronext e o justo valor dos derivados é baseado no *mark to market* determinado por entidades financeiras internacionais.

## 28 – Outros rendimentos e ganhos

Como outros rendimentos e ganhos estão considerados:

	2013	2012
Rendimentos Suplementares	145.381,41	563.467,48
Rendimentos e ganhos outros ativos financeiros	355.537,75	339,00
Juros obtidos	36.169.507,91	68.980.718,09
Rendimentos swaps		3.785.308,34
Outros	28.697,87	60.940,64
	<b>36.699.124,94</b>	<b>73.390.773,55</b>

Os rendimentos suplementares passam a incluir quantias anteriormente reconhecidas como vendas e prestações de serviços, por se tratar essencialmente de simples recuperação de gastos incorridos.

Os juros obtidos respeitam essencialmente a suprimentos a subsidiárias (2013: 31.804.886,21€; 2012: 68.138.493,16€).

Em 2013, o saldo de 355.537,75€ corresponde aos ganhos com a partilha por liquidação da Credip.

## 29 – Outros gastos e perdas

Como outros gastos e perdas estão considerados:

	2013	2012
Impostos	36.413,27	66.170,03
Correcções relativas a exercicios anteriores a)	169.499,38	1.765.414,58
Insuficiência estimativa p/impostos (IRC 2011)	792.220,51	
Donativos		2.500,00
Diversos	2.320,29	803.697,73
	<b>1.000.453,45</b>	<b>2.637.782,34</b>

a) O ano de 2012 inclui o valores dos juros liquidos de 2011 devolvidos ao IGCP

### 30 – Gastos e reversões de depreciação e de amortização

Os gastos por depreciações e amortizações foram:

	2013	2012
<b>Ativos Fixos Tangíveis</b>		
Equipamento Transporte	14.795,24	14.795,22
Equipamento Administrativo	17.486,65	28.121,62
Outros Ativos Fixos Tangíveis	169,20	229,78
	<b>32.451,09</b>	<b>43.146,62</b>
<b>Ativos Fixos Intangíveis</b>		
Programas de computador	8.771,44	13.212,00
	<b>8.771,44</b>	<b>13.212,00</b>
	<b>41.222,53</b>	<b>56.358,62</b>

### 31 – Juros e gastos similares suportados

Os juros e outros gastos similares suportados com os instrumentos de dívida emitidos foram:

	2013	2012
Juros Suportados	215.138.731,21	252.349.607,40
Outros gastos e Perdas	20.131.081,15	8.133.688,40
	<b>235.269.812,36</b>	<b>260.483.295,80</b>

### 32 – Imposto sobre o Rendimento do período

A PARPÚBLICA está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente Derrama, com taxas sobre o lucro tributável de 25% e de 1,5% respetivamente.

As declarações de autoliquidação da Empresa ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos.

Pelo regime fiscal das SGPS e pela natureza das participações sociais detidas, a PARPÚBLICA não vê satisfeitos os requisitos para reconhecimento de impostos diferidos.

Os gastos de imposto sobre o rendimento são compostos exclusivamente por impostos correntes cujo apuramento sinteticamente é o seguinte:

	2013	2012
Resultado antes de imposto	585.372.725,82	463.225.300,48
Gastos não dedutíveis	-643.119.595,00	-549.367.029,47
Resultado fiscal (lucro/prejuízo)	-57.746.869,18	-86.141.728,99
Utilização de Prejuízos fiscais	0,00	0,00
Gasto de imposto antes das tributações autónomas	0,00	0,00
Gasto de imposto sobre o rendimento	-22.040,31	-21.627,11
Gasto de imposto após as tributações autónomas	-22.040,31	-21.627,11

### 33 – Resultados e fluxos de caixa de unidades operacionais descontinuadas

Os resultados obtidos de componentes consideradas como unidades operacionais descontinuadas em 2013 e em 2012 foram os seguintes:

	2013	2012
Rendimentos de Dividendos		
ANA - Aeroportos de Portugal	30.000.000,00	17.274.955,82
CTT - Correios de Portugal	50.000.000,00	
EDP - Energias de Portugal		144.417.249,67
REN - Redes Energéticas Nacionais		36.098.400,00
HCB - Hidroelétrica Cahora Bassa		4.044.496,08
	80.000.000,00	201.835.101,57
Ganhos em alienações		
ANA - Aeroportos de Portugal	544.205.653,47	
CTT - Correios de Portugal	-6.189.195,33	
EDP - Energias de Portugal		508.890.108,91
REN - Redes Eléctricas Nacionais		154.585.032,49
HCB - Hidroelétrica Cahora Bassa		191.198,04
	538.016.458,14	663.666.339,44
	618.016.458,14	865.501.441,01

Os fluxos de caixa com componentes consideradas como unidades operacionais descontinuadas em 2013 e em 2012 foram os seguintes:

	2013	2012
Dividendos		
ANA - Aeroportos de Portugal	30.000.000,00	17.274.955,82
CTT - Correios de Portugal	50.000.000,00	
EDP - Energias de Portugal		144.417.249,67
REN - Redes Energéticas Nacionais		36.098.400,00
HCB - Hidroelétrica Cahora Bassa		4.044.496,08
	80.000.000,00	201.835.101,57
Receitas e despesas das alienações		
ANA - Aeroportos de Portugal	1.108.598.204,16	
CTT - Correios de Portugal	572.832.699,87	
EDP - Energias de Portugal		1.927.166.344,87
REN - Redes Energéticas Nacionais		551.678.571,72
HCB - Hidroelétrica Cahora Bassa		71.146.312,57
	1.681.430.904,03	2.549.991.229,16
Total das UOD	1.761.430.904,03	2.751.826.330,73

### 34 – Instrumentos financeiros em geral

Além das divulgações efetuadas em notas anteriores, relevam informações relativas ativos financeiros e passivos financeiros, quanto à posição financeira, aos efeitos nos resultados e à percepção sobre o risco.

#### 34.1. Posição e efeitos nos resultados dos ativos e passivos financeiros

Para as categorias e outros agregados relativos a ativos e passivos financeiros, excluindo os ativos que respeitam a investimentos em subsidiárias e associadas e para os efeitos nos resultados, tem-se (em milhares de euros):

Ativos e passivos financeiros	31-12-2013				
	Empréstimos concedidos e contas a receber	Ativos Financeiros ao justo valor através de resultados	Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Total
<b>ATIVOS</b>					
<b>Ativo não corrente</b>					
Participações financeiras - outros métodos		697.418			697.418
Outros ativos financeiros	4.683.433	-			4.683.433
Outras contas a receber	177				177
	<b>4.683.610</b>	<b>697.418</b>	-	-	<b>5.381.028</b>
<b>Ativo corrente</b>					
Clientes	27				27
Outras contas a receber	81.227				81.227
Ativos financeiros detidos para negociação					-
Caixa e depósitos bancários	146.011				146.011
	<b>227.265</b>				<b>227.265</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>4.910.875</b>	<b>697.418</b>			<b>5.608.293</b>
<b>PASSIVOS</b>					
<b>Passivo não corrente</b>					
Financiamentos obtidos			13.106	2.667.503	2.680.609
Outras contas a pagar			-	481.474	481.474
Outros passivos financeiros			110.122	-	110.122
			<b>123.228</b>	<b>3.148.977</b>	<b>3.272.205</b>
<b>Passivo corrente</b>					
Fornecedores				11.661	11.661
Financiamentos obtidos				1.540.583	1.540.583
Outras contas a pagar				10.167	10.167
				<b>1.562.411</b>	<b>1.562.411</b>
<b>Total do passivo</b>			<b>123.228</b>	<b>4.711.388</b>	<b>4.834.616</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>4.910.875</b>	<b>697.418</b>	<b>(123.228)</b>	<b>(4.711.388)</b>	<b>773.677</b>

Ativos e passivos financeiros	31-12-2012				
	Empréstimos concedidos e contas a receber	Ativos Financeiros ao justo valor através de resultados	Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Total
<b>ATIVOS</b>					
<b>Ativo não corrente</b>					
Participações financeiras - outros métodos		1.142.246			1.142.246
Outros ativos financeiros	4.520.859	-			4.520.859
	<b>4.520.859</b>	<b>1.142.246</b>	-	-	<b>5.663.105</b>
<b>Ativo corrente</b>					
Clientes	69				69
Outras contas a receber	119.119				119.119
Ativos financeiros detidos para negociação		11.064			11.064
Caixa e depósitos bancários	193.815				193.815
	<b>313.003</b>	<b>11.064</b>			<b>324.067</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>4.833.862</b>	<b>1.153.310</b>			<b>5.987.172</b>
<b>PASSIVOS</b>					
<b>Passivo não corrente</b>					
Financiamentos obtidos			114.249	2.251.247	2.365.496
Outras contas a pagar			-	22	22
Outros passivos financeiros			-	-	-
			<b>114.249</b>	<b>2.251.269</b>	<b>2.365.518</b>
<b>Passivo corrente</b>					
Fornecedores				492	492
Financiamentos obtidos				2.589.568	2.589.568
Outras contas a pagar				490.966	490.966
				<b>3.081.026</b>	<b>3.081.026</b>
<b>Total do passivo</b>			<b>114.249</b>	<b>5.332.295</b>	<b>5.446.544</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>4.833.862</b>	<b>1.153.310</b>	<b>(114.249)</b>	<b>(5.332.295)</b>	<b>540.628</b>

Os montantes dos ativos e passivos financeiros por níveis de enquadramento da determinação do justo valor são os seguintes em 31-12-2013 e 31-12-2012, em milhares de euros:

	31-12-2013		
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	697.418	-	697.418
Ativos financeiros ao justo valor - derivados de cobertura	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda - justo valor	-	-	-
	<b>697.418</b>	<b>-</b>	<b>697.418</b>
Passivos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	-	123.228	123.228
Passivos financeiros ao justo valor - derivados de cobertura	-	-	-
	<b>-</b>	<b>123.228</b>	<b>123.228</b>

	31-12-2012		
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	1.142.246	11.064	1.153.308
Ativos financeiros ao justo valor - derivados de cobertura	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda - justo valor	-	-	-
	<b>1.142.246</b>	<b>11.064</b>	<b>1.153.308</b>
Passivos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	-	114.249	114.249
Passivos financeiros ao justo valor - derivados de cobertura	-	-	-
	<b>-</b>	<b>114.249</b>	<b>114.249</b>

#### 34.2. Perspetiva sobre os riscos em instrumentos financeiros

No exercício da sua atividade a PARPÚBLICA identifica as seguintes áreas de riscos financeiros que podem afetar o seu valor patrimonial ou o interesse de terceiros: (i) risco de crédito, (ii) risco de liquidez, e (iii) risco de mercado, pela taxa de juro e pelo preço.

##### (i) Risco de Crédito

O risco de crédito, associado à possibilidade de a parte devedora num instrumento financeiro não honrar as suas obrigações, incide fundamentalmente ao nível das aplicações financeiras dos seus excedentes de tesouraria, aos *swaps* contratados e aos suprimentos concedidos.

Os suprimentos são concedidos a empresas cujas políticas financeiras são controladas (subsidiárias) para aplicação em investimentos com retorno adequado. Os suprimentos são aprovados pela Comissão Executiva da PARPÚBLICA e são remunerados.

**(ii) Risco de Liquidez**

O risco de liquidez, associado à possibilidade de a entidade não dispor de meios financeiros para satisfazer os seus compromissos, está mitigado pela existência de quatro programas de Papel Comercial no montante total de 1.825 milhões de euros, os quais estão contratados com instituições financeiras de reconhecida solidez. Estes instrumentos permitem à PARPÚBLICA um acesso imediato à liquidez.

A segmentação da dívida por natureza de instrumentos e por tempo remanescente até à maturidade é a seguinte (valores nominais em milhões de euros):

31-12-2013

	1-3 meses	4-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	> 5 anos	Total
<b>Financiamentos</b>						<b>4.278,9</b>
Papel Comercial	620,0	255,0				875,0
<i>Eurobonds</i>		499,0			900,0	1.399,0
Obrigações Permutáveis Galp				885,7		885,7
Outras Obrigações		150,0	200,0	170,0		520,0
Financiamento Bancário		10,1	21,0	63,1	505,1	599,2

31-12-2012

	1-3 meses	4-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	> 5 anos	Total
<b>Financiamentos</b>						<b>4.837,8</b>
Papel Comercial	1.170,0	255,0				1.425,0
Financiamento Bancário	170,0					170,0
<i>Eurobonds</i>		800,0	649,0		900,0	2.349,0
Obrigações Permutáveis EDP	8,1					8,1
Obrigações Permutáveis Galp				885,7		885,7

As cláusulas de *covenant* existentes nos instrumentos de dívida são os seguintes:

Financiamentos	Covenants
<p><i>Eurobonds</i></p> <p>Bonds 500M€ - 2004, due 2014                      Bonds 500M€ - 2005, due 2020                      Bonds 150M€ - 2005, due 2020                      Bonds 250M€ - 2006, due 2026</p> <p>Obrigações Permutáveis Galp 885,65M€ - 2010, due 2017                      Obrigações PARPÚBLICA 150M€ - 2010/2012                      Obrigações PARPÚBLICA 200M€ - 2013/2015                      Obrigações PARPÚBLICA Taxa Variável 170M€ - 2013/2016</p> <p>Financiamento Bancário 599,238M€</p>	<p><i>Cross Default / Force Majeure</i>  <i>Cross Default / Force Majeure</i>  <i>Cross Default</i>  <i>Cross Default</i></p> <p><i>Cross Default / Negative Pledge / Restrictions on Activity</i>  <i>Cross Default / Negative Pledge / Pari Passu</i>  <i>Cross Default / Negative Pledge / Pari Passu</i>  <i>Cross Default / Negative Pledge / Pari Passu</i></p> <p><i>Cross Default / Negative Pledge / Pari Passu</i></p>

(iii) Risco de Mercado

**Risco de Taxa de Juro**

O risco de taxa de juro respeita à possibilidade de, por alteração das taxas de juro no mercado, existir variação da remuneração de instrumentos financeiros a taxa variável ou variação no justo valor de instrumentos financeiros a taxa fixa.

Relativamente à dívida de médio e longo prazo, cerca de 62,6% da mesma vence juros a taxa de juro fixa e somente cerca de 37,4% vence juros a taxa de juro variável.

Assim, com a percentagem de dívida emitida a taxa fixa a PARPÚBLICA tem, em termos fluxos de caixa, uma reduzida exposição à flutuação de taxa de juro. Quanto ao impacto em termos de justo valor, não é relevante para os financiamentos existentes, mas é pelo efeito que venha a ter em *yields* no mercado secundário que condicionem novas emissões de dívida.

A PARPÚBLICA mantém três estruturas de *swaps* de taxa de juro *plain vanilla* (*swap* de taxa variável para taxa fixa). O montante *nocional* total das três estruturas é de 465 milhões de euros. O conjunto das três estruturas teve os seguintes impactos (milhares de euros):

	2013	2012
Fluxos de caixa líquidos	- 11.697	0
Ganhos por variação do justo valor após o reconhecimento inicial	23.526	0

Os fluxos previsionais dos juros da dívida de médio e longo prazo e dos juros dos *swaps* eram os seguintes em 31/12/2013:

	<1 ano	1 a 5 anos	>5 anos	Total
Juros da dívida a média/longo prazo	-152.474,3	-417.976,6	-589.477,7	-1.159.928,6
Fluxos dos <i>swaps</i>	-11.815,4	-50.348,7	-62.541,0	-124.705,1

	<1 ano	1 a 5 anos	>5 anos	Total
Juros da dívida a média/longo prazo	-134.869,6	-353.711,4	-166.460,4	-655.041,4
Fluxos dos <i>swaps</i>	-26,6	3.003,4	-395,6	2.581,2

Para minimizar o risco na taxa de juro pelo aumento dos *spreads* em financiamentos de curto prazo, as emissões de Papel Comercial existentes em 31-12-2013 no montante de 875 milhões de euros, tinham um *spread* fixo, a vigorar até à data da sua liquidação ou renovação.

### Risco de preço

O risco de preço entende-se pela possibilidade do valor de um instrumento financeiro flutuar como resultado de alterações nos preços de mercado, quer essas alterações sejam causadas por fatores específicos do instrumento individual ou do seu emitente, quer por fatores sistémicos. No caso específico do empréstimo obrigacionista de montante nominal de 885,65 milhões de euros, com opção embutida em favor dos investidores de permutarem as obrigações por ações da GALP detidas na carteira, o risco coloca-se essencialmente pelos efeitos da variação da cotação destas ações.

O financiamento de 885,65 milhões de euros tem vencimento em 28 de setembro de 2017, com a possibilidade de (i) os investidores poderem trocar as obrigações por ações Galp a partir de março de 2013, (ii) a empresa exercer uma *call* e reembolsar as obrigações a partir de 13 de outubro de 2013, em determinadas condições, e (iii) os investidores poderem pedir o reembolso das obrigações em de 28 de setembro de 2015. No caso de os obrigacionistas optarem pela troca das obrigações por ações Galp, a PARPÚBLICA poderá escolher entre a entrega das ações ou a entrega em dinheiro do respetivo valor, calculado de acordo com critérios de valorização definidos.

A componente base e a opção embutida destes empréstimos estão separadas contabilisticamente sendo mensuradas de acordo com o referido em 2e e 2i.

Pela mensuração pelo justo valor das opções e também das ações subjacentes, são reconhecidos os efeitos líquidos anuais decorrentes da evolução das cotações do ativo subjacente. Esses efeitos foram os seguintes (em milhões de euros):

	2013	2012
Varição do valor das opções	+ 101,1	-114,2
Varição do valor do ativo subjacente	11,3	6,7
<b>Ganho líquido/ Perda Líquida</b>	<b>112,4</b>	<b>107,5</b>

Os efeitos na opção embutida nas obrigações permutáveis em ações da Galp por variações positivas e negativas de 15% na cotação das ações em 31-12-2013 seriam os seguintes:

Obrigações convertíveis em ações da GALP						
Ações da GALP			Opção			Var. líquida (M€)
Cotação	Valor (M€)	Variação	Valor %	Valor (M€)	Variação	
11,92	694,3	-	1,48%	13,1	-	-
13,70	798,4	15,0%	3,93%	34,8	165,5%	82,4
10,13	590,1	-15,0%	0,37%	3,3	-75,0%	-94,3

Os efeitos na mesma opção por variações na volatilidade implícita seriam os seguintes:

Obrigações convertíveis em ações da GALP			
Volatilidade implícita			
%	Opção (%)	Valor (M€)	Variação
15%	1,48%	13,1	-
20%	3,15%	27,9	112,8%
10%	0,30%	2,7	-79,7%

Os efeitos nos swaps associados ao empréstimo de 599,2 M€ por variações positivas e negativas de 1% na taxa de juro variável (Euribor 6M) seriam os seguintes:

Taxa	Valor	Variação
Euribor 6M	-110,1	
Euribor 6M + 1%	-23,7	-78,5%
Euribor 6M - 1%	-153,8	39,6%

### 35 – Partes relacionadas

Os saldos de transações com subsidiárias e associadas – incluindo aquelas cuja participação está classificada nos ativos não correntes detidos para venda - tinham a seguinte composição no final dos exercícios findos em 31-12-2013 e 31-12-2012, respetivamente:

Empresa	Balanco				Demonstração dos Resultados			
	Credores p/ subscrições não liberadas	Clientes	Outras contas a pagar/rece ber	Suprimento s	Gastos suportado s	Prestação de serviços	Juros de supriment os	Dividendos
Adp - Aguas de Portugal, SA.		11456,06						19.035.000,00
ANA - Aeroportos de Portugal, SA.								30.000.000,00
BAIA DO TEJO, SA	3.171494,00							
CL - Companhia das Lezírias, SA			177.441,37					200.000,00
CE - Circuito do Estoril, SA.			1066.366,30	1058.000,00			58.915,92	
CTT - Correios de Portugal, SA.								50.000.000,00
GALP Energia SGPS, SA.								15.360.299,27
INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA.								12.070.795,08
IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP								38.967,28
LAZER e FLORESTA, SA.			-7.606,77					
Lisnave Infraestruturas Navais, SA.								18.664,00
MARGUEIRA - Sociedade Gestora Fundos Investimento Imobiliário, SA.					22.028,04			
PORTUGAL TELECOM, SA.								260.432,90
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, SA.								8.988.127,80
SAGESECUR - Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projectos, SA.			3.194.879,62	54.810.000,00			3.194.879,62	
SAGESTAMO - Sociedade Gestora Participações Sociais Imobiliárias, SA.			23.891.375,24	422.301.649,25			23.891.375,24	
SPE - Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, SA.			1.355.619,51	12.738.973,71			649.578,44	
TAP, SGPS							4.010.136,99	
Zon Multimédia, SGPS, SA.								13.544,40

2012	Balço				Demonstrao dos Resultados				
	Empresa	Credores p/ subscries no liberadas	Clientes	Outras contas a pagar/rece ber	Suprimento s	Gastos suportado s	Prestao de servios	Juros de suprimento s	Dividendos
Adp - Aguas de Portugal, SA.			11.456,06				11.286,77		10.826.706,21
ANA - Aeroportos de Portugal, SA.									17.274.955,82
BAIA DO TEJO, SA	6.887.020,00								1220.000,00
CL - Companhia das Lezírias, SA			360.232,57						600.000,00
CE - Circuito do Estoril, SA.			1.007.540,38	58.000,00				53.304,40	
CVP - Sociedade de Gestao Hospitalar, SA								30.286,02	
EDP - Energias de Portugal, SA									172.447.896,52
GALP Energia SGPS, SA.									18.585.444,48
INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA.									13.142.461,48
MARGUEIRA - Sociedade Gestora Fundos Investimento Imobiliario, SA.						23.794,38			
PARCAIXA, SGPS, SA.									12.819.856,18
REN - Redes Energeticas Nacionais, SGPS, SA.									45.033.656,46
SAGESECUR - Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participao em Projectos, SA.			3.037.595,60	57.700.879,22				3.037.595,60	
SAGESTAMO - Sociedade Gestora Participaes Sociais Imobiliarias, SA.		23.927,60	64.305.143,17	422.301.649,25				64.305.143,17	
SPE - Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, SA.			706.041,07	10.448.973,71				502.574,93	
TAP, SGPS				50.000.000,00				209.589,04	

Os efeitos de transaes e os saldos com outras entidades relacionadas so os seguintes:

	Movimentos do ano	Saldos em 31-12-2013	
		Devedores	Credores
		Adiantamentos ao Estado (artºº DL 209/2000)	165.085.907,05
Servios prestados ao Estado	143.224,35		
Aquisies de aes à CGD (inclui juros)	6.374.481,65		481.456.321,59

	Movimentos do ano	ANO DE 2012	
		Saldos em 31-12-2012	
		Devedores	Credores
Adiantamentos ao Estado (artº99º DL 209/2000)	2.168.062.365,86	4.040.438.171,12	
Serviços prestados ao Estado	550.000,00		
Aquisições de ações à CGD (inclui juros)	20.732.568,87		481.456.321,59
Aquisições de ações à PARCAIXA	-55.451.540,00		

### 36 – Ativos e passivos contingentes e acontecimentos subsequentes

Não são conhecidos ativos e passivos contingentes além das eventuais responsabilidades por remunerações variáveis dos ex-administradores decorrentes dos contratos de gestão para o mandato 2007-2009, sobre as quais existe dúvida sobre o grau de certeza de serem passivos efetivos da empresa. Os prémios respeitam a 50% da remuneração variável de 2008 (77.850,06€) cujo pagamento fora diferido pelo acionista, bem como à remuneração variável de 2009 e por desempenho no mandato de 2007-2009. Em 2010 o acionista pronunciou-se no sentido da não atribuição de remuneração variável tendo em conta o disposto no artigo 172.º da Lei do OE/2010.

Em janeiro de 2014 foram adquiridas ações dos CTT correspondentes a 1,5% do capital, em resultado do exercício de uma put option prevista no prospeto da privatização, ficando a participação naquela associada em 31,5%.

Pelo Decreto-lei nº 45/2014 de 20 de março e pela Resolução do Conselho de Ministros nº 30/2014 de 8 de abril foi aprovada e regulamentada a reprivatização do capital social da Empresa Geral do Fomento, S.A. (EGF), detida pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.

Pela Resolução de Conselho de Ministros nº 32/2014 de 24 de abril foi aprovada a segunda fase do processo de reprivatização da REN Redes Energéticas Nacionais, empresa em que a PARPÚBLICA detém 9,9%.

### 37 – Divulgações de natureza não contabilística

A sociedade:

- Não é devedora em mora relativamente a impostos e a contribuições ou descontos para a segurança social (art.º 21 do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro);
- Não detém ações próprias nem efetuou qualquer negócio que as envolvesse (art.º 324.º, n.º 2, do Código das Sociedades Comerciais);
- Não realizou transações cujos efeitos não estejam refletidos nas demonstrações financeiras (art.º 66.º-A, 1 a), do Código das Sociedades Comerciais).

Os membros dos órgãos sociais:

- Não efetuaram quaisquer negócios com a sociedade (art.º 397.º do Código das Sociedades Comerciais);
- Não são, nem foram, titulares de ações ou obrigações da sociedade ou de outras com as quais esta mantenha relação de domínio, por si ou através de quaisquer outras pessoas ou sociedades, não sendo relevante a apresentação em anexo ao relatório do órgão de administração das listas de títulos e acionistas referidas nos art.ºs 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais.

Os honorários da sociedade de Revisores Oficiais de Contas foram de 67,5 milhares de euros em 2013 e 67,5 milhares de euros em 2012, respeitando exclusivamente a serviços de revisão legal das contas.

Durante o ano de 2013 e 2012 o número médio de trabalhadores ao serviço foi de 21 e de 24 respetivamente. Os trabalhadores em 31-12-2013 eram 22, estando 19 afetos a atividades *corporate*, 1 cedido à Direção-Geral e Tesouro e Finanças e 2 cedidos a subsidiárias.

#### **APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 30 de Abril de 2014, sendo sua opinião que as mesmas refletem de forma completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita as operações da PARPÚBLICA, bem como a sua posição e performance financeira e os fluxos de caixa.

#### **O Técnico Oficial de Contas**

Vitor Manuel Saraiva

#### **O Conselho de Administração**

Pedro Macedo Santos Ferreira Pinto, *Presidente*

Carlos Durães da Conceição

José Manuel Barros

Fernanda Mouro Pereira

Pedro Nascimento Ventura

Maria João Dias Pessoa Araújo



# PARPÚBLICA – Participações Públicas, SGPS, SA

Sede: Rua Laura Alves, nº 4 - 1050 – 138 Lisboa  
NPC e de Matrícula: 502 769 017

## Declaração

### **nos termos da alínea c) do número 1 do artº 245º do Código dos Valores Mobiliários**

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do número 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Parpública – Participações Públicas, SGPS, SA, abaixo identificados, na qualidade e no âmbito das funções que lhes competem, tal como aí referidas, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- (i) A informação constante do relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento, relativamente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Parpública – Participações Públicas, SGPS, SA e das empresas incluídas no respectivo perímetro de consolidação.

- (ii) O relatório de gestão relativo àquele exercício social expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Parpública – Participações Públicas, SGPS, SA e das empresas incluídas no respectivo perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 30 de abril de 2014

O Conselho de Administração

Pedro Ferreira Pinto  
Presidente

Carlos Manuel Durães da Conceição  
Administrador

José Manuel Pereira Mendes de Barros  
Administrador

Fernanda Maria Mouro Pereira  
Administradora

Pedro Miguel Nascimento Ventura  
Administrador

Maria João Dias Pessoa Araújo  
Administradora

# Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas

## Contas consolidadas

**Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.**

Edifício Amadeu Sousa Cardoso  
Alameda António Sérgio, 22, 11.º Miraflores –  
1495-132 Algés – Portugal

T +351 214 123 520  
F +351 214 123 539

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B – 9000-064  
Funchal – Portugal

T +351 291 200 540  
F +351 291 200 549

E-mail: [gt.lisboa@pt.gt.com](mailto:gt.lisboa@pt.gt.com)

Exmo. Acionista Único da  
PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S.A.

1. De acordo com o número 3 do artigo 446.º, do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Revisor Oficial de Contas da PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S.A., apresentar o relatório da nossa ação fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório consolidado de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas, apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.
2. Acompanhámos com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, nas circunstâncias, a atividade da Empresa e das suas subsidiárias e associadas mais significativas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação. Averiguámos da observância do cumprimento da Lei e dos Estatutos.
3. No âmbito das nossas funções verificámos que:
  - a) A demonstração consolidada da posição financeira, a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes notas às demonstrações financeiras, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e do conjunto das subsidiárias e associadas incluídas na consolidação;
  - b) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
  - c) O relatório consolidado do Conselho de Administração é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Sociedade e do conjunto

das subsidiárias e associadas incluídas na consolidação evidenciando os aspetos mais significativos.

4. Como consequência do exame efetuado emitimos, nesta data, a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada, referente a 31 de dezembro de 2013, com três ênfases, a qual fica a fazer parte integrante do presente relatório.
5. Em resultado do trabalho desenvolvido e tendo em consideração o documento referido no parágrafo anterior, somos de parecer que a Assembleia Geral da PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S.A., ponderando o conteúdo do mesmo, aprove:
  - a) O relatório consolidado de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

30 de abril de 2014



---

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.  
Representada por Carlos Lisboa Nunes



## Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

Edifício Amadeo Souza Cardoso  
Alameda António Sérgio, 22, 11.º Miraflores –  
1495-132 Algés – Portugal

T +351 214 123 520  
F +351 214 123 539

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B – 9000-064  
Funchal – Portugal

T +351 291 200 540  
F +351 291 200 549

E-mail: [gt.lisboa@pt.gt.com](mailto:gt.lisboa@pt.gt.com)

### Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 da PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S.A., as quais compreendem, a demonstração consolidada da posição financeira (que evidencia um total de 17.699.079 milhares de euros e um total de capital próprio de 4.100.715 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 801.214 milhares de euros), a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes notas às demonstrações financeiras.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a divulgação de qualquer fato relevante que tenha influenciado a atividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

## Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e
  - a apreciação sobre se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas no número 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S.A. em 31 de dezembro de 2013, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

## Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

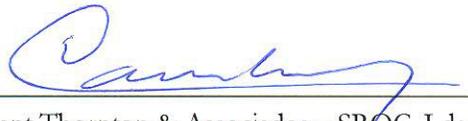
## Ênfases

9. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 7 acima, chamamos a atenção para o seguinte:
  - 9.1. Conforme mencionado no Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada da AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., para efeitos de consolidação nas contas da PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S.A., o Grupo AdP reconhece contabilisticamente o valor das insuficiências/excessos das tarifas e dos preços praticados relativamente aos que seriam necessários para permitir a recuperação dos custos inerentes à concessão e remunerar os capitais investidos, e, assim, assegurar o equilíbrio económico-financeiro das concessões, tal como previsto nos contractos de concessão. O Grupo AdP optou por refletir esta situação na informação financeira consolidada, não obstante não terem sido ainda aprovadas pelas entidades competentes os mecanismos tendentes a refletir aquelas insuficiências/excessos das tarifas e dos preços.
  - 9.2. Conforme referido no Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada da AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., para efeitos de consolidação nas contas da PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S.A., existem saldos a receber dos Municípios que apresentam antiguidade significativa. No atual contexto de restrições de acesso ao crédito, esta situação poderá afetar o equilíbrio financeiro do Grupo AdP. O Conselho de Administração entende que dos processos de renegociação em curso irão resultar

as soluções que permitam assegurar o equilíbrio económico e financeiro das Concessões, e o cumprimento das obrigações contratuais.

- 9.3. Em 20 de março, através do Decreto-Lei n.º 45/2014, foi aprovado o processo de reprivatização da Empresa Geral do Fomento, S.A. (EGF), incluída no Grupo AdP. Contudo, conforme mencionado na nota 2e das Notas às demonstrações financeiras consolidadas da Parpública, SGPS, S.A., o Grupo EGF não se encontra classificado como ativo não corrente detido para venda, por não estarem, ainda, aprovados pelo Governo todos os instrumentos legislativos tendentes à respetiva privatização.

30 de abril de 2014



Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.  
Representada por Carlos Lisboa Nunes

# Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas

## Contas separadas

**Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.**

Edifício Amadeu Sousa Cardoso  
Alameda António Sérgio, 22, 11.º Miraflores –  
1495-132 Algés – Portugal

T +351 214 123 520  
F +351 214 123 539

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B – 9000-064  
Funchal – Portugal

T +351 291 200 540  
F +351 291 200 549

E-mail: [gt.lisboa@pt.gt.com](mailto:gt.lisboa@pt.gt.com)

Exmo. Acionista Único da  
PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S.A.

1. De acordo com o número 3 do artigo 446.º, do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Revisor Oficial de Contas da PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S.A., apresentar o relatório da nossa ação fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras separadas, apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.
2. Acompanhámos com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, nas circunstâncias, a atividade da Empresa e das suas subsidiárias e associadas mais significativas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação. Averiguámos da observância do cumprimento da Lei e dos Estatutos.
3. No âmbito das nossas funções verificámos que:
  - a) A demonstração da posição financeira, a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes notas às demonstrações financeiras, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa;
  - b) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
  - c) O relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Sociedade.

4. Como consequência do exame efetuado emitimos, nesta data, a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira separada, referente a 31 de dezembro de 2013, a qual fica a fazer parte integrante do presente relatório.
5. Em resultado do trabalho desenvolvido e tendo em consideração o documento referido no parágrafo anterior, somos de parecer que a Assembleia Geral da PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S.A., aprove:
  - a) O relatório de gestão e as demonstrações financeiras separadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.
  - b) A proposta de aplicação de resultados constante do relatório de gestão.

30 de abril de 2014



Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.  
Representada por Carlos Lisboa Nunes

# Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Separada

**Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.**

Edifício Amadeo Souza Cardoso  
Alameda António Sérgio, 22, 11.º Miraflores –  
1495-132 Algés – Portugal

T +351 214 123 520  
F +351 214 123 539

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B – 9000-064  
Funchal – Portugal

T +351 291 200 540  
F +351 291 200 549

E-mail: [gt.lisboa@pt.gt.com](mailto:gt.lisboa@pt.gt.com)

## Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira separada contida no relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 da PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S.A., as quais compreendem, a demonstração da posição financeira (que evidencia um total de 8.255.812.475 euros e um total de capital próprio de 3.046.037.525 euros, incluindo um resultado líquido de 585.350.686 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes notas às demonstrações financeiras.

## Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a divulgação de qualquer fato relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos

Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

## Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras separadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras separadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras separadas; e
  - a apreciação sobre se a informação financeira separada é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira separada constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas no número 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S.A. em 31 de dezembro de 2013, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas

na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

### **Relato sobre outros requisitos legais**

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o relatório do governo da sociedade inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

30 de abril de 2014



Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.  
Representada por Carlos Lisboa Nunes

## **Parecer da Comissão de Auditoria**

### **Contas Consolidadas**

#### ▪ INTRODUÇÃO

A Comissão de Auditoria desenvolve a sua atividade de acordo com as competências previstas no artigo 423.º-F do Código das Sociedades Comerciais e na legislação aplicável ao Setor Empresarial do Estado, nomeadamente o n.º 3 do artigo 33º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

No exercício das suas competências, a Comissão de Auditoria acompanhou a evolução da atividade da sociedade e suas empresas participadas, zelou pela observância da lei, contrato de sociedade, normas das autoridades de supervisão, regulamentos e estatutos da sociedade, supervisionou o cumprimento das políticas e práticas contabilísticas e monitorizou o processo de preparação e divulgação da informação financeira bem como o relatório de gestão, a revisão legal de contas, a eficácia do sistema de controlo interno e gestão de riscos, bem como a independência e atividade do Revisor Oficial de Contas.

As ações desenvolvidas pela Comissão durante o ano de 2013 estão descritas no Relatório de Atividades anexo ao presente parecer.

#### ▪ PARECER

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artigo 423.º-F do Código das Sociedades Comerciais, a Comissão de Auditoria da Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A. apresenta o parecer sobre as demonstrações financeiras consolidadas e respetivas notas anexas, o relatório de gestão e a proposta de aplicação de resultados nele expressa referentes ao exercício de 2013.

---

A Comissão examinou o relatório de gestão e a proposta de aplicação de resultados nele expressa, as demonstrações financeiras consolidadas e respetivas notas anexas, a certificação legal das contas e o relatório do auditor externo elaborado pelo Revisor Oficial de Contas e tomou conhecimento das ênfases neles expressas, tendo o documento merecido o seu acordo.

Face ao exposto, e nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros da Comissão de Auditoria da Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A., abaixo identificados, declaram, na qualidade e no âmbito das funções que lhes competem, que, tanto quanto é do seu conhecimento e tendo por base a informação a que tiveram acesso no âmbito do exercício das suas funções como membros da Comissão de Auditoria:

- i) O relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição económico-financeira da Parpública e das empresas incluídas no respetivo perímetro de consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta;
- ii) As demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício de 2013 estão de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada da situação patrimonial e financeira, bem como dos resultados da Parpública e das empresas incluídas no respetivo perímetro de consolidação, pelo que merecem aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

Lisboa, 30 de Abril de 2014

Fernanda Maria Mouro Pereira, Presidente

Maria João Dias Pessoa de Araújo, Vogal

Pedro Miguel Nascimento Ventura, Vogal

---

## **Parecer da Comissão de Auditoria**

### **Contas Separadas**

#### ▪ INTRODUÇÃO

A Comissão de Auditoria desenvolve a sua atividade de acordo com as competências previstas no artigo 423.º-F do Código das Sociedades Comerciais e na legislação aplicável ao Setor Empresarial do Estado, nomeadamente o n.º 3 do artigo 33º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

No exercício das suas competências, a Comissão de Auditoria acompanhou a evolução da atividade da sociedade, zelou pela observância da lei, contrato de sociedade, normas das autoridades de supervisão, regulamentos e estatutos da sociedade, supervisionou o cumprimento das políticas e práticas contabilísticas e monitorizou o processo de preparação e divulgação da informação financeira, a revisão legal de contas, a eficácia do sistema de controlo interno e gestão de riscos, bem como a independência e atividade do Revisor Oficial de Contas.

As ações desenvolvidas pela Comissão durante o ano de 2013 estão descritas no Relatório de Atividades anexo ao presente parecer.

#### ▪ PARECER

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artigo 423.º-F do Código das Sociedades Comerciais, a Comissão de Auditoria da Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A apresenta o parecer sobre as demonstrações financeiras separadas e respetivas notas anexas referentes ao exercício de 2013.

A Comissão examinou as demonstrações financeiras separadas, certificação legal das contas e relatório do auditor externo elaborado pelo Revisor Oficial de Contas que mereceram o seu acordo.

Face ao exposto, e nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros da Comissão de Auditoria da Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A., abaixo identificados, declaram, na qualidade e no âmbito das funções que lhes competem, que, tanto quanto é do seu conhecimento e tendo por base a informação a que tiveram acesso no âmbito do exercício das suas funções como membros da Comissão de Auditoria, as demonstrações financeiras separadas referentes ao exercício de 2013 estão de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada da situação patrimonial e financeira, bem como dos resultados da Parpública, pelo que merecem aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

Lisboa, 30 de Abril de 2014

Fernanda Maria Mouro Pereira, Presidente



Maria João Dias Pessoa de Araújo, Vogal

Pedro Miguel Nascimento Ventura, Vogal